

O DISCURSO DO BRANCO E PARA O BRANCO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE RÓTULOS E PROPAGANDAS



JOÃO PESSOA – PB
DEZEMBRO DE 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

MIRIAN RIBEIRO DE OLIVEIRA

**O DISCURSO DO BRANCO E PARA O BRANCO: UMA
ANÁLISE DISCURSIVA DE RÓTULOS E PROPAGANDAS**

JOÃO PESSOA-PB
DEZEMBRO DE 2011

MIRIAN RIBEIRO DE OLIVEIRA

**O DISCURSO DO BRANCO E PARA O BRANCO: UMA
ANÁLISE DISCURSIVA DE RÓTULOS E PROPAGANDAS**

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, por Mirian Ribeiro de Oliveira, como exigência para obtenção do Grau de Doutora, tendo como orientadora a professora Dr^a. Ivone Tavares de Lucena.

JOÃO PESSOA-PB
DEZEMBRO DE 2011

O48d

Oliveira, Mirian Ribeiro de.

O discurso do branco e para o branco: uma análise discursiva de rótulos e propagandas / Mirian Ribeiro de Oliveira.-- João Pessoa, 2011.
228f.

Orientadora: Ivone Tavares de Lucena

Tese (Doutorado) – UFPB/CCHLA

1. Análise do Discurso. 2. Racismo. 3. Identidade.
4. Cerceamento. 5. Relações de poder.

UFPB/BC

CDU: 82-5(043)

MIRIAN RIBEIRO DE OLIVEIRA

**O DISCURSO DO BRANCO E PARA O BRANCO: UMA
ANÁLISE DISCURSIVA DE RÓTULOS E PROPAGANDAS**

Tese aprovada em 01 de Dezembro de 2011 – Aprovada *com
Distinção*

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Ivone Tavares de Lucena (UFPB)
(Orientadora)

Prof. Dr. Aloísio de Medeiros Dantas (UFCG)
(Examinador 1)

Prof. Dr. Cristiano Cezar Gomes da Silva (UNEAL)
(Examinador 2)

Prof^a. Dr^a. Mirian de Albuquerque Aquino (UFPB)
(Examinadora 3)

Prof^a. Dr^a. Marluce Pereira da Silva (UFPB)
(Examinadora 4)

Prof. Dr. Nilton Milanez (UESB)
(Suplente)

Prof^a. Dr^a. Marli Moraes de Lima (UFPB)
(Suplente)

O ESPECIAL DE MEUS AGRADECIMENTOS

“Grandes coisas fez o Senhor por nós, e, por isso, estamos alegres” (SALMOS 126-3).

Sou grata ao meu Deus porque Ele, “o Senhor, é a porção da minha herança e de meu cálice. É Ele quem sustenta a minha sorte” (SALMOS 16-5).

Assim diz o Senhor, meu Redentor, que me formou desde o ventre: “Eu sou o Senhor que faço todas as coisas, que estendo os céus e espraio a terra por mim mesmo” (ISAÍAS 44-24)

Nas horas mais difíceis desta jornada, eu O ouvia e me dizia: filha minha, “não temas, porque eu sou contigo; não te assombres, porque eu sou teu Deus; eu te esforço, e te ajudo, e te sustento com a destra da minha justiça” (ISAÍAS 41-10).

AGRADECIMENTOS

Eu não sei se nestes versos
tantas coisas vão caber!
Só sei que não é por muito falar,
só quero mesmo agradecer!
Ao meu Deus, o Grande *Eu Sou*,
Obrigada pela vida, pelas lutas tão bem vividas,
da Bahia à Paraíba, com as malas sempre prontas,
lá vou eu... Eu vou!

Numa Pós tão letrada, a Ivone Conheci!
A você, muito obrigada!
Corre daqui e dacadá, já anda discursivizada!
Entre Pêcheux e Foucault dialoga sem demora!
Do discurso à cultura, da identidade à memória,
Esta é a Ivone, letrada, pós-moderna e de outrora!

Obrigada à Angélica, à Margarida e à Socorro!
Pelo conhecer, pelas aulas calorosas!
Aos demais, o meu apreço,
por essa gente tão honrosa, que jamais vou esquecer!
Obrigada professores, pelo saber e conhecer!
Estou saindo diferente, com o conhecer que move a gente,
nas relações de poder!

Pela ordem do discurso, tive que me qualificar,
Mas não foi nenhum massacre, foi tão bom um outro olhar,
de Marluce e Mirian Aquino, prontas para ajudar,
Sugerem daqui, tiram de lá....
Moral da história: com mais livros, tive que gastar!
Obrigada, professoras! Valeu muito escutar!

A Aloísio, que é Dantas, tenho muito a agradecer!
Li seus textos com afinco, neles pude perceber,
uma teoria que, na prática, faz o discurso efervescer.

Eu conheço as Alagoas, estudei lá na UFAL!
Obrigada ao Cristiano, que é da UNEAL,
por fazer parte desta banca. Para mim,
um momento especial!

Ao Nilton Milanez, desde já, muito obrigada!
Fiz leituras de seus textos, de autoria concentrada!
De Nietzsche a Foucault, pela genealogia,
a história é impactada!

Neste muito obrigada, a Rose eu quero dizer:
Você é muito prestativa, atenciosa.
Isto eu pude perceber.

E agora aos *Ribeiro de Oliveira*....
Êta povo lutador!
Nunca para, nem se deixa abater.
A exemplo de Dona Maria Ribeiro,
minha mãe, que fez esse povo todo crescer!
Sábia por natureza! Gentil e paciente!
Só não pise no seu calo, gosta de defender a sua gente.
Que mulher abençoada!
Sempre pronta pra ajudar, ao pobre, ao fraco, ao rico,
nunca olha endereço, nem tampouco o status,
só enxerga que é povo, só enxerga o que é gente.

Aos meus filhos, meus amores, meus dois incondicionais,
a Jaizinho e a Pedro,
duas bênçãos sem iguais!
Na ausência, a presença!
Na distância, a constância!
Ser mãe e estudar é viver, é amar,
também é ter carência!

Cama vazia, coração apertado!
Obrigada ao meu amado,
que viveu lado a lado, dissabores, alegria!
Obrigada, a Edcarlos que, durante o doutorado,
me fez muita companhia!
Acredito na *Palavra*:
“A glória da segunda casa será maior que a da primeira”
Nossa história é de luta, mas é muito verdadeira!

Aos meus irmãos e irmãs, que nunca arredaram o pé,
na luta por dias melhores, tanto homem como mulher,
na batalha pela vida, acredite se quiser, vira o jogo de repente,
porque fazem diferente, o segredo está na fé.
Têm um Deus por baluarte! Nele está a confiança!
De Ribeiro a Oliveira, homem, mulher e criança,
têm passado, têm história, titubeia, mas alcança!

Aos sobrinhos e sobrinhas, na pessoa de Ana, a *querida*,
Obrigada, pela força, a presença sem medida!

Obrigada Dona Ide, minha sogra, tão presente,
obrigada a seu Vitório, de família tão honrosa,
um povo que trabalha, que sabe cuidar da gente!

Obrigada aos meus colegas!
Não vou esquecer, jamais, das lacunas e do saber,
Que só um Doutorado traz!
Obrigada pelo riso, o conhecer é bom demais!

Obrigada à Prefeitura de Barra do Choça, pela licença concedida,
Na pessoa do então prefeito Gesiel!
Valorizou o Magistério, enxergando o professor,
dando vida a outro olhar, sem ferir o seu papel.

À UNEB eu vou dizer,
tantas coisas aprendi, tantas coisas eu doe!i!
Esta casa é prazerosa, é de trabalho, de amizade, eu sei.

Aos irmãos que tanto oraram, só Deus pra compensar!
Ao pastor que me ungia, para a estrada enfrentar,
só tenho que agradecer, e fazer por merecer,
a um Deus de excelência, que esteve um dia a preparar,
um lugar no doutorado, pra meu Deus poder honrar!

Muito Obrigaaaaaaaaaaaaaaaaada!

RESUMO: esta Tese objetiva analisar os discursos de rótulos e propagandas como dispositivos de identidade, cerceada e assujeitada pela ideologia racista de cor e por técnicas de subjetivação e objetivação que se materializam nos jogos de força do cotidiano. Sob este crivo, foram discutidos os mecanismos que estabelecem um discurso dito verdadeiro e normalizador que institui posturas e modos de ser que discriminam pela cor, bem como os critérios adotados para a seletividade de formações discursivas preconceituosas que estabelecem padrões, rotulando não só produtos como pessoas. Dessa forma, rótulos e propagandas, oriundos do universo da beleza e estética, passam a funcionar como dispositivos da identidade dominante que controla estratégias discursivas, visando à permanência e preponderância de um branqueamento. Esse alicerce identitário ganhou força e evidência mediante uma razão dita instrumental, reforçada pela lógica de dominação, instituída para neutralizar o outro, características da Modernidade. Em contrapartida, o reaparecimento foi provocado por rupturas e deslocamentos históricos que o situa num mundo ocupado por um sujeito descentrado, desencaixado, que não possui identidade fixa, portanto, um sujeito preso às amarras da Pós-Modernidade. Um sujeito aparentemente paradoxal que também faz parte de outra arena discursiva denominada de cultura da mídia. É deste lugar que fala o sujeito que, por seu turno, elege a imagem como categoria preponderante do discurso. Assim, rótulos e imagens propagandeadas passam a se traduzir como lugar de produção de discursos identitários. É neste espaço discursivo que o padrão da brancura ganha evidência e passa a ser vigiado e controlado pelas relações de força. Todavia, é também por ele que vaza a resistência, para ratificar a circulação de poder. Destarte, para analisar os discursos de rótulos e propagandas como dispositivos de identidade, a Análise do Discurso de linha francesa – AD foi escolhida como crivo teórico-metodológico, tomando como referência básica os estudos de Pêcheux e Foucault, além de outros teóricos que discutem as categorias racismo de cor e identidade. Sob este viés, tornou-se perceptível que há um racismo velado, aparentemente ingênuo, que ganha vida gradativa no meio social, que é ativado por mecanismos discursivos que fazem o sujeito se sujeitar a um padrão identitário, estereotipado de beleza e estética: um sujeito pós-moderno que possui resquícios da modernidade.

Palavras-chave: Análise do discurso, racismo, identidade, cerceamento e relações de poder.

ABSTRACT: This thesis aims to analyze labeling and advertising discourses as identity devices, curtailed by and submitted to racist ideology of color, techniques of subjectivity and objectivity that materialize in the power games of daily life. From this perspective, we discussed the mechanisms that determine a speech said to be true and normalizing, establishing attitudes and ways of being that discriminate by color, as well as criteria adopted for the selectivity of biased discursive formations that set standards of labeling, not for products only but also for people. Thus, labels and advertisements, from the universe of beauty and aesthetic devices, operate as the dominant identity that controls discursive strategies, aiming at the stay and preponderance of whiteness. This identity formation gained strength through a so called instrumental reason, reinforced by the logic of domination, established to neutralize the other, features of modernity. In contrast, the recurrence was caused by disruptions and historical displacements that place it in a world occupied by a decentered and changing subject who has no fixed identity, linked to the contemporaneity. A seemingly paradoxical subject that is also part of another discursive arena called culture of the mass media. It is from this place that the subject speaks and elects the image as a predominant category of speech. Thus, advertised labels and images are translated as a place of identity discourse productions. It is in this discursive space that the standard of whiteness gains evidence, being monitored and controlled by power relations. On the other hand, in order to ratify the circulation of power, it is necessary resistance which can also leak from the discursive space. So, to assess labeling and advertising discourses as identity devices, the French line discourse analysis was chosen as theoretical and methodological base with reference to studies of Pechêux and Foucault and other theorists who discuss the categories of racism color and identity. Under this bias, it became apparent that there is a veiled racism of color, seemingly naïve that gradually comes to life in the social environment. This veiled racism is activated by discursive mechanisms that construct the subject of contemporaneity, possessor of traces of modernity, submitted to a standard of identity, stereotype of beauty and aesthetics: the standard of whiteness.

Keywords: Analysis of speech, racism, identity, curtailment and power relations.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. O DISCURSO DO RACISMO DE COR À BRASILEIRA.....	29
2.1. O tratamento acadêmico no Brasil: uma construção de longa maturação.....	30
2.2. Significando a categoria Raça.....	34
2.3. Colonização: tentativa de naturalização do racismo.....	42
2.4. O racismo científico no Brasil.....	48
2.5. A discursividade da cor ou branqueamento arqueológico.....	56
2.6. Negritude: os sentidos da contraposição.....	69
2.7. A ideologia racista.....	85
3. IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE: CONSTITUIÇÃO PELAS RELAÇÕES DE PODER.....	94
3.1. A discursividade do normal: uma identidade construída.....	95
3.2. Linguagem – lugar de constituição de identidades.....	106
3.3. As faces da identidade: padrão <i>versus</i> fragmentação identitária.....	113
3.4. Técnicas de Subjetivação e Objetivação.....	129
3.5. Gêneros discursivos denominados rótulo e propaganda: concepção bakhtiniana.....	151
3.6 Um documento/monumento denominado rótulo e propaganda: uma questão de história e memória.....	167
4. RÓTULOS À LUZ DA GENEALOGIA E ARQUEOLOGIA FOUCAULTIANAS	176
4.1. Imagem: um dispositivo de memória	176
4.2. Imagem, memória e enunciado: as marcas da repetibilidade histórica	185
4.3. A arqueologia e genealogia: concepções Foucaultianas.....	201
4.4. A função sujeito-autor nos rótulos e propagandas: autoralidade de marcas?	205
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	212
REFERÊNCIAS.....	218

1. INTRODUÇÃO

Penso que há, em nossa sociedade e naquilo que somos, uma dimensão histórica profunda e, no interior desse espaço histórico, os acontecimentos discursivos que se produziram há séculos ou há anos são muito importantes. Somos inextricavelmente ligados aos acontecimentos discursivos. Em um certo sentido, não somos nada além do que aquilo que foi dito, há séculos, meses, semanas.

Foucault

Adentrar no mundo da Análise do Discurso de linha francesa – AD – não é tarefa fácil. Isto porque, desde seu ato fundador, tem se tornado uma área de vasta aplicação não só para os estudos linguísticos, mas para aqueles que buscam estabelecer um diálogo com o discurso, enquanto prática social. Entretanto, oriundos ou não da Linguística, os pesquisadores que se atrevem a percorrer este caminho têm como obrigação precípua conhecer a fonte geradora dessa área que tem impactado gerações interessadas em desnudar os implícitos ou desamarrá-los de uma rede tecida num arquivo que precisa ser buscado, ora por conexão, ora por desconexão, que visa, em especial, compreender as relações de força que fazem o poder circular.

Segundo Maltidier (1997), dois grandes nomes marcam o ato fundador, considerado um duplo gesto inaugural: Jean Dubois e Michel Pêcheux. O primeiro, um linguista; o segundo, filósofo. *Continuum* e ruptura, respectivamente, adentram um contexto político da França dos anos 60 e meados dos 70. A linguística, promovida como ciência piloto, centraliza um dizer científico. Dois teóricos que caminham por lados distintos se configuram como evidentes num espaço discursivo eminentemente territorializado por outros paradigmas científicos. Assim, marxismo, estruturalismo e psicanálise tornam-se um tripé de combate e resistência políticos e o discurso é elevado como objeto específico de uma nova disciplina. Gregolin (2006, p. 32) aponta que “quando as três teorias se encontraram (psicanalítica, marxista, linguística/antropológica) criou-se um efeito subversivo, que trazia a promessa de uma revolução cultural”. Surge, então, uma disciplina transversal na França dos anos 60. O que, posteriormente, com o lançamento de Análise Automática do Discurso de Pêcheux, desemboca no fato de a então denominada Análise de Discurso ser pensada em relação a uma teoria do discurso.

É necessário ressaltar que Dubois e Pêcheux tomaram rumos diferentes no mesmo universo: o então lexicólogo, entre outros aspectos também importantes, levou para a Linguística uma nova visão de língua que deu lugar à enunciação; enquanto Pêcheux fornecia, simultaneamente, uma definição de discurso, sempre determinada e apreendida dentro de uma relação com a história, e um princípio de construção de corpus discursivo. A relação discurso/corpus contribuía para manifestar um objeto novo (MALDIDIER, 1997). Sob este recorte teórico-metodológico, o discurso é construído a partir de hipóteses histórico-sociais, não se confundindo nem com a evidência de dados empíricos ou tampouco com o texto. O discurso configura-se como uma eminência política.

Assim, é num contexto impulsivo, eminentemente político de 1969, que a AD vai se solidificando, num constante refazer dinâmico que pretende trazer à luz as condições de produção do discurso, a existência de um sujeito que não é dono de seu dizer, mas que, interpelado pela ideologia, se torna um já sujeito, mediatizado, além disso, pelas evidências constituídas pelo inconsciente lacaniano. Pêcheux de maneira notória passa a influenciar linguistas, marxistas, pesquisadores que viam no discurso um crivo teórico-metodológico capaz de interpretar e compreender o contexto histórico-social para além das abstrações e linearidades linguísticas. A AD se traduz, sob esta perspectiva, como um lugar de rupturas que se recobrem: descontinuidade e deslinearização eram marcas da Máquina Discursiva pecheuxtiana. A AD traduziu-se em um acontecimento simultâneo na história das práticas da linguística, bem como dos questionamentos dos marxistas sobre a linguagem, afirma Maldidier (1997).

A AD se insere, portanto, num contexto marcado por rupturas e releituras, em especial aquelas referentes à linguística saussureana, levando Gregolin (2006, p. 36) a destacar que, para Pêcheux, “o encontro teórico e político entre o estruturalismo e o marxismo, na França dos anos 60, representou uma tentativa anti-positivista, visando apreender e explicar o entrecruzamento entre a linguagem e a história”. É importante ressaltar que essas rupturas e deslocamentos foram provocados, em especial, pela releitura de Marx, empreendida por Althusser, mediante um método que ele denominou de “leitura de sintomas” (HENRY, 1997, p. 31), num momento em que o estruturalismo estava no seu apogeu. Neste, o que interessava a Pêcheux de maneira relevante eram os aspectos não reducionistas em relação à linguagem. Althusser acreditava que, assim como Marx virou Hegel de cabeça para baixo ao instituir a teoria do materialismo

histórico e dialético, ele poderia evidenciar um novo crivo teórico-metodológico ao recolocar a ideologia sob outra perspectiva.

O objetivo de Althusser era eminente e pretendia abrir o marxismo para novas elaborações teóricas sem, contudo, perder de vista o que Marx havia produzido. Por esta ótica, visava não tornar a teoria marxista uma espécie de camisa de força, de verdade absoluta, como muitos o fazem. Henry (1997), ao analisar os fundamentos teóricos da análise do discurso de Michel Pêcheux, enfatiza, ainda, que o método de Althusser influenciou Pêcheux de tal forma que este, ao iniciar seu constructo, constituiu a teoria do discurso pela sistematização do método althusseriano. De maneira sucinta, é possível dizer que um dos grandes marcos de Althusser, para a AD, foi o fato de destacar a existência de um sujeito interpelado pela ideologia. O que o caracteriza como sempre já-sujeito. É enquanto sujeito que qualquer pessoa é interpelada a ocupar um lugar determinado no sistema de produção, acredita Althusser. “Só há ideologia pelo sujeito e para os sujeitos. Só há prática de e sob uma ideologia” afirma Althusser (1985, p. 93).

Um outro fator muito interessante destacado por Henry (1997), em relação a Pêcheux, refere-se ao fato de este apontar que, na teoria pecheuxtiana, a língua ultrapassa as barreiras que a concebem como instrumento de comunicação. De fato, esta comunica. Isto é latente. Extrapolando esta assertiva, Pêcheux traz elementos muito contemporâneos e tão debatidos no âmbito das metodologias do ensino de línguas. Assim como ontem, hoje esta concepção de língua é refutada, mas ainda vivemos os dilemas de outrora presos e amarrados à língua abstrata e gramaticeira. Um dos empecilhos está exatamente em um dos pontos destacados por Pêcheux: o fato de não enxergar as possibilidades do discurso e, somente, os explícitos da língua. “Se é no discurso que estão apagadas as dissemetrias, as dissimilaridades entre os agentes de produção, sem dúvida, isto não se produz de modo explícito”, aponta Pêcheux (*apud* HENRY, 1997, p.26).

É por esse constante refazer que Pêcheux (1998) eleva o discurso a um lugar de destaque, pois, para ele, fazer ciência é, de breve modo, definir um novo instrumento que evite a rotina do tradicional. Pêcheux (1998, p. 53) afirma ainda:

A Análise de Discurso não pretende instituir-se especialista da interpretação, dominando o “sentido dos textos, mas somente construir procedimentos que exponham o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito. [...] mas de uma leitura na qual o sujeito é, ao mesmo tempo, despojado e responsável pelo sentido que lê.” (grifos do autor).

Além disso, nessa visada teórica de marcar o território da análise do discurso, Pêcheux (1998) deixa claro qual é o seu espaço de atuação, ao ressaltar que o referido campo é determinado pelo campo dos espaços discursivos não estabilizados logicamente, dependendo dos domínios filosófico, sócio-histórico, político ou estético. Dessa forma, dos múltiplos registros do cotidiano não estabilizado. Para ela, a Análise de Discurso, basta trabalhar suas próprias problemáticas e procedimentos, tendo como desafio “o de construir interpretações, sem jamais neutralizá-las, nem no qualquer coisa de um discurso sobre o discurso, nem em um espaço lógico estabilizado com pretensão universal,” corrobora Pêcheux (1998, p. 55).

Já foi dito que uma das características da teoria pecheuxtiana é a renovação dos instrumentos científicos, visando a uma ruptura com o tradicional. Pensando assim, Pêcheux trouxe Foucault, também um filósofo, para a AD. É ele mesmo, Pêcheux (1998) quem diz que havia uma necessidade crescente de dar a esta uma renovação. Com o tratamento da escola de Annales em relação à concepção de documento, Foucault faz uma verdadeira reviravolta arqueológica, o que levou o texto a adquirir um novo estatuto: de documento textual a monumento. A necessidade de levar em conta, na análise das discursividades, as posições teóricas e as práticas de leitura desenvolvidas nos trabalhos de Foucault passou a se constituir um dos sinais mais nítidos da retomada da Análise de Discurso: a construção teórica da intertextualidade, e, de maneira mais geral, do interdiscurso, apareceu como uma das questões cruciais dessa retomada, conduzindo a Análise de Discurso a se afastar mais e mais de uma concepção classificatória (PÊCHEUX, 1998).

E, ao tratar da arqueologia do discurso, Foucault (2007) dá à história um estatuto dinâmico. Henry destaca que os objetivos de Foucault são diferentes dos de Pêcheux, apesar de serem denominados de estruturalistas. O objetivo de Foucault, indica Henry (1997, p.33-34), “é definir um caminho novo no campo ocupado pela tradicional história das idéias”. Um caminho que poderia renovar a história das ideias, contornando seus entraves, que seriam suas referências a uma subjetividade psicológica, considerada como princípio explicativo. Assim, o discurso de Pêcheux não é o discurso de Foucault. Esta ressalva vale também para outras categorias como o sujeito: o sujeito de Foucault é o sujeito da ordem do discurso. O sujeito de Pêcheux é aquele que só existe no âmbito da Ideologia. Porém, isto não significa distância absoluta ou falta de *diálogos e duelos* (GREGOLIN, 2006).

Sob esta perspectiva, Foucault não poderia ficar aquém da Análise do Discurso. Afinal, ainda no dizer de Gregolin (2006) se o objetivo fundamental de Foucault é produzir uma história dos modos de subjetivação do ser humano na nossa cultura e, sendo esta história constituída pelo discurso, na base de suas reflexões, encontram-se a relação entre linguagem e história. E, ao analisar os diferentes modos de subjetivação, surgem as possibilidades de análises discursivas, pela descrição dos acontecimentos, constituídos e marcados por uma territorialização discursiva que atravessa e constitui os objetos.

Pelas vozes que ecoam mediante a teoria estudada, é perceptível que Foucault nunca se intitulou um analista do discurso. Para além da linguística, busca dialogar com muitos outros campos de conhecimento. Entretanto, diferente dos demais, inclusive Marx, ao pensar a história, Foucault procura estabelecer outro corte, no qual a referência ao materialismo histórico ou à história das longas durações dos Annales é difusa, mas identificável. Nesse novo corte, estabelece-se, como nos demais, a diferença entre uma nova história e uma história que assume a forma de um outro epistemologicamente superado ou desinteressante para os objetivos constituídos. Assim, a questão não seria mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite. Sob este crivo, “interessa a historicidade das estratégias, indissolúvel das redes de poder que constituem sujeitos, comportamentos, mas também cortes” (BIROLI, 2008, p.175). Pensando assim, o discurso torna-se o espaço necessário para que esse corte faça aparecer, mediante os enunciados, as relações de força, as estratégias empregadas, elevando-o à condição de prática.

Mas não é só pelo caráter histórico que Foucault tornou-se uma eminência nessa arena teórica. Com a Arqueologia do Saber, datado de 1969, Foucault inaugura uma nova fase em sua vida, numa imersão que extrapolava a filosofia, sem, contudo, ficar distante dela. Conhecedor dessa possibilidade inovadora, Courtine, em seu livro *O Discurso Comunista endereçado aos cristãos: o estranho espelho da análise de discurso*, também estabelece a ponte entre Foucault e a AD, reformulando-a, mediante a inserção da categoria memória discursiva. Neste refazer, a AD abriu espaço para esta inserção, desencadeando, em Pêcheux, a vontade e dinamismo de trazê-lo para esta área que transita entre o linguístico e as ciências humanas e sociais. Afinal, ele inicia um de seus textos destacando que a Análise do Discurso da França é assunto de linguista, desde o começo, mas também de outras áreas que se atravessam. E, o mais importante, a Análise do Discurso, para Pêcheux e Foucault, torna-se um caminho a trilhar, um

instrumento científico, que não foi produzido para dar respostas, mas para colocar questões, como afirma Pêcheux, pelos dizeres de Henry (1997).

Somado a essas afirmações, consideramos relevante abordar um outro eminente teórico que marcou os estudos linguísticos e filosóficos do Século XX, além de outras razões, por tratar os signos linguísticos como categorias eminentemente ideológicas por natureza, evidenciando o quanto a língua pertence a uma cadeia discursiva, interativa e social: Mikhail Bakhtin. Indursky (2005) relata que, mesmo antes da AD, na antiga Rússia, 40 anos antes de Pêcheux, sob um pseudônimo de Volochínov, publica seu livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Assim como aqueles, parte do reconhecimento dos grandes feitos de Saussure, contudo o critica, denominando-o como o mais eminente representante do objetivismo abstrato, não por ter instituído a língua como fato social, pois Bakhtin também a vê assim, mas por fazer da língua um objeto abstrato ideal, que se consagra como sistema sincrônico homogêneo, rejeitando as manifestações individuais – a fala. Bakhtin é um dos grandes nomes inseridos na cadeia linguística da AD. Categorias como dialogia, polifonia, signo ideológico, entre outras de suma importância, fazem parte de seu crivo teórico-metodológico que tem alicerçado discussões das mais diferentes áreas. Bakhtin (1997) tem marcado sobremaneira o território discursivo da AD, em especial, por considerar o signo ideológico por natureza.

Diante dessa exposição, ratificamos o início de nossas considerações, ao considerar a AD de uma riqueza teórica extrema, mas possuidora de um terreno discursivo movediço e, portanto, complexo. São essas nuances que fazem o interesse por este estudo crescer a cada dia, tornando a inserção um desafio constante. Assim, é cabível dizer que este estudo não nasceu por acaso. Neste sentido, a vontade de analisar os discursos dos rótulos e imagens propagandeadas, oriundos dos discursos que perpassam o universo da beleza e estética, tendo como foco o preconceito racial, a construção de tipos, tornou-se crescente, tendo em vista a contemporaneidade do assunto, somado ao desejo de trazer à luz o fato de que os discursos nunca são destituídos de efeitos de sentido e efeitos de verdade. E, ao apresentar um produto nas mais diversas prateleiras, as indústrias fazem uso de um chamamento, uma abordagem do produto como apresentação precípua, mediante rótulos e imagens propagandeadas, que vão, gradativamente, criando tipos, construindo perfis, que cooperam para um padrão preestabelecido, especialmente no que se refere ao padrão de beleza dos cabelos, das peles, das cores de peles, enfim, do tipo que os discursos colocam em voga. Neste

caso, o sujeito-autor se apropria de um discurso para evidenciar um dizer que advém de práticas discursivas em torno do branco e se destina ao branqueamento como verdade absoluta. O que desencadeou o título *O discurso do branco e para o branco: uma análise discursiva de rótulos e propagandas*.

Somado a esses aspectos, entendemos ser esta uma ideia inovadora, por tomar como base análises que partem de um recorte como aquele para análise e discussão de questões raciais, como práticas sociais, relações de poder, constituidoras de identidades. Este é mais um fator que impulsiona o foco desta investigação científica. Neste espaço, há uma retomada do já dito para dizer o novo, um acontecimento de um retorno, como diria Foucault (1996). Isto não significa negação de pesquisas sérias empreendidas, que tomaram como foco as relações raciais de cor. Ao contrário, elas foram o crivo teórico-metodológico de muita importância para que a pesquisa se tornasse realidade científica.

É pertinente dizer, ainda, que o interesse pelo fenômeno ou objeto de estudo é oriundo, também, das calorosas discussões em sala de aula. No final do século XX e início do XXI, temos assistido a embates calorosos acerca da inclusão social, da igualdade e identidade. Como professora do Ensino Público, com experiência na Educação Básica e Superior, presenciamos e participamos no dia-a-dia das discussões que significam o desejo, o anseio por mudanças, a resistência ao padrão, entendendo como Van Dijk (2008) que o Racismo não é inato, mas aprendido, num processo discursivo, baseado nas conversações, nas histórias quotidianas, nos livros, na literatura, no cinema, nos artigos de jornal, nos programas de TV, nas tecnologias etc..

Nessa cadeia discursiva, a escolha por aquele objeto de estudo gera inúmeros questionamentos. Por este aspecto, é necessário que façamos um recorte focado na cientificidade. E isto é possibilitado, especialmente, quando o investigador norteia a pesquisa pelo carro-chefe que é o problema de pesquisa. É este o procedimento que vai delimitar a investigação que se pretende. De maneira bem precisa, Orlandi (2010) enfatiza a existência de um rico dispositivo teórico na AD, de onde deriva a sustentação do rigor do método, mas destaca que, ao pesquisador, competem algumas responsabilidades. Entre elas, encontra-se a formulação da questão que desencadeará a análise. Nesta ótica, cabe ao investigador delimitar o que mais o inquieta, o angustia, a ponto de querer oferecer uma provável resposta à sociedade ou incitá-la a refletir sobre o assunto, suscitar, além disso, interesse de outros pesquisadores para o foco da investigação, tendo em vista que “[...] o dispositivo teórico é o mesmo, mas os dispositivos analíticos, não” (ORLANDI, 2010, p. 27).

Ademais, o que define a forma do dispositivo analítico é a questão proposta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise. “É essa responsabilidade que organiza sua relação com o discurso, levando-o à construção de seu dispositivo analítico” (ORLANDI, 2010, p. 27). Considerando estas assertivas e consciente da responsabilidade deste constructo analítico, apesar de tantos outros questionamentos, há aqueles, interdependentes, que se tornaram mais pertinentes para os objetivos em foco: de que modo os discursos oriundos da beleza e estética instituem um discurso dito verdadeiro, de cerceamento, seletivo, que discrimina pela cor? Que critérios são adotados para a seletividade de formações discursivas preconceituosas que estabelecem padrões, rotulando não só produtos como pessoas? E quais mecanismos discursivos de poder instauram a discriminação racial em rótulos e propagandas? São inquietações que perpassam o chamado mundo pós-moderno, entranhadas por outras que se dialogam com a constituição do *ethos* discursivo, inquieto, desreferencializado da contemporaneidade.

Assim como são inúmeras as indagações que poderiam ser suscitadas numa análise como a pretendida, a proporção é a mesma para as possíveis respostas. Dessa forma, existe uma pressuposição de que nos Gêneros Discursivos, denominados de rótulos e propagandas, discursos oriundos da beleza e estética, há uma discriminação velada, ideológica, denominada de racial, que contribui para o padrão da brancura, como identidade preponderante, constituidora de subjetividades, configurando-se como estratégia discursiva que faz valer um dizer instituído por um sujeito-autor autorizado e delegado pela ciência. Uma técnica de governo, bem elaborada como mecanismo e dispositivo de poder, associada a outras que visam à ratificação de um discurso que discrimina pessoas, cooperando para a construção de um tipo. Os mecanismos discursivos de poder são instaurados mediante os discursos verbais e não verbais, em que a imagem ganha preponderância ao ancorar os dizeres. Por mais paradoxal que pareça, esse discurso ressoa no mundo do des- de desreferencializado, dessubstancializado, desencaixado etc., características tão presentes na Pós-Modernidade. Aparentemente na contramão do discurso pós-moderno, as marcas dos produtos vão se delegando, enquanto constituidoras de um *ethos* sujeitado e resistente. É importante dizer que, como se trata de uma pesquisa inserida na Análise do Discurso, os pressupostos tornam-se quesitos polêmicos, já que estamos num universo atravessado por interpretações, visando à apreensão dos discursos por um dispositivo científico denominado AD.

Dessa forma, para responder a esse questionamento, a Análise do Discurso de orientação francesa (AD) é o caminho teórico a ser trilhado. Por esta via, o recorte teórico fincou-se em Foucault (1996/2005/2006a/2006b/2007/2010) com base nas reflexões de Pêcheux (1988/1996/1998/2006/2007), bem como em Bakhtin (1997/2000) e outros que proporcionaram discussões seguras acerca dos primeiros. Destacando que, entre os autores supracitados, Foucault representa uma escolha preponderante à discussão. Isto porque, assim como Artières (2004, p.27) o consideramos “um diagnosticador do futuro e do presente”. Como aquele que tem um olhar que se movimenta para fazer um recorte científico. “Um olhar que bate em um ponto, que escolhe, que faz o objeto descolar de sua aparência. Um olhar que, por vezes mudo, denuncia”

É sob essa ótica que pretendemos desalojar os discursos dos rótulos e propagandas, intimamente ligados ao discurso publicitário¹, mas que falam *per se* independentes deste ou atrelados a ele, ora sozinhos ora buscando na imagem a ancoragem de um dizer. Partindo do entendimento de que a palavra não pode está desvinculada dos processos histórico-sociais, o caminho a ser trilhado passa pelo âmbito do discurso, compreendendo-o não enquanto conjunto de textos, mas como prática, em que a regularidade é encontrada não pela análise do produto e, sim, pelos processos de produção (ORLANDI, 1999), bem como um jogo de relações, onde a elucidação é oriunda não da interpretação dos fatos enunciativos, mas da análise de sua coexistência, de sua sucessão, de seu funcionamento mútuo, de sua determinação recíproca, de sua transformação independente ou correlativa (FOUCAULT, 2007). Entendendo-o, além disso, enquanto ação social. Ainda sob a ótica de Orlandi (2010, p. 15), a palavra “discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”. Sob esta perspectiva, para falar em discurso, é necessário considerar os elementos que têm existência no social: as práticas, a história.

É necessário ressaltar que, conforme Guimarães (2005), durante um bom tempo, a linguística optou por uma visão de língua, em que o sentido não ocupou um lugar merecido, tendo em vista a desconsideração dos aspectos exteriores à linguagem. Entre eles, o contexto histórico e social de produção dos discursos, bem como o caráter

¹ Ver CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Tradução de Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

conflitante desencadeado pelas posições ideológicas, pelas práticas, sempre em jogo, que passam a determinar o sentido das palavras. Nesta esteira de pensamento, esta Tese nasce do anseio de evidenciar o quanto língua e cultura estão eminentemente entrelaçadas, tendo em vista que as terminologias, as palavras, não são empregadas aleatoriamente, mas nascem de um seio social e é neste espaço e por ele que ganham os mais diferentes sentidos, considerando a posição, o lugar sócio-histórico-ideológico daqueles que enunciam. Assim, fez-se relevante estabelecer um diálogo com as Ciências Humanas e Sociais para discussão de outras concepções, como racismo, raça, negritude, colonização, identidade – as várias faces de sua constituição, documento-monumento, imagem, entre outros.

Salientamos, inicialmente, em que perspectivas estão fincadas esta pesquisa. Entretanto, é pertinente dizer que o *corpus* analisado foi constituído por rótulos dos mais diversos produtos, bem como pelas propagandas em revistas e sítios da internet, ou seja, mediatizadas pelo discurso da mídia. Nestas, recortamos, em especial, a imagem como alicerce de análise. Vale ressaltar que, diante da diversidade de produtos comercializados, tivemos que fazer escolhas, inclusive de marcas. Assim, a opção recaiu sobre os rótulos e propagandas da L'oreal, Palmolive, Jhonson & Jhonson, Seda, Vasenol, Garnier Fructis, Lux, Produtos da Natura, Avon, Embelleze, meias TriFil. Além de outras marcas não tão conhecidas no Brasil que serão utilizadas para evidenciar que não há um território discursivo inerente à utilização daqueles mecanismos. A princípio, a coleta aconteceu pela extração do rótulo que, em seguida, foi fotografado ou digitalizado. Quando associado à imagem propagandeada, os rótulos e propagandas foram fotografados e digitalizados, diretamente de revistas ou extraídos de sítios da internet. Inicialmente, não adotamos um critério de coleta em revistas. Posteriormente, verificamos a necessidade de fazê-lo. Assim, as Revistas Contigo, Caras, Raça Brasil, Malu, Cláudia, VIVA e Ana Maria subsidiaram esse recorte. Somado ao fato de que as imagens também foram delas extraídas. Em sua maioria, fotografadas no íterim desta pesquisa.

A referida pesquisa nem sempre foi feita por aquisição do produto ou da revista. Colocamo-nos sempre a postos, com olhos de pesquisadora, nos salões de beleza com a finalidade de perceber quais revistas circulavam com maior frequência, ou seja, onde o público mais se espelhava como imagem. Verificamos que a Caras e a Contigo circulam fortemente em salões e consultórios médicos. Entretanto, optamos também por aquelas mais acessíveis, já que estas chegam aos lares com maior

frequência, devido ao fator econômico, somado ao fato de que, nelas, circulam assuntos que motivam sua aquisição, como os resumos semanais de novelas. Geralmente, quem as compra com esta intenção, internaliza, também, modismos e costumes proliferados em seus discursos. Além, é claro, de outras que têm um público mais seletivo, mas que impõem e regulamentam discursos que operam em vários espaços sociais, pois travam discussões sobre temas ávidos do mundo midiático. Quanto aos rótulos, começamos a coletá-los ainda no período de cumprimento dos créditos teóricos: no ano de 2008. Desde então, o desejo de obtê-los sempre foi crescente. Foram todos os rótulos das marcas citadas os escolhidos? Não. Nem poderia sê-lo, pois esse estudo não suportaria. O que gerou uma necessidade de delimitação: a princípio, tomamos como referência as terminologias normal, controle, regeneração, apagamento, sensibilidade, reconstrução, cachos comportados, lisos, disciplinados, crespos, morena, alva, pele de veludo, pele acetinada entre outras. Isto já havia se tornado um princípio, desde que nos interessamos pelo objeto de estudo.

Quanto ao método de análise, ao fazer uma opção pela Análise do Discurso, o pesquisador já estará norteado por um tipo de método que tem se diferenciado dos demais. Ela *per se* já se traduz num método. Esta é uma pesquisa eminentemente qualitativa, visto que o mais pertinente é a constituição de processos e, não, resultados possíveis de serem quantificados ou de análise empírica. Corroboramos Pêcheux (1998) ao destacar que a Análise de Discurso foi tomada como instrumento científico ao atrelar o objeto de estudo a uma teoria, ao mesmo tempo em que esta tem as condições necessárias de absorvê-lo. Por outro lado, como intentamos adentrar por um mundo foucaultiano, a arqueologia também passa a ser um método. Parafraseando Machado (2009, p.51), se esta pode ser considerada um método, “caracteriza-se pela variação constante de seus princípios, pela permanente redefinição de seus objetivos, pela mudança no sistema de argumentação que a legitima ou justifica”. Esta pesquisa, então, tomou como referência o método Analítico, partindo das teorias supracitadas para análise do *corpus*, considerando a possibilidade dos pressupostos levantados terem a flexibilidade da não comprovação ou de sempre estar a postos para novas pesquisas, diante da problemática apresentada e, por se tratar de um universo inscrito na AD, podendo sugerir interpretações diferenciadas, já que diferentes também são os sujeitos interpretantes.

Considerando os fatos mencionados e tendo como objetivo geral analisar os rótulos e propagandas como dispositivos de identidade, esta cerceada e assujeitada pela

ideologia racista de cor, bem como por técnicas de subjetivação e objetivação que se materializam nos jogos de força do cotidiano, além desta introdução e considerações finais, este estudo conta com mais 03 capítulos. No segundo, tendo como objetivo analisar um racismo à brasileira, evidenciaremos o quanto a ciência se incumbiu de significar a categoria raça, pelo crivo de uma razão perversa e hegemônica que varou o tempo, deixando marcas e ranços numa memória social. Inclusive cooperando para instituição de um padrão, denominado nesta pesquisa de padrão da brancura. Assim, consideramos o racismo um discurso, uma prática discursiva. Ao teorizá-lo, a finalidade é evidenciar uma arqueologia que o constitui como objeto, portador de enunciados, apresentando as regras da aparição de conceitos, bem como de suas transformações, além de elucidá-lo como teoria e tema, construídos como estratégias de poder. Parafraseando Machado (2009), são as relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e entre estratégias que possibilitam a passagem da dispersão à regularidade.

Somado a isso, o processo de colonização no Brasil, originário de metrópoles europeias, será apontado como um dos pilares que mais contribuiu para que a subjetividade branca se preponderasse e fosse norteadora de uma identidade suprema e outra negligenciada e relegada, quiçá, a um segundo plano. A colonização histórica, ideológica e social se configurou como um guia para a tese do branqueamento. Por outro, sob a crença de que o poder circula, os sentidos da negritude serão focados, como contraposição à sujeição (a) identidade, resistência à instituição da padronização. Para tanto, o referencial teórico ampara-se, em especial, em Guimarães (2004/2005/2008), Fernandes (2007a), Munanga (1988/2006a/2006b/2008), Nascimento (2003), Souza (1983), Hofbauer (2003) e Domingues (2005/2010).

No terceiro, emergirão das discussões duas categorias de suma importância: identidade e subjetividade – constituição marcada pelas relações de poder. Sob este recorte, compreender a construção teórica da padronização, arquitetada pelo crivo da modernidade, como uma ingerência ao outro, bem como analisar a discursividade pós-moderna que perpassa as concepções de identidade são os principais objetivos deste capítulo. Neste espaço, o foco será a constituição do sujeito, preestabelecido como normal, evidenciando o que mais nos inquieta: a discursividade do normal, bem como sua construção identitária; a linguagem como lugar de constituição de identidade. Por este canal, destacaremos um paradigma linguístico que tem norteador não só o universo da língua, mas uma maneira de pensar e de constituir outros paradigmas, mediante a visão binária e dicotômica de língua enquanto sistema. O que evidencia a linguagem

também como sujeito, tendo em vista o fato desta ocupar um lugar, um espaço discursivo, de onde falam vários sujeitos sociais. E, por assim acreditar, a linguagem é visualizada como lugar de constituição de identidades e subjetividades.

Também no terceiro capítulo, as faces da identidade virão à discussão, numa tentativa de compreendê-la como categoria múltipla e singular: se existe a instituição de um padrão, por outro lado, existe a multiface, provocada e desencadeada pelo caráter efêmero, desestabilizante, desreferencializado da Pós-Modernidade. Sob esta ótica, o objetivo é apontar a visão aparentemente paradoxal dos discursos da beleza e estética, frente ao mundo pós-moderno, por entender que ele, o discurso dessa arena social, enquanto prática, caminha na contramão do discurso pós-moderno, pois carrega marcas da modernidade. Ao tratar de constituição de identidades, emergirão outras categorias como a construção de um *ethos* discursivo, mediante práticas sociais, de relações de poder: trata-se do sujeito e das técnicas de subjetivação. Para que as práticas sociais se materializem, estratégias discursivas são lançadas, tornando-se mecanismos e dispositivos de poder, numa luta constante, ativa, que se configura em modos de subjetivação e objetivação. São as técnicas de governo utilizadas na constituição de sujeitos, que ora se sujeitam, ora resistem, diante das estratégias da luta empreendida também por sujeitos sociais. Para tratar tanto da identidade que legitima a instituição de um padrão, ou daquela efêmera, não-fixa, transitória, dessubstancializada, característica da pós-modernidade ou daquela que carrega a resistência no olhar e atitudes, posturas e comportamentos, teóricos como Durkheim (2003), Saussure (2000), Castells (2000), Bauman (1998/2005), Hall (2006/2009), Silva (2009) e Woodward (2009) serão os norteadores da teoria que embasa este estudo.

Ainda em relação ao terceiro capítulo, rótulo e propaganda serão apresentados como correias da história, numa perspectiva bakhtiniana. O que os coloca na condição de gênero discursivo. Assim, emergirão como possuidores de várias funções. O que desencadeará a necessidade de traçar um perfil histórico de seu aparecimento, apresentando, além disso, as concepções que os norteiam. Ainda neste capítulo, assumirão um outro papel de suma importância, que os configura como um documento-monumento, ao atravessar a história, deixando de ser um mero registro de aparecimento histórico-linear, para se tornar um documento-monumento que guarda um arquivo, uma memória, de sentidos que tem varado o tempo e se reconstituído num devir histórico, numa arena social discursiva pós-moderna.

Neste espaço do terceiro capítulo, os discursos em foco serão evidenciados como gêneros discursivos que fazem parte de um discurso teórico que movimentou um paradigma denominado de Estudos Culturais. Por esta ótica, veremos que rótulos e propagandas estão inseridos num discurso que se intitula de discurso da mídia, eminentemente marcados por uma visão que os coloca como produtos da indústria cultural. Dessa forma, traduzem-se em discursos que carregam uma conotação não só econômica, mas possuidora de uma ideologia capitalista, marcada pela supremacia do ter, do possuir. Sob este crivo, os discursos estão atrelados aos produtos como mercadoria fetichizada. Desta, emana uma sedução que provoca o desejo não só do ter, mas de igualar-se à. Assim, os sujeitos estariam assujeitados ao fetiche, agora discursivizado pelas estratégias do discurso. Por outro lado, este discurso é resguardado por peculiaridades que o torna público, veiculado pelos mais diferentes meios de comunicação. Por isto, carrega a semanticidade de discurso publicitário. Neste estudo, trataremos das peculiaridades que se referem ao rótulo e propaganda, sem, contudo, adentrar em outras linhas teóricas que requerem esse estatuto, por acreditar que a AD em diálogo com as discussões crivadas pelas Ciências Humanas e Sociais são suficientes para atender aos propósitos preestabelecidos. É salutar dizer que, nas malhas do discurso publicitário, pelo dizer de Lucena e Oliveira (2005, p. 3) “se escondem efeitos de sentido que se historicizam e trazem uma memória institucionalizada, um “saber discursivo”, capazes de recuperar traços de marcas identitárias de significados culturais”.

Quanto ao quarto capítulo, os rótulos, quando propagandeados ou não, serão tratados sob o viés da genealogia e arqueologia foucaultianas. Dessa forma, o objetivo é evidenciar a imagem como um dispositivo da memória discursiva identitária. Sob esta perspectiva, a imagem revela-se como resguardadora de memória que traduz um significado dinâmico, não preso a uma linearidade histórica, mas possuidora de um caráter eminentemente dispersivo, que marca um lugar social de sujeito, uma espécie de posição de onde fala um sujeito social, onde a arqueologia e genealogia se complementam para dar ao acontecimento efeitos de sentido contemporâneos. Estes são buscados não só nos explícitos, mas nas linhas tênues que por vezes teimam em se apagar nos implícitos recuperados pela memória. Ainda neste espaço, a imagem se constituirá como uma âncora ao rótulo, passando a constituir um discurso estratégico, que visa a estabelecer técnicas de governo de si e do Outro, objetivando instituir o padrão da homogeneidade branca, mesmo diante de situações pós-modernas, tão

efêmeras e desreferencializadas como os sujeitos que as constroem. Desconstrução para construção torna-se um processo dialético que se pretende compreender num devir até então estranho ou indecifrável.

Por sua relevância, torna-se eminente tratar das concepções de arquivo, do *a priori* histórico, como lugar de aparecimento do discurso, não como massa amorfa, mas como o definidor de um modo de atualidade do enunciado, que o faz funcionar, mediante uma regularidade discursiva que se mostra pela repetibilidade. Falar de arquivo desencadeia a necessidade de trazer à luz outra categoria que, com ele, se traduz num lugar de produção de discurso. Não se trata de frases ou de uma concepção de língua como estrutura. É muito mais que isto: trata-se de uma categoria que evidencia uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, que fazem aparecer por cruzamento um domínio de estruturas e de unidades. É dos enunciados que se fala nesse momento.

Assim, ao tratar de arquivo e enunciado, tornou-se imprescindível discutir os conceitos de arqueologia e genealogia foucaultianos. Ao discuti-los, não pretendemos buscar ou evidenciar origens do racismo de cor, mas apontar as relações de poder, os jogos de força, que fazem funcionar um discurso que discrimina e estereotipa sujeitos, contribuindo para um padrão que ora denominamos de padrão da brancura. Um dispositivo de poder, constituidor de identidades e subjetividades. Dessa forma, os conceitos supracitados não são vistos como dicotômicos, mas complementares: um ampara-se no outro para traduzir as manobras discursivas utilizadas por um sujeito-autor que se dispersa num constante fazer histórico. Além desses aspectos, observamos que, ao tratar de arqueologia, objetivamos buscar resquícios de sentido ou evidências de que o *ethos* do branqueamento vem sendo construído ao longo dos anos pelos discursos da beleza e estética, mediante a regularidade neles existente.

Cabe dizer que junto à discussão teórica, análises discursivas serão feitas. Por entender que a disjunção não é interessante para análise de objetos. A busca por um diálogo entre sujeito, práxis e teoria é eminente nesta pesquisa, para que possamos compreender o quanto os discursos se situam numa arena social cortinada pelas relações de força, que empoderam sujeitos, dispersos ao longo do tempo, mas que fazem reaparecer discursos contemporâneos aparentemente dormentes e delicados. O que nos leva a questionar a presença desse sujeito-autor: afinal quem é o autor desse discurso? Há, de fato, uma autoria? Apontamos que os implícitos desencadeiam a existência de

marcas que se dispersam, traduzindo-se em autorias delegadas pela ciência. Portanto, há, sim, o sujeito-autor que ocupa uma posição, um lugar social: uma posição-sujeito.

Portanto, é com base nesta estruturação que defendemos a Tese de que os discursos da beleza e estética, inscritos e atravessados nos gêneros discursivos rótulo e propaganda, são paradoxais e funcionam como dispositivos de identidade, cooperando para o padrão da branquidade, para a normalização de sujeitos. Lembrando que esta cooperação é alicerçada por mecanismos que se inscrevem numa ideologia racista de cor, bem como nos jogos de força que se materializam nas relações de poder, em que sujeitos são ativados e passivados por estratégias discursivas de subjetivação e objetivação, que fazem o poder circular.

2. O DISCURSO DO RACISMO DE COR À BRASILEIRA

Quem nos impôs o conceito de raça foi o racismo. Nós sabemos que a raça é humana. O que foi cunhado como argumento para legitimar a colonização entre os séculos 16 e 19 é que formulou o conceito de raça, é o lombrosionismo. Não opto pelo conceito de etnia porque a gente não está morrendo de etnicismo. Estamos morrendo de racismo. E, para desmontá-lo, temos de nos mover com esse conceito reposicionando-o na história.

Vilma Reis

Parafraseando Foucault (2007), este capítulo parte do princípio de que é necessário por em questão as sínteses prontas e acabadas, os agrupamentos que, na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame, esses laços cuja validade é reconhecida desde o início; é preciso, além disso, desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens, expulsando-os da sombra onde reinam. Para tanto, torna-se necessário apresentar discussões acerca de um discurso construído historicamente, ideologicamente e culturalmente: o racismo de cor. Além dessa perspectiva ideológica, considerando Foucault (2005), o racismo é entendido como técnica de disciplinarização e regulamentadora ou de governamentalidade, que visam, grosso modo, constituir identidades fragmentadas, ao mesmo tempo em que as organizam, objetivando a homogeneidade organizadora da sociedade, mediante a eliminação do outro.

Para Ianni (2004), a questão aqui suscitada, a racial, parece um desafio do presente, mas se trata de algo que existe desde há muito tempo, modificando-se ao acaso das situações, das formas de sociabilidade e do jogo das forças sociais, que se reitera continuamente, modificada, mas persistente. Configurando-se como funcionamento da fábrica da sociedade, compreendendo, entre outros aspectos, identidade, alteridade e dominação. O que suscita o desejo de discutir essa construção de longa maturação no Brasil.

2.1. O tratamento acadêmico no Brasil: uma construção de longa maturação

Inicialmente, é necessário dizer que as concepções acerca da terminologia racismo passam por um terreno de disputa, isto porque há uma polissemia discursiva que atravessa os dizeres constituídos por muitos que tratam do assunto. Entretanto, o recorte desta pesquisa ampara-se no racismo inerente à cor da pele. O que não o descaracteriza como eminentemente singular em sua ampla pluralidade teórica significativa. É necessário esclarecer, de antemão, que o racismo a ser tratado pode ser concebido como posturas e comportamentos construídos por sujeitos que estereotipam e marginalizam o Outro, constituindo uma identidade marcada por atributos pejorativos e negativos que chegaram à pós-modernidade por meio de dispositivos de poder.

Entre eles, encontra-se a Ciência que, segundo Guimarães (2004), no Brasil, teve uma enorme contribuição no que diz respeito à demora em relação ao tratamento acadêmico dado ao assunto racismo ou discriminação racial, tendo em vista a forte tendência na ênfase aos estudos que primavam em teorizar o desenvolvimento e a modernização. As questões raciais, dessa forma, ficavam presas às amarras discursivas atreladas ao conceito generalizante de classe social. Esta suposta generalidade das classes culminou por esconder todas as desigualdades que resultavam da interação de outros princípios classificatórios e discriminatórios nas sociedades contemporâneas, tais como a raça e o gênero.

Teoricamente, foi um processo de construção de longa maturação: primeiro, foram necessários conceitos que pensassem a estrutura social brasileira como fundada em grupos mais fechados e de menor mobilidade que as classes. Conforme Guimarães (2004, p. 22),

Thales de Azevedo (1966 [1956]) empregou, por exemplo, o conceito de grupos de prestígio, de Tönnies, para se referir aos *grupos de cor*, para cuja pertinência a origem familiar e os atributos de nascimento eram mais importantes que características adquiridas em conflitos ou em competição em mercados. Do mesmo modo, ao pensar a situação estrutural dos negros como “metamorfoses do escravo”, Florestan Fernandes (1965) e Octavio Ianni (1962) demonstraram convincentemente que a divisão estrutural entre brancos e negros correspondia a uma reatualização das distâncias que separavam, no império, a *sociedade da ralé*, e, na República, a *elite* do povo (grifos do autor).

De suma importância para as pesquisas que tratam de racismo e preconceito racial no Brasil, no início dos anos 50, Florestan Fernandes realizou, com Roger Bastide, sob encomenda da UNESCO, uma pesquisa de extrema relevância que visava a verificar as relações raciais no Brasil. O referido órgão objetivava a compreensão do caráter dito positivo das relações raciais no Brasil, tendo em vista o fato de que este país era visto como comunidade harmônica, onde todos viviam sem segregação racial. Ao contrário dos Estados Unidos, aqui não existem, por exemplo, banheiros para brancos/banheiros para negros. O que conotava uma harmonia não preconceituosa: a ideologia da democracia racial, oriunda, em especial, da importante Obra de Gilberto Freyre, *Casa grande e Senzala* (GUIMARÃES, 2008). Esta ideologia também guarda seu arquivo ou *a priori* histórico (FOUCAULT, 2007), suas raízes são fincadas nas ideias de Blumer e da tradição sociológica de Chicago, tendo em Robert Park e Donald Pierson seus principais representantes, que negaram a existência de preconceito racial no Brasil. Com Freyre, o mito da democracia racial ultrapassou as barreiras nacionais, sendo propagado em outros países, o que desencadeou e instigou a já citada pesquisa. Ideias extremamente criticadas por Fernandes (2007a) que evidencia o quanto o negro ainda se encontrava à revelia de uma possível inserção na sociedade. Fernandes (2007a) traça o perfil do regime de classes a partir da posição do negro na sociedade brasileira e revela o papel do negro bem aquém do mundo fechado dos brancos. Aponta, em especial, que a liberdade conquistada com a abolição da escravidão e o surgimento de regime de classes não foram suficientes para produzir vantagens econômicas, sociais e culturais ao negro. Segundo Fernandes,

[...] existe um abismo entre as ideologias e utopias raciais dominantes no Brasil, construídas no passado por elites brancas e escravistas, e a realidade racial. [...] Não se entende a situação do negro e do mulato fazendo-se tabula rasa do período escravista e do que ocorreu ao longo da instauração da ordem social competitiva. A abolição não afetou, apenas, a situação do escravo. Ela também afetou a situação do “homem livre de cor”. Na verdade, a abolição constitui um episódio decisivo de uma revolução social feita pelo branco e para o branco. [...] o “homem de cor” viu-se duplamente espoliado. Primeiro, porque o ex-agente de trabalho escravo não recebeu nenhuma indenização, garantia ou assistência; segundo, porque se viu, repentinamente, em competição com o branco em ocupações que eram degradadas e repelidas anteriormente, sem ter meios para enfrentar e repelir essa forma mais sutil de despojamento social. [...] Do ponto de vista sociológico, o que interessa, nesse pano de fundo, é o fato de que os estoques negro e mulato da população brasileira ainda não atingiram um patamar que favoreça sua rápida integração às estruturas ocupacionais, sociais e culturais criadas em conexão com a emergência e a expansão do capitalismo. [...] Em suma, a expansão urbana, a revolução industrial e a modernização ainda não produziram efeitos bastante profundos para modificar a extrema desigualdade racial que herdamos do passado. [...] Os únicos canais eficientes de ascensão social na sociedade brasileira, ainda continuam, quase tão fortemente como no passado, como privilégios sociais das elites das classes altas e da “raça dominante”. O negro e o mulato, como eles diriam, aí “não têm vez”, encontrando-se rigidamente bloqueados por privilégios sociais que possuem inevitáveis e profundas implicações raciais (FERNANDES, 2007a, p. 64-71). (grifos do autor).

Até o final dos anos 70, no Brasil como em toda América Latina, os estudos das relações raciais apontaram para uma constante associação entre raça e posição social de um lado e raça e classe social por outro. Esses estudos foram unânimes em concluir, a partir das evidências, que não havia no Brasil uma identidade social construída em torno da noção de raça. A categoria de pertença social era não a “raça”, mas, ao contrário, a cor (GUIMARÃES, 2004, p. 23).

Guimarães (2008) cita Da Mata para dizer que o segundo passo crucial para a construção dessa nova problemática foi o desvendamento da centralidade dos princípios de hierarquia e de desigualdade na ideologia brasileira. Mediante esta nova possibilidade, a categoria ideologia trouxe à realidade um novo discurso, ou se não era tão novo, pelo menos as discussões se respaldavam em um viés crítico que ampliava os horizontes discursivos para além da marca da divisão de classes. O objetivo era fazer com que os brasileiros percebessem não só as enormes desigualdades que estruturam a sociedade, mas também atribuí-las não as diferenças de classe, mas à distância social, aos preconceitos raciais e às justificativas morais que ainda a legitimam. Diante da problemática, Guimarães (2008, p. 62) destaca:

E aqui reside o desafio para a teoria do preconceito racial entre nós: o que Costa Pinto, Florestan Fernandes, Thales de Azevedo, Roberto Da Matta e outros fizeram até aqui se concentrou na compreensão de por que fenômenos como o preconceito e a discriminação raciais passavam despercebidos ou não ganhavam a relevância moral e política que adquiriram em outros países. Nossa sociologia ou negava a existência desses fenômenos ou procurava explicar por que não resultavam em conflitos sociais importantes.

Ainda conforme Guimarães (2004), somente nos anos 80, a literatura brasileira, em especial os trabalhos de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva, consegue se desvencilhar das amarras dos discursos desenvolvimentista, integracionista e evolucionista, para cair em outras armadilhas, como o fato de obscurecer a permanente associação entre raça, cor e posição social no Brasil. Contudo, os discursos contemporâneos, especialmente oriundos dos movimentos sociais, fundam-se sobre a inaceitabilidade de uma ordem de desigualdades sustentada pela exclusão da imensa maioria dos brasileiros, dos direitos da cidadania.

Somado a estas afirmações, os estudiosos contemporâneos reintroduziram a categoria “raça” como variável explicativa, considerando a necessidade de explicar as desigualdades sociais no Brasil, ancoradas em diferenças raciais e na descoberta de que os grupos de cor podem ser reagrupados, para benefício de análise, em dois: brancos e não-brancos. Este mecanismo tem oferecido maiores condições de análise de alguns aspectos sociais, no que se refere aos estudos da distribuição de renda, do acesso à educação e ao emprego, entre outros. Neste caso, a categoria raça é usada como conceito sociológico, tornando-se uma ferramenta analítica valiosa, referindo-se a diferenças físicas socialmente significativas, e não a diferenças biológicas que determinam traços de comportamento.

O acontecimento do retorno (FOUCAULT, 1996), aparece não mais como medidor ou classificador social: dissociado da origem, o critério da cor, seria de natureza puramente estética, e, portanto, não-racista. Se a cor, diferente da branca, revela-se menos prestigiada na escala hierárquica, tal fato nada teria a ver com a raça. Sob este recorte, “a redução de raça à classe é um modo de negar a gritante constatação social, tornando a visão classista como uma tentativa de mascarar ideologicamente um mecanismo específico de opressão” (MUNANGA, 1988, p. 42). Nascimento (2003) destaca que, mediante essa magia acadêmico-científica, a permanência dos grupos de cor na base da pirâmide social durante e após o processo de imigração ficaria reduzida à condição de mera coincidência ou de resquício estrutural do sistema escravista. É um

verdadeiro lavar de mãos sem culpa ou ressentimento tendo em vista a ascensão de uns sobre os outros. Mas, afinal, o que significa raça? Que carga semântica e discursiva tem esse conceito? São questionamentos que dão vida às próximas discussões.

2.2. Significando a categoria Raça

É cabível dizer que Racismo vem de Raça, uma terminologia construída histórica e ideologicamente que, antes de qualquer outra significação, tem uma carga semântica que conota e denota separação. Os efeitos de sentido atravessaram não só os discursos, mas o tempo, no sentido do que lhe é histórico e social: para cada momento, a adjetivação de raça ganhou atributos diferenciados. Munanga (2003) aponta que, etimologicamente, o conceito de raça veio do italiano *razza* que, por sua vez, originou-se do latim *ratio*, significando sorte, categoria, espécie. Destaca, ainda, que, como na maioria dos conceitos, o de raça tem seu campo semântico e uma dimensão temporal e espacial: no latim medieval, o termo raça passou a designar a descendência, a linhagem, isto é, um grupo de pessoas que tem um ancestral comum e que, *ipso facto*, possuem algumas características físicas em comum; já em 1684, o francês François Berhier emprega o termo no sentido moderno da palavra, configurando a ideia de classificação de grupos contrastantes. O conceito de raça, dessa forma, passa efetivamente a atuar nas relações entre as classes sociais, na França dos Séculos XVI-XVII, período em que os nobres passam a se identificar com os francos, em oposição aos gauleses – população local identificada com a plebe. Os primeiros não só se consideravam superiores aos segundos, mas acreditavam possuir sangue “puro”, dotados de dons administrativos e habilidades especiais para dirigir e dominar os gauleses. Dominação e sujeição. Esta é a tônica da discursividade de raça, um conceito até então dicotômico, que visava a estabelecer um paradigma da diferença entre o “eu” e o “outro”, de maneira fechada e negativa, para uns, e positiva, para uma minoria.

Afinal, quem é este outro? Indagavam-se os europeus. Até o fim do século XVII, as explicações passavam pela Teologia e pela escritura: comprovar que esse “outro” também era descendente de Adão era primordial. Daí, muitas conjecturas foram construídas, inclusive lançaram mão do mito dos Reis Magos que, no imaginário social, simbolizava as três raças, sendo que Baltazar, o mais escuro, representava o negro. Entretanto, no Século das Luzes, o XVIII, a racionalidade filosófica já não permitia explicações simplistas. Dessa forma, o conceito de raça existente nas ciências naturais é

transportado para nomear ou denominar esse “outro”, que se integra à antiga humanidade como raça diferente. Os pilares do nascimento de uma nova área de conhecimento chamada História Natural da humanidade, posteriormente transformada em Biologia e Antropologia Física, estavam alicerçados. Somado ao fato de que o caminho do racismo estava pavimentado sob um crivo metódico e sistemático da classificação. Sob este viés, era eminente estabelecer critérios para operacionalizar a classificação dos seres humanos. O século XVIII elegeu a cor como critério fundamental entre as chamadas raças: a espécie humana ficou dividida em raça branca, negra e amarela. Classificação que continua no imaginário das pessoas.

No século XIX, ao critério da cor foram acrescentadas características ditas morfológicas: a forma do nariz, dos lábios, do queixo, do formato do crânio, o ângulo facial etc., visando ao aperfeiçoamento da classificação. No século XX, graças ao progresso da Genética humana, descobriu-se que havia no sangue critérios químicos mais determinantes por consagrar definitivamente a divisão da humanidade em raças estanques. Sucintamente, um marcador genético característico de uma raça pode, com menos incidência, ser encontrado em outra raça. Na síntese, chegaram a considerações que evidenciam que a raça não é uma realidade biológica, mas, sim, um conceito, cientificamente inoperante, para explicar a diversidade humana e para dividi-las em raças estanques, ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem. O que não significa que todas as populações são geneticamente semelhantes (MUNANGA, 2003).

Infelizmente, quando a Biologia, juntamente com as demais áreas afins, do Século XX suscitaram as novas descobertas, o mal já estava enraizado, a ciência havia extrapolado o campo científico, o que é previsível, para o cultural, o político e, eminentemente, ideológico, deixando resquícios e ranços de uma hierarquia racial perversa. A simples supressão ou tentativa de silenciamento do termo raça no campo da ficção científica não foi suficiente para calar as vozes que atravessaram os discursos e continuam a se perpetuar enquanto homogeneidade. É fato que o conceito de raça, hoje empregado, nada tem de biológico, mas é um conceito carregado de ideologia. Parafraseando Munanga (2003), como conceito natural ou biológico, a terminologia raça transcende para o campo etno-semântico, agora determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. A discursividade de negro, branco e mestiço não significa a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul etc.. Em face disso, os efeitos de sentido configuram estas palavras num universo não mais biológico, mas etno-semântico, político-ideológico e histórico-cultural.

Assim, é perceptível que os ranços ficaram e atravessam os discursos contemporâneos ou pós-modernos. Este atravessamento recorre a estratégias sutis, veladas e, muitas vezes, silenciadas por sujeitos-autores das mais diferentes camadas sociais. Inclusive daqueles que representam a sociedade do discurso (FOUCAULT, 1996) ou a elite simbólica (VAN DIJK, 2008). Se o racismo não mais existe, pois a raça não mais seria um atributo inerente ao sujeito racializado, restou o olhar estigmatizador, de um signo cultural e ideológico, denominado cor. Em concordância a Nascimento (2003), é mais sensato ratificar que

[...] a pretensão de eliminar o termo “raça” do vocabulário científico e popular resume-se a um utópico e fantasioso engano, pois mesmo eliminado o vocábulo no imaginário social, as diferenças físicas visíveis continuam a ser tipificadas e interpretadas pelo senso comum que constrói socialmente as “raças simbólicas”. A supressão da palavra, ao contrário de apagar o racismo do “espaço mental” popular, tende a favorecer o prevalecimento e a normalização do “racismo simbólico”. Aliás, foi esse o logro do sortilégio da cor no Brasil, onde a substituição da ideia explícita de “raça” pelo mote da “cor” permitiu à nação construir uma pretensa ideologia anti-racista, fundamentada em toda uma teoria academicamente formulada e socialmente consolidada no imaginário popular, capaz de encobrir a realidade de um sistema de dominação racial (NASCIMENTO, 2003, p. 47-48).

Nascimento (2003) destaca, além disso, que a tentativa de substituir o termo raça por outros como etnia resultou num escamoteamento de um subtexto de raça que perpassa e permeia o discurso e as relações raciais, constituindo um firme alicerce, na prática, do velho critério da inferioridade racial. Parafraseando-a, a noção de raça é mais inclusiva que etnia ou afrodescendência, tanto é que estas terminologias são utilizadas quando necessárias, inclusive como critério para planejamento e execução de políticas públicas no Brasil. Como lutar contra o racismo, se negamos a existência de raças e, portanto, da discriminação racial? Indaga Nascimento. A mesma autora evoca Nilma Bentes (*apud* Nascimento 2003, p. 50) para dizer que “a noção de etnia não tem ressonância no imaginário social e, portanto, carece de capacidade mobilizadora”. Racismo, ao contrário, é ampla e imediatamente identificado como algo a ser repudiado, correspondendo à identificação popular do fenômeno discriminatório.

Enquanto Nascimento (2003) denomina a suposta substituição de raça por etnia como um processo de escamoteamento, Ianni (2004) o denomina de metamorfose de etnia em raça. Destaca, além disso, que, em pleno século XXI, está novamente em curso um vasto processo de racialização no mundo, a exemplo de outras épocas, como o das

descobertas e conquistas marítimas, em especial por parte daqueles que são conhecidos como os guardiões do capitalismo, ao considerar cada civilização como essências qualificáveis ou inqualificáveis, frente ao padrão preestabelecido pela Europa ocidental e Estados Unidos da América do Norte. Dessa forma, o mundo ingressa no século XXI assistindo a um debate acirrado tanto das relações raciais, como de outras como a intolerância religiosa, a contradição natureza e sociedade, as hierarquias masculino-feminino, as tensões e lutas de classes, entre outras de suma importância. Acrescenta que são dilemas da modernidade gerados e desafiados por preconceitos e superstições, intolerâncias e racismos, interesses e ideologias.

Esta constituição de racialismos que chegou ao século XXI toma o conceito de raça como dinâmica produzida pelas forças sociais, pelas relações de poder, premissas de sentido. Um deles ancora-se no fato de um dos signos passarem por uma acentuação, tornando-se um estigma. No estudo em foco, a cor é este signo. Junto a ela, acrescentam-se outras características como o cabelo, para ressignificar a raça. O signo da cor, portanto, é estigma que se impregna gradativamente nas subjetividades como algo natural, mediante o jogo de forças sociais, compreendendo as suas implicações políticas, econômicas e culturais. Ianni (2004) denomina esse processo de dialética das relações raciais. Para ele, a raça não é uma condição biológica, mas uma condição social, psicossocial e cultural, reiterada e desenvolvida na trama das relações sociais, envolvendo jogos de força e progressos de dominação e apropriação.

Racializar, portanto, tornou-se uma técnica de gerenciar o Outro. É polissêmico até onde o outro anseia que seja. Significa ultrapassar as barreiras do “eu” para os contextos histórico-sociais, politizando as relações quotidianas – locais de trabalho, estudo e entretenimento, compras, participação coletiva etc., inibindo e mutilando a práxis humana, acentuando a alienação de uns e outros, indivíduos e coletividades. Diante disso, lembrar a ressalva que Foucault (2005, p. 72) faz aos enfrentamentos coletivos como guerra da sociedade, enfatizando o quanto esta tem uma lógica binária que polariza pessoas é de extrema relevância. Parafraseando-o, o que vemos como polaridade, espécie de fratura binária na sociedade, não é o enfrentamento de duas raças exteriores uma à outra, mas o desdobramento de uma única e mesma raça e uma sub-raça ou o reaparecimento, a partir de uma raça, de seu próprio passado. “Na síntese, o avesso e a parte de baixo da raça que aparece nela”.

Destacando que Foucault (2005) provoca uma discussão que ultrapassa a especificação da categoria raça, atrelada a cor ou a outro signo que represente o negro

ou o branco. É muito mais que isto: as discussões amparam-se em paradigmas construídos para focar uma divisão interna, o pior dos racismos, que ele chama de racismo da purificação, racismo interno e perverso que visa à normalização social, ao controle permanente. Foucault (2005) pretende mostrar uma arqueologia das raças e das lutas travadas pelas raças, evidenciando a construção de um discurso dito verdadeiro, um discurso permanente e excludente, bem vivo nas relações de poder, no cotidiano. Foucault evidencia que o discurso histórico, sob a perspectiva das relações de força ou da guerra, emergiu na modernidade. Entretanto, não se trata de um elogio a Roma ou tampouco da relação de poder entre rei e súdito. Opõe-se a este tipo de poder. Agora, compete ao historiador um registro como intensificador do poder, destacando a dominação e sujeição que outrora estavam mascaradas pela história tradição, história de glória dos soberanos.

Que regras foram utilizadas para construção desse discurso que sujeita sujeitos? Que tipo de poder é esse capaz de produzir discurso verdadeiro? Foucault (2005) aponta que é no triângulo poder, direito e verdade que esta constituição acontece. Na intensidade em que vivemos, é dessa relação que nos tornamos sujeitos, sujeitados a alguma coisa ou a algumas dominações. É por esta via que se criou mecanismos de controle, capazes de excluir ou incluir, permitir ou coibir: uma nova mecânica de poder. É relevante dizer que estes mecanismos não surgiram do nada ou tampouco são a-históricos, mas estão eminentemente atrelados a um fazer histórico, tanto aquele de característica estática, linear, tradicional, que pressupunha a existência de um narrador de grandes feitos de soberanos e poderosos, como aquele característico aos deslocamentos que fazem a dinamicidade dos fatos transbordar. As observações foucaultianas sobre o papel da história ou do historiador são importantes no momento:

[...] nessa luta geral de que ele fala, aquele que fala, aquele que narra a história, aquele que recobra a memória e conjura os esquecimentos, pois bem, ele está forçosamente de um lado ou do outro: ele está na batalha, ele tem adversários, ele trabalha para uma vitória particular. Claro, sem dúvida, ele faz o discurso do direito, e faz valer o direito, reclama-o. Mas o que ele reclama e o que faz valer são os “seus” direitos – “são os nossos direitos”, diz ele: direitos singulares, fortemente marcados por uma relação de propriedade, de conquista, de vitória, de natureza. Será o direito de sua família ou de sua raça, [...] a verdade é uma verdade que só pode se manifestar a partir de sua posição de combate, a partir da vitória buscada, de certo modo no limite da própria sobrevivência do sujeito que está falando (FOUCAULT, 2005, p.60-61).

Foucault (2005) acentua que esse mecanismo de controle e cerceamento, exercido pela vigilância e repressão, alheio à forma da soberania, foi inventado nos Séculos XVI e XVII, na busca da fabricação de sujeitos. Para tanto, Foucault (2005) lança mão da metáfora da guerra, como princípio de análise das relações de poder. Mas, afinal, o que é a guerra? O novo discurso histórico-político, datado do Século XVI, a entende como discurso enfático, decisivo, sofisticado e possuidor de um dizer científico. A metáfora da guerra é útil também a Foucault para que possa enfatizar o quanto o discurso verdadeiro nasce dos enfrentamentos, das batalhas reais, dos massacres.

Assim, é cabível dizer que, no Brasil, as pistas de um discurso preconceituoso e racista, uma produção de verdade, pautada na singularidade, foram deixadas pela luta perversa e desigual do colonialismo europeu. Posteriormente, esse preceito de verdade, fincou-se nas entranhas de sujeitos para fabricar outros sujeitos estereotipados. Produziu-se saberes que nasceu de outro saber, verdades da verdade, poderes do poder. Tornou-se o que Foucault denomina de guerra perpétua. É ele, o conceito de guerra que vai acentuar a construção de uma sociedade binária, esta é constituída por indivíduos que se subdivide em categorias duais: uma raça e uma sub-raça: “a guerra é que é o motor das instituições e da ordem: a paz, na menor de suas engrenagens, faz surdamente a guerra. Em outras palavras, cumpre decifrar a guerra sob a paz: a guerra é a cifra mesma da paz”, afirma Foucault (2005, p. 59).

Esse discurso da raça e sub-raça, alheio ao soberano, atrelado aos séculos XVI e XVII, segundo Foucault, funciona até o século XIX, quando se converte num discurso racista. Esta sub-raça de que fala Foucault, conforme Burmester², não se equivale a do império romano ou tampouco do selvagem da América, é aquela que se infiltra no tecido social e é construída a partir dele: uma sub-raça que, para Foucault, estaria nas origens de um racismo de Estado, que a sociedade vai exercer sobre ela mesma, sob o qual já abordamos: o racismo permanente, cerceado, presente nas relações sociais. Um racismo ininterrupto. Partindo de uma visão foucaultiana, Burmester aponta, ainda:

² BURMESTER, Ana Maria. **In: Palestra: Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: UNICAMP, 2010. Disponível em: <http://cameraweb.ccuec.unicamp.br/video/cw74bdzczy/>, extraída em 2011.

Na idade moderna, o discurso histórico não será mais o da soberania nem sequer da raça, mas será o discurso das raças, do enfrentamento das raças, da luta das raças, através das nações e das leis. Deslocamento importante, porque é postulado que a história dos fortes traz consigo a história dos fracos. Isso não vai ser possível manter. Então, vamos substituir por outro princípio: a história de uns não é a história de outros e sobretudo nunca é a história de todos. Num primeiro momento para Foucault, ela vai representar, como contra-história, a tomada da palavra por aqueles que não a tinham e que tentam contar sua própria história e que tentam trazer à luz algo que foi deliberadamente escondido, constituindo-se enquanto crítica ao poder. O que se critica: o poder é injusto. Ele é injusto porque não nos pertence. Esse deslocamento vai constituir um tipo de história do tipo bíblico, que se antepõe ao tipo romano, fala de um discurso justo para declarar guerra aos reis, mas que não é um discurso que vai proteger os pobres e oprimidos: do lado da história reivindicatória, da história insurreição.³

O triângulo foucaultiano – poder, direito e verdade – está eminentemente atrelado ao fazer histórico. Assim, o conhecimento passa a ser um instrumento no jogo do poder, na construção de verdades. Trata-se de construir o que Foucault (2005) denomina de contra-história, ou seja, uma construção anti-romana, que denuncia, relata não mais grandes feitos, mas violência, traições, proliferação e debilidade da raça, invasões e instauração de poder. É a tomada da palavra por aqueles que não a tinham, como afirma Burmester (2010). O discurso da luta de raças, instrumento de luta de campos descentrados, passa a ser recentrado, convertendo-se em um discurso possuidor de um poder centralizador, reconduzindo a guerra entre duas raças, como proposta única, não de duas raças, mas da raça, a verdadeira. Uma é preterida em nome do patrimônio biológico. Trata-se de proteger a sociedade contra todos os perigos daquela sub-raça.

Guerra: esta é a tônica que tem a luta entre raças como motor principal. As relações de força e guerra são, agora, o eixo central da história. Concepções que vão nortear dois paradigmas no século XIX, fundados uma sobre a luta de classe e outra sobre o racismo. O tratamento que Foucault dá a esta categoria está eminentemente ligado ao biopoder, a sua constituição, uma estratégia que se originou no final do século XIX que desencadeará o nazismo. Assim, a guerra das raças se torna racismo de Estado, isto é, o Estado passa a ter o direito de vida e de morte, cria-se uma tecnologia disciplinar do corpo. O que leva Foucault a confirmar: “A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e

³ Transcrição de parte da fala da Prof^a. Ana Maria O. Burmester. Palestra: Em Defesa da Sociedade. Disponível em: <http://cameraweb.ccuac.unicamp.br/video/cw74bdzczy/>, extraída em 2011.

que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer “(FOUCAULT, 2005, p. 294).

Somado a estas fortes considerações, Foucault (2005) aponta que, intrinsecamente ligada à tecnologia disciplinar dos corpos, há uma outra tecnologia que é centrada, não no corpo, mas na vida, regulamentando-a, que visa afugentar todos os perigos que rondam a normalidade. Para normalizar, é preciso destruir aquilo que parece estranho a este poder. Nesta perspectiva, Bauman (1998) também enfatiza o quanto a modernidade se preocupou com o estranho, a tal ponto de dizimá-lo, fazê-lo desaparecer, visando à subjetividade e, não, às subjetividades. Um poder dito político-organizador, pressupondo a norma. Mas, afinal, o que é a norma? “A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar”, ratifica Foucault (2005, p. 302). E é, neste momento, quando o poder passa a se encarregar da vida, que o racismo ressurgiu, sob uma nova mecânica, sob o biopoder. Trata-se, portanto, de uma nova tomada do poder sobre o homem enquanto ser vivo, biológico por excelência. Paradoxal? Como um poder que consiste em fazer viver pode deixar morrer? Verifica-se, então, um racismo metaforizado: racismo é morte! Por sua vez, morte não significa apenas o assassinato literal, mas todo e qualquer tipo de morte, inclusive a multiplicação do que soa como estranho. Em se tratando de racismo, uma morte social.. Uma envolvente perspectiva do racismo mediante a emergência do biopoder. O racismo passa a ser um mecanismo básico do poder, equivalente ao exercido nos Estados Modernos. Negar a cor ou qualquer um dos atributos, para fazer aparecer o que cabe no discurso da normalização, como pressupõem os discursos da beleza e estética, não é um tipo de morte? Matar é eliminar o outro. Significa apagamento, desaparecimento. “Quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie mais eu”, afirma Foucault (2005, p.305).

É assim que o racismo, numa visão foucaultiana, exerce duas funções básicas: fragmenta, faz cesuras no interior do contínuo biológico a que se dirige o biopoder, bem como faz transparecer uma relação positiva do tipo “se você quer viver, é preciso que o outro morra” (grifos do autor). No Brasil, a produção desse discurso não ficou aquém desse caráter fragmentário e eliminador. O que nos remete a analisar essas nuances, visando a elucidar o quanto o conceito de raça e racismo sofreram tentativas de naturalização. Inclusive, analisando as contribuições das Ciências Humanas e Sociais, este é o percurso a seguir.

2.3. Colonização: tentativa de naturalização do racismo.

Retomando afirmações anteriores, a distinção de raças não nasceu ou foi construída de uma hora para outra ou tampouco ficou à revelia da Ciência. Ao contrário, a academia exerceu uma significação relevante na construção discursiva do que há muito se entendeu por raça. Os efeitos de sentido desta discursividade ainda estão presentes nas várias vozes polissêmicas que ecoam na pós-modernidade, tornando-se de suma importância discutir as condições de funcionamento desse discurso, aludindo a um contexto histórico-cultural em que se ascendeu a denominação raça.

A discursividade de raça está eminentemente ligada à colonização. Isto porque, os europeus, ao se depararem com povos que deles se diferenciavam, trataram não só de evidenciar uma supremacia étnica, mas impor condições que preestabeleciam posição de sujeito que materializava um discurso do dominante sobre o dominado. Colonizar representava não só usurpar terras e riquezas naturais, mas subjugar, maltratar, dizimar, escravizar etc.. Conceição (2006) destaca que o racismo – etnocentrismo carregado de diferenças raciais, reais ou imaginárias – não tem mais de quatro séculos. Nasce com a expansão européia, da qual deriva o tráfico escravo. Cita Albert Memmi para acrescentar que o racismo resume e simboliza a relação fundamental que une colonizado e colonizador, configurando-se como ideologia-chave, organizadora, do colonialismo. Destarte, conclui Conceição (2006), não há colonialismo sem racismo. Conceição (2006, p. 50) ressalta, ainda:

Pode-se afirmar, de modo geral, que não havia preconceito racial antes do século XVI, uma vez que até essa época as ideologias de dominação não tomavam como justificativa a raça (ou o mito racial), mas as divergências culturais ligadas sobretudo às diferenças de religião: “fiéis” contra “pagãos”; cristãos contra muçulmanos, ou contra judeus, por exemplo. Ao tempo do século XV e XVI legaram relatos isentos de preconceito racial. O racismo, como ideologia elaborada, é fruto da ciência européia a serviço da dominação sobre a América, África e Ásia. A ideologia racista se manifesta a partir do tráfico escravo, mas adquire o estatuto de teoria após a revolução industrial européia (grifos do autor).

Afinal, como pode ser definida essa sociedade colonizadora? Que características lhes são pertinentes? Respostas difíceis de serem sintetizadas, mas de visibilidade latente: tratavam-se de povos centralizadores que conservavam uma visão de mundo, para eles, coesa e coerente, amarrada e organizada, visando, sempre, à soberania e supremacia. Assim, para Munanga (1988), o conceito de situação colonial

aparece como noção dinâmica, expressando uma relação de forças entre vários atores sociais, inseridos na colônia, dividida em dois campos antagonistas e desiguais: a sociedade colonial e a sociedade colonizada. A primeira compreende os estrangeiros de origem metropolitana, os europeus ou de raça branca não-metropolitanos e os não-europeus, geralmente de origem asiática, os *coloured* ou homens de cor. Os grupos não desempenhavam o mesmo papel na colônia, cada um deles mantinha domínio sobre os autóctones, competindo aos de origem metropolitana, a eminência do domínio política, econômica e espiritualmente. Aos demais restavam atividades comerciais intermediárias. A sociedade colonial teme a ruptura da ordem e do equilíbrio estabelecidos em seu favor. Para que isto não ocorra, encastela-se, intocável, explorando e pilhando a maioria negra, utilizando-se de mecanismos repressivos diretos (força bruta) e indiretos (preconceitos raciais e outros estereótipos) (MUNANGA, 1988, p.11).

Quanto à sociedade colonizada, abrange os autóctones, habitualmente chamados indígenas ou nativos, conforme Munanga (1988), na linguagem do administrador colonial. Embora superiores numericamente, a sociedade colonizada era considerada minoria sociológica. As perdas irreparáveis foram inúmeras: seus territórios ficaram à mercê dos interesses das potências coloniais; as famílias, aos poucos, foram se tornando estrangeiras; no interior de cada colônia, o corte alongou-se, delimitando as províncias, os distritos, os territórios, as dioceses, as paróquias; desorganização das instituições sócio-religiosas; humilhação física e psicológica dos chefes colonizados. O que ilustra o papel instrumentalista da sociedade colonizada. Ainda no dizer de Munanga (1988), a colônia, sociedade global, transforma-se de modo maniqueísta, cortada em dois. Nesta, a minoria detinha todas as vantagens, protegida por uma barreira topográfica, nos bairros segregados dos colonizados. Essa articulação entre o ideal civilizador, de um lado, e a instrumentalização reducionista, de outro, não significavam tranquilidade ou alívio de consciência por parte daqueles que dominavam. O que os levavam a buscar uma justificativa para o domínio e preponderância num discurso legitimador, baseado numa argumentação científica.

É latente que os europeus arquitetaram um etnocentrismo perverso, posteriormente acentuado pelas ideias iluministas. Estas respaldadas no que denominavam de razão científica. Esclarecendo que, pelas considerações de Rocha (1994), por mais redundante que pareça, entendemos etnocentrismo como um monólogo que não possibilita o eco de outras vozes: os europeus consideraram os colonizados como Adãos míticos (BAKHTIN, 2000) ou homens sem história, desreferencializados

ou sem contexto ou sem memória discursiva (PÊCHEUX,1988). Onde estaria o arquivo ou *a priori* histórico (FOUCAULT, 2007) dessa gente? Os europeus, com certeza teriam se perguntado se tivessem lido este autor enquanto colonizadores. Assim, não há equivalência de valores, porque o grupo do “eu” faz de sua visão a única possível, a melhor, a superior, a certa. Rocha (1994, p. 8-15) destaca que

Etnocentrismo é uma visão de mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através de nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. [...] Perguntar sobre o que é etnocentrismo é, pois, indagar sobre um fenômeno onde se misturam tanto elementos intelectuais e racionais quanto elementos emocionais e afetivos. [...] a colocação central sobre etnocentrismo pode ser expressa como a procura de sabermos os mecanismos, as formas, os caminhos e razões, enfim, pelos quais tantas e tão profundas distorções se perpetuam nas emoções, pensamentos, imagens e representações que fazemos da vida daqueles que são diferentes de nós. [...] de qualquer forma, a sociedade do “eu” é a melhor, a superior. É representada como espaço da cultura e da civilização por excelência. É onde existe o saber, o trabalho, o progresso. A sociedade do “outro” é atrasada. [...] Existe realmente, paralelo à violência que a atitude etnocêntrica encerra, o pressuposto de que o “outro” deva ser alguma coisa que não desfrute da palavra para dizer algo de si mesmo. [...] Aqueles que são diferentes do grupo do “eu” – os diversos “outros” deste mundo – por não poderem dizer algo de si mesmos, acabam representados pela ótica etnocêntrica e segundo as dinâmicas ideológicas de determinados momentos (grifos do autor).

Dessa forma, conclamando elementos intelectuais e racionais, a ciência tentou atrair para si a responsabilidade de justificar o injustificável, construir um discurso no âmbito do verdadeiro. Munanga (1988) aponta que alguns pensadores iluministas como Buffon, Helvétius e Voltaire alegavam discursos diferenciados, mas que se dialogavam, para explicar a superioridade de uma raça sobre outra. Respectivamente, as razões se respaldavam no determinismo do clima – os mais bonitos e bem feitos vivem num clima mais temperado. Afinal, a harmonia dos corpos e das mentes são signos visíveis de uma perfeita adequação entre o meio e a espécie; a inferioridade selvagem como ordem histórica – nascido sem ideia vício ou virtude, tudo no homem é aquisição; a supremacia de um minoria pensante, onde o branco é superior ao negro assim como este o é em relação ao macaco – uma visão elitista de desenvolvimento.

Civilizado se configura como sinônimo de superior, responsável pelo futuro do mundo. Povos que evoluíam em todos os sentidos. Por outro lado, o caráter distintivo da raça negra era a cor, além de traços do rosto, o odor do corpo, os cabelos, os costumes que complementavam essa distinção. Se todos dessa raça eram iguais, qualquer negro

viveria a mesma existência miserável: sem conforto, alimentação grosseira, homens preguiçosos, mulheres debochadas. Estes eram alguns dos pré-conceitos estabelecidos por uma sociedade dual e hegemônica.

Somado a isso, no Século XIX, duas correntes teóricas marcaram e influenciaram de maneira negativa os não-europeus: o evolucionismo e a teoria racial, também conhecida como raciologia (MUNANGA, 2003). A primeira, grosso modo, explicava as diferenças culturais, baseando-se no predomínio exercido pelo meio ambiente. O tempo seria uma espécie de bússola a ser seguida com o itinerário feito, é claro, pelos europeus. A segunda evidenciou que o destino dos homens seria determinado pela raça a qual pertencia, apoiando-se, eminentemente, na Biologia. Grandes pensadores da época, a exemplo de Saint-Simon e August Comte, conforme Munanga (1988, p.19), diziam que “os negros viviam num baixo grau de civilização porque biologicamente são inferiores aos brancos e que a superioridade da cultura material européia tivesse, talvez, sua fonte de explicação numa diferença do cérebro do homem branco”.

Sob esta ordem discursiva, Conceição (2006, p.46-49) enfatiza a presença de uma reelaboração teórica, chamada de Ciências Sociais, que acompanhou a expansão européia, com a ocupação da Ásia e, em especial, da África: trata-se da Antropologia. Duas escolas se destacaram neste contexto: o evolucionismo e o funcionalismo. A primeira emergia, agora, como construção sistematizada, herdeira do racionalismo do século XVIII, estabelece que toda e qualquer sociedade é reduzida a um estágio de evolução técnico-econômica, ou seja, a passagem da brutalidade animal à selvageria, desta à barbárie e, finalmente, da barbárie à civilização. Biologicamente respaldada pelo darwinismo social, a escola evolucionista acreditava que assim como na natureza algumas espécies tinham melhores condições de adaptação que outras, uma espécie de seleção natural, os seres humanos também se selecionavam: uns mais que outros estavam aptos à convivência social. O que justificaria inclusive o fato de serem submissos e inferiores numa escala valorativa.

As aberrações foram tantas que chegaram a tentativa de simulação científica para comprovar que o crânio do negro era menor que o do branco. Por isso, todas as características a ele atribuídas partiam de um sentido pejorativo, sempre para baixo. Sob esta ótica, destaca-se, o nome de um cientista que ficou conhecido como um dos sacerdotes do racismo, por ele acreditar que quanto maior o cérebro, mais inteligente o indivíduo: Samuel George Morton, um dos mais renomados cientistas norte-americanos.

Ele chegou à conclusão de que as raças que se encontravam no topo da hierarquia social tinham os cérebros maiores, enquanto as que se encontravam na base tinham os menores. Morton deixou não só seguidores, mas rastros de um paradigma que se denominou poligenismo.

Por outro lado, o colonialismo precisava de maiores referências intelectuais. Para tanto, respaldou-se em outro paradigma científico: o funcionalismo. Esta escola antropológica ofereceu subsídios ao processo de colonização. Afinal, parafraseando Conceição (2006), não se tratava mais de justificar teórica e moralmente a dizimação de populações e culturas, como no tempo da ocupação, mas de compreendê-las para, utilizando as suas estruturas, processar a colonização, em especial, a de administração direta. Conceição (2006, p.48) destaca, ainda, que se trata de um processo dinâmico e, por conta deste aspecto, requer uma prática sempre renovada e politicamente conduzida. Neste caso, será a Antropologia funcionalista que dará substância teórica à administração colonial, regida por princípios básicos: enfatizam que o comportamento humano é regulado por padrões estáveis de relações sociais, ou estruturas sociais; destacam que as estruturas sociais mantêm ou enfraquecem o equilíbrio social. Por conta deste aspecto, os funcionalistas também são chamados de funcionalistas estruturais: analisam como as partes da sociedade – as estruturas – se encaixam umas nas outras e como cada parte contribui para a estabilidade do todo, ou seja, sua função⁴.

Acrescenta-se que os funcionalistas tentaram minar a tese do evolucionismo, enfatizando que o método para entender os povos primitivos deveria conduzir à prática, ou seja, era necessário estar próximo ao objeto de estudo, conhecer a cultura daquela gente. Da teoria do progresso para a da aculturação, uma espécie de transmissão de conhecimentos e valores de uma cultura para a outra. Rocha (1994, p. 64) destaca que “o antropólogo, obrigado a estudos sincrônicos, tem de viajar. Tem de ir morar, experimentar a existência junto ao outro. Conhecer a diferença, experimentando-se a si próprio como diferente [...], fazer trabalho de campo no mundo do outro”. Aponta a figura de Malinowski, como um dos grandes viajantes da época. Enfatiza, além disso, que o funcionalismo não valorizava a diacronia, assim como o evolucionismo, partindo do princípio de que não havia necessidade de estudar o passado ou tampouco verificar uma possível hierarquia histórica da sociedade para conhecê-la. Foi Radcliff –Brown o

⁴ No capítulo que trata de Construção de Identidades, será evidenciado o quanto as Ciências Humanas e Sociais contribuíram ideológica e culturalmente para a constituição de uma norma ou padrão social identitário.

responsável por mostrar que a Antropologia tem seu projeto e a história outro. Assim, a sincronia passa a ter preponderância.

Além desses dois importantes nomes, o funcionalismo antropológico, contou, ainda, com outro expoente: trata-se de um alemão chamado Franz Boas. Ainda no dizer de Rocha (1994), este pesquisador foi um gênio inquieto, curioso e instigante que trouxe uma nova visão acerca do “outro”, para pensar a sociedade mediante um viés cultural. A princípio, em especial nos Estados Unidos, onde vai trabalhar, influencia toda uma geração de alunos. Ao seu nome, liga-se uma escola antropológica denominada também de difusionismo. Guimarães (2008, p. 67) destaca que Franz Boas “substituiu a noção biológica de raça pela noção de cultura”.

Entretanto, apesar dos méritos dessa teoria, as críticas são acirradas no que diz respeito à aculturação, ao pressupor uma transmissão de conhecimentos, práticas ou crenças de uma sociedade a outra. Dessa forma, a Antropologia destaca-se no cenário acadêmico como Ciência de notoriedade, ao lado da Biologia, ao tratar teoricamente sobre raça no século XIX. A Antropologia partiu de pilares e princípios preestabelecidos por outras Ciências, como a Genética, a Zoologia, somado ao fato de o contexto histórico, político e social, naquele momento, passar por um crivo teórico-metodológico que tentava explicar as mudanças sociais alicerçadas no capitalismo. Toda a estrutura do pensamento dominante foi impactada e modificada por novas concepções axiológicas, inclusive aquelas que se referiam a trabalho e valor. A ressonância social não estava, e nem poderia, aquém dessa visão de mundo. Assim, com uma visão de homem/natureza quase paradisíaca, era necessário que adaptações acontecessem para que a máquina funcionasse. Adversamente, havia uma pedra no meio do caminho: o homem dito primitivo, estereotipado como preguiçoso e indolente. Ideologia construída, também, pelas Ciências Sociais, que tentavam justificar o porquê de um território ser mais propenso ao progresso que outro, o porquê de uma cultura ter mais espaço, conhecimento, habilidades e competências que outras.

As pistas de um discurso preconceituoso, portanto, encontram ressonância em um *a priori* histórico resguardado e vigiado pela ciência. “Afinal, toda produção de sentido reconhece um evento que aconteceu e que a permitiu” (DE CERTEAU, 2010, p.54). Este autor destaca, ainda, o papel da ciência, dos intelectuais, em relação à definição de saberes, permeado pela ideologia: parafraseando-o, a instituição não estabiliza apenas uma doutrina, ela a torna possível (DE CERTEAU, 2010). Aponta de maneira enfática que é impossível, analisar o discurso histórico independentemente da

instituição em função do qual ele se organiza silenciosamente; ou sonhar com uma renovação da disciplina, assegurada pela única e exclusiva modificação de seus conceitos, sem que existam transformações das situações já assentadas. “Esta autoria científica se configura em um nós, em um sujeito plural que sustenta o discurso: um nós se apropria da linguagem pelo fato de ali ser posto como locutor” (DE CERTEAU, 2010, p.71).

Além desses aspectos, a visão das Ciências Sociais, em especial a Antropologia, no que se refere às dicotomias, construídas cultural e socialmente, colonizado/colonizador, primitivo/civilizado entre outras, visavam, mesmo sem tocar na categoria, explicar a constituição de identidades de um povo, de uma nação. Isto é perceptível tanto nas explicações de Munanga (2006) quanto nas de Ortiz (1994). Este, ao tratar de cultura e identidade nacional, traz á baila toda uma discussão sobre a formação e constituição identitária nacional. Para tanto, grosso modo, busca subsídios teórico-metodológicos, em especial, na Antropologia, para explanar sobre a memória coletiva e sincretismo científico, discutindo as teorias raciais do século XIX, no Brasil. Neste recorte, o que nos interessa é evidenciar que, desde o início, as discussões que perpassam os temas relativos às relações raciais estão imbricados, recheados de uma visão que preestabelece a constituição de Identidades. Vejamos a tônica do racismo científico no Brasil.

2.4. O racismo científico no Brasil

Utilizando-se de dispositivos de poder – escolas e universidades, os meios de comunicação, instituições aparelhadas a serviço do Estado – a sociedade do discurso – constitui o racismo como processo dinâmico, ideológico e cultural, também no Brasil. Ora utilizando mecanismos explícitos, como aqueles empregados pelas Ciências dos séculos XIX e meados do século XX, ora sutis e maleáveis, como o fato de não oferecer ao negro as mesmas oportunidades de inclusão presentes na vida do branco. Várias pesquisas poderiam ser evocadas para confirmar o dito, mas como não compete a este espaço discursivo adentrar em aspectos dessa natureza, apontamos que no território discursivo da beleza e estética, os dispositivos de poder tornaram-se sustentáculos de seus mecanismos, mediante o não aparecimento, negação e ausência das características peculiares ao negro, em dicotomia à elucidação, transparência, aparecimento exacerbado e nomeação do que é característico ao branco. Este estudo defende que os

discursos da indústria da beleza e estética colaboraram para tanto, funcionando, ou colocando à disposição seu maior dispositivo de poder: o discurso dos rótulos e propagandas, que provocam uma discursividade da cor, com efeitos de sentidos devastadores e excludentes. Esta discursividade não se constituiu de uma hora para outra, já dissemos que se trata de um processo de longa maturação. Compreender a construção à brasileira é relevante para o momento.

Ao empregar a expressão à brasileira, os interlocutores desse discurso, à primeira vista, podem pensar que o racismo a ser tratado tem um modo ou jeito brasileiro de constituição. O que é uma inverdade, tendo em vista que o Brasil sempre gostou de importar modelos⁵, visando a atenuar seus problemas. Em relação a posturas e comportamentos sócio-culturais, não seria diferente. E o racismo é um destes. Ortiz (1994), Schwarcz (1994), Munanga (1988) e Guimarães (2008) destacam que, no Brasil, esta característica se tornou comum, referindo-se à época moderna, que data de 1870.

Assim, sob a ótica do evolucionismo social e da Antropologia funcional, duas grandes ciências se encarregaram de explicar, cientificamente, a preponderância de uns sobre Outros. Estes entendidos como inferiores e diferentes. Tratam-se da Medicina e do Direito. De maneira acentuada em contextos geográficos diferentes: sul, norte nordeste, mais precisamente em Rio de Janeiro, São Paulo, Pará, Bahia e Recife, o conceito de raça atrelado a um determinismo biológico, modelo europeu, chega ao Brasil como teoria racial. São os centros de ensino e pesquisa nacionais, institutos etnográficos, históricos, faculdades de direito e medicina que ofereceram respaldo e subsídio para ratificar a visão de raça ora como algo degenerativo ora como negociação. O que levou Munanga (1988, p.12) a denominar os discursos da época de “pseudojustificados. Um discurso colonizador, monopolista, da razão, da virtude e da verdade”.

Assim como a fauna e flora ofereciam condições à classificação e seleção das espécies, os seres humanos também poderiam ser selecionados e classificados, uns sempre mais aptos que outros, inclusive ao que chamavam de civilização. Schwarcz (1994, p.139-142) grifa alguns dos discursos institucionalizados que não só proliferaram, mas ganharam força e voz na época:

⁵ Ver OLIVEIRA, FRANCISCO. **Elegia para uma (Re)ligião: Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

[...] a degenerescência presente nos tipos híbridos na zoologia pode ser com certa facilidade percebida nos grupos humanos ... Longe dos tipos puros é com cuidado que deve ser analisada a miscigenação local (REVISTA DO MUSEU PAULISTA) A perfectibilidade humana fará seu papel no Brasil, assim como a natureza não cessa de agir nas espécies vegetais e naturais (GOELDI); O estado é necessário ... É uma formação necessária ... e que resulta de uma evolução social, que vinculada aos homens de lei imprime uma única direção à sociedade ... Por fim, é a força do elemento gerador do Estado, ella se manifesta acima da luta das raças ou de grupos entre nós tão heterogêneos (REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE DE DIREITO, 1922).

Ora deterministas, ora liberalistas de fachada, os discursos caminhavam na mesma mão, quando se tratavam de defender hierarquias e explicar as desigualdades sociais. Guimarães (2008) enfatiza que o racismo surge na cena política brasileira como doutrina científica, quando se avizinha a abolição da escravidão e, conseqüentemente, a igualdade política e formal entre todos os brasileiros. Aponta que o racismo representou, também, o modo como as elites intelectuais reagiram às desigualdades regionais que se avolumavam entre o Norte e o Sul do país, em decorrência da queda do açúcar e da prosperidade oriunda do café. O embranquecimento, dessa forma, encontrou ressonância científica e política. Raymundo Nina Rodrigues, médico baiano, foi um de seus principais representantes. Dedicou-se ao estudo das culturas afro-brasileiras e acreditava que a cultura e misturas raciais, aqui existentes, tornavam-se empecilhos ao desenvolvimento, causando um desequilíbrio, inclusive entre as regiões Norte, Nordeste e Sul e Sudeste. O que explicaria um estágio inferior das primeiras em relação às segundas. Para ele, a raça negra no Brasil seria sempre um dos fatores de inferioridade. Uma visão que não se diferenciava daqueles que tinham a Biologia como princípio básico de classificação das raças.

Além dessa personalidade baiana, outros nomes conhecidos na literatura brasileira, considerados precursores das Ciências Sociais, conforme Ortiz (1994), tais como Arthur Ramos, Sílvio Romero e Euclides da Cunha podem ser tomados como produtores de um discurso paradigmático, portanto científico, do período em que escrevem. Elaborou-se uma produção textual com base em princípios preconceituosos, tendo a raça e o meio como mecanismos de justificativa para o atraso, inclusive classificando o Brasil como país inferior, em relação aos europeus:

A história brasileira é, dessa forma, apreendida em termos deterministas, clima e raça explicando a natureza indolente do brasileiro, as manifestações túbias e inseguras da elite intelectual, o lirismo quente dos poetas da terra, o nervosismo e a sexualidade desenfreada do mulato (ORTIZ, 1994, p.16).

Este autor ressalta que o racismo oriundo dessa literatura não se restringe apenas ao negro, mulato ou mestiço, adjetivação preferida nessa época, cita Euclides da Cunha, entre outros, por tentar inculcar uma ideologia perversa contra o nordestino: alega que o nordestino só é forte na medida em que se insere num meio inóspito ao florescimento da civilização européia.

Acrescentando que a doutrina racista no Brasil ganhou espaço e notoriedade científica, passando a subsidiar desde as políticas de imigração, que pretendiam substituir a mão de obra negra por imigrantes europeus, até as teorias de miscigenação que pregavam as características do branco, visando à fixação de posturas, comportamentos, ideias, valores sociais, posturas psicológicas e mentais daqueles considerados superiores. A tendência racista ancorava-se, sobretudo, nos princípios doutrinários do darwinismo social ou evolucionismo europeu, como explicitado. Na verdade, afirma Ortiz (1994, p.34),

As Ciências Sociais da época reproduzem, no nível do discurso, as contradições reais da sociedade como um todo. A inferioridade racial explica o porquê do atraso brasileiro, mas a noção de mestiçagem aponta para a formação de uma possível unidade nacional.

Lembrando também que os cientistas sociais enfatizavam que o paradigma científico da época buscava se alicerçar numa literatura estrangeira de respaldo. Euclides da Cunha, por exemplo, cita Hegel, para se referir à influência do meio geográfico sobre o homem. “Como harmonizar a teoria hegeliana a uma perspectiva de raça e meio?” Indaga Ortiz (1994, p.33). Diante disso, é cabível dizer que os brasileiros escolhiam, dentro da teoria estrangeira, as categorias mais convenientes que se adaptassem ao objeto que queriam defender, descartando o que não se enquadrava dentro dos limites de trabalho.

Entretanto, por volta dos anos de 1920 a 1930, as teorias raciais tornam-se obsoletas, dando lugar a outra interpretação do Brasil, ou como prefere Ortiz (1994) a uma outra interpretação da identidade nacional, com os escritos sociológicos considerados um divisor de águas no Brasil: é de Gilberto Freyre que se fala nesse momento. Eminentemente influenciado por Franz Boas, Freyre causa uma reviravolta

ideológica no Brasil, ao enfatizar uma espécie de democracia racial brasileira, partindo do princípio de que todos – brancos, negros e índios – conviviam harmoniosamente entre si. As ideias de Freyre perpassaram o mundo e deram margem ao chamado mito da democracia racial.

No entanto, antes de tratar desse aspecto, é necessário dizer, de breve modo, que Gilberto Freyre representou uma ruptura significativa para com o evolucionismo social no Brasil, substituindo-o por uma interpretação cultural. O conceito de raça cede lugar à cultura. Muito mais que isto, as análises de Freyre criticaram duramente os estudos anteriores, de consequências maléficas da miscigenação, construindo uma interpretação positiva da inter-relação entre as etnias na formação da sociedade brasileira. Guimarães (2008) destaca que Freyre representou uma superação doutrinária.

Ortiz (1994, p. 41-43) afirma:

A passagem do conceito de raça para o de cultura elimina uma série de dificuldades colocadas anteriormente a respeito da herança atávica do mestiço. Ela permite ainda um maior distanciamento entre o biológico e o social, o que possibilita uma análise mais rica da sociedade. Mas, a operação que Casa Grande e Senzala realiza vai mais além. Gilberto Freyre transforma a negatividade do mestiço em positividade, o que permite completar definitivamente uma identidade que há muito vinha sendo desenhada. [...] A ideologia da mestiçagem, que estava aprisionada nas ambigüidades das teorias racistas, ao ser reelaborada pode difundir socialmente e se tornar senso comum, ritualmente celebrado nas relações do cotidiano, ou nos grandes eventos como o carnaval e o futebol. O que era mestiço torna-se nacional. [...] O mito das três raças, ao se difundir na sociedade, permite aos indivíduos, das diferentes classes sociais e dos diversos grupos de cor, interpretar, dentro do padrão proposto, as relações raciais que eles próprios vivenciavam.

Portanto, conforme Guimarães (2008, p. 68), o Brasil é divulgado no exterior, em especial por Arthur Ramos, na década de 1940, que usa sua liderança acadêmica, “como um laboratório de civilização e possuidor de uma democracia racial”. O que desencadeou, como já explicitado o projeto da UNESCO, em conhecer esse Brasil. Outro grande nome surge na arena nacional, como pesquisador, orientando de Robert Park, que causou impacto no pensamento social brasileiro: Donald Pierson. Com sua tese de doutoramento, tendo como referência a Bahia, mais propriamente Salvador, entre os anos de 1935 e 1937, publica em 1942, em Nova York, seu livro, resultado do referido trabalho, denominado de *Negroes in Brazil*. Mesmo antes deste lançamento, Pierson é visto como aquele que implantou no país, a partir de 1939, a sociologia das

relações raciais, em São Paulo, na Escola Livre de Sociologia e Política. Além de ter sido um dos principais divulgadores da sociologia moderna de seus mestres e colegas de Chicago – Robert Park, Ernest Burgess, Herbert Blumer entre outros. Os estudos de Pierson marcaram a visão antropológica de raça no Brasil, afirmando que a sociedade brasileira não se configurava como uma sociedade de castas, mas como uma sociedade multirracial de classes. Mais uma vez, é salutar dizer que muitos teóricos não enxergavam as questões raciais no Brasil, como Pierson, devido ao fato de tomar como universais regras e princípios norte-americanos para a compreensão do racismo no Brasil. Enxergar as mazelas raciais no Brasil por um olhar americano é o mesmo que contar uma piada à brasileira para um descontextualizado cultural e socialmente. Por mais que este conheça os fatores e aspectos científicos intrínsecos à raça, o olhar é outro, porque outra é sua cultura. A recíproca também é verdadeira.

Oracy Nogueira (1985), em seu livro *Tanto preto quanto branco*, narra ao leitor inúmeros acontecimentos memoriais que exemplificam o quanto os norte-americanos, os negros em particular, ficavam estupefatos e maravilhados ao ouvir as histórias do Brasil, em especial quando o negro se colocava em vantagem em relação ao branco, em certas ocasiões. Isto porque, os norte-americanos também guardam no inconsciente os critérios que lhes são peculiares – os de descendência, e não os nossos. De explícitos a velados, de marca ou de origem, como destaca Nogueira (1985), os contrastes são latentes. Este autor aponta com muita propriedade que

Os Estados Unidos e o Brasil constituem exemplos de dois tipos de “situações raciais”: um em que o preconceito racial é manifesto e inofismável e outro em que o próprio reconhecimento do preconceito tem dado margem a uma controvérsia difícil de superar. De um modo geral, tomando-se a literatura referente à “situação racial” brasileira, produzida por estudiosos ou simples observadores brasileiros e norte-americanos, nota-se que os primeiros, influenciados pela ideologia de relações raciais característica do Brasil, tendem a negar ou subestimar o preconceito aqui existente, enquanto os últimos, afeitos ao preconceito, tal como este se apresenta em seu país, não o conseguem “ver” na modalidade que aqui se encontra. Dir-se-ia que o preconceito, tal como existe no Brasil, cai abaixo do limiar de percepção de quem formou sua personalidade na atmosfera cultural dos Estados Unidos (NOGUEIRA, 1985, p.77).

Assim, de Freyre a Pierson, entre outros, o Brasil se configurava como país em que o preconceito não existia, por conta de uma forte democracia racial. Como consequência, esta visão reducionista sofreu uma acirrada crítica de teóricos que se levantaram para dizer que o preconceito racial que se materializava no Brasil se

manifestava apenas nas camadas altas e médias, remanescentes da classe senhorial. Costa Pinto e Florestan Fernandes, pelas afirmações de Guimarães (2008, p. 60), enfatizaram, respectivamente, que “o racismo ou preconceito racial era o produto de um modo alienado de perceber as modernas relações capitalistas de classe”; que o racismo ou preconceito, “na ordem competitiva, ou capitalista, persistia como resquício do passado, estando os grupos dominantes presos à defesa de privilégios da sociedade escravista”. O que levava o preconceito e a discriminação a se manifestarem como mecanismos de privilégio de classe.

É perceptível que essas discussões acerca do tema racismo ou preconceito racial têm gerado inúmeras controvérsias. O que pode ser benéfico para aqueles que pretendem trilhar por este caminho. É salutar dizer que, como país colonizado, o Brasil tenha se acostumado, pelo menos durante um bom tempo, a buscar respostas para seus antagonismos em outras situações contextuais. E, conhecedores dessa fragilidade, os EUA tentaram universalizar seus ideais culturais, enraizando-os mediante um dispositivo de poder que tem competência e habilidades para tanto: o conhecimento científico. Risério (2007, p.17-27), ao tratar do racismo, segundo ele *por um olhar brasileiro*, cita Bourdieu e Wacquant para destacar que os EUA, ainda hoje, tentam, não importam as circunstâncias, fazer uso de “um imperialismo absolutizador, constituído tacitamente como modelo e medida de todas as coisas”. O que desencadeou, em alguns momentos histórico-sociais a uma espécie de rendição político-acadêmica à pressão norte-americana.

Porém, como destaca Foucault (2005), uma das características das relações de poder é que ele, o poder, circula, tem um caráter escorregadio, não fixo. Se foi pela Ciência, como dispositivo de poder, que ideologias estanques à cultura brasileira tiveram porta de entrada, também foi por esta fresta que a resistência a este estilo de pensamento tem ganhado espaço e notoriedade, a exemplo de nomes citados que não carecem de apresentação.

Conforme Fernandes (2007a), ainda nos anos 60, houve uma tentativa de mostrar que, no Brasil, todos conviviam na mais perfeita harmonia, numa tentativa de sustentar a hipótese de que o Brasil constitui um caso neutro na manifestação do preconceito racial. A própria UNESCO, uma instituição de respeito, se empenhou pela confirmação da hipótese. O que suscitou inúmeros questionamentos desencadeadores de pesquisa, levando Fernandes (2007a) a dizer:

Se os brancos, negros e mestiços podem conviver de “forma democrática” no Brasil, por que o mesmo processo seria impossível em outras regiões? Não obstante, o que é uma democracia racial? A ausência de tensões abertas e de conflitos permanentes é, em si mesma, índice de boa organização das relações raciais? Doutro lado, o que é mais importante para o negro e o mestiço: uma consideração ambígua e disfarçada ou uma condição real de ser humano econômica, social e culturalmente igual a dos brancos? (FERNANDES, 2007a, p. 39).

Por conta dessa política pseudo-democrática, discursos como aqueles ganham corpo e uma conotação que passam despercebidos pela maioria. Se todos convivem bem, por que uns discriminariam outros pela cor? Essa concepção de que tudo vai bem pretende apagar os tormentos da história, bem como o perigo do racismo. Até porque, “o que ganha o centro do palco não é o preconceito de cor, mas uma realidade moral reativa que bem poderia ser designada como o ‘preconceito de não ter preconceito’ ” (FERNANDES, 2007a, p. 42). Ou seja, é melhor ficar inerte à situação do que ser apontado como preconceituoso. Surge, assim, o espantinho da questão racial, expulsando os fantasmas de outrora, ignorando a natureza da problemática social. “Em lugar de procurar entender como se manifesta o preconceito de cor, quais são seus efeitos reais, ele suscita o perigo da absorção do racismo” (FERNANDES, p. 42-43).

O preconceito de não ter preconceito ganha adeptos no Brasil, contribuindo para uma realidade camuflada que ganha efeitos de sentido mediante a linguagem, o discurso. As estratégias utilizadas de omissão, silenciamento denunciam o receio de o brasileiro se condenar, nas esferas das relações raciais, a repetir o passado no presente. As transformações da estrutura da sociedade não bastaram para mudar uma realidade, nem mesmo a extinção da escravatura afetaram de modo intenso o padrão tradicional. Para Fernandes (2007a, p. 43),

O simples fato de que tal mecanismo tenha vigência indica uma realidade histórica tormentosa. Se não existe um esforço sistemático e consciente para ignorar ou deturpar a verdadeira situação racial imperante, há pelo menos uma disposição para esquecer o passado e para deixar que as coisas resolvam por si mesmas. Isso equivale, do ponto de vista em termos de condição social do negro e do mulato, a uma condenação à desigualdade racial com tudo que ela representa num mundo histórico construído pelo branco e para o branco.

Os fatos mencionados desembocam num questionamento difícil de calar: além da visão científica, como pontuar a categoria preconceito racial? Que discursividade tem

a cor neste universo? Para respondê-los, as discussões sobre esta discursividade serão agora travadas.

2.5. A discursividade da cor ou branqueamento arqueológico

Considerando as posições de Hofbauer (2003), entendemos que o mito da democracia racial foi um dos alicerces ideológicos fincados no Brasil que visava ao branqueamento. Sob este olhar, compreendemos branqueamento como uma ideologia racista e preconceituosa, alicerçada em atitudes e crenças de que existe um outro que foi e é tentado à submissão de padrões de comportamentos preestabelecidos como universais, homogêneos. Estas características estariam para o branco como singular. O branqueamento se manifesta de diversas maneiras: como apagamento de um *ethos* subjetivo – uma espécie de sujeição, internalização de costumes e práticas sociais do branco, pelo negro, como verdades absolutas. Negação, interiorização e aceitação são aspectos fundamentais para que o branqueamento aconteça. Aspectos também geradores de preconceitos. Entre eles, o de cor, ou racial, como muitos preferem.

Sob este crivo, entendemos que branqueamento e preconceito não são concepções que se equivalem, mas que se aproximam para legitimar as relações de poder coercitivas. Para além do ideológico, são estratégias de poder que se traduzem em mecanismos de dominação. Não se trata de buscar as origens da dominação, mas evidenciar como os operadores a legitimam, apóiam-se uns nos outros, “remetem uns aos outros, em certo número de casos se fortalecem e convergem, noutros casos se negam ou tendem a anular-se”. Afirma Foucault (2005, p. 52). Sob nosso olhar, o branqueamento é sugerido como uma das técnicas de subjetivação, visando à fabricação de sujeitos.

Como construção histórica e ideológica, as marcas do preconceito revelam diferenças entre colonizador e colonizado, valorizando as do primeiro em detrimento as do segundo. Estas sempre para baixo, e aquelas como definitivas e absolutas. O preconceito se traduz em falta de reconhecimento do “outro”, que também não se permitia ascender, já que inexistia o reconhecimento do convivente: a identidade do desvalorizado é anulada. Em face disso, Munanga (1988, p.21) destaca:

A desvalorização e a alienação do negro estende-se a tudo aquilo que toca a ele: o continente, os países, as instituições, o corpo, a mente, a língua, a música, a arte etc. Seu continente é quente demais, de clima viciado, malcheiroso, de geografia tão desesperada que o condena à pobreza e a eterna dependência. O ser negro é uma degeneração devida à temperatura excessivamente quente.

Se há empecilhos para que o outro se constitua, compete a ele, o desvalorizado, assimilar-se àquele que pode mais e que tem garantia de reconhecimento. As relações de poder entre branco e negro são reduzidas a um único olhar. Instaure-se uma crise de consciência no negro e o branco passa a ser comparado a Deus e aos ancestrais. Por outro lado, o retrato degradante do negro passa a ser aceito por ele mesmo, confirmando o papel que lhe foi delegado. A arena social do embranquecimento estava formada: o sonho de tornar-se branco foi alimentado, em especial por aqueles que se consideravam elite negra. Lembrar Ianni (2004) torna-se relevante para o momento, ao tratar da figura do estigmatizado:

[...] Este é um aspecto fundamental da ideologia racial: o estigmatizado, aberta ou veladamente, é levado a ver-se e a movimentar-se como estigmatizado, estranho, exótico, estrangeiro, alheio ao “nós”, ameaça; a despeito de saber que se trata de uma mentira. Precisa elaborar e desenvolver a sua autoconsciência crítica, tomando em conta o estigma e o estigmatizador, o intolerante e a condição de subalternidade em que está jogado (IANNI, 2004, p. 2-3).

Domingues (2002) em artigo intitulado *Negros de Almas Brancas?* faz um levantamento muito interessante que evidencia o quanto os meios de comunicação, as famílias, os estabelecimentos comerciais diversos, inclusive aqueles relativos ao lazer, os espaços de beleza – setores da população negra, contribuíram como aparato ideológico para o embranquecimento do negro, em São Paulo, entre os anos de 1915-1930. Segundo ele, tratou-se de uma metódica ideologia de inserção psicossocial no mundo dos brancos, mediante o mecanismo de assimilação. Domingues (2002) cita Andreas Hofbauer para destacar de imediato as concepções que norteiam a ideologia do branqueamento. Segundo este teórico, trata-se de uma categoria analítica que vem sendo usada com diversos sentidos. O branqueamento ora é visto como a interiorização dos modelos culturais brancos pelo segmento negro, implicando a perda de seu *ethos* de matriz africana, ora é definido por autores que tratam do tema como o processo de clareamento da população brasileira registrada pelos censos oficiais e previsões estatísticas do final do século XIX e início do XX.

Destaca, além disso, que havia aqueles, no período pós-abolicionista, que preconizavam o fim dos negros, inclusive estabelecendo prazos para tanto: de 50 a 200 anos, assistiríamos ao embraquecimento do Brasil. Um dos caminhos a ser trilhado era o erotismo afetivo, ou seja, o embranquecimento mediante o matrimônio entre brancos e negros. Sob este aspecto, a tese do embranquecimento desestabilizou o negro, cultural, moral e psiquicamente, deixando-o sem raízes para melhor dominá-lo. Vejamos, na contemporaneidade, os recursos utilizados pelos discursos da beleza e estética através da figura abaixo:

Figura 1



Fonte: Revista Cláudia, Ano 09, nº 48, setembro de 2009.

Propaganda do natura CHRONOS:

Discurso do Rótulo: natura CHRONOS/creme/multi- proteção/ PASSIFLORA DERMOTATIVO/antissinais*NOITE/50mg

Discurso da Propaganda, junto à modelo: VOCÊ SEMPRE PODE MUDAR MUITA COISA. ATÉ SUA PELE

Ao observar esta figura, é possível dizer que os mecanismos e estratégias discursivas do branqueamento continuam bem vivos no imaginário simbólico social. E é

pelo discurso que esta vivacidade parece não querer calar. A memória dos sujeitos sociais é sempre ativada por discursos como esses. Não estamos mais no início do século XX, mas o branqueamento perpassa nossas relações quotidianas. Estas, por seu turno, estão inscritas, também, num universo midiático, construído pelos meios de comunicação de massa que, segundo Sodré (2010, p. 54), “enquanto dispositivo de ponta no novo modo de organização da sociedade, é a de assegurar as lógicas contemporâneas de controle social sob as aparências de reestruturação dos laços humanos que se perdem ou se esvanecem”. O rótulo e propaganda se inscrevem na lógica deste discurso, trazendo informações que, na maioria das vezes, se tornam alheias aos sujeitos-leitores. Isto não significa que ele, o sujeito, não será impactado pelo discurso como um todo. A imagem é discurso!

Conjuntamente, estão os dizeres – em maiúsculo – VOCÊ SEMPRE PODE MUDAR MUITA COISA. ATÉ SUA PELE. Os efeitos de sentido desencadeados por este discurso podem ser devastadores. A princípio querem sugerir um mundo que está em constante transformação, mudanças que, ele, o sujeito, pode operar. O sempre dá sentido de aspecto durativo, contrastando com “*mudar muita coisa*”. É como se as mudanças fossem sempre necessárias. E de fato o são, mas o discurso parte para aberração: mude até de pele. Quem conhece o produto sabe que é indicado para retardar o envelhecimento precoce, minimizar ou atenuar rugas. O que sugere uma espécie de peeling – esfoliação. Entretanto, o sujeito enunciador não fala apenas para um público específico. Mesmo se assim o fosse, o mudar de pele, sugere uma troca de uma pele por outra. Neste discurso, assim como outros que pressupõem o branqueamento, entendemos que está inscrita, numa discursividade quase que silenciada, uma construção histórico-ideológica de memória, agora ativada por mecanismos que preconizam o rejuvenescimento. Afinal, para Foucault (2007, p. 112), “não há enunciados que não suponham outros; não há nenhum que não tenha em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis”. Estar mais jovem é estar mais branco. Onde estaria este *a priori* histórico?

Ao observar os discursos da beleza e estética de agora e de outrora, percebemos os efeitos de memória, de um aparecimento que se legitima pela singularidade. É uma espécie de chlorinol pós-moderno⁶. Ademais, os discursos

⁶ No capítulo 4, mostraremos o quanto os discursos inscritos na pós-modernidade estão impregnados por resquícios de um dito que pressupõe limpeza. Chlorinol corresponde ao que conhecemos por água sanitária.

propagados, historicamente, são marcas que confirmam a memória imagética do branco e, não, do negro. Tendo em vista que o aparecimento frequente é da imagem do branco. Assim, o rejuvenescimento, busca na opacidade da linguagem discursivizada evidenciar possibilidades de um branqueamento que estava resguardado e vigiado por um dizer científico.

E, como estratégia midiática, o discurso verbal está eminentemente atrelado ao não-verbal: é uma modelo extremamente branca e jovial que aparece na imagem. O que provoca efeitos de sentido de exclusão do negro nesta arena do rejuvenescimento, como pele mais resistente que não requer os mesmos cuidados relacionados ao branco. Negro não envelhece? Negro não faz peeling ou esfoliação de pele? Ou será que o velho discurso, lá da senzala, de que a pele do negro é sempre a mais resistente ao sol, ao tempo, à chuva, impedem esta visualização da pele do negro, enquanto pele que precisa de cuidados? Que sensibilidade discursivizada é esta apregoada pelos discursos da beleza e estética? Sensibilidade estaria para o branco?

Nesta metáfora da segunda pele, evocamos as discussões travadas por Carvalho (2008), em que trata de um racismo denominado de fenotípico, referente à cor da pele. Nesta, percebe-se o quanto os estereótipos da imagem estão ligados a uma construção culturalmente perversa. Aponta que o tratamento dado à pele na contemporaneidade guarda resquícios de um comportamento histórico imagético proliferado pela indústria cultural, que possibilitou a passagem da arte aráutica para a arte sem aura – a arte que se reproduz tecnicamente e se afasta de sua dimensão única e sagrada – foi posto em marcha um processo contínuo e cada vez mais eficaz de fabricação estética da hierarquia dos seres humanos. A arte clássica – estátuas pinturas, desenhos, xilogravuras, gregas romanas e medievais – atualizou-se mediante reproduções técnicas, racionalmente difundidas por uma política imperial, a partir do século XVIII, processo intensificado nos últimos duzentos anos com a difusão do livro didático, revista, jornais, catálogos de exposição, capas de livros, internet, pela sociedade do discurso, argumentaria Foucault (2006). Com a proliferação da imagem idealizada, os ocidentais – homens e mulheres – passaram a ocupar uma posição imagética de destaque. De controle, portanto. O que contribuiu, sobremaneira, para internalizar uma imagem simbólica cultural, um padrão de beleza.

Ainda segundo Carvalho (2008), visando ao controle, as imagens não foram selecionadas aleatoriamente. Ao contrário, as imagens preferidas foram aquelas em que os deuses, heróis ou seres humanos extraordinários do mundo clássico apresentassem

traços fenotípicos mais próximos dos europeus modernos. E, além da cor da pele, procurou-se fixar também um tipo de proporções anatômicas mais de acordo com aquelas dos brancos modernos. Algumas esculturas gregas e romanas que não se encaixavam na imagem dos gregos como brancos europeus modernos, como o complexo do Laocoonte, por exemplo, foram descartadas e deixadas de fora dos livros de história da arte, em uma espécie de censura estética e racista que atravessou os últimos trezentos anos até praticamente os dias de hoje.

Pelas explicações de Carvalho (2008), observa-se que a elite simbólica (VAN DIJK, 2008) tratou não só de mapear como de cercar os *inputs* e *outputs*⁷ culturais, científicos e ideológicos para impor uma brancura padronizada. Já vimos o quanto a ciência fincou valores que se proliferaram para todos os campos, inclusive impondo simbolicamente uma tecnologia do corpo, que primava pela visão dicotômica social: aparição/desaparição. Essa tecnologia da desapareição também é enfática na visão de Bauman (1998) ao discutir o papel da modernidade frente ao Outro, preestabelecido por esta como estranho. Descontextualizado, então, o estranho carecia de desapareição: as elites intelectuais dos imperialismos europeus procuraram europeizar as artes greco-romanas e, paralelamente, investiram ferozmente na produção de imagens dos europeus com traços helenizados. Houve, assim, uma obra de branqueamento que se voltou também para o interior do mundo europeu moderno. Uma segunda pele foi construída histórica e culturalmente e se sobrepôs à primeira – marca biológica – para instituir um discurso político, marcado pela diferença que polariza: privilegiado/desprivilegiado. Sendo assim, que identidade não se tornaria fragmentada e desreferencializada, sem chão, diante de uma maquinaria tão indiciosa de exclusão (FOUCAULT, 1996)? A pele, o cabelo, o nariz, entre outros atributos, passaram a constituir o discurso do corpo, da segunda pele cultural. Tanto é que arranjos são feitos no mundo pós-moderno, ora por cirurgias, ora por *photoshop*. Além, é claro, dos branqueamentos propostos pelos discursos da beleza e estética, uma biopolítica pós-moderna do feio e do belo. Entretanto, Carvalho (2008) ressalta que, por ser também sujeito da indústria cultural, metaforicamente, o *Photoshop* foi inventado para retocar primeiro a pele dominante, não a pele dominada. Primeiro “eu”, depois “ele” (grifos nossos).

⁷ Entrada e saída, em português.

Em países asiáticos⁸, está sendo exibido um vídeo que tem causado muitas polêmicas e suscitado discussões acerca do racismo de cor: trata-se de um discurso também oriundo do âmbito da beleza e estética, que coloca em evidência o creme facial, de uma empresa que também comercializa produtos de beleza e estética no Brasil, como os produtos Dove e Rexona, é o Fair & Lovely: o vídeo mostra a história de uma moça de pele considerada escura que perde o namorado para outra de pele branca. A suposta perdedora apela, então, para um creme facial o “White Beauty” – Beleza Branca, que a torna mais branca para recuperar o amado. Ou seja, até para ser bem sucedida no amor, é preciso ser branca. A marca discursiva desta propaganda, bem como daquele discurso “mude até de pele”, institui negação e morte. Morte de uma singularidade para que outra possa transbordar.

Vivemos numa guerra perpétua, afirma Foucault (2005). Guerra midiática que regimenta corpos e regulamenta um padrão contemporâneo, mas de origens longínquas. Guerra racista que institui um discurso de defesa da normalização de um branqueamento ideológico e estratégico. Vivemos numa luta constante, destaca Foucault (*apud* DREYFUS E RABINOW, 2010). Nesta, assumimos modos de subjetivação e objetivação, mediante estratégias de poder, num jogo de forças que faz o poder se estabelecer, também, pelos micro-poderes. Dominação, submissão e opressão se traduzem em fontes nascedouras dos poderes quotidianos. Os discursos da beleza e estética, independente do espaço geográfico, na Ásia, Estados Unidos ou Brasil, têm-se instituído como dispositivos de poder, logo, dispositivos identitários. As condições de produção e funcionamento desse discurso é que são diferenciadoras, tendo em vista que o espaço discursivo-social é outro, cultural, histórico e ideologicamente marcados. Se os padrões valorizados são também os proliferados pela mídia, como não se render à identidade do Padrão? A próxima figura evidencia o denominado *visual de novela*.

⁸ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u430967.shtml>

Figura 02



A figura 02⁹ oferece pistas de um discurso eminentemente apegado às raízes do branqueamento, que, por outro lado, desestabiliza identidades. A novela como gênero discursivo pós-moderno, na maioria das vezes, institui modismos efêmeros que levam a uma não fixidez de posturas, comportamentos linguísticos, culturais e ideológicos. Até valores são desestabilizados por padrões fortemente inculcados. Muitos deles, adversamente, são tão fragmentados quanto às identidades construídas, ou se tornam verdades vividas como absolutas, pela força do discurso midiático. Trata-se de um acontecimento histórico, portanto discursivo-ideológico. Discursos como estes podem ser entendidos, além disso, como mecanismos de desracialização ideológica ou estratégia de governo a serviço do branqueamento. Observem que o *visual de novela*, a imagem pleiteada ou requerida para ser proliferada pela televisão, é grifada pelo liso. Esta adjetivação discursiva constitui efeitos de sentido impactantes no sujeito que se submete ao padrão do branqueamento. O *experimente também* soa como convite ao leitor, para que ele possa se submeter a, e ter a sua aparência associada a outrem que se

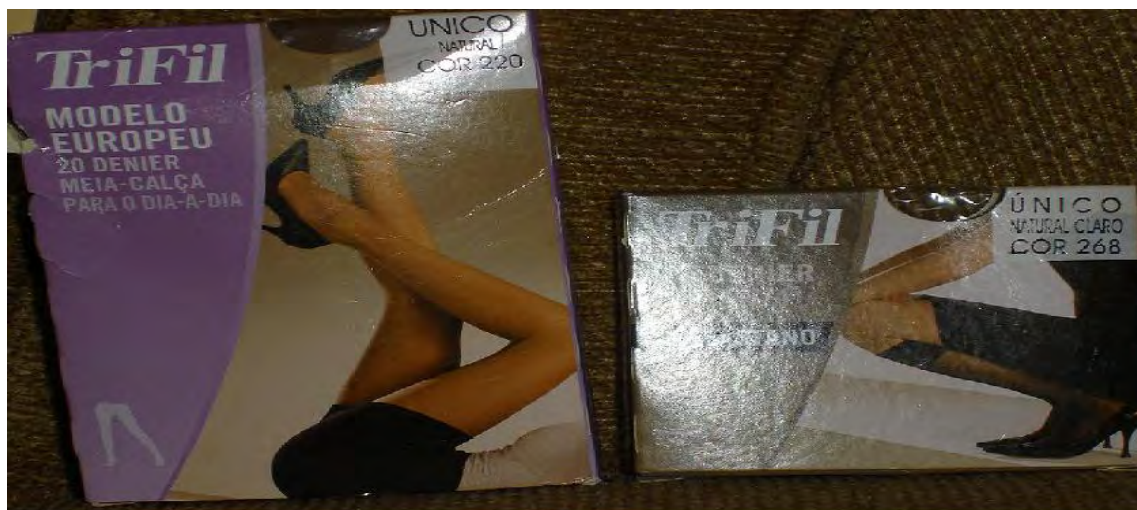
⁹ Na figura 02, não temos uma imagem associada a rótulos, mas evidenciá-la é importante para apontar o quanto o discurso da imagem prende os sujeitos na arena social padronizada.

desracializou provisoriamente. É uma efemeridade que causa impacto em posturas e comportamentos do cotidiano. Por outro lado, Gomes (2003) aponta que a mudança no visual, em especial nos cabelos, passa pelo crivo, pelo desejo, da inserção num espaço social, que pode levá-lo à auto-estima, bem como à saída da inferiorização. Ouvi-la, é pertinente para o momento:

O cabelo do negro na sociedade brasileira expressa o conflito racial vividos por negros e brancos em nosso país. É um conflito coletivo do qual todos participamos. Considerando a construção histórica do racismo brasileiro, no caso dos negros o que difere é que a esse segmento étnico/racial foi relegado estar no pólo daquele que sofre o processo de dominação política, econômica e cultural e ao branco estar no pólo dominante. Essa separação rígida não é aceita passivamente pelos negros. Por isso, práticas políticas são construídas, práticas culturais são reinventadas. O cabelo do negro, visto como “ruim”, é expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito. Ver o cabelo do negro como “ruim” e do branco como “bom” expressa um conflito. Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa de sair do lugar de inferioridade ou introjeção deste. Pode ainda representar um sentimento de autonomia, expresso nas formas ousadas e criativas de usar o cabelo (GOMES, 2003, p.3).

E, como construção histórico-ideológica, a tese do embranquecimento foi alicerçada, em especial, pelo mito da democracia racial, pelo *preconceito de não ter preconceito* (FERNANDES, 2007a), como já mencionado. Nascimento (2003, p.47) denomina esse processo de “desracialização ideológica, que comparece travestida de análise científica, como tentativa de esvaziar de conteúdo racial hierarquias baseadas no supremacismo branco, de sortilégio da cor”. Na próxima figura, a naturalização da cor é o foco, para o branqueamento. Vejamos:

Figura 03



Fonte: rótulos das meias da marca TriFil, 2011. Chamada discursiva: TriFil MODELO EUROPEU 20 DENIER MEIA CALÇA PARA O DIA-A-DIA ÚNICO NATURAL COR 220

A figura 03, um rótulo, evidencia que o “preconceito de não ter preconceito”, bem como uma pseudo-naturalização da cor, rasgaram o mundo das ideias para se materializar enquanto prática discursiva pela dialética do uso, do cotidiano, chegando à pós-modernidade como discurso da indústria da beleza e estética. Para tanto, estratégias discursivas não faltaram no arsenal desse sujeito-autor. Cores de meias-calças, como a apresentada, durante um bom tempo, foram denominadas de meias *cor da pele*. Ainda hoje, este discurso, neste universo das meias-calças, ainda existe simbolicamente na cabeça dos sujeitos sociais.

Entretanto, pelas evidências do discurso contemporâneo, o sujeito-autor, conhecedor das amarras que tecem o discurso do rótulo, passou a utilizar outros mecanismos, menos explícitos, camuflados, que denominam a cor de *natural*, inclusive utiliza uma estratégia silenciosa que passa a numerar a cor *natural*: denomina-a de 220. Assim, entendemos que o numeral 220 é uma estratégia discursiva que escamoteou o antigo discurso: *a cor da pele*. Hoje, entendida como *natural*. Outra manobra discursiva é o discurso *do natural claro nº 268*¹⁰. O natural já se traduzia em natural, como se não bastasse está mais claro ainda. E o escuro não tem natural? Nos sítios pesquisados¹¹, encontramos mais numeração, associadas às cores: 007, 008, 215 e 268. Contudo, não encontramos o natural escuro, mas as cores preta e o tabaco. O que sugere que *o natural* e o *natural claro* são cores para pele branca. O *natural* se traduz em um subterfúgio para resguardar um preconceito de cor. O contraponto não existe, ou seja, trata-se de uma cadeia discursiva fechada. O próprio discurso sugere pistas semântico-ideológicas: é uma meia de *modelo europeu*. Esta especificidade preestabelece mecanismos que sugestiona um racismo velado e preconceituoso, originado em paradigmas de outra cultura, ou melhor, da cultura do branco. O que leva o negro, como ressalta Souza (1983), a utilizar o belo do branco, na maioria das vezes não cabendo no conjunto de informações corporais, já que, quando o outro o visualiza, é feita uma leitura do corpo,

¹⁰ No ano de 2010, tornou-se imprescindível ir a uma grande rede de lojas pesquisar nas prateleiras expostas se ainda havia a dita meia *cor da pele*, o rótulo, já que nas pequenas casas comerciais destinadas a esse setor não a tínhamos encontrado. Nesta grande rede, a procura também foi frustrada. Na oportunidade, requisitamos a presença de um atendente do setor que nos confirmou que há muito tempo a referida cor não existia no estoque da loja, indicando a que faz parte do *corpus*, a já visualizada. Ao explicar sucintamente o porquê da busca, as respostas advindas da atendente foram imediatas: *são os próprios negros que desfazem de produtos para negros, vai lá na seção de brinquedos e veja quem vende mais: se a boneca Xuxa branca ou a Xuxa negra. As próprias crianças negras não querem saber da boneca negra*. Entre o desimpacto e a necessidade, continuamos a busca também frustrada na internet, restavam agora, os antigos almanaques e revistas dos anos 20 a 70.

¹¹ Ver

<http://www.trifil.com.br/mulher/linha/meiascalcas>; <http://www.novalua.com.br/meias/todos/s10/c23>;

enquanto discurso. Há uma desracialização, aparentemente natural, mas forçosamente simbólica e ideológica.

O porquê dessa suposta resignação, acordado por efeitos de sentido pós-modernos, encontra sua discursividade em raízes arqueológicas numa longínqua atmosfera. As denominações *raça* e *negro* foram gradativamente construídas, seguindo um verdadeiro percurso histórico de reversão de sentidos: primeiro, foram os europeus que utilizaram o termo para designar pessoas e povos de cor mais escura. Para um grande número de europeus, o encontro com africanos deu-se apenas depois das conquistas do século XVI. Os relatos indicam que a cor negra dos africanos foi o que mais chamou atenção dos conquistadores e aventureiros, brotando, dessa forma, um sentido negativo, ou preconceito, tendo em vista que no simbolismo das cores, no Ocidente cristão, o negro significava a derrota, a morte, o pecado; enquanto o branco significava o sucesso, a pureza e a sabedoria. Em contrapartida, para os africanos, o branco representava o demônio.

Como os europeus, ao se depararem com os negros da África, já praticavam a subserviência de uns sobre os outros, especialmente em relação aos povos conquistados, tornando a inferiorização um processo natural, a lógica européia se sobrepôs aos demais povos. Além disso, conforme Guimarães (2008), Hofbauer (2003), o cristianismo também contribuiu sobremaneira para que o sentido pejorativo da cor negra se tornasse preponderante. Isto porque, tentou explicar a inferiorização de alguns povos como decorrência de sua descendência e não a partir de seu local de habitação, ao atribuir tal situação a uma falha de comportamento original e ao instituir a cor como marca da maldição. Os negros ficaram conhecidos como descendentes de Cã: uma explicação dada por filósofos religiosos, como São Jerônimo ou Santo Agostinho para explicar a subordinação de alguns povos sobre os outros, a partir da passagem bíblica da maldição de Cã. O filho de Noé, chamado Cã, ao ver seu pai embriagado e nu, zomba dele que o amaldiçoa, dizendo que ele e seus descendentes serão *os serventes dos serventes* de seus irmãos. Esta história, nos séculos XVI e XVII, é alterada para incluir passagens que se referem aos negros como descendentes de Cã.

Posteriormente, negro tornou-se designação de pessoas e povos de status social ou constituição biológica inferior, escravos ou povos submissos; para, num terceiro momento, servir de autodesignação desses mesmos povos em seus movimentos de libertação colonial e recuperação de auto-estima. Uma construção histórico-ideológica que varou o tempo, portanto, e tenta se evidenciar nos dizeres da

contemporaneidade, numa constituição de sujeitos, constantemente interpelados por estratégias discursivas, imbuídas de sentido.

Um sentido negativo preestabelecido sobre o negro ficou no imaginário simbólico social. Daí, o preconceito. Diante das inúmeras definições desta terminologia, as concepções amparam-se em Nogueira (1985) e Guimarães (2008). O primeiro destaca o preconceito racial como uma disposição ou atitude desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Enfatiza, além disso, que quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma como pretexto para as suas manifestações, os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; por outro lado, quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem; Já o segundo, além de oferecer uma visão teórica da Psicologia Social acerca do preconceito, os principais aspectos e tipos das manifestações preconceituosas, passando pela teoria da personalidade autoritária de Theodor W. Adorno, aponta que, na síntese, o preconceito racial, para a psicologia social, tomando como referência a tipologia de Allport, envolve atitudes, crenças e comportamentos. Trata-se de um conjunto de julgamentos negativos sem fundamentos reais a respeito de um grupo social, capaz de gerar um gradiente de intolerância crescente, cujas causas devem ser buscadas primariamente e no seu grupo. Na tradição da Psicologia Social, portanto, o insulto, a discriminação, a segregação, a violência física e o extermínio são decorrentes do preconceito, ou seja, de valores e atitudes que funcionam como predisposições.

Guimarães (2008) explicita que apesar dessa consciência acerca do preconceito, inexistem nos psicólogos uma reflexão sobre a formação das marcas e das fronteiras que constituem os gupos-alvo do preconceito. Assim, marcas, como a cor, ou a cultura, são visíveis a todos e descritos a partir de seu interior, como se elas mesmas bastassem para que a intolerância existisse.

A contraposição de concepções aparece na tradição sociológica, visto que tanto a Sociologia como a Antropologia vão se debruçar sobre o fenômeno do preconceito, problematizando-o. Além do já evidenciado, Guimarães (2008) recorre a outros nomes de destaque, para tratar de preconceito racial, entre eles, Blumer e Elias. De breve modo, para o primeiro, são quatro os sentimentos sempre presentes no preconceito racial: o de superioridade, o de que raça subordinada é intrinsecamente diferente e

alienígena, o de monopólio sobre certas vantagens e privilégios, e o medo ou suspeita de que a raça subordinanda deseje partilhar as prerrogativas da raça dominante. Aponta, porém, que Blumer não se deteve sobre os marcadores que definem o grupo, nem sobre suas fronteiras, cabendo ao segundo, Nobert Elias, fazê-lo. Além deste autor, Guimarães faz alusão de outros dois nomes: John Scotson e Frederik Barth.

Assim, Elias sugere os mecanismos de reprodução do preconceito: o primeiro deles estaria centrado na pobreza; o segundo na desorganização social e familiar – a delinquência, como o não-cumprimento das leis, e o desrespeito à ordem estabelecida; o terceiro é atribuir ao grupo, denominado de *outsider*, hábitos deficientes de limpeza e higiene; o quarto e último refere-se ao tratamento dispensado aos dominados como animais, quase-animais, ou não inteiramente pertencentes à ordem social. O mais interessante, ainda segundo o olhar de Guimarães (2008), é ver que Elias explicita que os estabelecidos têm necessidade de buscar uma marca, um estigma, para identificar os *outsiders*, mas que tal marca tem sempre um caráter fantasioso e reificador, seja ela física ou não. É necessário dizer que além dessa interessante postura teórica, o trabalho de Elias ainda aponta que as relações de poder entre os estabelecidos e os *outsiders* estão em desequilíbrio: são dinâmicas e não estáticas, portanto. À estigmatização dos *outsiders* corresponde sempre uma tentativa destes de contra-estigmatização, cujo sucesso dependerá em última análise do seu poder de coesão, seja para resistir ao estigma e à sua desgraça grupal, seja para estigmatizar os dominantes e desfazer o seu (deles) carisma (GUIMARÃES, 2008).

Nesta visão acerca do preconceito, é perceptível que o racismo racial é sinônimo de discriminação. Destacando que raça se tornou um signo ideológico por natureza (BAKHTIN, 1997), carregando em seu bojo uma discursividade diferenciada em cada contexto histórico, sem, contudo, deixar para traz as marcas pejorativas de rejeição e negação do outro. É eminente dizer, mais uma vez, que o poder circula e não pára de questionar, levando o sujeito a perceber os antagonismos sociais. São estes que embalam também o poder da resistência. Se existe o branqueamento, as estratégias discursivas para atingi-lo, existe, por outro lado, a negritude, que tem resistido face às investidas contrárias. Afinal, que concepções norteiam a negritude? São perguntas que só as próximas discussões podem nortear, navegando pelos sentidos.

2.6. Negritude: os sentidos da contraposição

Nesse movimento das relações raciais, além da figura do estigmatizador, existe, é claro, o estigmatizado. Nesta dialética, uma contra-ideologia é construída, reelaborada por aqueles que foram, e ainda o são por muitas circunstâncias, considerados estranhos e discriminados. Rebelar-se e tomar consciência contra a opressão era uma iminência diante das atrocidades por que passavam o negro. Mas antes de qualquer tomada de decisão, era necessário que o próprio negro se conscientizasse que, nas relações de poder, não existe unicidade de discurso, mas atravessamentos que fazem os antagonismos circulararem.

Ao ser citado por Dreyfus e Rabinow (2010, p.243-245), Foucault aponta que:

O poder representa um “papel diretamente produtivo”, ele vem de cima para baixo e também de baixo para cima. [...] O poder é uma matriz geral das relações de força, em um tempo dado, em uma sociedade dada. [...] As relações de poder são intencionais e não subjetivas.

Entretanto, Foucault não sugere que não haja dominação. É neste contexto de retomada de conscientização que estão alicerçados os efeitos de sentido da negritude, configurando uma reação ao longo processo de assimilação de caracteres do branco pelo negro. Como já ressaltado, este processo impregnou as relações sociais como um todo, alijando as possibilidades de desnudamento do negro, ou seja, os empecilhos que se cruzavam para que ele, o negro, não se mostrasse. O silêncio e omissão do negro ganharam notoriedade não só no seu espaço, mas, em especial, no espaço discursivo do outro. Não havia lugar para que o negro fosse negro. Souza (1983) evidencia o quanto esse não aparecimento dava margem para que o próprio negro tivesse receio de si, de seu *ethos*, ao ponto de chocar-se diante do espelho. Tendo em vista que os efeitos de sentido traduzidos pelo espelho recaíam sobre a ideologia construída pelo branco e absorvida pelo negro. Ouvi-la é interessante para o momento:

O nada, o vazio tecido no lugar da representação da identidade negra é subitamente preenchido. A identidade temida e odiada emerge como um corpo estranho que o pensamento, surpreendido em suas lacunas, não sabe qualificar. Após ter sido recusada ou melhor, alucinada negativamente, volta à tona. Não com a “inquietante estranheza” do recalcado, mas com a tonalidade efetiva e representacional própria do ato alucinatorio. O pavor sentido foi o produto de um pensamento que, momentaneamente, esvaiu-se, carregando em sua derrocada, as defesas construídas contra o surgimento daquela identidade (SOUZA, 1983, p. 15).

Por outro lado, nessa luta discursiva, existem estratégias que revelaram o silêncio também como discurso, a partir do momento em que o negro passou a perceber que a arena social do feio e do estranho não lhe cabia. Feio era tornar-se ridículo aos olhos do branco pela imitação deste. Negritude se tornava, dessa forma, um conceito ligado à resistência. Uma contra-ideologia que significa protesto, indignação, reivindicação e emancipação. Quando dissemos que o silêncio é discurso, provocando efeitos de sentido, é para evidenciar que, nas relações quotidianas, o negro passou a ter percepção, sensibilidade de sua situação. Ao se compreender, passou a reconstruir a consciência do contraponto do “eu” e do “outro”, dos subalternos e dos dominados. Dessa forma, gradativamente, os sentidos da negritude vão sendo construídos, concomitante à consciência de seu papel na arena social, bem como na tessitura desta. Negritude é, também, uma categoria dialética, um devir histórico e, portanto, um constructo social.

Assim, o significado polissêmico de negritude, assim como o de raça, também foi construído em vários momentos histórico-sociais. Munanga (1988) ressalta que um dos grandes nomes ligados a essa ruptura de assimilação do negro para com o branco, uma espécie de grito da liberdade, é o afro-americano W. E. B. Du Bois, considerado patrono do pan-africanismo, movimento político e cultural que lutava tanto pela independência dos países africanos do julgo colonial quanto pela construção da unidade africana. Considerado, além disso, o pai simbólico do movimento de tomada de consciência de ser negro, passando a exercer uma forte influência entre os escritores estadunidenses. Somado ao fato de ter despertado nos negros um orgulho pela raça, devido ao seu discurso enfático e contundente. Seu livro *Almas Negras* se tornou um dos grandes expoentes entre os intelectuais do movimento Renascimento Negro.

Domingues (2005) aponta que o movimento da negritude nasceu fora da África. Provavelmente, tenha nascido nos Estados Unidos, atingindo, em seguida a Europa, chegando à França, onde adquiriu força e notoriedade para, posteriormente expandir-se por toda a África negra e as Américas, incluindo o Brasil. Os norte-americanos, pontua Domingues (2005), ao invés de se recuarem para chorar sua posição de negro, vão se tornar ativistas, inseridos num movimento social, denominado de Harlem, visando à exorcização dos estereótipos e preconceitos disseminados contra o

negro no imaginário social. Grandes nomes ganharam visibilidade, como Langston Hughes, Claude Mackay e Richard Wright.

Por seu turno, para Aimé Césaire, citado por Domingues (2005), o Haiti foi o país em que a negritude se ergueu. Somado a isso, enfatiza que na França, mais precisamente em Paris, o movimento era liderado por estudantes oriundos das Antilhas e África, que protestavam não só contra a opressão dos negros, mas contra a eminência do capitalismo burguês; apesar de os mesmos serem de famílias tidas como remediadas ou bem sucedidas: uma elite negra, geralmente oriunda de uma camada social constituída por funcionários da colônia, trabalhadores especializados em diversos ramos da indústria, empregados do comércio, urbanos e rurais. Estes estudantes, em 1934, lançaram a revista *L'Étudiant Noir* (O Estudante Negro). Para eles, os intelectuais deviam assumir sua origem racial, além de se libertarem do estilo e da forma de imaginação dos modelos franceses. É o que ratifica Léon Damas, mediante o olhar de Domingues (2005, p. 196): “não somos mais estudantes martinicanos, senegaleses ou malgaches, somos, cada um de nós, um estudante negro”. A revista teve fundamental importância na difusão do movimento negro: organizando reuniões assembleias, exposições, publicando artigos e poemas em outras revistas.

No Brasil, Luís Gama, líder abolicionista, advogado e poeta negro, é considerado o precursor da ideologia da negritude. Numa coletânea intitulada *Primeiras trovas burlescas*, editada em 1859 pela primeira vez, inaugura o discurso de afirmação racial no país, uma postura ideológica que tentou materializar, mediante esse instrumento de comunicação. Entretanto, aquelas ideias mais situadas politicamente, encabeçadas pelos estudantes franceses, só chegariam ao Brasil em 1940, mediante o Teatro Experimental de Negros – TEM, imprimindo um novo sentido à negritude, como bandeira ideológica de cunho forte e conteúdo emocional e mítico, contundente e capaz de mobilizar o negro brasileiro no combate ao racismo. Um dos fundadores deste movimento foi Abdias do Nascimento (1968 *apud* DOMINGUES, 2005). Lembrando que, assim como na França, foram os intelectuais que marcaram, no Brasil, a dialética da negritude, enquanto movimento de protesto, em resposta aos negros que se encontravam em ascensão e se tornavam cada vez mais cópias dos brancos.

Entendida também como mito, por muitos, inclusive Costa Pinto, ainda conforme Domingues (2005), preconizavam que a negritude, no Brasil, não havia se formulado de maneira concreta, arriscando-se em se transformar num conceito vago. É interessante dizer que, mesmo diante desse movimento que representou ruptura, ainda

houve tentativas de marginalização do negro, quando, nos anos 60/70, disseminavam a ideia de que o negro era mais propenso para artes, como a música, a poesia, literatura. Uma espécie de valorização às avessas, pois o pano de fundo que sustentava essas noções se traduzia em outros efeitos de sentido: na falta de intelectualidade ou aptidão do negro, como se este não tivesse condições de enfrentar outras situações renomadas na sociedade. Em face disso, questiona-se como construir uma identidade diante de enunciados que sempre marginalizam o outro? Aqui, concordamos com Souza (1983, p.13): “a identidade negra existe como um apêndice do desejo e da palavra do branco.”

O conceito de negritude chegou aos anos 70 mais popularizado, ampliando seu raio de inserção e adquirindo novos significados, representando um processo mais amplo de tomada de consciência racial do negro brasileiro. Cultural, religiosa e politicamente, atingiu uma nova simbologia de valorização, em especial na cultura de origem negra: capoeira, samba, grupos de afoxé; nas religiões de matrizes africanas; engajamento na luta anti-racista, organizada pelas centenas de entidades do movimento negro. O cabelo, politicamente representado, evidencia-se na próxima figura:

Figura 04

CABELOS

BLACK POWER



Fonte:

<http://racabrasil.uol.com.br/Edicoes/86/artigo7858-1.asp>

Dessa forma, a negritude traduzia-se numa filosofia de vida para os negros que conclamavam autonomia e emancipação. O cabelo guardava toda uma discursividade político-ideológica, traduzindo-se num atributo de valorização identitária. Negritude, dessa forma, contém uma carga semântico-discursiva de participação. Por ter apreendido esta inscrição política, Gomes (2006) indica que:

A valorização da estética negra foi uma das estratégias de conscientização adotada pelos ativistas do Movimento de Consciência Negra na sua luta contra o regime do Apartheid. Havia, naquele contexto a necessidade de reafirmação da cor da pele, dos traços físicos, não como meros dados biológicos, mas como marcas identitárias que recebiam tratamento desigual em sociedades marcadas pelo racismo. Os/as ativistas negros e negras entendiam que esses sinais diacríticos deveriam ser ressignificados com base em uma leitura política (GOMES, 2006, p. 219).

Entretanto, se nos anos 70/80 o cabelo representava inclusão política, hoje, ele está preso a um discurso do cerceamento. Inclusive com um manual, intitulado pelo sujeito-autor de “Bíblia das cacheadas” que ensina como proceder para controlar, conforme figuras 05 e 06. No desenrolar desta pesquisa, o sujeito-leitor verá muitas das razões também político-ideológicas para assunção de determinadas posturas que não são destituídas de sentido. Hoje, o cabelo é resguardado por discursos como os das próximas figuras que apelam para o controle:

Figura 05



Fonte: Revista Contigo, nº 1855, Abril de 2011.

Figura 06



Fonte: Revista Ana Maria, Edição de maio de 2011.

Chamada discursiva: Cacheeadas em alta. L'oreal lança "Bíblia das cacheeadas" em evento com a presença de Thaís Araújo, a musa dos cachos!

Os efeitos de sentido de discursos imagéticos ora discutidos mostram uma das faces identitárias da pós-modernidade, em que o negro representa e é representado simbolicamente. Estes discursos agem nos sujeitos como significantes interpelativos mediante a ideologia. É de suma importância para o entendimento da terminologia negritude, observar as afirmações de Domingues:

Hodierno, negritude é um termo polissêmico, podendo significar, segundo a classificação de Zilá Bernd (1988: 16): o fato de se pertencer à raça negra; à própria raça como coletividade; à consciência e à reivindicação do homem negro civilizado; à característica de um estilo artístico ou literário; ao conjunto de valores da civilização africana. Já o Novo Aurélio define negritude como: 1) estado ou condição das pessoas da raça negra; 2) ideologia característica da fase de conscientização, pelos povos negros africanos, da opressão colonialista, a qual busca reencontrar a subjetividade negra observada objetivamente na fase pré-colonial e perdida pela dominação da cultura ocidental. E, finalmente, o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, o qual define negritude como sinônimo de 1) qualidade ou condição de negro; 2) sentimento de orgulho racial e conscientização do valor e riqueza cultural dos negros (DOMINGUES, 2005, p. 197-198).

Contudo, Domingues (2005) traz o olhar de Nascimento para dizer que, enquanto movimento social, a negritude sofreu críticas acirradas, porque os próprios

adeptos, com algumas exceções, antes defensores dos ideais anti-racistas, tornaram-se administradores nas colônias africanas ou ingressaram na política, a exemplo de Léopold Senghor, que fez uso de uma práxis recheada de lacunas, frente aos discursos e bandeiras levantadas, tornando-se “discursos vazios e reacionários no quadro de ausência de uma melhoria na qualidade de vida do povo senegalês” (DOMINGUES, 2005, p. 220). O marxismo ortodoxo também foi enfático quanto às críticas acerca da ideologia da negritude. A principal delas reside no fato desta fazer apologia ao conceito de raça em detrimento ao de classe, pois, para os marxistas, raça é uma categoria particular que contempla um grupo específico, ao passo que classe é uma categoria universal, portanto, mais aglutinador. Para os marxistas, o fato de a negritude não levantar a bandeira de todos os oprimidos, de maneira geral, mas apenas especificamente, levava-os à negação da solidariedade entre todos os oprimidos, independente da cor.

Conforme Munanga (1988, p. 44), “Identidade, fidelidade, solidariedade” deveriam ser os pilares construtores da concepção de negritude na visão de Césaire, em que a primeira consiste em assumir plenamente, com orgulho, a condição de negro, em dizer, de cabeça erguida, sou negro; a segunda repousa numa ligação com a terra-mãe, cuja herança deve demandar prioridade; a última é o sentimento que nos liga secretamente a todos os irmãos negros do mundo. Esses três aspectos passam a constituir uma só personalidade cultural negra africana, configurando-se como principal objetivo do movimento da negritude, contra a máscara branca imposta pela teoria da assimilação.

As figuras abaixo, de nº 07 e 08, evidenciam que, com todos os empecilhos encontrados, negritude significa resistência para assegurar a constituição de identidades, uma busca dinâmica de reconhecimento e respeito dos negros por parte dos brancos. Na arena pós-moderna, os mecanismos utilizados como resistência ainda se encontram em espaços discursivos reducionistas. Entendemos que a maneira como os produtos são marcados, geralmente pela cor, com raras exceções, se traduz num mecanismo estratégico de redução desse espaço. É para negros! Ou, no máximo, para os chamados mestiços e morenos. Até a cor interna do sabonete da marca Lux é negra. Para comprovar o dito, as figuras serão apresentadas:

Figura 08



Fontes:

<http://www.novomilenio.inf.br/real/ed122u.htm>; <http://www.portaisdamoda.com.br/noticia>;
<http://lojadabelezanegra.blogspot.com/2011/06/vasenol-pele-morena-e-negra-com.html>;
<http://www.mundodomarketing.com.br/9,18320,1-oreal-lanca-livro-para-mulheres-com-cabelos-cacheados.htm>;
<http://omelhor.net/elseve-colageno-cabelos-crespos-cacheados-loreal/>; www.portaisdamoda.com.br/noticiaInt_;
<http://ohumbertoexplica.blogspot.com/2008/10/divas-de-papel.html>; Revista Raça Brasil, Ano 12, nº 128, respectivamente.

Os discursos da figura 08¹² e 07 traduzem sentidos que levam o sujeito a crer que existe um dizer que se torna aleatório ou estanque as demais situações encontradas no universo da estética e beleza: uma ideologia racista, portanto. Para exemplificar, várias linhas de produtos foram criadas, a partir dos anos 80, para atender aos negros. Assim, temos maquiagens, shampoos, cremes, óleos etc. para peles e cabelos negros. Não só os dizeres, mas as cores das embalagens, na maioria dos produtos, deixam isto latente. É um espaço fechado: é para negros, e ponto final. Não há o contraponto para os demais produtos que se encontram no mercado. Não existem cremes ou outros para

¹² As imagens da figura 08 foram juntadas propositalmente. O objetivo é mostrar ao leitor os efeitos de sentido oriundos de uma cadeia que existe para um sujeito e não outro, uma cadeia fechada e restrita ao negro.

peles vermelhas, brancas etc. O que existe são discursos que se utilizam de estratégias veladas, silenciosas e, muitas vezes, perversas: shampoo para cabelo *normal*, cremes para pele *normal*, cremes para pele *sensível*, shampoo para cabelo *esponjado* etc.. Assim, entendemos que o, *para brancos*, não é evidente, mas, no mínimo, preconceituoso.

É relevante destacar que compreendemos a criação desse espaço como algo importante, uma conquista que prima pela constituição de identidades. A não-exclusividade racista do outro espaço é que traz inquietação, quando o dito e o não dito deixam pistas escorregadias que se traduzem num discurso que coopera para o padrão da branquidão. Afinal, no dizer de Souza (1983):

É a autoridade da estética branca quem define o belo e a sua contraparte, o feio, nessa nossa sociedade classista, onde os lugares de poder e tomada de decisões são ocupados hegemonicamente por brancos. Ela é quem afirma: “o negro é o outro do belo” (SOUZA, 1983, p.29).

E é esta autoridade quem legitima os padrões ideológicos que discriminam um por conta do outro. Vejamos o que diz o discurso da Revolução na Prateleira:

REVOLUÇÃO NA PRATELEIRA

Nove anos depois do lançamento de Raça, a indústria de cosméticos lota as gôndolas de produtos específicos para o negro e abre as comportas de um mercado reprimido.

A linha do tempo da indústria de cosméticos Étnicos no Brasil:

1989 - Início da comercialização de produtos étnicos pela Muene

1990 - Alisante Wellin

1995 - Lançamento da linha Essenza

Base líquida Naomi (O Boticário)

Linha completa de permanente (Niely)

1966 - Linha Sphere para cabelos crespos, cacheados e muito crespos (Nazca)

1999 - Chega ao mercado Vasenol, o primeiro hidratante voltado para às necessidades de cuidado e combate ao ressecamento freqüente comuns na pele morena e negra (Unilever)

2000 - A Avon lança linha Advance Techniques, que se preocupa com os cabelos crespos. No futuro, lança a linha Hidrabalance

Linha Seda Keraforce (Unilever)

2001 - Sistema de Relaxamento e Alisamento Affirm e a linha de Tratamento e Manutenção KeraCare (Avlon).

Linha Wellapon Cacheados

2002 - Wellin Color Lux Skincare o primeiro sabonete para pele morena e negra (Unilever)

2003 - Lançamento do adesivo Color-Aid

Lançamento da linha Hidraforte, para cabelos crespos e muito crespos. (Niasi)

Desodorantes antitranspirantes Rexona Ebony (Unilever).

2004 - Linha Illumine, o primeiro protetor solar do mercado para a pele morena e negra (Johnson & Johnson).
 Linhas Hidraplant e Controlplant para cabelos crespos e cacheados (Natura)
 Lançamento do desodorante Pelle a Pelle NYX.
 A tintura Garnier teve como garota propaganda Camila Pitanga.
 Friboi (sabonetes Albany) lançamento dos sabonetes Albany pele morena e negra masculino e feminino
2005 - Linha O Boticário com ampla opção para rosto, boca, olhos, e tonalidades específicas para pele morena e negra
 Ekos Murumuru, para cabelos crespos e cacheados (Natura).
 Bozzano lança linha de barbear Pele Negra Morena
 A Johnson & Johnson lança esse ano ainda um pós-sol com poder de hidratação três vezes maior¹³.

Notoriamente, esta revolução na prateleira, como denomina a Revista Raça Brasil, traz novidades a essa cadeia antes tão esvaziada, como se o Outro não existisse. Inclusive, passa a perceber e a sugerir que o sol em excesso é prejudicial também aos negros, ao lançar no mercado protetores solares, pensados, em especial, à proteção e cuidado para com a pele negra. O uso desse aditivo *também* se deve ao fato de que, por muitos anos, a pele do negro foi tratada pelos discursos da estética e beleza como aquela que não precisa de cuidados. O que nos leva a esta afirmação são os discursos que se traduzem em documento/monumento, analisados em sua arqueologia, que carregam marcas da negação e ausência do negro, como se aquele fosse o estranho ou de existência imperceptível. Assim, só os cuidados para com o branco faziam parte dessa arena.

A Revolução na Prateleira está associada, em especial, a conquistas de um espaço reivindicado política e esteticamente. Strozemberg (2005) ressalta que a presença da diferença racial na propaganda, nos últimos anos, adquiriu uma importância inédita, pois em toda história da propaganda no Brasil, até meados da década de 1980, negros e mestiços só apareciam em anúncios desempenhando papéis subalternos – como escravos, serviçais de vários tipos e trabalhadores braçais – não como protagonistas, mas coadjuvantes. Aponta, além disso, que o papel de protagonista só lhe era delegado quando o produto era específico ao grupo de referência. Ainda assim, o que sobressaía era sua condição de inferioridade e carência, própria de indivíduos cuja natureza deveria

¹³ Fonte: REIS, Adriana; INÁCIO, Silvana Regina. Revolução na Prateleira. In: **Raça Brasil**. São Paulo: Escala LTDA, 2005. Disponível em: <http://racabrasil.uol.com.br/cultura-gente/90/artigo10669-4.asp>.

ser melhorada e corrigida: exemplos paradigmáticos dessa forma de representação da diferença étnica e racial na propaganda brasileira, indica Strozemberg (2005),

São os anúncios de henê – que torna liso e “bom” o cabelo crespo e “ruim” – e os vermífugos e fortificantes [...] peça criada por Monteiro Lobato para o famoso anúncio do Biotônico Fontoura, ofereciam a solução para as agruras do maltratado e malnutrido Jeca Tatu (STROZEMBERG, 2005, p.200).

É fato que a publicidade brasileira, o mercado, a indústria de cosméticos, passaram a enxergar o negro como sujeito que consome, sob uma lógica eminentemente capitalista, pois assim como os demais, precisa ter sua imagem evidenciada, para construir uma identidade num espaço de negociação. Isto porque, a imagem passa a ser um instrumento de poder, atrelado à cultura de um povo. A referida pesquisadora destaca, além disso, que o consumo passa a ter um outro olhar, um olhar cultural, não remetido prioritariamente ao indivíduo ou a ambição ou a inveja: inseridos no contexto da cultura, os bens materiais assumem a função de código, elemento de um processo de comunicação. Parafraseando-a, na mudança desse paradigma, os sujeitos já não se perguntariam mais por que consumimos tal coisa, mas o que representam as escolhas feitas, ao consumirmos. (STROZEMBERG, 2005). Ou seja, o consumo passa a ter uma significação simbólica para os sujeitos consumidores.

Entretanto, é necessário dizer que apesar dos avanços empreendidos pelo movimento da negritude, em relação ao mundo da estética e beleza, esta pesquisa aponta que os discursos da Revolução na Prateleira ainda não condizem com uma suposta revolução do aparecimento do negro no mundo publicitário ou de sua imagem associada a um produto de beleza e estética. Assim, concordamos com Gomes (2006, p.34), ao afirmar que “o fato de se estar integrado ou de se reconhecer pertencente a um grupo étnico/racial não elimina os conflitos diários e os dramas pessoais vividos pelos negros na esfera da subjetividade”.

Nas revistas analisadas¹⁴, rótulos e sítios pesquisados, os discursos dos rótulos, propagandeados ou não, não trazem o negro associando o produto a sua imagem, nem mesmo na revista Raça Brasil. Ela existe, mas é ínfima, quase imperceptível: a L’oreal,

¹⁴ O *corpus* foi construído tomando como referência mais de 30 revistas entre os anos de 2008 e 2011, como destaca a metodologia do trabalho. Além disso, é preciso dizer que o olhar em revistas diversas também acompanhou a presença e ausência do negro em rótulos e propagandas.

Embeleze, Lux e Seda tentam fugir à regra¹⁵, ainda de maneira inexpressiva, se considerado o aparecimento midiático do branco. Existem reportagens que destacam o cuidado com a pele, com o banho, como fazer a maquiagem certa, tratar dos cabelos, dentes, posturas etc., mas, em se tratando de estética da pele e do cabelo, ao evidenciar um produto deste universo, indicar um uso, a existência de discursos que causem efeitos de sentido como este “olhem a minha imagem, podem usar, porque eu confio, eu uso” é drasticamente reduzida, se comparada ao mundo branco discursivo da estética e beleza. Os discursos das figuras 07, 09 e 12 buscam confirmar efeitos de sentido de uma época em que a beleza era tratada em espaços fechados, seguindo um receituário doméstico de cumplicidade. Por isto, os discursos das revistas apelam para um tratamento caseiro, menos dispendioso, em que os sujeitos ficam à vontade, numa constante labuta para com o corpo. Pressupõe-se um sujeito que tem menos poder aquisitivo, configurando-se uma impotência diante dos salões de beleza. Assim, Sant’Anna (2005) destaca que

Nesses encontros, as receitas de beleza que passam através das gerações são trocadas, os defeitos físicos dissimulados, as ilusões tecidas diante do espelho e com a cumplicidade das amigas. O registro desses momentos de intimidade e de segredo são, sem dúvida, raros. Eles estão dispersos nas canções populares, na literatura e nos diários íntimos (SANT’ANNA, 2005, p. 125).

Requeremos a atenção do leitor para dizer que discursos dessa natureza não estão restritos ao negro. Os efeitos de sentido de tratamento de beleza doméstico ou comunitário são facilmente encontrados nos mais diversos discursos, tanto na arena do negro como do branco. Entretanto, o que questionamos é que, em relação ao branco, na maioria das vezes, sua figura está associada ao produto, até mesmo no rótulo, causando um efeito de sentido de unicidade e cumplicidade entre representação simbólica e sujeito. O mesmo não acontece com o negro. Isto é raro. Ele aparece, sim, mas numa tentativa de condução, do como fazer para. E, quando acontece, nos discursos da estética e beleza, a imagem do negro continua a aparecer somente quando se trata de anunciar produtos de seu grupo, de sua referência, como ratifica as figuras 08, 11 e 13. Para ratificar o dito, vejamos o discurso da tintura da marca Avon, que evidencia um discurso doméstico, mas associa o produto à imagem propagandeada

¹⁵ Contudo, a Seda tem mudado seu perfil: nas linhas mais recentes de shampoos e cremes, esta marca não tem feito uso de imagens, como em linhas anteriores, conforme figura 04. Um outro aspecto relevante é que a presença do negro na L’oreal nos remete ao fato de que a modelo só passou a ser referência aos “cachos comportados”, depois de encenar um papel de protagonista, numa grande rede de televisão, uma visão global.

Figura 09



Fonte: fotos oriundas da Pesquisa de Campo 2008/2011. Revista Cláudia, nº 9, Ano 48, setembro de 2009. A beleza da AVON! A modelo apresenta uma linha de tinturas desta marca. A propaganda traz a seguinte CHAMADA DISCURSIVA: A BELEZA DO SALÃO AGORA NA SUA CASA

Em parte, concordamos com Strozemberg (2005), ao afirmar que as adjetivações “bom” e “ruim” deixaram de ser evidentes; por outro lado, simbolicamente, os discursos tratam de evocá-los. Quem se encontra na cadeia discursiva pós-moderna que pode, literalmente, dizer que causa inveja? O discurso do branco e para o branco. Esta discursividade é acordada, provocada por cadeias discursivas como a apresentada na figura 10. Nesta, o sujeito enunciator é explícito, fazendo uso de uma chamada discursiva que envolve o Outro, não só pelo produto apresentado, mas pela imagem que ele representa. Observem que o produto Pantene – shampoo e condicionador – estão próximos a modelo: no espelho surge sua figura, bem próxima à imagem do produto: um referencia o outro. A chamada discursiva causa um efeito de sentido complementador à imagem: *cabelos de dar inveja, sim*. Ressalta o discurso.

Verificar essa discursividade, mediante as figuras apresentadas, é importante para o momento:

Figura 10



Fotos oriundas da Pesquisa de Campo 2008/2011. Revista Contigo, Edição de nº 1767, julho de 2009. Sem nenhum constrangimento, o discurso enfatiza que são Cabelos da dar inveja, sim!

Figura 11



Fonte: fotos oriundas da Pesquisa de Campo 2008/2011.

Chamada discursiva: LUX LUXO Beleza Negra manteiga de Karité e extrato de pérolas negras

Figura 12



Fonte: fotos oriundas da Pesquisa de Campo 2008/2011. Revista Ana Maria, Edição de 30 de maio de 2008.

Chamada discursiva: Banho de espuma Troque de sabonete se ele deixa sua pele áspera ou meio ressecada. Cada mulher tem um sabonete adequado a seu tipo de pele:

Figura 13



Fonte: Pesquisa de Campo 2008/2011.

Disponível em: http://www.unilever.com.br/aboutus/historia_das_marcas/lux/lux_anuncioimpresso_2002.aspx

Chamada discursiva:

Ligue o chuveiro. Cubra-se de espuma. Transforme-se em Pérola Negra. Lux Skincare: uniformidade da Pele Morena e Negra. sua pele por inteiro

2.7. A ideologia racista

A categoria ideologia foi utilizada em diversos momentos neste capítulo. O que nos leva a discutir os preceitos que a alicerçam. É relevante dizer, de antemão, que se trata de um conceito escorregadio, de difícil conceituação, por sua própria característica. Além desses aspectos, a ideologia é alicerçada nas relações sociais, num nascedouro que tem o sujeito como seu mais eminente interlocutor. Assim, os sentidos só se afloram mediante estratégias e práticas sociais vivenciadas na arena antagônica: permeada de conflitos e equilíbrio dinâmicos e processuais, aspectos perceptíveis e comprováveis pela ideologia racista.

Somado a estas considerações, é sob a visão de Pêcheux (1988/1996/1998) que as discussões são alicerçadas. Entendemos que o diálogo com Foucault não convém para o momento, pois ele defende que a história do saber ou das formas de exercício de poder é uma história de práticas e não de ideologia. Vejamos as afirmações de Foucault, citadas por Castro (2009).

A noção de ideologia me parece dificilmente utilizável por três razões. A primeira é que, quer se quera, quer não, ela está sempre em oposição a algo que seria verdade. Pois bem, eu creio que o problema não é fazer a divisão entre o que, em um discurso, provém da cientificidade e da verdade e aquilo que provém de outra coisa, mas sim ver historicamente como se produzem efeitos de verdade dentro do discurso que não são em si mesmos nem verdadeiros nem falsos. Segundo inconveniente; creio que ela se refere necessariamente a algo assim como o sujeito. E, em terceiro lugar, a ideologia está em uma posição secundária em relação a algo que funciona para ela como infraestrutura ou determinante econômico, material, etc. por essas três razões, creio que é uma noção que não se pode utilizar sem precaução (CASTRO, 2009, p. 223).

Assim, é na linha de Pêcheux (1988) que trilhamos, em relação à ideologia. Para tanto, faz-se necessário contextualizar as concepções históricas que norteiam esta categoria. Conforme Henry (1997), Dunker (2008), a noção de ideologia foi proposta por Destutt de Tracy, em 1796, com vistas num projeto ambicioso de construir uma ciência geral das ideias, num misto de moral, psicologia, filosofia e ciência, com função bastante definida: combater o terror e servir para regular a sociedade, resolvendo, por intermédio de uma teoria sobre a Gênese do saber no ser humano, os desvios da política e os excessos de poder. A noção de ideologia, dessa forma, se define como o estudo da

formação espontânea das ideias a partir das diferentes faculdades mentais – vontade, juízo, pensamento, memória etc.. e do próprio cérebro.

De Hegel a Marx, as concepções de ideologia se deslocaram historicamente. A princípio, é cabível dizer que o conceito da ideologia marxista carrega uma marca semântica negativa, por ter se desencadeado pelas vias da estrutura social, a estrutura política e a produção. O segundo conseguiu inverter o pensamento do primeiro, estabelecendo a ideologia como um saber processual, antagônico e histórico. Seu principal argumento contra Hegel, acentua Dunker (2008, p. 187), “é que a alienação não é do espírito em suas ideias, mas dos homens para com suas formas sociais reais em sua materialidade histórica”. Bottomore (2004, p.183-185) destaca que, mesmo em Marx e Engels, o sentido de ideologia é polissêmico, já que apresenta concepções distintas para cada fase equivalente: a primeira é marcada, tendo como principais pontos de referência Hegel e Feuerbach, pela crítica à religião e à concepção hegeliana de Estado, compreendendo os primeiros escritos, até 1844. Bottomore (2004, p. 183) aponta que, para Marx, a religião seria muito mais do que pensava Feuerbach: o Estado e a sociedade produzem a religião, “que é uma consciência invertida do mundo, porque eles próprios são um mundo invertido”; a segunda compreende o período de 1845 a 1857 – rompimento com Feuerbach – período dominado pela construção do Materialismo Histórico – nesta, a concepção de inversão é conservada e o conceito de ideologia aparece ampliado: inversão é, pois, sinônimo de Ideologia, contrariando o princípio hegeliano de que o erro estaria nas ideias errôneas, em que a consciência era a premissa para os problemas sociais. Nesta inversão, “os verdadeiros problemas da humanidade não são as ideias errôneas, mas as contradições sociais reais e que aquelas são consequências destas” (BOTTOMORE, 2004, p. 184).

Assim, como os homens são incapazes de resolver as contradições sociais e reais, optam por projetá-las nas formas ideológicas de consciência; a terceira se caracteriza pela análise concreta das relações sociais capitalistas, começa com a redação dos *Grundrisse* em 1858 e culmina em o *Capital*. O conceito de ideologia serve para analisar o quanto a classe denominada de burguesa mantém padrões, sob a alegação de que o mercado proporciona igualdade e liberdade. Há um ocultamento do caráter contraditório, concentrando o foco na maneira pela qual as relações econômicas aparecem de maneira superficial. É possível dizer, então, que o conceito de ideologia conserva em todas as fases o sentido de inversão, tanto da consciência, como da realidade. O que leva Dunker (2008, p. 187) a dizer que houve um deslocamento da

noção de ideologia, passando agora a se concentrar não mais em uma teoria da cultura ou alienação do espírito na arte, “mas em uma crítica da organização social e da alienação à forma mercadoria, ao trabalho e aposição de classe deslocada”. O que se configura no materialismo dialético, uma inversão da concepção idealista de Hegel.

Ainda conforme Dunker (2008) é possível encontrar três concepções de ideologia em Marx. Uma concepção epistêmica – doutrina teórica localizável historicamente, significando autonomia e eficácia na apreensão da realidade. A ideologia seria o aspecto não científico que parasita e se infiltra numa dada teoria científica; concepção sociológica – entendida como o processo de produção de consciências submetidas ou alienadas de si mesmas e como forma de ocultamento da exploração e da percepção dos próprios laços sociais. Expressa um conjunto de normas e formas de pensamento que se tornam obrigatórios para dada comunidade, opondo-se à crítica como atividade de reconhecimento do antagonismo; concepção histórica refere-se a um sistema de representações ou imagens que se orientam para o reordenamento do passado, entrelaçado ao presente e tendencioso a se reproduzir no futuro.

Conhecedor da teoria de Marx e eminentemente influenciado por este crivo teórico-metodológico, Althusser constrói a teoria dos Aparelhos Ideológicos do Estado (PÊCHEUX, 1988). Dessa forma, entra em cena, um protagonista de relevante importância para a visão althusseriana: o sujeito, que só o é, só se constitui como tal, quando interpelado pela ideologia. Para Althusser (1985, p. 85-99), “A ideologia não tem história; a ideologia é uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência; A ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos”.

Dessa forma, para que exista ideologia, é necessário que exista também sujeito ou que ele se constitua enquanto sujeito de uma arena social. Henry (1997) destaca que, além desta característica, a construção de práticas de significação e formação de estratégias de ocultamento são traços definitivos da noção de ideologia. E, nesta construção, pressupomos a existência de finalidades motivadas pelos mais diversos interesses, pois os tipos não são construídos por acaso, para que a ideologia se materialize. Há uma articulação entre sentidos e convenções sociais. E estes não são apropriados de maneira individual, há uma formação social de apropriação da linguagem em que está refletida sua ilusão de sujeito, sua interpelação feita pela ideologia. Entendemos, então, que os indivíduos recebem como evidente o sentido do que ouvem, dizem, lêem ou escrevem a partir do momento em que são interpelados em

sujeitos pela ideologia. Esta constituição de indivíduos em sujeito não é oriunda do materialismo histórico e dialético de Marx. Aqui, entra em cena o sujeito da psicanálise, já que na teoria marxista não há uma teoria do sujeito. “O único sujeito de que Marx trata é um sujeito prático e múltiplo, anônimo e, por definição, não consciente de si mesmo. Na verdade um não-sujeito.” Afirma E. Balibar, nos dizeres de Dunker (2008, p. 193).

Se há sujeito, mediante a Psicanálise, há, em especial, significante e inconsciente¹⁶. Pêcheux assim ratifica esse dizer:

[...] Deixem-me explicar: não se trata, aqui, de evocar “o papel da linguagem” em geral ou “o poder das palavras”, deixando em dúvida se o que se invoca é o signo, que designa algo para alguém, como diz Lacan, ou o significante, isto é, aquilo que representa o sujeito para outro significante (Lacan, mais uma vez). Está claro que, para meu propósito, a segunda hipótese é a correta, pois ela trata do sujeito como processo (de representação) dentro do não-sujeito constituído pela rede de significantes, no sentido de Lacan: o sujeito é “captado” nessa rede – “substantivos comuns” e “nomes próprios”, efeitos “deslizantes”, construções sintáticas etc. - , de tal sorte que resulta de “causa de si mesmo” no sentido espinozista da expressão. E é precisamente a existência dessa contradição (a produção como resultado de uma “causa de si mesmo”) e seu papel motor no processo do significante na interpelação – identificação, que justifica minha afirmação de que, de fato, trata-se de um processo, na medida em que os “objetos” que nele aparecem duplicam-se e se dividem para atuar sobre eles mesmos como diferentes deles mesmos (PÊCHEUX, 1996, p. 151). (grifos do autor).

Assim, ideologia e inconsciente articulam-se como linguagem num sistema simbólico para fazer crer o que se torna evidente, pelas intersecções sentido e força, a verdade da ideologia e a realidade que ela produz. O discurso, neste contexto, configura-se como canal, espaço ideológico, para que a realidade produzida pela ideologia possa se materializar, tendo em vista que é por ele que um conjunto de enunciados se transborda, delimitando um campo de possibilidades sob o qual o sujeito está submetido. Pêcheux (1996) enfatiza que parece um paradoxo, mas os sujeitos nunca deixaram de ser sempre sujeitos, mas é pela constituição de sentido que o sujeito se constitui ideologicamente. E os sentidos dependem da posição social que os indivíduos ocupam, do lugar social de onde falam os sujeitos. Os efeitos de sentido produzidos em cada um não existem em si mesmos, são determinados pelas posições ideológicas que

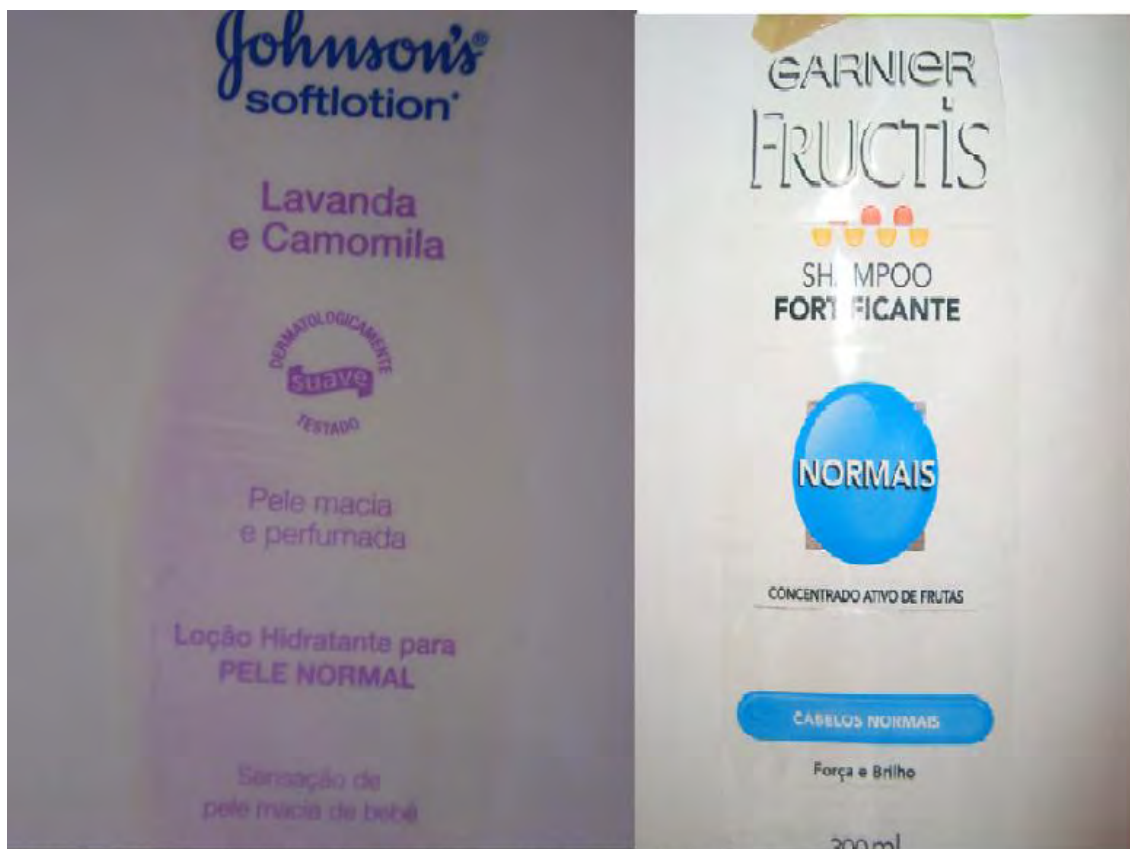
¹⁶ Ver LACAN, J. A Instância da Letra no Inconsciente ou a Razão desde Freud. In: **Escritos**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

estão em jogo no processo sócio-histórico. Atentar ao que diz Pêcheux é oportuno para o momento:

Na verdade, a tese “a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos” quer dizer, a rigor, que o “não-sujeito” é interpelado – constituído como sujeito pela ideologia. Pois bem, o paradoxo está precisamente em que a interpelação tem, por assim dizer, um efeito retroativo, o que resulta em que todo indivíduo é “sempre já sujeito” (PÊCHEUX, 1996, p. 150). (grifos do autor).

Ao observar as figuras 14 e 15, por exemplo, é a ideologia que fornece a evidência do que vem a ser *normal*:

Figuras 14 e 15



Fonte: fotos dos rótulos do hidratante da marca Johnson e do shampoo da Garnier Fructis respectivamente. Chamada discursiva: ambos destacam a PELE NORMAL e CABELOS NORMAIS.

São as evidências que fazem com que as palavras digam o que realmente dizem e que mascaram, sob a transparência da linguagem, o caráter material do sentido, das palavras e dos enunciados. As formações discursivas *shampoo para cabelo normal*, *creme para pele normal*, tornaram-se tão evidentes, que as indústrias a utilizam em seus rótulos sem nenhum desconforto. O *normal* está carregado de ideologia, há uma representatividade, possuidora de afetos, que se manifesta na subjetividade, no sentido

do que é normal, na imagem construída psíquica e socialmente. Assim, o discurso se manifesta como um dispositivo social, visando à organização de um saber, que é compartilhado nas relações sociais. O velado como *normal* passa a ser coerente, coeso, mediante os sentidos a ele atribuídos pelo sujeito. Em relação a outras formações discursivas em análise, a postura ideológica é a mesma, garantindo um discurso metódico e bem articulado. Parafraseando Pêcheux (1988, p.160), é a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um branco, um negro, evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” (grifos do autor). Assim, costumeiramente, em relação aos cabelos, o *normal*, está para liso, assim como o *controlado*, *assentado*; em relação à pele, *normal* está para pele de branco.

Em se tratando de pele e cabelos, a expressão normal foi construída no meio cosmético, para se referir aos cabelos e peles mais comuns. O normal também faz parte de um universo que classifica os tipos de pele e cabelo: seco, oleoso e normal. A normalidade está para a proporção do que não se encaixa nem na primeira instância, nem na segunda, ou seja, o que não é seco ou oleoso é normal. Contudo, entendemos que se trata de uma formação discursiva de efeitos de sentido polissêmico, usado inclusive por outras ciências para além da beleza e estética, como a Medicina. Mas ele, o discurso, não está aquém de uma concepção, enquanto construção ideológica, criada para uma especificidade. É um discurso científico, resguardado e cerceado por uma verdade, mas que não está isento de ideologias ou de efeitos de verdade. Logo, contestá-lo é possível, pois se trata de um constructo histórico-ideológico, que tem tomado o branco como modelo, transformando-se numa construção de história e memória, tendo o branco como pressuposto do que pode ser visto como normal. Vejamos a concepção, em relação aos cabelos:

São macios, com produção de gordura pelas glândulas sebáceas do couro cabeludo equilibrada e regular, de modo a lubrificar o cabelo da raiz às pontas. Não têm excesso de oleosidade na raiz nem pontas ressecadas. Dispensam grandes cuidados para exibir um aspecto brilhante e saudável. O cabelo normal é uma característica natural, porém pessoas que têm cabelos secos ou oleosos podem equilibrar os níveis de gordura do couro cabeludo e atingir um equilíbrio equivalente ao do cabelo normal¹⁷

É perceptível que as concepções se relacionam ou elucidam um tipo de cabelo que pertence a um único universo: o normal está para branco. Em contrapartida, quando

¹⁷ Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Cabelo_normal.

está inserido na formação discursiva, como enunciado, a indústria da beleza e estética parece deixar o sentido do normal a mercê do sujeito-leitor. O que, para nós, é mais uma estratégia discursiva silenciosa daquele sujeito, para ratificar o ideologicamente normal. No fundo do pote de shampoo, creme, óleo etc., o que se encontra é a verdade da ciência: uma linguagem técnica que dificilmente é absorvida pelo sujeito-leitor.

Para ratificar o dito, a existência do sujeito pressupõe a ideologia e vice-versa. Este, conforme o próprio Pêcheux (1988, p.152), é um conceito por fazer, associado a outros discursos, em especial ao inconsciente. Grosso modo, a ideologia está eminentemente entrelaçada ao sujeito enquanto ser social. Na sociedade capitalista, seu funcionamento se dá nas relações sociais de produção, a ponto de abranger as determinações de classe e os horizontes culturais dos seus integrantes. Interpelado em sujeito ideológico, portanto, cada um tem a impressão de estar fazendo livre escolha, exercendo um livre arbítrio, quando, na verdade, está ocupando o seu lugar social em uma classe antagônica.

Este processo, de constituição de indivíduos em sujeitos, não ocorre de uma única maneira, em condições iguais para todos os homens da sociedade, mas através de um conjunto complexo e diversificado de formas pelas quais opera a ideologia. Esta diversidade de tomada pela ideologia consiste em formas específicas de ideologias. O racismo é uma delas.

Pêcheux (1996) alerta, com precisão, que a ideologia é uma categoria eminentemente ligada a outras e, portanto, de difícil concepção e que o objetivo primordial ao tomá-la como categoria essencial é expor as bases para uma teoria materialista do discurso. Para tanto, ele se utiliza da ampla visão marxista – o materialismo dialético e o materialismo histórico, e da teoria de Althusser – os aparelhos ideológicos do estado. Vejamos os dizeres de Pêcheux:

(...) mas também há de perceber que, quanto a essa questão, e apesar de importantes estudos recentes, o trabalho teórico essencial ainda está por fazer. Quero sobretudo evitar a impressão, muito difundida hoje em dia, de que já temos as respostas. Na verdade, os slogans não preenchem a hiante ausência de uma articulação teórica bem elaborada entre a ideologia e o inconsciente: estamos ainda na fase de “vislumbres” teóricos dentro de uma obscuridade preponderante. Neste estudo, pretendo restringir-me a chamar atenção para algumas ligações cuja importância talvez tenha sido subestimada, sem realmente afirmar que esteja formulando a verdadeira questão que rege a relação entre essas duas categorias. Permitam-me apenas ressaltar que o traço comum a essas duas estruturas, respectivamente chamadas de ideologia e inconsciente, é o fato de elas operarem ocultando sua própria existência, produzindo uma rede de verdades “subjetivas” evidentes, com o “subjetivas” significando, aqui, “não que afetam o sujeito”, mas “em que o sujeito se constitui”. (...) Todo o meu trabalho encontra sua definição aqui, nesse vínculo da questão da constituição do sentido com a constituição do sujeito, um vínculo que não é marginal (como por exemplo, o caso especial dos “rituais” ideológicos de ler e escrever, mas que se situa dentro da própria tese central, na figura da interpelação (PÊCHEUX 1996, p. 148-149).

As pistas desse discurso, as marcas, são deixadas pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes. Para Pêcheux (1988, p. 161), as primeiras são “aquilo que numa formação ideológica dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)”; as segundas dão às primeiras um sentido, “a depender da posição ocupada por aqueles que a empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, as formações ideológicas.”

De onde fala esse sujeito social da ideologia racista? De uma arena social – entendida aqui como espaço e posição ideológica, constituída por ele e para o Outro, visando à semelhança. Afinal, é neste espaço que o Outro se encontra e as negociações identitárias são efetivadas. É nele, no discurso, enquanto prática social, que as relações e jogos de força se tornam latentes. No espaço discursivo dos rótulos, quem é esse sujeito que fala? É um sujeito ideologicamente hegemônico que se respalda numa instância discursiva autorizada: a ciência. Este sujeito precisa de um espaço discursivo para fazer aparecer os sentidos de seu discurso. É Pêcheux (1988) quem diz que o sentido não existe em si mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico, no qual as palavras e expressões são produzidas e reproduzidas, visto que ele, o sentido, muda conforme a posição ideológica ocupada pelo sujeito.

Dessa forma, a ideologia racista é aqui entendida como um sistema de representações, carregada fortemente por marcas que se manifestam nas subjetividades. Revela-se como um dispositivo de poder, em que a posição de sujeito ora transita ao lado da hegemonia, ora do lado subjugado que assim se constitui pelas evidências das práticas sociais. E o discurso não foge à regra, mas há o contraponto, também ideológico: a resistência.

Ratificando discursos anteriores, seja pelo caminho da ideologia, seja pelos mecanismos de coerção, estrategicamente pensados para instituir um governo de si o do Outro, mediante as técnicas de subjetivação e objetivação, nos jogos de força da luta quotidiana, identidades são construídas. Em face disto, as discussões que virão à baila no próximo capítulo subsidiarão essa construção identitária.

3. IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE: CONSTITUIÇÃO PELAS RELAÇÕES DE PODER

Ele teve a sensação de ser. Não poderia explicar, tão profundo, nítido e largo que era. A sensação de ser era uma visão aguda, calma e instantânea de ser o próprio representante da vida e da morte. Então, ele não quis dormir, para não perder a sensação da vida.

Clarice Lispector

Por uma questão de situacionalidade, um dos pressupostos deste estudo ancora-se no fato de que os discursos da indústria da beleza e estética caminham na contramão do discurso da identidade pós-moderna. Enquanto esta preconiza a existência de um sujeito descentrado, descolado, traduzido (HALL, 2006), (BAUMAN, 1998/2005), aqueles trabalham para constituição de um sujeito padronizado, estereotipado, marcado não pela diferença, mas unicidade, cooperando para a semelhança. Logo, no nosso olhar para o *corpus*, para o padrão da brancura. Este capítulo compreende a construção teórica da padronização e analisa a discursividade pós-moderna que perpassa as concepções de identidade. Ressaltamos que os conceitos de modernidade e pós-modernidade serão empregados para compreensão da constituição de subjetividades que ora denominamos de simétricas e assimétricas respectivamente.

É necessário dizer que tratar de construção de identidades se tornou algo marcante para este estudo que tem como *corpus* discursivo rótulos e propagandas de produtos de beleza e estética, pois os compreendemos, quando propagandeados ou não, como um recurso estratégico constituidor de identidades. O que nos leva a afirmar: a indústria da beleza e estética vende muito mais do que produtos: ela vende imagens, estereótipos, gerencia tipos, disciplinariza corpos. Neste universo, como o negro se encaixa? Ou será um desencaixe típico da pós-modernidade que ele, o negro, vivencia? Que realidade normalizadora é esta construída nos discursos dos rótulos? É o que veremos a seguir.

3.1. A discursividade do normal: uma identidade construída

Por uma questão arqueológica discursiva, é na modernidade que encontramos muitas respostas para a construção de tipos marginalizados e que soaram como estranhos. Em se tratando de modernidade, segundo Reis (2006), é um conceito que revela não só um rompimento de paradigma, é muito mais que isto: significa dizer que mexeu com toda uma estrutura que se pautava numa verdade absoluta, criando tensões com um novo conceito de homem extremamente apegado à razão e tenso por viver antagonismos de renovo, uma espécie de paradoxo que lutava contra a unidade interna da fé e estabelecia a unidade da força. Mas como esta apenas não bastava, já que não se conseguia, com ela, manter a ordem, buscou-se um outro recurso: a razão secularizada, mediante um crivo filosófico. Assim, para Reis (2006, p. 29), “o século XVIII passou a pensar filosoficamente a história universal da humanidade, a elaborar os direitos universais do homem, atribuindo-lhe o sentido da realização de uma finalidade moral”. Numa recusa de que o passado não esclarece o futuro, os dois são assimétricos, a modernidade ganha notoriedade por ser marcada pela busca do novo, do melhor e mais perfeito, que são criações do homem. O que se pode verificar é que os princípios da modernidade estão assentados num viés histórico que prima pela razão, consciência, sujeito e universalidade.

Sintetizando conceitos, a modernidade pode ser traduzida como rejeição a um passado que primava por uma verdade absoluta – a modernidade é uma liberação de toda referência ao passado; predomínio da concepção de progresso – todos os aspectos da vida caminhariam em uma mesma direção: a perfeição futura; o iluminismo é revolucionário, otimista; a história é um sujeito autônomo e poderoso que realiza um trabalho de autoprodução – um singular-coletivo que reúne todos os eventos em um plano único, estando à disposição de um sujeito também singular-coletivo. Este, inserido numa arena universal, onde o passado e o presente são destruídos por um futuro utópico, que cabe uma ordem do real pela razão (REIS, 2006).

O discurso da padronização não nasceu por acaso, ou tampouco destituído de sentido. Afinal, nenhum dizer deixa de carregar pistas ou marcas que não possam ser suscitadas por uma arqueologia. Entendendo, assim, que é necessário tratar o discurso no jogo de sua instância, expulsando-o da sombra onde reina (FOUCAULT, 2007). Por esta ótica, a ciência, como sociedade do discurso, incumbiu-se de proliferar e controlar

o discurso do padrão. Nos debates acirrados sobre modernidade e pós-modernidade, é perceptível a alusão à construção ou desconstrução de um padrão identitário, a constituição e desconstituição de subjetividades. Hall (2006, p. 10) destaca que a modernidade construiu um sujeito iluminista: baseado numa concepção de sujeito centrado, unificado, dotado das capacidades da razão, de consciência e ação, possuidor de um núcleo superior que com ele se desenvolvia. O centro essencial do *eu* era a identidade de uma pessoa. Por conta dessa homogeneidade e universalidade superiores europeizadas, Bauman (1998) aponta que toda sociedade produz estranhos, mas que cada uma, há seu tempo e a sua maneira, produz estranhos diferenciados. Assim, a modernidade, primando pelos princípios já destacados, construiu uma discursividade de anulação do Outro, rejeitando aquilo que não estava no discurso da conformidade, denominando-o de estranho. Essa estranheza causava desconforto e insegurança ao preestabelecido pela sociedade, pelo estado moderno¹⁸. Uma espécie de anomalia que precisava ser vencida e anulada.

Para construir uma ordem, contra o estranho e o diferente, o estado moderno lançou mão de duas estratégias discursivas, alternativas e complementares: uma antropofágica, de assimilação, e outra antropeômica, de exclusão. A primeira visava aniquilar os estranhos, devorando-os, para, posteriormente, transformá-los num tecido indistinguível do que já havia, assimilando-os; a segunda intencionava “vomitar os estranhos, bani-los dos limites do mundo ordeiro e impedi-los de toda comunicação com os do lado de dentro.” (BAUMAN, 1998, p.29). O objetivo primordial dessa empreitada era camuflar o mundo cultural, resguardar a supremacia de um povo sobre o outro, confinar o Outro como estranho, abafar as distinções culturais, linguísticas e sociais, “purificar” e administrar um estado moderno. E, quando tudo isto não fosse suficiente, destruir fisicamente o estranho. Ainda no dizer de Bauman (1998, p.29), referindo-se ao projeto liberal,

¹⁸ Ver BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2000.

A expressão mais comum das duas estratégias foi o notório entrechoque entre as versões liberal e racista-nacionalista do projeto moderno. As pessoas são diferentes, dá a entender o projeto liberal, mas são diferentes por causa da diversidade das tradições locais e particularistas em que elas crescem e amadurecem. São produtos da educação, criaturas da cultura e, por isso, flexíveis e dóceis de serem reformadas. Com a universalização progressiva da condição humana, que significa nada mais do que a erradicação de todo paroquialismo junto com os poderes empenhados em preservá-lo, e que consequentemente deixa o desenvolvimento humano livre do imbecilizante impacto do acidente de nascer, essa diversidade predeterminada, mais forte do que a escolha humana, se enfraquecerá. Não é assim – objetou a opinião racista-nacionalista. A reconstrução cultural tem limites que nenhum esforço poderia transcender. Certas pessoas nunca serão convertidas em alguma coisa mais do que são. Estão, por assim dizer, fora do alcance do reparo. Não se pode livrá-las de seus defeitos: só se pode deixá-las livres delas próprias, acabadas, com suas inatas e eternas esquisitices e seus males.

Nessa desconstrução de subjetividades para acirrada construção de outras, o estado moderno foi se solidificando, estabelecendo conceitos, criando tipos, eliminando o que lhe parecia estranho à ordem. Os estranhos viveram num estado de extinção contida. Esta é a âncora do discurso verdadeiro da modernidade. Essa vontade de verdade, segundo Foucault (1996) é marcada por um cerceamento constituído pela sociedade do discurso para estabelecer as normas, controlar o discurso dos privilegiados, mediante procedimentos internos e externos, que exercem uma espécie de pressão, um poder de coerção. Um discurso verdadeiro precisa de uma base que o legitime. Neste caso, o estado moderno com todo seu aparato o justificava, camuflando uma vontade de verdade que o atravessava. “E a vontade de verdade, essa que se impõe a nós, há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascará-la.” Assim, só aparecia aos olhos da sociedade “uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal” (FOUCAULT, 1996, p. 20). A vontade de verdade do estado moderno tornou-se uma prodigiosa máquina de exclusão.

Somado a estas assertivas, Kellner (2001) aponta a modernidade como uma construção que possibilitou tanto uma predominância de ingerência do outro, como o reconhecimento da existência de consciência de si, tornando possível refletir sobre os papéis sociais e possibilidades sociais disponíveis, que levavam os sujeitos a se afastarem da tradição. Por outro lado, diante dessa flexibilidade, o reconhecimento do outro para constituição identitária passou a ser elementar e cara. Uma identidade socialmente válida só é possível pelo reconhecimento do outro. À medida que as possibilidades de assunção de papéis aumentam mais necessárias são o aval do outro. Dessa maneira, na modernidade, o outro é o principal constituinte de identidade de si. O

que leva Kellner (2001, p. 296) a afirmar: “na modernidade, a identidade transforma-se em um problema pessoal e teórico”.

Somado a estes fatores, a modernidade ficou marcada pelo paradoxo da mutabilidade e imutabilidade, “um fenômeno de dois gumes”, como aponta Giddens (1991, p. 16): um espaço de rupturas que primava pelo novo, contanto que este novo não ferisse os princípios instituídos como sóbrios e modernos. Assim, do cogito de Descartes passando pelo ego transcendental de Kant e Husserl, pelo conceito de razão do iluminismo e a alguns conceitos contemporâneos de sujeito, Kellner (2001, p. 296) indica que “a identidade é concebida como algo essencial, substancial, unitário, fixo e fundamentalmente imutável”, apesar de outros teóricos como Hume postularem uma não-substancialidade do eu. Um outro aspecto apontado por Kellner (2001) acerca do eu moderno é a ansiedade desse sujeito, tendo em vista que ele tem consciência dessa incerteza na constituição da identidade, no sentido de se questionar sobre a escolha certa ou não, do papel assumido frente à necessidade de aval do outro, visto que a modernidade implica um processo constante de inovação, renovação e novidade. Segundo algumas formulações, destaca Kellner (2001), modernidade significa destruição das formas passadas de vida, valor e identidade, com a produção constante de formas novas, levando o sujeito, o eu moderno, inclusive ao processo de anomia, pois a identidade do indivíduo pode se tornar superada, supérflua ou deixar de ser socialmente válida. Dessa forma, na modernidade, o problema da identidade tornou-se uma preocupação central não só do indivíduo, mas de uma construção teórica, à medida que “consistia no modo como nos construímos, nos percebemos, nos interpretamos e nos apresentamos a nós mesmos e aos outros” (KELLNER, 2001, p. 297).

Essa característica aparentemente paradoxal da modernidade, o que sugere muitas interpretações acerca desse marco histórico-social, segundo Giddens (1991) pode ser entendido mediante o caráter de mudança operacionalizada no seu âmago. Observar a fala do próprio Giddens é primordial para o entendimento:

O pensamento iluminista, e a cultura ocidental em geral, emergiram de um contexto religioso, [...] uma ideia diretiva do pensamento cristão. Sem estas orientações precedentes, o Iluminismo, em primeiro lugar, dificilmente teria sido possível. Não é de forma alguma surpreendente que a defesa da razão desagrilhoada apenas remodele as ideias do providencial, ao invés de removê-las. Um tipo de certeza (lei divina) foi substituído por outro (a certeza de nossos sentimentos, da observação empírica), [...]. Além disso, a ideia providencial da razão coincidiu com a ascensão do domínio europeu sobre o resto do mundo. O crescimento do poder europeu forneceu o suporte material para a suposição de que a nova perspectiva sobre o mundo era fundamentada sobre uma base sólida que tanto proporcionava segurança como oferecia emancipação do dogma da tradição (GIDDENS, 1991, p. 54).

É neste embate da razão que encontramos um suposto nascedouro do discurso da verdade. É importante dizer que a ciência como sujeito dessa arena discursiva colaborou para a instituição do discurso verdadeiro. A padronização não é aleatória às construções histórico-culturais ou tampouco ideológicas. Ao contrário, a ciência de maneira bem precisa também marcou esse território discursivo. No Século XIX, de forma mais acentuada, uma ciência denominada de positivista contribuiu de maneira significativa para instituição de um padrão. Conforme Foucault (1996), o Século XIX foi, sem dúvida, um marco para que um padrão, uma vontade de verdade, pudesse se manter e proliferar, em nome da ciência, encontrando respaldo numa base institucionalizada: escolas, universidades, livros, bibliotecas e leis jurídicas que viriam garantir o discurso dito verdadeiro. Foucault, dessa forma, faz alusão a uma linha de pensamento que mexeu com a vida dos sujeitos e da sociedade como um todo e contribuiu para que a ciência ganhasse notoriedade. Esta constituição é tão visível que Reis (2006) afirma que o olhar científico do século XIX significou a radicalização da confiança no projeto moderno, tornando-se a “verdade” dos eventos. Ressalta, ainda, que, com o seu apoio, agora consolidado e considerado como científico, o historiador pode diferenciar povos inferiores e povos superiores, povos mais e menos livres, povos mais avançados e mais atrasados. Citando Koselleck, Reis (2006, p. 39) aponta que se trata de uma verdade moral que ao mesmo tempo em que esconde, executa um projeto político: os povos mais morais têm direito ao poder e até a violência. E, como não poderia ser diferente, povos morais estaria numa razão e proporção a povos europeus. Assim, para Reis (2006),

(...) As nações européias são apresentadas como a incontestável expressão superior do Espírito universal. Elas realizaram suas determinações mais avançadas e livres, mais civilizadas. Elas estão *espírito-atualizadas*. O seu papel civilizador das outras partes do mundo, que elas “descobriram”, é legítimo. Se são obrigadas à violência é por conta da “astúcia da razão”, que faz o bem através da violência. Baseada nas filosofias da história, no discurso da modernidade, agora tido como segredo revelado da história, a história dita científica do século XIX se pôs a serviço do eurocentrismo, oferecendo argumentos, documentos, informações e legitimação ética. (...) O Ocidente, no século XIX, está cientificamente convencido de que é portador da verdade histórica, de que conhece o sentido da dinâmica da vida humana, de que o “povo eleito”, com a missão de salvar os povos não-europeus, que não conhecem ainda a Razão (REIS, 2006, p. 39-40). (grifos do autor).

Em se tratando de Século XIX, Löwy (2000, p. 20-27) aponta que dois grandes nomes marcaram a epistemologia científica desta época. Eminentemente influenciados por Condorcet – pensador iluminista, e Saint Simon, Comte e Durkheim estabelecem um dos paradigmas teóricos impactantes em todo o modo de vida da sociedade: o Positivismo. Os primeiros viam o cienticismo positivista como instrumento de luta contra o obscurantismo clerical, as doutrinas teológicas, os argumentos de autoridade, os axiomas, a priori, da igreja, os dogmas imutáveis da doutrina social e política feudal. Saint Simon, o primeiro a empregar a denominação de ciência *positiva*, acreditava que os métodos utilizados pelas ciências naturais serviam para análise do social, pois, para ele, não existe fenômeno, inclusive a política, que não possa ser observado do ponto de vista da física dos corpos brutos ou dos corpos organizados: da fisiologia. Daí, a concepção de corpo social, de coesão. Destacando que, diferentemente dos demais que o seguiram, os feitos teóricos de Saint Simon têm um caráter revolucionário, pretendendo, mediante a ciência, romper com o *status quo* da época, ou seja, não havia um exasperado sentido de organismo social, como visto em Durkheim. “Assim, é em nome das leis fisiológicas do organismo social e de sua “higiene” que ele apela abertamente pelo fim do absolutismo e por uma “mudança de regime” na França.” (LÖWY, 2000, p. 21) (grifos do autor).

Entretanto, coube a Comte inaugurar uma visão de mundo impactante para com a sociedade de maneira geral e a ciência em particular. Instituiu o método positivo, quando criou a física social, rompendo com o caráter revolucionário e utópico de Saint Simon, ao preestabelecer a existência de uma ordem para manutenção do progresso, mediante a homogeneidade e hierarquia científica. Conforme Giddens (2001, p. 218-227),

A “hierarquia das ciências” apresentada por Comte, documentada com riqueza de detalhes em seu *Curso*, expressou essa ideia de forma muito mais direta que qualquer coisa encontrada em Marx. (...) Analiticamente, esclarece Comte, as ciências formam uma hierarquia de generalidade decrescente, mas de progressiva complexidade; cada ciência mantém dependência lógica das outras abaixo dela na hierarquia e, apesar disso, lida simultaneamente com uma ordem emergente de propriedades que não podem ser reduzidas àquelas com as quais as outras ciências estão envolvidas. (...) A partir daí, a ciência introduz-se de forma cada vez mais direta na humanidade e acaba por criar em física social uma ciência da própria conduta humana. (...) A física social devia acima de tudo ser direcionada para fins práticos. (...) O tema central é a necessidade de conciliar a ordem com o progresso.

Lembrando que Comte passou a chamar a Física Social de Sociologia. Cunhando, assim, um neologismo que viria desencadear uma rica área de conhecimento. Sob esta visão, Durkheim tornou-se um célebre positivista, apesar de não aceitar o rótulo, um *seguidor* de Comte. Tendo em vista, entre outras coisas, o fato de ter dado à Ciência o caráter sistematizado, metódico, ainda bem presente na contemporaneidade – foi um dos precursores dessa construção de norma e padrão social. Durkheim (2003), ao estabelecer as regras do método sociológico, a postura do cientista diante dos fatos sociais, eminentemente influenciado pelas Ciências Naturais, mais precisamente a Biologia, aponta que os fatos sociais são coisas e, como tais, devem ser pesquisados livres das pré-noções e valores do pesquisador. Sob esta ótica, objeto e sujeito tornam-se dicotômicos. Este método durkheiminiano buscava, em especial, tratar os fatos sociais como possíveis de serem matematizados. Um método objetivo, positivo, portanto. Daí o nome Positivismo¹⁹ Para Löwy (2000, p. 18), “o axioma da neutralidade valorativa das ciências sociais conduz, logicamente, o positivismo, a negar – ou melhor, a ignorar – o condicionamento histórico-social do conhecimento.”

Para Durkheim (2001/2003), a sociedade é vista enquanto mola propulsora de organização e possuidora de uma força coercitiva que impele os sujeitos a se portarem conforme regras e normas instituídas pelo caráter eminentemente social e, portanto, coletivo:

(...) dir-se-á que um fenômeno não pode ser coletivo se não for comum a todos os membros da sociedade ou, pelo menos, à maior parte deles, portanto, se não for geral. Sem dúvida; mas se é geral, é porque é coletivo (quer dizer, de certo modo obrigatório) e nunca coletivo, por ser geral. É um estado de grupo que se repete nos indivíduos porque se impõe a eles; está em cada parte porque está no todo, e não no todo por estar nas partes. Isto é sobretudo evidente nas crenças e nas práticas que nos são transmitidas já feitas pelas gerações anteriores; recebemo-las e adotamo-las porque sendo ao mesmo tempo uma obra coletiva e uma obra secular, estão, investidas de uma particular autoridade que a educação nos ensinou a reconhecer e a respeitar. (...) Um fato social reconhece-se pelo poder de coerção externa que exerce ou o suscetível de exercer sobre os indivíduos; e a presença desse poder se reconhece, por sua vez, pela existência de uma sanção determinada ou pela resistência que o fato opõe a qualquer iniciativa individual que tende a violá-lo. (DURKHEIM, 2003, p.37).

¹⁹Existem outras razões para a denominação em foco. Uma delas encontra respaldo na Teoria de Comte, quando este batiza a nova Ciência, a Sociologia, de Física Social. Ver COMTE, Auguste. **Curso de Filosofia Positiva**. São Paulo: NOVA CULTURAL, 1991.

Segundo Durkheim (2003, p. 32), o indivíduo sozinho pouco ou quase nada pode fazer, diante da eminência da sociedade. Afinal, ele já encontrou o que está posto através de um legado cultural, não lhe competindo transformações: “do mesmo modo, ao nascer, os fiéis encontram já formadas as crenças e práticas de sua vida religiosa; se existiam antes deles é porque existem fora deles”; Diante disso, só a sociedade é possuidora de delimitar paradigmas, destaca Durkheim (2003):

O sistema de sinais de que me sirvo para exprimir o pensamento, o sistema monetário que emprego para pagar minhas dívidas, os instrumentos de crédito que utilizo nas minhas relações comerciais, as práticas seguidas na minha profissão, etc., funcionam independentemente do uso que deles faço (DURKHEIM, 2003, p. 32);

Além de ratificar modos de ser e operar para que os indivíduos não se desviassem do que foi preconizado e preestabelecido por ela, a sociedade é quem instituiu as convenções sociais. Do contrário, aqueles que não seguirem o pré-determinado, tornar-se-ão sujeitos desviados. O diferente, aqui, é anômico. Conservadora por natureza, essa teoria tem contribuído sobremaneira para manutenção do que é posto como discurso verdadeiro.

Por este recorte, a sociedade estabeleceu vários padrões, inclusive de comportamento. Entre eles, o da branquidão, que tem inculcado valores por um longo processo histórico, cultural e social. Ferramentas para tanto não lhe faltaram. Destacam-se aí os meios de comunicação: os programas de televisão que selecionam pessoas, as propagandas recheadas de conteúdos que mascaram um padrão, as terminologias utilizadas em muitos produtos comercializados. Os mais diversificados gêneros discursivos, inclusive os rótulos e propagandas. Afinal, segundo o positivista em foco, somos vítimas de uma ilusão de que possuímos autonomia, poder de decisão: acreditamos ser produto de nossa própria elaboração aquilo que nos é imposto do exterior. Durkheim (2001) salienta:

Contudo, se a indulgência com que nos deixamos levar mascara a pressão sofrida, não a anula. Não podemos escolher a forma de nossas casas, nem a de nossas roupas; pois uma é tão obrigatória quanto a outra. As vias de comunicação determinam de maneira imperiosa o sentido em que se fazem as migrações interiores, as trocas. (...) tais maneiras de ser não passam de maneiras de agir já consolidadas (DURKHEIM, 2001, p. 86).

Durkheim, ao estabelecer seu método de análise científica, não só o fez como criou estereótipos eminentemente ideológicos, como o da classificação e ordenação, elucidando que um dos pressupostos básicos de sua teoria metódica são a observação e comparação, visando a tão sonhada objetividade das ciências sociais. Giannotti (1971) afirma que, para Durkheim, de direito, os fatos sociais devem ser tratados como coisas, isto é, como objetos que se dão, indiferentemente do olhar neutro e cauteloso do sujeito, constituindo a primeira tarefa desse sujeito estabelecer uma classe de equivalência: escolhida uma propriedade estratégica agrupam-se os fenômenos semelhantes e descartam-se os dessemelhantes.

Löwy (2000, p. 27) traz à discussão a fala do próprio Durkheim para confirmar a analogia da organização dos órgãos do corpo humano com a sociedade, enfatizando que

esta funciona da mesma forma que um ser vivo: um sistema de órgãos diferentes no qual cada um tem um papel particular; certos órgãos sociais têm uma situação especial e, se se quer, privilegiada. Situação evidentemente natural, funcional e inevitável. Ela se deve à natureza do papel que ela cumpre e não a qualquer causa estranha a suas funções. Assim, nos animais, a predominância do sistema nervoso sobre os outros sistemas se reduz ao direito, se se pode falar assim, de receber um alimento mais seletivo e de receber sua parte antes dos outros. (...) Poder-se-ia dizer que isto não é sempre o bastante para satisfazer os homens; que existem aqueles cujos desejos ultrapassam sempre as suas faculdades. É verdade, mas estes são casos excepcionais e, pode-se dizer, *mórbidos*. Normalmente, o homem encontra a felicidade ao realizar sua natureza, suas necessidades são relacionadas com seus meios. Assim, no organismo cada órgão não reclama senão uma quantidade de alimentos proporcional a sua dignidade (grifos do autor).

Essas assertivas tornaram-se providenciais para aqueles que acreditavam na supremacia de uns sobre os outros. Inclusive legitimando os ideais da classe dominante, formuladas numa época em que o sindicalismo revolucionário se desenvolvia na França. Por mais que alguns, como Giddens (2001), defendam que é necessária uma releitura de Durkheim para uma reinterpretação, o *Normal* e o *Patológico* ganharam espaço discursivo nas mais diversas áreas, colaborando para que as diferenças se adequassem ou de adaptassem a um tipo padronizado. Esse tipo não foi criado estanque à ciência, como já foi dito. Durkheim destaca que é uma necessidade para a convivência harmônica em sociedade. Atentar para o próprio Durkheim (2003), ao tratar da regras relativas à distinção do normal e patológico, é relevante para o momento. Ressaltando que o pensador faz uma alusão à saúde e à doença para explicar as adjetivações por ele empregadas. Vejamos:

Todo fenômeno sociológico, como, aliás, também o fenômeno biológico é susceptível de revestir formas diferentes, segundo os casos, apesar de permanecer essencialmente o mesmo. Ora, essas formas são de duas espécies. Uma são gerais em toda a extensão da espécie; encontram-se, se não em todos os indivíduos, pelo menos na maior parte deles e, se não se repetem identicamente em todos os casos em que se observam, variando de indivíduo para indivíduo, estas variações estão compreendidas entre limites muito próximos. Outras há, pelo contrário, que são excepcionais; não se encontram apenas na minoria, como acontece, mesmo onde se produzem, não durarem as mais das vezes a vida inteira do indivíduo. São uma exceção, tanto no tempo como no espaço. Estamos, portanto, em presença de duas variedades distintas de fenômenos e que devem ser designadas por termos diferentes. Chamaremos normais aos fatos que apresentam as formas mais gerais e daremos aos outros o nome de mórbidos ou de patológicos (DURKHEIM, 2003, p.74).

Assim, gradativamente, mediante a ciência, os axiomas de um sistema de crenças e valores ganharam não só espaço sócio-cultural, como visibilidade nas mais diversas áreas do conhecimento: educação, saúde, administração e, em especial, na economia. Sem nenhuma objetivo de desmerecer o mérito desses cientistas sociais, pois são inúmeros, é perceptível uma visão reducionista de classificação, ordenação, superioridade de uns sobre os outros, convenção social, padrões herdados e postos como verdades absolutas, sistematizadas, que não visam à transformação, mas a manutenção do que está posto e ratificado. Por estas e outras razões, as sociedades menos valorizadas economicamente ou que ocupam uma posição menos privilegiada na escala de valores, numa hierarquia de desenvolvimento, ficaram a mercê de outras mais desenvolvidas. Foram exploradas, sutilmente subsidiadas não só no aspecto financeiro, mas na introspecção de valores culturais. Na velha filosofia de que *uma mão lava a outra*, os países ditos desenvolvidos traziam em suas bagagens não só “ajuda” financeira, mas estabelecia paradigmas ao modo de ser e viver da sociedade, dentro das conformidades por eles pensadas. Dessa forma, padrões foram estabelecidos. Os padrões europeu e americano são uma dessas marcas que contribuíram de forma significativa para destituir e constituir identidades e, conseqüentemente, subjetividades. O padrão da brancura não foge à regra.

É interessante enfatizar que as Ciências Sociais foram eminentemente influenciadas pelo biopoder, tão latente no século XIX, que teve a Biologia como princípio da diferenciação e construção de uma norma que, segundo Foucault (2005, p. 284-315), passou a regulamentar o direito de viver e de morrer. Disciplinar e regulamentar eram sinônimos de normalizar que, por seu turno, significava banir o outro para que o eu se constituísse sem perigos ou influências maléficas. Dessa forma,

“a raça, o racismo passaram a ser condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização.” (FOUCAULT, 2005, p.306). A sociedade de normalização, sob este olhar, visualiza uma desapareição indireta:

[...] se o poder na normalização quer exercer o velho direito de matar, ele tem de passar pelo racismo. E se, inversamente, um poder de soberania, ou seja, com os instrumentos, com os mecanismos, com a tecnologia de normalização, ele também tem de passar pelo racismo. [...] o fato de expor à morte ou pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc. (FOUCAULT, 2005, p.306).

É salutar dizer, ainda, que a Linguística também sofreu influência positivista, de maneira acirrada, contribuindo para a instituição de um padrão, de língua enquanto norma, sistema, que impactou não só o âmbito da linguagem, mas todo um modo de pensar de uma determinada época. Inclusive criando paradigmas que vararam o tempo e norteiam não só a Linguística, mas outras ciências como a Psicanálise, Sociologia, Antropologia, entre outras. Ferdinand Saussure (2000) ficou conhecido como “pai” da Linguística, por tê-la instituído enquanto ciência e batizado um dos grandes métodos científicos: o Estruturalismo. Saussure (2000) deixou marcas, opositivas, dicotômicas, binárias, onde uma é privilegiada em detrimento da outra. A presença de uma marca significa ausência da outra.

Além dessas prerrogativas, é necessário dizer que a língua é possuidora de um caráter eminentemente social, presente apenas na coletividade e não no indivíduo: um sistema de signos convencional e coercitivo que preestabelece normas. Um padrão, portanto. Enquanto padrão, ela se torna excludente. Pelas dicotomias de Saussure (2000, p.15-24), *langue/parole*, *Significante/Significado*, *Sincronia/Diacronia*, *Sistema/Não-Sistema*, *Forma/Substância*, é possível inferir que uma é preponderante à outra. A primeira é fundamental para se compreender a supremacia de uma em detrimento à segunda: *langue* – língua – é uma convenção social, a parte social da linguagem, é de natureza homogênea, conservadora, um sistema de signos distintos, correspondentes a ideias distintas; enquanto a *parole* – fala – é chamada de acessório, de individual e multifacetada. Pouca importância ou quase nenhuma é dada à fala. Por ser um Sistema de signos, a língua estaria presa a uma cadeia interna. O que denota exclusão do referente, ou seja, do exterior, do sujeito, da própria cultura. Guimarães (2005, p.19) afirma que “o corte saussureano é a “culminância” bem sucedida teoricamente de uma

história de exclusão do mundo, do sujeito, por tratar a linguagem como um percurso só interno: a linguagem expressa o pensamento.” (grifo do autor).

3.2. Linguagem – lugar de constituição de identidades

Pela ótica da AD, notadamente, a linguagem constitui identidades quando concebida como prática social. Todavia, por um viés de língua enquanto instrumento de comunicação, a linguagem, eminentemente positivista, contribui para alicerçar e dar legitimidade a uma construção padronizada não só no âmbito da linguística, mas de outras Ciências como as Humanas e Sociais, constituindo paradigmas para além do Estruturalismo. Saussure é um dos grandes pilares, provavelmente o maior, desse feito científico. Se por um lado Saussure (2000), influenciado pelos positivistas, marcou um momento histórico por ter dado um tratamento padronizado à língua, Hall (2006) o destaca como um dos grandes nomes responsáveis pelo descentramento do sujeito pós-moderno. O que não causa estranheza, tendo em vista as grandes discussões provocadas por sua teoria, tendo a língua como seu carro-chefe, sistemática e social por natureza e eminentemente dicotômica. O que também desencadeia uma outra discussão e leva Saussure a ser visto como um dos mentores do padrão, por privilegiar uma face em detrimento da outra.

Essa marca da oposição, da diferença, presença que denota ausência, leva Silva (2009) a afirmar que a linguagem é também constituidora de identidade e diferença. Estas são resultado de atos linguísticos. Para justificar suas afirmações, traz à baila as concepções de Saussure acerca da relação dicotômica estabelecida para a língua: o padrão da diferença. Para Saussure (2000), o signo é arbitrário por natureza: não há nada no significante cadeira, por exemplo, que nos leve a denominá-la ou concebê-la, significando-a como um instrumento para sentar. O signo não coincide com a coisa ou o conceito. Isto significa dizer que não tem valor absoluto. Ele só adquire valor diante de outras marcas gráficas ou fonéticas que o diferenciam numa cadeia infinita de signos. Socialmente, quando fazemos alusão ao signo cadeira, evidenciamos que se trata de uma cadeira e não de um armário. Da mesma forma, o “sou brasileiro” evidencia que não “sou argentino”. A presença de um marca a ausência de outro. Silva (2009, p. 77) destaca que,

em outras palavras, a língua não passa de um sistema de diferenças. Reencontramos, aqui, em contraste com a ideia de diferença como produto, a noção de diferença como a operação ou processo básico de funcionamento da língua e, por extensão, de instituições culturais e sociais como a identidade, por exemplo.

Silva (2009) ressalta que se trata de um processo social, de relações de poder. Já que o poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. O que conota um caráter racional “à identidade e diferença que não são, nunca, inocentes. Podemos dizer que onde existe diferenciação – ou seja, identidade e diferença – aí está presente o poder. A diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas”. Nesta produção, outras marcas se constituem: incluir/excluir; demarcar fronteiras: nós e eles/; classificar: bons e maus, puros e impuros; desenvolvidos/primitivos; racionais/irracionais; normalizar (nós somos normais/eles são anormais). Entre tantas outras. Sob esta ótica, dizer o que somos significa dizer o que não somos, se estamos dentro ou fora do padrão: padronizados/anômicos.

Contudo, não se trata apenas de mudança de terminologia. São relações marcadas por uma sociedade que exclui uns por conta de outros. O Nós e o Eles apontam para indicadores de posição-sujeito. A classificação e divisão passam a preponderar não se importando com a destituição de sujeitos. Afinal, Foucault (2005, p.59) diz “que não há sujeito neutro. Somos forçosamente adversários de alguém. Uma estrutura binária perpassa a sociedade.” Assim, acontece uma hierarquização medonha e perversa, em que uns detém o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos classificados. Silva (2009, p.82-83) diz que

O filósofo francês Jacques Derrida analisou detalhadamente este processo. Para ele, as oposições binárias não expressam uma simples divisão do mundo em duas classes simétricas: em uma oposição binária, um dos termos é sempre privilegiado, recebendo um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa. “Nós” e “Eles”, por exemplo, constitui uma típica oposição binária: não é preciso dizer qual termo é, aqui, privilegiado. As relações de identidade e diferença ordenam-se, todas, em torno de oposições binárias: masculino/feminino, branco/negro, heterossexual/homossexual. Questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam (grifos do autor).

Evocando a construção hegemônica do organismo, Foucault (2005) destaca que a mesma é oriunda de um momento histórico muito bem articulado, desde a Idade Média, para fazer crer um dito: a existência de dois grupos que se opõem, onde um é privilegiado, pressupondo uma ordem ternária, uma pirâmide de subordinações ou um organismo. Dessa forma, a finalidade era fazer crer que o corpo social é comandado por necessidades de natureza. Sob esta ótica, Foucault (2005, p.60) acrescenta:

Eu creio que, mesmo a partir daí, pode-se compreender por que ele é importante: porque é, parece-me, o primeiro discurso na sociedade ocidental desde a Idade Média que se pode dizer rigorosamente histórico-político. Primeiro por causa disto: o sujeito que fala nesse discurso, que diz “eu” ou que diz “nós”, não pode e, aliás, não procura, ocupar a posição de jurista ou do filósofo, isto é, a posição do sujeito universal, totalizador ou neutro. Nessa luta geral de que ele fala, aquele que fala, aquele que diz a verdade, aquele que narra a história, aquele que recobra a memória, e conjura os esquecimentos, pois bem, ele está forçosamente de um lado ou de outro: ele está na batalha, ele tem adversários, ele trabalha para uma vitória particular. Claro, sem dúvida, ele faz o discurso do direito, e faz valer o direito, reclama-o. Mas o que ele reclama e o que faz valer são os “seus” direitos – são os “nossos” direitos, diz ele: direitos singulares, fortemente marcados por uma relação de propriedade, de conquista, de vitória, de natureza. Será o direito de sua família ou de sua raça, (...) (grifo do autor).

A figura 16 traz ao sujeito percepções que colocam os discursos que carregam num universo dicotômico. Observá-las é o próximo passo:

Figura 16



Fonte: fotos de rótulos - verso e anverso- da loção hidratante da marca Johnson., para PELE NORMAL.

Nesta imagem, encontra-se um produto da marca Johnsons e Johnsons, que traz o seguinte discurso: Loção Hidratante para PELE NORMAL – sensação de pele macia de bebê. O discurso carrega em si uma noção binária ou dicotômica: Norma/anormal, estabelecendo o discurso do “eu” e do “nós”, fortemente marcado como uma construção de território social, uma espécie de espaço que cada um pode ou não ocupar na sociedade dual. Querem fazer valer esse discurso. É o que evidenciamos no objeto de estudo em foco, ao analisar os discursos dos rótulos oriundos dos discursos da beleza e estética. É perceptível, nesta cadeia discursiva, a utilização de estratégias que privilegiam diferenças que estabelecem um padrão, numa tentativa de normalizar os tipos sociais, o sujeito contemporâneo. O discurso em voga colabora para a existência de uma identidade padronizada. Ao denominar *uma pele de normal*, pressupõe-se a existência da alternativa: a *anormal*. E no imaginário dos sujeitos sociais a quem se atribuiria essa anormalidade? A resposta é óbvia, não só pela construção atual, mas pelas construções histórico-ideológicas de nossas raízes culturais.

O discurso é sutil, praticamente silenciado pelo tamanho dos rótulos. Imperceptível? Esta é a melhor estratégia do sujeito-autor desse discurso velado. Orlandi (1993, p. 15) aponta que:

Esse laço, assim compreendido, nos indica que não estamos nas palavras para falar delas, ou de seus conteúdos, mas falar *com* elas. Se assim podemos passar das palavras para as imagens (relação do verbal com a metáfora), fazemos ainda outra passagem mais radical, passando das palavras para o jogo. É nessa dimensão do significar, como jogo de palavras, em que importa mais a remissão das palavras para as palavras – desmontando a noção de linearidade e a que centra o sentido nos “conteúdos” –, que o silêncio faz sua entrada. O não um (os muitos sentidos), o efeito do um (o sentido literal) e o (in)definir-se na relação das muitas formações discursivas têm no silêncio o seu ponto de sustentação. Desse modo é que se pode considerar que todo discurso já é uma fala com outras palavras, através de outras palavras.

Com esse discurso subliminar, as identidades vão se construindo em torno do que os discursos da beleza e estética pressupõem como *normal*. É preciso ressaltar que estas inferências acerca do normal também são possibilitadas por outra leitura, como apontam as discussões sobre a imagem propagandeada: nos discursos da beleza e estética analisados, há um aparecimento midiático frequente de uma das partes, o branco, quase como exclusividade do discurso imagético cultural. Logo, se um dos sujeitos possui uma coercitividade que impele seu aparecimento como imagem predominante, torna-se normal, natural, corriqueiro; por seu turno, o contraponto passa

a ser anormal. Normal e anormal, portanto, são adjetivações construídas, marcadas, pelas circunstâncias do aparecimento discursivo. Um dos principais agravantes dessa cadeia discursiva é a tentativa de fixação de uma identidade como norma, por ser a normalização um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Isto porque normalizar é privilegiar, é deixar um à margem e outro no topo, é atribuir à marca da positividade a um e ao outro da negatividade. Parafraseando Silva (2009, p. 83), entendemos que a identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como **a identidade**. Os efeitos de sentido da constituição do normal ressoam no anormal, um existe para que a construção do outro ganhe vida, seja suscitado e ratificado pela sociedade. As estratégias parecem evidenciar práticas discursivas, discursos pós-modernos.

Porém, os discursos da estética e beleza que apelam para um padrão, em especial o do branqueamento, não são novidades do século XXI. Domingues (2002) aponta que os discursos proliferados na grande metrópole, entre 1915 e 1930, tanto pelas propagandas em almanaques e revistas, como pelos pequenos comerciais em rádios ou manuscritos em salões de beleza, evidenciavam o quanto o branqueamento estético era preponderante, independente do senso de pertencimento à classe social. Atentar para uma delas, publicada em O Clarin D'Alvorada, em São Paulo, no ano de 1929, é crucial para o momento:

Uma invenção maravilhosa!...
 "O cabelisador". Alisa o cabelo o mais crespo sem dôr.
 Uma causa que até agora parecia impossível e que constituía o sonho dourado de milhares de pessoas, já é hoje uma realidade irrefutavel. Quem teria jamais imaginado que seria possível alisar o cabelo, por mais crespo que fosse, tornando-o comprido e sedoso? Graças á maravilhosa invenção do nosso "CABELISADOR", consegue-se, em conjuncto com duas "Pastas Mágicas", alisar todo e qualquer cabelo, por muito crespo que seja.
 Com o uso deste maravilhoso instrumento, os cabelos não só ficam infallivelmente lisos, mas tambem mais compridos. Quem não prefere ter uma cabelleira lisa, sedosa e bonita em vez de cabelos curtos e crespos? Qual a pessoa que não quer ser elegante e moderna? Pois o nosso "Cabelisador" alisa o cabelo o mais crespo sem dôr.

Atentar para o próximo discurso, evidenciado pela figura 17, é relevante para o entendimento do discurso enquanto prática que produz sentidos, na pós-modernidade, acerca do branqueamento:

Figura 17



Fonte: Revista Raça Brasil, Ano 12, Nº 128.

Chamada discursiva: Escova Progressiva Sem formol
Alisa os cabelos sem danos!

O cabelisador não mais é usado para aquela função: outros instrumentos surgiram e passaram a exercer o papel de alisador dos cabelos. Incomparáveis àquele, tendo em vista o avanço tecnológico, entre outros aspectos. Na figura 17, a proposta discursiva é literal: a conquista de *madeixas escorridas*, ou seja, são muito mais que lisas. O discurso evidencia uma imagem em que a figura feminina é preponderante: a imagem não está inscrita no rótulo, mas toma conta do discurso, carregando pistas de um discurso sensual. Aqui, o cabelo se une a outros atributos para causar efeitos de sentido convincentes, é como se, sozinho, o efeito do alisante não fosse suficiente. O corpo é um conjunto possuidor de significação e o sujeito-autor sabe como explorá-lo mediante o discurso. Se ontem o cabelisador era um mecanismo do negro, hoje, a escova progressiva é para negros e brancos. O normalizado cada vez mais normalizador.

Como se vê, as assertivas de Foucault (1996, p. 26) são cada vez mais necessárias para evidenciar que “o novo não está naquilo que é dito, mas no acontecimento de sua volta.” Dessa forma, o discurso da normalidade naturaliza-se para fazer aparecer um outro bem presente nas relações sociais brasileiras: a de que não existe preconceito de cor ou como bem caracteriza Fernandes (2007a, p. 42-43): a

sociedade que preconiza “o preconceito de não ter preconceito.” Foucault (2005, p.71-72), ao explicar o desenvolvimento de um racismo biológico-social, aponta a existência de uma raça, que não só triunfou e dominou, mas que continua a se infiltrar no corpo social, mais precisamente, que se recria permanentemente no tecido social e a partir dele. Destaca, ainda, que se “antes o discurso da luta das raças era um instrumento de luta para campos descentralizados, agora vai se tornar recentralizado como o discurso do poder, mas não de um poder qualquer ou aleatório e, sim, daquele centrado, centralizado e centralizador”. Materializa-se como “o discurso de um combate, travado não entre duas raças, mas daquela considerada como a verdadeira, a única, aquela que detém o poder e aquela que é titular da norma, contra aqueles que estão fora da norma.” (FOUCAULT, 2005, p.72-73).

Por estas considerações, a sociedade ou tampouco seus sujeitos, os atores sócio-culturais, não são inertes como pensava Saussure²⁰ em relação às mudanças na língua. Ao contrário, há poder, sim, nas estratégias discursivas, de manipulação, persuasão, controle e cerceamento do que parece verdadeiro aos olhos do sujeito-autor, dos discursos da beleza e estética, mas há, paralelo a isto, a resistência. É Foucault (2005) quem confirma a circulação do poder, como categoria escorregadia, não fixa, que não se perpetua em nenhum sujeito social de maneira solidificada:

Terceira precaução do método: não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo. (...) O poder, acho eu, deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que funciona em cadeia. Jamais, ele está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apossado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona. O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em poder de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles (FOUCAULT, 2005, p.34-35)

Diante desse caráter escorregadio, transitório, efêmero das relações de poder, ou de poder propriamente dito, doravante outra ponte será feita com a categoria identidade para evidenciá-la como constituidora de um sujeito denominado de pós-

²⁰ Trata-se do Saussure do CLG (Curso de Linguística Geral), ou seja, aquele que não falou *per si*, mas por olhos de outros. Para saber mais, ver: NÓBREGA, Mônica. A RELEITURA DE FERDINAND DE SAUSSURE E A CONSTITUIÇÃO DO OBJETO DA LINGUÍSTICA. In: **DLCV** – V. 1 N. 1. João Pessoa: UFPB, 2003.

moderno. Trazer à baila outras faces da identidade é de suma importância, portanto, face ao seu caráter contraditório.

3.3. As faces da Identidade: padrão *versus* fragmentação identitária

Considerando os objetivos propostos, torna-se relevante compreender não só o caráter que evidencia um tipo padronizado, mesmo na contemporaneidade, mas um outro que é característico de um mundo social, denominado de pós-moderno, onde as verdades ou tampouco o conhecimento dificilmente são absolutos ou fixos, mas eminentemente transitórios e efêmeros. Parafraseando Ianni (1999, p.21-31), vivemos um caos babélico que parece estar sempre à espreita. Afinal, no princípio, todos viviam em comunidade e solidariedade, integrados, mobilizados e organizados, até construírem a Torre de Babel. Objetivavam desenvolver ainda mais a comunhão e a comunicação, realizando a utopia da transparência, numa constante busca de sintonizar singularidade e universalidade. Ruptura utopicamente realizada. Agora, palpitam tensões, incompreensões e anacronismos, estranhamentos e inovações, que balançam as estruturas das línguas e dialetos, dos códigos preestabelecidos aos emergentes, onde conceitos e metáforas se embaralham, confundem-se o dito e a desdita, abalam-se as bases sociais e mentais de referência de uns e outros, em todo o mundo. No dizer de Lévy (1999), trata-se de um segundo dilúvio, em que sujeitos *navegam* de um canto a outro sem nenhuma dificuldade: uma viagem incansável e que não tem paradeiro certo. Levy (1999, p. 15-18) afirma: “não há caminho de volta, esta viagem só tende a se aperfeiçoar”. É o mundo da informação. “É a palavra, enquanto signo da modernidade, recoberta pela imagem, enquanto signo da pós-modernidade.” (IANNI, 1999, p.22). “É a essência da pós-modernidade: preferimos a imagem ao objeto, a cópia ao original, o simulacro (a reprodução técnica) ao real. (...) A pós-modernidade é também uma semiurgia” (SANTOS, 2000b, p.12-17).

Ao tratar de modernidade e pós-modernidade, referindo-se ao estilo de pensamento e linguagem das narrativas e suas peculiaridades a cada tempo, Ianni (1999) destaca, ainda, que há um contraponto entre modernidade e pós-modernidade, tendo-se em conta a negação de uma modalidade de grande teoria, substituída por outra também que se intitula de grande e relevante:

Sim, o discurso da pós-modernidade nega e afirma-se como tal. Trata-se de uma grande teoria diferente, alternativa, envolvendo, talvez, outras bases epistemológicas. Nesse sentido, o discurso da pós-modernidade visa instituir um “novo paradigma”, em substituição ao da modernidade. Critica algumas categorias nucleares do paradigma da modernidade, combatendo o que seria a sua perspectiva preestabelecida, a sua busca de articulações significativas, o seu caráter abrangente ou globalizante, compreendendo a busca de esclarecimentos e as hipóteses de emancipação. Simultaneamente, institui as suas categorias nucleares de descontinuidade, fragmentação, diferença, epistême, bricolagem, desconstrução, *logos*, discurso e outras. Parece levar as possibilidades da razão crítica a limites desconhecidos, ao paroxismo, com o empenho deliberado de demonstrar o esgotamento dessa mesma razão crítica (IANNI, 1999, p.37). (grifos do autor).

Entretanto, por mais paradoxal que pareça, a pós-modernidade com todo o seu caráter incerto, descontínuo e efêmero, ainda segundo Ianni (1999), mantém uma realidade que nega, menospreza ou desconhece, parece organizar-se, cada vez mais, nos moldes da razão instrumental. Ressaltando, além disso, que no mesmo clima em que o pensamento pós-moderno repudia a historicidade embutida na modernidade, sofisticase a teoria e a prática da organização sistêmica da sociedade, enquanto visão a-histórica do mundo. Somado a isso, Santos (2000b, p. 18-19) destaca que se a pós-modernidade significa mudanças com relação à modernidade, o fato é que não se pode dispensar o aço, a fábrica, o automóvel, a arquitetura funcional, a luz elétrica – conquistas associadas ao modernismo. Ressalta, além disso, que para dor dos corações dogmáticos, o pós-modernismo por enquanto flutua no indecísivel. Dessa forma, esta autoria indica que “o pós-modernismo é um fantasma que passeia por castelos modernos”. Uma relação ambígua, portanto, que ressignifica rupturas e prolongamentos, constituindo indivíduos em sujeitos que ora se individualizam ora são tão em si mesmos quanto narcisistas; “antes um mobilizador de massas para a luta política; agora, dedica-se às minorias – sexuais, raciais, culturais – numa constante micrologia do cotidiano” (SANTOS, 2000b, p.19).

Os discursos da beleza e estética parecem ter captado muito bem o espírito da pós-modernidade, já que se organizam nos moldes de uma visão sistêmica e instrumental. São discursos efêmeros e ficam por pouco tempo na mídia. Como num piscar de olhos, um novo discurso não só emerge, como se consolida. Entretanto, tratam-se de estratégias discursivas paradoxais, em que há uma outra face que se torna extrema: em pleno contexto pós-moderno, os rótulos evidenciam um dizer que coopera para a instituição de um padrão. Neste caso, para um padrão que rotula não só produtos, mas pessoas. Uma estratégia discursiva que conota referência, apego a, encaixe em. Ao

mesmo tempo em que o discurso conota um sentido enraizado no passado, evidencia-se pelas estratégias inovadoras do presente: a imagem. Um signo que Santos (2000b, p.16) denomina de analógico, pelo reconhecimento e compreensão que lhes são peculiares. Segundo Santos (2000b), os signos ora são digitais, ora analógicos. Números, letras, línguas são digitais, porque são arbitrários e descontínuos; já os analógicos são contínuos e se assemelham ao objeto representado: fotos, gráficos se parecem com aquilo que representam: o digital permite escolher, o analógico reconhecer ou compreender.

Os efeitos de sentido oriundos dos rótulos também são ressignificados pela imagem televisada ou das revistas. Geralmente, destacadas por atrizes famosas ou modelos nacionais e internacionais. Uma espécie de transição para confirmação de signos verbais: a imagem aparece para confirmar o dito ressignificado. Kelnner (2001), ao tratar desse caráter efêmero da pós-modernidade, inclui a cultura da mídia como um de seus mais impactantes mecanismos de constituição identitária. Neste espaço discursivo, discute, entre outros, o gênero filme – Uma linda mulher – destacando a imagem como discurso de interpelação identitária, chegando a afirmar que “quem quiser transforma-se em novo eu, transformar a própria identidade, ser bem sucedido, precisa dar atenção à imagem, à aparência, à moda” Kelnner (2001, p. 300). A figura em foco será utilizada para evidenciar esse mundo discursivo, fortemente marcado pela imagem, enquanto dispositivo pós-moderno, constituidor de identidade. Vejamos:

Figuras 18 e 19



Fonte: Revista Contigo, nº 1767, julho de 2009.

Chamada discursiva: À flor da pele - Na Casa das Rosas- em São Paulo, a atriz Rachel Ripani mostra por que o nude promete ser o hit da próxima estação.

Ao observar estas figuras, é perceptível que a evidência velada e silenciosa está presente não só nos rótulos, mas desencadeia modismos, posturas e comportamentos. Norteadas por esta visão, no ano de 2009, as revistas e a televisão, em especial, estampavam uma denominação para a moda verão da época: *moda a flor da pele*.²¹ Uma estratégia discursiva que carregava no dito marcas de uma autoria preconceituosa. Afinal, de que pele estão falando? Será de uma universalidade? Num mundo plural, cabe uma pele singular? Qual era a cor predominante naquele verão? A cor pálida. O pálido é característico a quem? O discurso proposto evidencia a pele e, não, as peles. Por isto a formação discursiva à flor **da pele**. Considerando que usualmente este discurso é muito usado, com um efeito de sentido de aflorar, transbordar, provocar etc. conhecedor dessas adjetivações que circulam, o discurso as utiliza para o aparecimento somente daquilo que objetiva: provocar o aparecimento da pele e, não, das peles, traduzindo-se em efeitos de verdade e de sentido. Estamos diante de um branqueamento estético desestabilizador. Sob este crivo, ao estabelecer um padrão, os discursos da beleza e estética caminham na contramão da identidade do sujeito descolado, traduzido e desencaixado (HALL, 2006). Este constituído na e pela pós-modernidade.

Se há uma “desreferencialização”, como afirma Santos (2000b, p.17-19), a identidade desse sujeito pós-moderno não poderia ser outra, senão a tão efêmera quanto seu tempo. Hall (2006, p. 12) pontua que o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Bauman (2005), e o próprio Hall (2006) afirmam que a concepção da categoria identidade passa por um terreno de disputa, tendo em vista sua complexidade, não obedecendo a nenhuma linearidade. Foi necessário que houvesse uma ruptura com um sujeito para que outro se ascendesse na arena pós-moderna ou para que o sujeito se descentrasse, desencadeando um processo que transita entre nascimento e morte do sujeito moderno.

Diante destas assertivas, há uma crise de identidade, em que os sujeitos se questionam, fragmentam-se, abalando as estruturas até então conhecidas e vivenciadas, que trazem à baila sentidos diversificados. O que leva Hall (2006, p. 13) a afirmar que

²¹ É relevante dizer que a análise desse tipo de propaganda, não associada ao rótulo, não é o foco deste trabalho. No entanto, acreditamos ser eminente trazer à baila esse de tipo de discurso, para que possamos refletir sobre as práticas veladas e silenciadas pelo mundo da moda acerca da imposição de um tipo de pele, como se fosse exclusividade.

“o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas, ao redor de um “eu” coerente. (...) Uma identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (grifos do autor). Enquanto Hall (2006) destaca nomes como os de Althusser, numa releitura de Marx, Freud, Saussure, Foucault e movimentos sociais como o Feminismo, como teóricos e movimento de suma importância para um rompimento de um sujeito cartesiano, ou descentramento do sujeito moderno, Bauman (2005) ressalta que os problemas de identidade, nasceram pelo abandono do princípio *cuius régio, eius natio* (quem governa decide a nacionalidade) ou do pouco empenho na sua aplicação. Esses princípios representavam as âncoras sociais da identidade que representava um processo natural, predeterminada e inegociável. Com a sua perda, a identificação assume a função de processo, enquanto busca por um nós a que possam pedir acesso. Numa sociedade do des, as identidades estão, também, imbricadas por uma rede veloz, irreverente, interativa, excludente e incluyente, que move o mundo, que não aceita estruturas pegajosas, até por que a efemeridade já não perde identidades ao estilo rígido e inegociável. Simplesmente, elas perdem força e não funcionam. Características que levam Bauman a dizer:

Não mais monitorados e protegidos, cobertos e revigorados por instituições em busca de monopólio – expostas, em vez disso, ao livre jogo de forças concorrentes – , quaisquer hierarquias ou graus de identidades, e particularmente os sólidos e duráveis, não são nem procurados nem fáceis de construir. As principais razões de as identidades serem estritamente definidas e desprovidas de ambigüidade (tão bem definidas e inequívocas quanto a soberania do territorial do estado), e de manterem o mesmo formato reconhecível ao longo do tempo, desapareceram ou perderam muito do poder constrangedor que um dia tiveram. As identidades ganharam livre curso, e agora cabe a cada indivíduo, homem ou mulher, capturá-las em pleno voo, usando os seus próprios recursos (BAUMAN, 2005, p. 31).

Assim, o que dizer desse sujeito-autor da beleza e estética que busca, paradoxalmente, a fixação, estereotipando pessoas? Instituinto um padrão? Estar cada vez mais branco, inclusive com um cabelo cada vez mais liso, tem-se tornado um padrão. Inclusive para servir ao mercado de trabalho. Cabelo desalinhado é chamado por muitos, *carinhosamente*, de *cabelo de praia ou cabelo de verão*. Assim, no inverno, troque seu cabelo por outro ou, em qualquer estação, *Acabe com o Frizz de seu cabelo*. Esta é a tônica discursiva. Acompanhando Kellner (2001, p. 300), é possível dizer que discursos como estes fazem parte de uma arena discursiva denominada de cultura pós-moderna, que tem como características “a proliferação e disseminação de imagens sem profundidade; intensidade de emoções produzida por tecnologia esmerada e de gosto

duvidoso; pasticho e implosão de formas; citação e repetição de imagens e formas passadas”. Sob este prisma, a pós-modernidade é colocada como interpretadora dessa cultura de massa.

Atentar para as próximas figuras é de suma importância, para este entendimento:

Figuras 20 e 21



Fonte: Revista Raça Brasil, nº 128, Ano 12; Revista Cláudia, Ano 148, nº 09, respectivamente.

Cabeleira de verão! Os discursos da beleza e estética têm reivindicado um espaço comunitário mediante um monopólio dominante? Trata-se de uma cadeia global, fechada e muito bem articulada por uma racionalidade inovadora e tradicional. Com isto, não pretendemos fechar esta construção ou tampouco oferecer sugestões conclusivas. Ao contrário, a proposta é tecer uma discussão teórica ao objeto de estudo. Reflexão na ação e ação na reflexão ao fazer ciência (MORIN, 2008). Convém dizer que por ora entendemos os discursos da beleza e estética muito mais possuidor de um sujeito social do que de um ator que encena determinado papel: um sujeito-autor que interpela indivíduos em sujeitos.

Somos sabedores de que são muitos os geradores de conflitos ainda não respondidos, o que sugere as incertezas diante de certezas não tão fecundas quanto pareciam. É o próprio Bauman (2005) que oferece pistas para respostas que também parecem flutuar: o anseio por identidade vem do desejo de segurança, ele próprio um sentimento ambíguo, flutuante – nem um nem outro – torna-se, a longo prazo, uma condição enervante e produtora de ansiedade. Por outro lado uma condição fixa, num universo de tantas possibilidades, também não é uma perspectiva atraente para uma

época denominada por ele de líquido-moderna. Seríamos uma *comunidade guarda roupa*? Que concepções atravessam este discurso?

Ainda no dizer de Bauman (2005), é uma espécie de comportamento frente a determinadas circunstâncias da vida quotidiana ou que nos leva a dependurar nossos problemas individuais nos cabides, temporariamente. Somos impelidos a acreditar que, aqui, ele se reporta à teoria dos papéis sociais, sem, contudo, evidenciá-la. As comunidades guarda-roupa são reunidas enquanto dura o espetáculo e prontamente desfeitas quando os espectadores apanham seus casacos nos cabides. As identificações se assemelham interinamente, ou seja, elas se caracterizam por sua curta duração, enquanto papéis são assumidos. Numa partida de futebol, por exemplo, quando o jogo termina, geralmente as pessoas passam a assumir papéis diferentes e diferenciadores. Exceto aqueles que extravasam esse território discursivo por outra comunidade: a torcida organizada. Mas, em se tratando de aparência, nem todos se permitem a assunção de papéis tão imediatos assim: aparência e essência se tornam uma junção identitária. É claro que existem sujeitos que resistem aos apelos de modismos e optam por um estilo.

Pelos motivos já expostos, ao se deparar com discursos preconceituosos, que criam imagens e estabelecem conceitos, os sujeitos preferem dependurar nos cabides, por tempo indeterminado, a imagem identitária historicamente estereotipada, enquanto a outra flui. É perceptível que muitos atributos se tornaram conservadores e outros marginalizados. No verão, *a cabeleira de verão* cabe nos espaços sociais e por que razões, ao passar o verão, o sujeito a dependuraria no cabide? E por que ela e não outra? Na pesquisa em foco, percebemos que, dificilmente, mas muito difícil mesmo, uma mulher negra aparece associando sua imagem ao produto, ou vice-versa. Nas revistas e sítios pesquisados, a tônica recai sobre a mulher de pele branca e, no máximo, a denominada morena. Na figura 20, por exemplo, a modelo não está associada a nenhum dos produtos ao lado. Em nenhum momento, o discurso sugere “use o produto x e tenha *uma cabeleira de verão*”. Ao contrário da figura ao lado: imagem e produto se fundem: um parece representar o outro. Em face disto, é fácil perceber porque a construção identitária dependurada por um tempo indeterminado nos cabides da vida quotidiana é a discriminada: se o *ethos* se constrói num espaço de negociação e, se nesta, a valorização passa pelo eu e, não, pelo nós, por uma única via de reconhecimento, é óbvio que uma se sobressairá. Nesta análise, as duas figuras, 20 e 21, não estão juntas por acaso, mas

para que o sujeito leitor possa perceber a situação movediça em que o sujeito contemporâneo se encontra.

Num terreno aparentemente tão flexível, as concepções de identidade, dessa forma, estão atreladas ao conceito de representação social²², intrinsecamente ligado à cultura. Um dos nomes que se destaca na teoria da representação social é Erving Goffman (2000). Sob este enfoque, Hall (2006), também aponta nomes de respaldo que teorizam sobre a existência de um sujeito chamado de sociológico: trata-se do interacionismo simbólico de G. H. Mead e Cooley. Hall (2006) destaca, além disso, a figura de Freud como um dos grandes pilares que possibilitou o reaparecimento de um novo sujeito. Uma das grandes ênfases desta visada teórica está centrada no inconsciente. Sucintamente, nossas identidades, bem como nossa sexualidade e estrutura dos desejos são formadas por um processo psíquico e simbólico do inconsciente. Posteriormente, Lacan, numa retomada a Freud, ainda segundo Hall (2006), evidencia uma fase que denomina de fase do espelho, em que a criança passa a se ver no Outro, já que ela ainda não dispõe de mecanismos para se ver, figurativamente falando, constrói seu eu mediante o Outro. Assim, inicia-se uma relação simbólica, fora dela mesma, que propicia sua entrada nos vários sistemas – culturais, sociais, linguísticos, sexuais etc.. A identidade, então, torna-se um processo em construção. A identificação está eminentemente atrelada à representação social, ou seja, à assunção de papéis.

Nas trilhas desse pensamento, Woodward (2009) indica que a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos. O que nos leva a posição de sujeitos; aquilo que somos ou o que podemos nos tornar. A representação funciona como um dispositivo cultural, estabelecendo identidades individuais e coletivas, visto que os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia nos leva ao questionamento do “quem sou eu”, “o que eu poderia ser” ou “quem eu quero ser.” Os sistemas simbólicos, eminentemente, culturais colaboram para uma constante identificação, construindo inclusive lugares de posição de sujeito, mediante os discursos. Nestes, os sujeitos falam e passam a reivindicar um espaço identitário: da representação para identidade. Assim, há um deslocamento de uma para outra. Comungando com Hall (2006), Woodward (2009) aponta que esse

²² Esse conceito de representação social aparece nesse contexto não como alicerce a este estudo, mas para respaldar as discussões acerca da identidade oriundas da visão de Kathryn Woodward, num constante diálogo com Lacan, sobre a fase do espelho, fase da identificação.

processo não é aleatório ou tampouco destituído de um paradigma: essa produção de significados mediada pela representação, que desencadeia uma outra categoria – a identificação – encontra suas raízes na Psicanálise. Ouvi-la é oportuno para o momento:

Esse conceito, que descreve o processo pelo qual nos identificamos com os outros, seja pela ausência de uma consciência da diferença ou da separação, seja como resultado de supostas similaridades, tem sua origem na Psicanálise. A identificação é um conceito central na compreensão que a criança tem, na fase edipiana, de sua própria situação como um sujeito sexuado. O conceito de identificação tem sido retomado, nos estudos culturais, mais especificamente na teoria do cinema, para explicar a forte ativação de desejos inconscientes relativamente a pessoas ou imagens, fazendo com que seja possível nos vermos na imagem ou na personagem apresentada na tela. Diferentes significados são produzidos por diferentes sistemas simbólicos, mas esses significados são contestados e cambiantes (WOODWARD, 2009, p.18).

Ao discutir com o objeto de estudo em foco, é perceptível que o sujeito-autor – dos discursos da beleza e estética – cumpre esse papel simbólico cultural de representação e, conseqüentemente, de identificação, porque o discursos se tornam lugares de produção de identidades, onde o “nos” é bem mais intenso do que o “eles”. Neste caso, a tendência é reforçar um padrão preestabelecido como primordial: o da brancura. Como é um instrumento de grande circulação, rapidamente, o dizer dos rótulos se prolifera de maneira sutil e camuflada, mas não deixando de ser um dispositivo para constituição de identidade dos sujeitos. Para Van Dijk (2008), esse discurso, na pós-modernidade, estaria no âmbito discursivo da elite simbólica, ao escolher, determinar que tipo de dizer deve proliferar, circular. Um discurso liderado por quem domina, portanto. Reforça, ainda, que, apesar da sutileza e complexidade do discurso racista, a elite simbólica emprega princípios organizadores globais para engendrar, tecer o dito. Assim, eles, geralmente, estão presentes em todos os discursos de base ideológica e são tendenciosos a resumir as propriedades discursivas locais e globais da forma como os membros de dentro falam e escrevem sobre eles. A ênfase repousa nos seguintes aspectos: enfatizam os aspectos positivos do “Nós, do grupo de dentro; enfatizam os aspectos negativos do Eles, do grupo de fora; não enfatizam os aspectos positivos do Eles; não enfatizam os aspectos negativos do Nós.” (VAN DIJK, 2008, p.18).

Dessa forma, ainda conforme Van Dijk (2008, p. 20), “nossos discursos e outras ações são baseados em modelos mentais – planos, que são informados por ideologias e atitudes socialmente compartilhadas”, estabelecendo, assim, um círculo

vicioso que denota o quanto o discurso está crucialmente envolvido na reprodução do racismo, em geral, e na formação de ideologias racistas subjacentes, em particular.

Face a estas considerações, as representações têm toda uma estrutura cultural que a torna simbólica e instrumento de identificação. O que significa dizer que são práticas permeadas pelas relações de poder. Incluindo, aí, o poder de decisão, escolhas, de dizer quem está dentro ou fora, excluído ou incluído. Além disso, devido ao fato de os discursos estarem ligados ao mundo da moda ou a modismos, geralmente, os sujeitos querem estar em dia, ou seja, acompanhar o movimento. Assim, por que não se enquadrar no padrão da escova progressiva? Observem a terminologia: quais são os efeitos de sentido? Não estamos fazendo uma crítica negativa a quem a faz. Ao contrário: fazê-la ou não é característica dos tempos pós-modernos. O que requer trazer à luz as estratégias discursivas que o sujeito-autor emprega como sustentação de seu discurso, para criar tipos, constituir uma singularidade: *a* identidade. Aqui, quem está em discussão não é o sujeito já constituído, mas o que o levou a se constituir, tornar-se. Que discursividade é esta que cria identidade? Quais são os efeitos de sentido provocados por esses discursos? Quem é esse sujeito-autor e como ele se empodera? São estas as explicações que este estudo busca discutir, sem nenhuma pretensão de apontar o “o como deveria ser” inerente a cada um. Afinal, qual é o papel do analista do discurso, se não trazê-lo da sombra onde reina? (FOUCAULT, 2007).

Por falar em papéis sociais, em representação social, evocamos as denominações construídas por Castells (2008) acerca das concepções de Identidade, que, de imediato, adianta que a construção social de identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder. Assim, ele as distingue em Identidade legitimadora, Identidade de resistência e Identidade de projeto. Apesar da distinção, destaca que não são aleatórias ou tampouco estanques uma da outra, há uma dinâmica social que pode inter-relacioná-las, a depender das circunstâncias vivenciadas pelos atores sociais. Salienta, ainda, que ser ator social, para muitas correntes sociológicas, é representar papéis sociais – ser mãe, trabalhador, vizinho, militante socialista, sindicalista etc., definidos pelas instituições e organizações da sociedade. Por outro lado, identidades constituem fontes de significado para os próprios atores, originadas por eles e construídas por meio de um processo de individuação. Isto não significa dizer que as instituições não são, também, formadoras de identidade. Posteriormente, Castells (2008) apresenta um dos tipos de identidade que passa, em especial, por esse viés institucional.

No entanto, Castells (2008) confirma que identidades são fontes mais importantes de significado do que papéis, pois as primeiras exigem um processo de autoconstrução e individuação que se envolvem. Genericamente, por esta leitura, é possível dizer que identidades organizam significados e papéis organizam funções. Afirma também: do ponto de vista sociológico, toda identidade é construída. A principal questão gira em torno do *como, a partir de quê, por quem, e para quê* isso acontece. “Sua matéria prima é oriunda da história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, da memória coletiva e de fantasias pessoais, dos aparatos de poder e revelações de cunho religioso etc.” (CASTELLS, 2008, p.22-23).

Partindo da hipótese de que quem constrói a identidade coletiva e para quê essa identidade é construída são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como seu significado, para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem, é estabelecida a distinção entre as identidades. A primeira, a legitimadora, é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade, com o objetivo de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais. No dizer de Castells (2008), esta identidade estaria ligada a uma espécie de Sociedade Civil. O que, para muitos leitores, pode se aparentar como estranheza: ao falar neste termo, os efeitos de sentido provocados levam a uma conotação positiva de mudança social democrática. Entretanto, na definição feita por Gramsci, no dizer de Castells (2008), torna-se uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que prolonga a dinâmica do Estado estão profundamente arraigados entre as pessoas. Castells também chama a atenção para destacar que enquanto Gramsci vê nesse aparato possibilidade de democracia, Foucault e outros como Horkheimer veem dominação internalizada. É mediante uma comunidade que a identidade legitimadora é construída.

Acompanhando esse raciocínio, a identidade legitimadora é construída por uma comunidade que tenta legitimar seu discurso, com a intencionalidade de impor modos de ser sob os princípios da não-diferenciação ou padronização. Por conta dessas características, é possível dizer que os mecanismos que a fazem funcionar estão eminentemente ligados a uma sociedade do discurso (FOUCAULT, 1996). São os ranços da modernidade que passeiam nos jardins da pós-modernidade (SANTOS, 2000b). Assim, os discursos da beleza e estética atendem aos princípios da identidade legitimadora, por ratificar o verdadeiro e proliferá-lo como tal, instituindo um padrão estereotipado, racista, mediante o discurso dos rótulos.

Ao tratar de identidade legitimadora, os discursos da beleza e estética estariam, também, inseridos em outra categoria: a comunidade. Um elemento crucial que se torna um espaço discursivo para constituição de subjetividades, de identidades. Por este aspecto, Bauman (2005) confirma que é a existência de comunidade, de possibilidade de exposição, que traz à tona a identidade. A comunidade se constitui enquanto espaço de exposição que reivindica o discurso como ratificação, certeza daquele dizer. Para Bauman (2005), essa exposição a comunidades pertence a dois tipos: de vida e de destino. Os discursos institucionalizados da beleza e estética impelem o indivíduo a se tornar sujeito dessa cadeia discursiva de identidade de destino. No entanto, a identidade desencadeada por esse discurso não é fixa, devido à existência de inúmeras noções e sentidos a que se é exposto, um mundo de diversidades e policultural. Dessa forma, impelidos em sujeitos, os indivíduos passam a fazer escolhas, reconsiderar escolhas, comparar, tentar conciliar demandas. Por isso, Bauman (2005, p. 17) ressalta que:

O pertencimento e a “identidade” não tem a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”. Em outras palavras, a ideia de “ter uma identidade” não vai ocorrer às pessoas enquanto o “pertencimento” continuar sendo o seu destino.

Esta não solidez leva Bauman (2005) a questionar: afinal quem estaria exposto a apenas uma comunidade? Lembrando que o conceito de comunidade, aqui, se alarga, e passa a ter outra conotação para além de pertencimento a um grupo, mas a comunidade de ideias ou princípios. Por outro lado, esta não-fixação traz uma certa insegurança, por vezes desconforto. O que o leva a dizer: “ “as identidades” flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas a nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas.” (BAUMAN, 2005, p.19). Não pertencer a uma única comunidade, mas a várias, possibilita o sujeito movimentar-se por muitos universos linguístico-sociais. Esta noção de identidade desencaixada, de um sujeito desapegado, por vezes desenraizado, nasceu da crise de pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o “deve” e o “é”.

Em se tratando de comunidade, Castells (2008) aponta outra tipologia: a Identidade de resistência. Nesta, os atores sociais são seus principais mentores, por se

sentirem estigmatizados pela lógica da dominação, criam a lógica da resistência. Uma espécie de trincheira e sobrevivência com base em princípios diferentes daqueles preconizados pelas instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes. Esse tipo de identidade leva à formação de comunas que resiste à opressão. É necessário estar juntos para fortalecer os princípios fincados em raízes que não se deixaram corromper, por exemplo, pelo mundo da informação, por valores proliferados pela elite simbólica que dita modismos efêmeros ou quer perpetuar axiomas como verdades absolutas, intentando um padrão para o sujeito social.

Essa comunidade desencadeia a construção de uma identidade defensiva a instituições e ideologias dominantes, numa busca constante de reverter o julgamento de valores ao mesmo tempo em que reforça os limites da resistência. Uma multiplicidade de exemplos poderia ser citada nessa cadeia discursiva, como ator social que se configura na contemporaneidade contra costumes e valores instituídos por uma sociedade do discurso dito verdadeiro. Os movimentos sociais são exemplo disto, quando não se subjugam a, cumprem papéis sociais de suma importância. Por outro lado, mesmo não estando diretamente numa comuna, há sujeitos que não atendem ao chamamento discursivo da elite simbólica e resistem ao padrão instituído por grupos que se dizem privilegiados e dominantes. Há um apego às raízes, mesmo num terreno escorregadio chamado contemporaneidade. Exclusão dos excluídos? Questionamento difícil de responder, em se tratando de Identidades. Afinal, em sua maioria Hall (2006/2009), Bauman (2005), Silva (2009), Woodward (2009), destacam que a identidade carrega as marcas da diferença.

Diante destas considerações, Manter-se diferente é não atender à lógica da homogeneidade, controlada por uma elite simbólica. A figura seguinte evidencia essa ruptura ao padrão, com o seguinte discurso verbal: *o visual Black ganha a rua e admiração de todas as cores*²³. Destacando que não é um discurso que faz alusão direta a nenhum produto, mas evidencia as possibilidades de sentido, de resistência à normalidade, pois esse rompimento pode vir de ambas as partes. Sugere também a inserção e solidariedade de sujeitos, independente da cor, configurando que, na pós-modernidade, os desencaixados não são apenas os negros, mas brancos e não-brancos que redesenham esse contexto histórico-social. Esse prefixo não é aleatório, porém

²³ É relevante dizer que a alusão a figuras como esta foram feitas com o objetivo de trazer ao sujeito-leitor outras possibilidades de leitura da imagem, tão propagada pela cultura da mídia, mesmo consciente de que não está atrelada a rótulos de produtos ou é uma imagem que possa nortear o sujeito por esse universo discursivo.

coaduna com o movimento do deslocamento histórico: estamos sempre fazendo ou trilhando caminhos por discursos já trilhados, mas numa perspectiva do querer fazer diferente, ora cedendo à forças coercitivas da identidade, ora resistindo a ela ou nos projetando como sujeitos, para além da coerção ou da resistência, mas como novidade. Mas o novo não está no acontecimento do retorno (FOUCAULT, 1996)? É assim que os modos de subjetivação e objetivação acontecem, são sempre circulantes, movidos pela dialética do poder. Os discursos da próxima figura podem contribuir para justificar o dito:

Figura 22



Fonte: Revista Raça Brasil, Ano 12, nº 128.

Chamada discursiva: O visual black ganha as ruas e a admiração de todas as cores.

Sob esse aspecto, cabe fazer alusão à terceira tipologia, a Identidade de projeto. Castells (2008) ressalta que esta produz sujeitos e não indivíduos. Isto se deve ao fato de o indivíduo passar a ser sujeito, ou seja, está ligado ao agir para, ser interpelado em, construir uma nova identidade, projetar-se para, mesmo numa comunidade ou fora dela,

uma espécie de rompimento de paradigmas, do que está posto, para fazer diferente. Para reforçar suas assertivas, Castells (2008, p.26-27) cita Giddens que diz:

A auto-identidade não é um traço distintivo apresentado pelo indivíduo. Trata-se do próprio ser conforme apreendido reflexivamente pela pessoa em relação à sua biografia. De fato, “o que define um ser humano é saber... tanto o que se está fazendo como por que se está fazendo algo... No contexto da ordem pós-industrial, o próprio ser torna-se um projeto” (grifos do autor).

Ainda para fortalecer o que concebe como Identidade de projeto, Castells (2008) traz à luz uma definição de sujeito de Alain Touraine, que discute esta concepção atrelada a outras como indivíduo, sujeito e ator. Diante da importância, preferimos verificar o que diz o próprio Touraine acerca da concepção de sujeito, aliadas àquelas:

Só há produção de sujeito à medida que a vida resiste no indivíduo [...]. O indivíduo não é senão a unidade particular onde se misturam a vida e o pensamento, a experiência e a consciência. O sujeito é a passagem do Id ao Eu, o controle exercido sobre o vivido para que tenha um sentido pessoal, para que o indivíduo se transforme em ator que se insere nas relações sociais transformando-as, mas sem jamais identificar-se completamente com nenhum grupo, com nenhuma coletividade. Porque o ator não é aquele que age em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, mas aquele que modifica o meio ambiente material e sobretudo social no qual está colocado, modificando a divisão do trabalho, as formas de decisão, as relações de dominação ou as orientações culturais (TOURAINE, 2009, p. 220-221).

Entretanto, frente a discursos proliferados como este da figura focada, como sujeitos contemporâneos podem se projetar em sujeitos de si?

Figura 23



Fonte: fotos oriundas da Pesquisa de Campo 2008/2011. Revista Contigo, Edição nº 1854, março de 2011.

Chamada discursiva: A Agenda tô na mídia anuncia: CABELO DE PROPAGANDA!

A cadeia discursiva ressalta: este é o *cabelo de propaganda*!²⁴ Diante de assertivas absolutizadoras como esta, fica o questionamento: é ético apontar, em meio a tantas diversidades, o cabelo de propaganda?

Se tocamos na ética, sugestionamos a existência de um sujeito. Por este viés, é perceptível que não se pode falar de identidades sem evocar concepções de sujeito. Para Foucault (2006/2010), existem mecanismos de objetivação e subjetivação que concorrem para o processo de constituição de indivíduos em sujeitos, lembrando que o uso que faz dessas categorias não tem um sentido único ou tampouco são estanques. Gregolin (2006) ao tratar dos momentos vários de Foucault, ressalta que a história que envolve o poder e a produção de saberes, é percorrida na obra foucaultiana a partir de três modos de produção histórica de subjetividades: num primeiro momento, ele pesquisou os diferentes modos de investigação que procuram aceder ao estatuto de ciência e que produzem, como efeito, a objetivação do sujeito; no segundo, ele estudou a objetivação do sujeito naquilo que designa de práticas divergentes. São mecanismos

²⁴ Torna-se necessário dizer que, diferentemente da anterior, a figura 22 está, sim, atrelada aos rótulos, pois a modelo evidencia o cabelo que fará parte de uma das campanhas publicitárias de um dos produtos da L'oreal.

que se referem aos processos de disciplinarização, que tendem fazer do homem objeto. Daí, o fato de Foucault destacar o desdobramento das relações de poder em micro-poderes. Em um terceiro momento, ele investigou a subjetivação a partir de técnicas de si, da governamentalidade, ou seja, do governo de si e dos outros. Gregolin (2006, p. 58) destaca ainda: “o sujeito é, portanto, o lugar onde Foucault olhará na construção de sua obra. Ele é o seu objeto, seja enquanto objeto de saber, seja enquanto objeto de poder, seja enquanto objeto de construção identitária.” É ele mesmo, Foucault (2010, p. 273), quem diz: “[...] Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos”. Dessa forma, reafirmamos que não convém falar de identidades sem discutir as concepções que perpassam a subjetividade. Esta construída num seio cultural. Destarte, cabe falar não em subjetividades, mas em diferentes modos de subjetivação, o que faremos a seguir.

3.4. Técnicas de Subjetivação e objetivação

As marcas da subjetividade, na pós-modernidade, ora buscam ocupar um sólido lugar, ora se diluem pela efemeridade dos lugares passageiros. É notável que ambas estão eminentemente entrelaçadas ao *quem sou eu* nessa arena social, ou seja, a identidade e, como processo, ela nos leva a um ser sujeito. Se assim o é, comporta um mundo social interativo, marcado, sim, por diferenças constituidoras e constituintes estreitamente ligadas a raízes culturais, mesmo que não tão substancializadas como dantes, mas nunca destituídos da cultura ou tampouco a-históricas. Mesmo se tornando um sujeito traduzido (HALL, 2006), por ter passado ou vivido em cidades, países vários, estes não deixaram de oferecer a este sujeito uma cultura. É ele que se torna múltiplo no meio de tantas singularidades plurais, ao mesmo tempo em que as transforma. O homem é um ser de relações. Parafraseando Foucault (2010), é possível dizer que não há um sujeito preestabelecido do qual emergiriam as relações de poder. O indivíduo constitui-se em sujeito. O aspecto verbal, aqui, denota, uma constância e não uma fixação. Equivale a processos de constituição. Foucault (2006) diz que:

Procurei mostrar como o próprio sujeito se constituía, nessa ou naquela forma determinada, como sujeito louco ou são, como sujeito delinquente ou não, através de um certo número de práticas que eram os jogos de verdade, práticas de poder etc. Era certamente necessário que eu recusasse uma certa teoria *a priori* do sujeito para fazer uma análise entre as formas de constituição do sujeito e os jogos de verdade (FOUCAULT, 2006, p.275).

Gregolin (2006, p. 59) afirma que pensando o sujeito como uma fabricação, uma construção realizada, historicamente, pelas práticas discursivas, é no entrecruzamento entre discurso, sociedade e história que Foucault observa as mudanças nos saberes e sua consequente articulação com os poderes.

Face a estas reflexões, todo esse jogo de relações que perpassa a constituição do “eu” – seja legitimador, resistente ou projetado – numa visada Foucaultiana, sob o olhar de Gregolin (2006), remete a categorias básicas, a tríade: poder, saber e verdade. Isto porque, o mundo pós-moderno abre espaço para um novo discurso mediante o sujeito que é constantemente impelido por representações sociais, por individualizações criadas pelo poder globalizador. Conforme Foucault (2005), o que está em jogo não é a definição de poder, mas determinar, em seus mecanismos, os diferentes dispositivos de poder que se exercem, em níveis diferentes da sociedade, em campos e com extensões tão variadas, já que o poder não se dá, nem se troca, nem se retoma, ele se exerce e só existe no ato. E as múltiplas relações de poder perpassam, constituem o corpo social, não podendo se dissociar, nem se estabelecer ou tampouco funcionar sem uma produção, acumulação, circulação do discurso verdadeiro.

Dessa forma, o poder questiona, não pára de inquirir, de registrar e, especialmente, ele institucionaliza a busca da verdade, profissionalizando-a, recompensando-a, levando o sujeito a se submeter à verdade, no sentido de que a verdade é a norma. Segundo Foucault (2005, p. 29), “É o discurso verdadeiro que, ao menos em parte decide; ele veicula, ele próprio propulsa efeitos de poder”. De um lado, está um jogo de verdade institucionalizado que carrega em sua teia discursiva um elemento crucial: um dizer amparado, autorizado e delegado pela ciência. Quem tem direito a entrar na ordem desse discurso verdadeiro, se não a ciência? A validação do conhecimento científico é, portanto, uma questão de poder.

Se a verdade é a norma, por outro lado, existe a resistência, entrelaçada, também, pelas relações de poder. Foucault (2010) destaca que, no Séc. XIX, a luta contra a exploração surgiu no primeiro plano, mas, atualmente, a luta contra as formas de sujeição, contra a submissão da subjetividade, tem ganhado palcos de discussões acirradas. O que não significa que aquelas que se referem à formas de dominação e exploração tenham desaparecido. Ao contrário, os mecanismos da segunda não podem ser estudados fora da relação com os da primeira. Mas há que se considerar outras possibilidades, em que dominação e exploração não se constituem o terminal de

mecanismos mais fundamentais. São mecanismos que mantêm relações complexas e circulares com outras formas. O que leva Foucault (2006) a confirmar:

Quero dizer que, nas relações humanas, quaisquer que sejam elas (...) o poder está sempre presente: quero dizer, a relação em que cada um procura dirigir a conduta do outro. São, portanto, relações que se podem encontrar em diferentes níveis, sob diferentes formas; essas relações são móveis, ou seja, podem se modificar, não são dadas de uma vez por todas (FOUCAULT, 2006, p.276).

Se para Castells há uma tipologia denominada de identidade de resistência, para Foucault (2010) existe uma insubmissão que tenta ganhar espaço de onde fala um sujeito social. Lugar que ocupa na sociedade do discurso. Ressalta, ainda, que talvez não seja mais necessário, como faziam os iluministas, questionar *o que somos*, mas recusar o que somos. O que desencadearia uma construção do que poderíamos ser, mediante uma libertação da simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno.

Em se tratando de resistência, Foucault (2010) aponta que nas relações de poder o que interessa não é como ele se manifesta, mas como é exercido, e que não existe resistência se não houver liberdade. Afinal, o poder só se exerce sobre sujeitos livres, pois não há relações de poder onde as determinações estão saturadas. Cita a escravidão como exemplo desse tipo de relação. Quando há possibilidade de escape, de fuga ao preestabelecido, de resistência ao dito, quando os sujeitos individuais ou coletivos têm possibilidades de colocar em prática diversas condutas, modos de comportamento, reações, criam-se mecanismos de poder. A relação de poder e insubmissão da liberdade, dessa forma, não podem estar separadas e se enraízam no nexos social. Viver em sociedade, afirma Foucault (2010), é de qualquer maneira, viver de modo que seja possível a alguns agirem sobre a ação dos outros. Afinal, uma sociedade sem relações de poder só pode ser uma abstração.

Dessa forma, não é apressado dizer que ser, tornar-se, voltar a ser ou transformar-se exigem estratégias de poder. Identidade ou identidades são processos constitutivos de um “Eu” em interação social com o Outro. Esta análise de relações de poder, ainda sob a ótica de Foucault (2010), exige o estabelecimento de alguns pontos relevantes: o sistema de diferenciação de uns sobre os outros; o tipo de objetivos perseguidos; as modalidades instrumentais – sistema de vigilância, efeitos da palavra, disparidades econômicas, ameaças de armas; graus de racionalização; as formas de

institucionalização que podem misturar dispositivos tradicionais a outros, ter lugares específicos, obedecer a um sistema fechado, ter regulamento próprio, tornar-se sistemas complexos etc.. Este último aspecto cabe aos discursos da beleza e estética, por se constituir em lugar específico de onde fala um sujeito social que mantém uma relação estreita com outros dispositivos de poder. Um sujeito que age sobre outros que, por sua vez, se deixam manipular ou se projetam ou resistem às estratégias lançadas para constituição de identidades ou a identidade, como deseja esse ator social, tendo em vista que o exercício de poder não é um fato bruto, um dado institucional, nem uma estrutura que se mantém ou se quebra: ele se desloca, se transforma, se organiza, se dota de procedimentos mais ou menos ajustados (FOUCAULT, 2010). Neste caso, em especial, a identidade do branqueamento é uma constituição por práticas sociais, muito bem arquitetadas. Tratam-se de técnicas de subjetivação. Entendidas, conforme Revel (2005, p.82), como

um processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, ou mais exatamente, de uma subjetividade. “os modos de subjetivação” ou “processos de subjetivação” do ser humano correspondem, na realidade, a dois tipos de análise: de um lado, os modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos – o que significa que há somente sujeitos objetivados e que os modos de subjetivação são, nesse sentido, práticas de objetivação; de outro lado, a maneira pela qual a relação consigo por meio de um certo número de técnicas, permite constituir-se como sujeito de sua própria existência. [...] é todo um jogo das técnicas de governamentalidade. Num segundo momento, a questão de Foucault parece se inverter: se é verdade que os modos de subjetivação produzem, ao objetivá-los, algo como sujeitos, como esses sujeitos se relacionam consigo mesmos? Quais procedimentos o indivíduo mobiliza a fim de se apropriar ou de se reapropriar de sua própria relação consigo?

São questionamentos difíceis de responder, mas é necessário reconhecer que a constituição de subjetividades passa pelas relações de poder. Estas nem sempre são explícitas, postas ou dadas *a priori*. Há um movimento que geralmente coopera para relações veladas, subliminares que se utilizam de estratégias discursivas para atingir o alvo. Essa denominação, estratégia, pode ser definida de diversas maneiras, mas, para Foucault (2010), trata-se da escolha dos meios para se chegar a um fim; da racionalidade para atingirmos um objetivo – a maneira pela qual tentamos ter uma vantagem sobre o outro; para designar o conjunto de procedimentos utilizados num confronto para privar o adversário dos seus meios de combate e reduzi-lo a renunciar à luta; trata-se dos meios destinados a obter a vitória.

A estratégia se define pela escolha das soluções vencedoras de práticas de poder. Uma espécie de confronto em que se colocam os sujeitos sociais nas mais variadas situações quotidianas ou não. Elas servem para fazer funcionar ou manter um dispositivo de poder. Entretanto, se há uma manutenção que se retroalimenta, há, por outro lado a resistência. O que leva Foucault (2010, p. 293-294) a afirmar:

Podemos então decifrar em termos de “estratégia” os mecanismos utilizados nas relações de poder. Porém, o ponto mais importante é evidentemente a relação entre relações de poder e estratégias de confronto. Pois, se é verdade que no centro das relações de poder e como condição permanente de sua existência, há uma “insubmissão” e liberdades essencialmente renitentes, não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta, sem que para tanto venham se superpor, a perder sua especificidade e finalmente a se confundir. (...) Em suma, toda estratégia de confronto sonha em tornar-se relação de poder; e toda relação de poder inclina-se, tanto ao seguir sua própria linha de desenvolvimento quanto ao se deparar com resistências frontais, a tornar-se estratégia vencedora.

Diante disso, torna-se relevante questionar: quem é esse sujeito-autor que se confronta com tantos EUs no mundo pós-moderno? Quais são os interesses que atravessam o discurso dos rótulos? A beleza e a estética ocupam um lugar de sujeito social. Isto é fato. Indagamos, além disso: as estratégias utilizadas por esse sujeito social não deveriam se convergir com o Outro, tendo em vista que ele é o seu principal alvo? Se positivo, como se explica a busca por um padrão? Ou o fato desse sujeito assim se posicionar não se explica pela própria desreferencialização do Outro? Não seria uma tentativa de encaixe a quem está deslocado ou desencaixado? Uma instância perigosa: diante de um sujeito eminentemente *des* – de dessubstancializado, descolado, desencaixado etc., o sujeito-autor empodera-se de tal maneira que dita a construção de um tipo que luta para padronizar. O sujeito-autor adota modos de subjetivação, jogando suas âncoras num terreno fértil, porém movediço em extremo. Este sujeito se depara, também, com as trincheiras. Assim, trata-se de uma luta contemporânea. Para Foucault (2010),

São lutas que questionam o estatuto do indivíduo: por um lado, afirmam o direito de ser diferente e enfatizam tudo aquilo que torna os indivíduos verdadeiramente individuais. Por outro lado, atacam tudo aquilo que separa o indivíduo, que quebra sua relação com os outros, fragmenta a vida comunitária, força o indivíduo a se voltar para si mesmo e o liga à sua própria identidade de um modo coercitivo. Estas lutas não são nem a favor nem contra o “indivíduo”; mais que isto são batalhas contra o “governo da individualização” (FOUCAULT, 2010, p. 277). (grifos do autor).

Poderíamos chamar, então, as estratégias discursivas, os mecanismos utilizados pelo sujeito-autor – a indústria da beleza e estética – de técnicas de individualização e de procedimentos de totalização? É por esse viés que trilhamos, considerando os discursos sutis, meticolosos e bem articulados. Na síntese, dispositivos de identidade.

E por se tratar de dispositivos de identidade, retomar Munanga (2006a) torna-se conveniente para o momento, pois parte do pressuposto de que a identidade é um processo de negociação com o Outro, que se torna um doador de sentido, mediante o reconhecimento. Se se cria uma imagem negativa e pejorativa de identidade, o Outro vai sempre estar na desvantagem e não se aceita, passando a buscar naquela considerada privilegiada recursos e mecanismos de semelhança. O sujeito-autor tem ciência disto e estabelece parâmetros que se utiliza de um jogo simbólico discursivo. Esta discursividade não está presente apenas nos rótulos, mas é reforçada pelas imagens a eles associadas. Durante gerações, a sociedade branca tem feito uma imagem depreciativa dos negros, nem todos tiveram força suficiente para resistir aos apelos da estética da branquitude (DOMINGUES, 2002). Uma estratégia discursiva, a auto-depreciação, que se tornou uma arma de opressão e, conseqüentemente, de negação, ausência. Enquanto o branco se impõe, o negro se nega.

Em pleno século XXI, assistimos ao retorno do discurso de colonização? Será que existe no mundo da beleza e estética colonizados e subjugados? Munanga (2006a) cita Frantz Fanon, um dos defensores da ideia do reconhecimento, para ressaltar o quanto os *condenados da terra*, título do livro que faz alusão aos povos colonizados pelos europeus, viam e sentiam sua imagem ser depreciada e oprimida pelos colonizadores. Para se libertarem, os submissos deveriam desembaraçar-se das imagens, em si, depreciativas. Recomenda, além disso, a violência como possibilidade de liberação em resposta à violência original da dominação estrangeira. Nem todos aqueles que se inspiraram em Fanon seguiram esta via, mas a ideia de luta para mudar a imagem de si – ao mesmo tempo no espírito do dominado e contra o dominador – foi amplamente aplicada (MUNANGA, 2006a, p.29). Acompanhando estas assertivas, este autor aborda um outro aspecto, citando Taylor:

Os grupos dominantes tendem a reforçar sua posição hegemônica ao inculcar uma imagem de inferioridade aos grupos submissos. A luta pela liberdade e igualdade deve então passar por uma nova revisão dessas imagens. Estima-se que os cursos multiculturais ajudarão no processo de revisão (TAYLOR, 1994 *apud* MUNANGA, 2006a, p.30).

A sugestão recomendada passa pelo âmbito da educação, como eixo primordial para mudança, uma espécie de revisão de imagem. Ressalvando que as amarras de empoderamento sobre as quais tratamos, só serão enfrentadas pelos sujeitos se os mesmos, a princípio, conhecerem-se a si mesmos. Trata-se da ética de si no discurso (FOUCAULT, 2006b). Pradeau (2004) aponta que, ao se referir à cultura grega, a uma cultura de si, o interesse de Foucault não se ancorava nos gregos em si. Seu interesse era traçar uma genealogia capaz de servir à elaboração de uma ética contemporânea, de contribuir para o reconhecimento de novas práticas de si. O que ficou mais evidente mediante entrevistas e textos contemporâneos publicados. O recurso aos antigos, então, serve apenas para encontrar as possibilidades de uma ética de indivíduos que não seja uma moral individualista do voltar-se sobre si ou do retiro. Destaca, ainda, que Foucault relegou as problematizações iniciais, que se interessavam na objetivação do sujeito, para pensar uma nova economia das relações de poder, dessa vez a partir da subjetivação. Por esta via, na ordem ética das condutas, a subjetivação consiste em impor ao material plural, que somos nós, a ordem e o equilíbrio de um governo. Destacando que, na ordem política das relações interindividuais, o governo das condutas obedece exatamente às mesmas exigências. Pradeau (2004, p. 149) enfatiza que “a homogeneidade do indivíduo e do todo, sua co-pertença, sobre a qual Foucault insiste tanto, permite escapar à ficção de um indivíduo autônomo e conceber de maneira inédita a relação dos indivíduos e da comunidade.”

Ao estabelecer uma relação desse dizer com a conduta da indústria da beleza e estética, é possível dizer que o cuidado de si, para este sujeito social, requer a homogeneidade do Outro, portando-se desta ou daquela maneira instituída pelas normas por ele preestabelecidas. Estas assumiriam o papel de tecnologias do governo de conduta que é tanto um problema de autogoverno como do governo da conduta dos outros. Que se traduzem em um pólo de articulação indivíduo-sociedade. Pradeau (2004) ressalta, além disso, que Foucault definia *governo* como o conjunto das técnicas e procedimentos destinados a dirigir a conduta dos homens e as técnicas de si eram consideradas, ao menos de maneira prospectiva, como o par das tecnologias de governo, intrinsecamente ligadas, tendo em vista que formavam um conjunto para tratar das relações consigo e relações com os outros.

Evidenciar na análise do discurso por onde transita teoria e prática é fazê-la acontecer. As figuras 24 e 25 trazem em seus rótulos duas denominações que se assemelham. Compreendê-las é importante:

Figuras 24 e 25



Fonte: fotos de rótulos - verso e anverso - dos shampoos das marcas Seda e Palmolive, respectivamente.

São produtos de duas diferentes marcas – Seda e Palmolive: na primeira está escrito: SEDA, com letras maiúsculas, em seguida, uma tarja cinza que enfatiza a presença de um profissional da área, ou seja, além de ser SEDA, é assinado por alguém gabaritado para. Esta é uma nova postura adquirida por esta marca nos últimos anos: buscar profissionais credenciados para dar mais status à marca. Em seguida, vêm as terminologias anti sponge: uma acima da outra; do outro lado, temos um produto da marca Palmolive, também shampoo, denominado Naturals, que traz os seguintes dizeres: shampoo Anti Armado/Anti esponjado – tudo em letras garrafais, de cor verde; no meio, encontra-se a figura de um abacate partido ao meio, um outro sem partir do lado, em destaque a cor do abacate. Outros discursos verbais também se destacam: até 65% menos armado/ hasta 65% menos esponjado – tradução em espanhol. Posterior a isto, há uma linha de cor verde e, abaixo, o enunciado: cabelo que arma facilmente/cabello que se esponja facilmente. São dois sujeitos que ocupam posições diferenciadas, mas que se utilizam de estratégias discursivas de regulamentação aparentemente semelhantes: no primeiro, o *sponge* não está ancorado em outro dizer, aparenta-se como mais explícito, o que se torna estratégico, tendo em vista que traz em seu discurso um enunciado em outra língua, não traduzido. O que desencadeia outros efeitos de sentido: por que não empregou o enunciado “esponja”? Por que aquele enunciado e não este?

Sob esta ótica, concordamos com Pêcheux (1988) ao apontar que o discurso não é fruto de um sujeito que pensa que sabe o que quer. É o discurso quem determina o que sujeito deve falar, é ele quem estipula as modalidades enunciativas. Assim, o sujeito

não preexiste ao discurso, mas é uma construção no discurso, sendo este um feixe de relações, que irá determinar o que dizer, quando e de que modo. Assim referendado, o discurso está bem mais autorizado a aparecer, por trazer uma assinatura, espécie de etiqueta. Por outro lado, temos um sujeito que se aproveita de um outro discurso, para fazer aparecer o seu dizer: um atravessamento do já dito que retorna numa função enunciativa diferente: trata-se do discurso do uso do natural, da sustentabilidade, a cor verde marca esse território discursivo, além do abacate como fruta, ou seja, “desarme seus cabelos sem química, deixe-os tão naturais quanto a matéria prima utilizada”.

Tudo muito natural e sem maiores ressalvas – as assertivas do engano discursivo. Ao apresentar um discurso como aquele, *shampoo para cabelo anti-esponjado*, o sujeito-autor quer legitimar o seu dizer: estabelece condições para que o Outro possa buscar maneiras de se conduzir no universo da beleza e estética. E esta conduta requer conhecimento de si: reconhecer a si mesmo como sujeito que causa estranheza, mesmo que isto provoque efeitos de verdade e de sentido que primam por uma naturalidade construída pelo seu mais eminente cerceador. Sobre estas considerações, Inocêncio alerta que:

O cabelo crespo, uma vez assumido, desperta uma série de reações que vão do riso a reprovação. No Brasil, é comum que uma pessoa diga para outra que vá domar os cabelos, ou vá dar um trato no pixaim, sem que isso represente ofensa ou deselegância. Parece que naturalizamos tanto esse tipo de entendimento que mesmo indivíduos alvos preferenciais dessa forma de agressão acabam por larga escala cedendo a tais apelos (INOCÊNCIO, 2006, p. 187).

Logo, é necessário anti-esponjar seus cabelos. Os efeitos de sentido denunciam uma proposta discursiva de *revisão de imagem*. Os discursos dessa arena social, da beleza e estética, provenientes da instituição ou figura da sociedade do discurso, tentam elucidar ou estabelecer “o como”, para revisar a imagem do negro, visando a um possível branqueamento ao estampar em seu rótulo um discurso, denominando um produto de shampoo para cabelo esponjado. Ou a revisão da imagem seria uma técnica de disciplinarização, oriunda da indústria da beleza e estética, para internalizar, no Outro, modos de subjetivação que o levassem à rejeição de si? Por esta ótica, Os discursos da beleza e estética estariam impondo uma ética de si ao outro: um gerenciamento estético. Assim, passar para a próxima análise, mediante a figura 26, é necessário:

Figura 26

AmaciHair Liso
Conquiste sua Beleza Natural

Conquiste o liso natural e brilhe como uma estrela.

A Embelleze apresenta mais uma novidade para a mulher brasileira: AmaciHair Liso. AmaciHair Liso é o sistema de alisamento com carga de queratina que vai deixar os seus cabelos naturalmente lisos.

Conquiste sua beleza natural. Reinvente. Remodele. Ouse. Curta o movimento que AmaciHair Liso vai dar para os seus cabelos.

Exclusivo
Creme Protetor de Fios e Pele
+
novex
Repósito de Massa

LANÇAMENTO

Sistema de Alisamento com Carga de Queratina. Compatível com toda a família AmaciHair.

EMBELEZE
Beleza é Fôlego para a Vida
www.embelleze.com.br/amaci-hair

Fonte: Revista Ana Maria, nº 718, Julho de 2010.

Chamada discursiva da EMBELLEZE:

Conquiste o liso natural e brilhe como uma estrela. a Embelleze apresenta mais uma novidade para a mulher brasileira: amaciHair Liso. AmaciHair Liso é o sistema de alisamento com carga de queratina que vai deixar os seus cabelos naturalmente lisos. Conquiste sua beleza natural. Reinvente. Remodele. Ouse. Curta o movimento que o amaciHair Liso vai dar para os seus cabelos.

Na figura 26, temos uma mulher negra que tem sua imagem como discurso do AmaciHair Liso. Podemos dizer que ela empresta sua imagem enquanto discurso da Embelleze. Somado a isto, as pistas enunciativas do discurso carregam dizeres que enfatizam a presença de uma beleza natural que só é possível com os *cabelos naturalmente lisos*. Por esta discursividade, o *naturalmente lisos* está associado à ascensão e inserção social, inclusive *como uma estrela*. Aqui, o discurso oferece pistas sugestivas, efeitos de sentido, que conotam a labuta para com o cabelo belo. Ela, a beleza do liso, tem que ser conquistada: *conquiste sua beleza natural*, afirma o discurso. Alisar também significa *reinventar-se*, *remodela-se* e *ousar*. Esta última assertiva

parece incentivar a mulher negra a sair daquele espaço cotidiano, da mesmice ou talvez da condição inferior que seus atributos proporcionavam. Ter cabelos lisos conota privilégio de inserção no outro espaço que significa status. Esse discurso pode, sim, representar simbolicamente a negação do eu e confirmar a presença do nós. No entanto, preferimos concordar com Souza (1983, p. 21) quando diz “que foi com a principal determinação de assemelhar-se ao branco – ainda que tendo de deixar de ser negro – que o negro buscou, via ascensão social, tornar-se gente.”

Parafraseando-a, diríamos construir um *ethos* identitário, ser sujeito de seu espaço social, de que o negro está adquirindo a marca de que carece. E esta aquisição representa, na contemporaneidade, o conhecer a si: o negro tem-se conscientizado de que viver é travar lutas quotidianas para ser inserido numa arena social cerceada pelo branco. Tornar-se assujeitado ao discurso do branco pode conotar submissão, mas estar em seu espaço pode também significar libertação. É Foucault (2010) que enfatiza que só há submissão onde há liberdade. Do contrário, elas não existem. É a luta travada pelos sujeitos que faz uso de estratégias, configurando os micro-poderes. Ser sujeito é possuir um *ethos* de si, mesmo que estas estratégias signifiquem rompimento. Mais uma vez nos deparamos com a não solidez identitária da pós-modernidade. Esta ruptura, característica desse sujeito descentrado, colabora para uma espécie de código identitário, é como se o sujeito estivesse infringindo a ética de si discursiva contemporânea.

Nas próximas figuras, os discursos dos rótulos fazem um apelo ao meio ambiente, não só a cor verde sugestiona esta ligação, mas as outras marcas discursivas. Nas primeiras, o discurso busca recursos na figura do leão. Entendemos que por ele, o leão, ideologicamente representar força, o sujeito-autor faz uso de uma metáfora com o cabelo: *cabelos esponjados são tão fortes quanto cabelos de leão, mas assim como aqueles dá para ser amansado, domado, basta usar Seda. Ou não dá para continuar como se estivesse na selva como leão, desarme-se e encaixe-se ao tirar o frizz de seu cabelo.* É perceptível que esse sujeito-autor traz em sua bagagem discursiva um conhecimento que se traduz em saber e poder acerca da identidade, pois trabalha com pólos dicotômicos: força/fraqueza, que interpelam indivíduos em sujeitos coercitivos, que se vêem como fortes, mas se desarmam frente ao padrão imposto pelo discurso da beleza e estética. Os discursos conformistas do anti-esponge só aceitam sujeitos que suportam o controle de um dos atributos, considerados um dos mais importantes e que mais representam política, histórica e culturalmente: o cabelo. Vejamos os discursos:

Figura 27



Fontes: fotos de rótulos do shampoo Palmolive;

<http://plushblush.updateordie.com/2010/08/03/teady-charles-expert-em-volumes/>

Sem nenhuma finalidade de análise linguística interna e sistemática, esponjado é uma nomenclatura derivada, oriunda de outro universo já dito, marcas do interdiscurso. Onde estaria seu *a priori* histórico (FOUCAULT, 2007)? Anti é um prefixo, que significa oposição, pólos contrários. Sob este aspecto, anti-esponjado está para o que não permite o esponjoso. No léxico,

Esponjoso (ô) adj. Que é leve e poroso como a esponja. Esponja sf. 1. Animal aquático rudimentar, de corpo cheio de poros e canais. 2. Substância porosa proveniente desse animal. 3. Utensílio poroso e leve, em geral sintético, usado para limpeza doméstica, banhos, etc. 4. Fig. Ébrio (XIMENES, 2000, p.395).

O conhecer a si está intrinsecamente ligado à reflexão: que sujeito sou eu no mundo em que vivo? E, para se conhecer, os sujeitos têm que buscar saber, e este saber é sinônimo de conhecimento e de poder. Assim, as práticas discursivas passam a constituir dispositivos de conhecimento de si. Por esta ótica, os discursos latentes como o da linha do anti-esponjado quer fazer crer que há um cabelo que se aparenta a uma esponja. Mais uma vez, é perceptível que as evidências querem a garantia de um discurso verdadeiro e não outro: o anti-sponge traz ao inconsciente do indivíduo a imagem das possíveis esponjas: de banho, de lavar prato, de escovar assoalho etc., todas marcadas pela aspereza e, historicamente, em relação aos cabelos, caracterizados pela metáfora preconceituosa do *cabelo de Bombril*, uma esponja que toma o todo pela marca.

Por outro lado, o conhecer a si está ligado não às evidências ideológicas, mas se traduz como ferramenta de instituição regulamentada, ao “dever ser”, dentro de uma sociedade. Nesta, não cabe ou não convém o cabelo que, para o sujeito-autor, é esponjado: é preciso aplicar as técnicas ao Outro, ou seja, anti-esponjá-lo. Este sujeito-autor quer tornar feioso o que não se encaixa nas normas. O estigma do cabelo de Bombril foi uma construção aleatória? Esta construção está historicamente associada a quem, a que grupo social, a que identidade? Formou-se uma teia em que o negro passa a ocupar o lugar de sujeito, um lugar territorializado que parece não caber mais ninguém, somente ele, por conta de seus atributos, enxergados, ainda na contemporaneidade, como estranhos. Por seu turno, banir, macular e dizimar o estranho eram caracteres da modernidade (BAUMAN, 1998). O que as fazem deslocar? É pelo discurso que esse deslocamento acontece. É por ele enquanto prática que a instituição, a indústria da beleza e estética, produz a verdade, no sentido de que esta é a norma. Acompanhando Foucault (2010, p.232-235), entendemos por verdade o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros. O positivo nestas circunstâncias é que estas verdades são produzidas nas relações de poder, que são relações de força, onde há sempre os enfrentamentos: a

resistência. Onde reside resistência reside também maior persistência, mais astúcia em dominar e mais vontade de continuar na luta pela sobrevivência.

São inúmeros os discursos que pretendem cercear as subjetividades. Na análise subsequente, figuras 28 e 29, evidencia-se um dizer de cerceamento: shampoo disciplinante – resiste à umidade – anti-frizz – longa duração. Causa outros efeitos de sentido, ao apresentar, em outro idioma, que chama a atenção, em letras maiúsculas, o enunciado LISS – INTENSE, em negrito e fundo amarelo; traz uma figura central com um pingo, representando, provavelmente uma gota, que reluz entre o amarelo e o ouro intenso; em torno da figura, um fio que se enlaça como se fossem dois, para constituir um L de L'oreal; o vasilhame é transparente, deixando evidente, também, o amarelado do líquido. Os efeitos de sentido desta figura se traduzem em: uma gota basta para deixar seus cabelos lisos, brilhantes e disciplinados. O final do fio aponta para a gota reluzente., como o sol, o amarelo. Os discursos deixam centelhas também reluzentes que sugerem um dizer fechado, não para construção de identidades, mas da identidade: um marca discursiva para o branco tornar-se mais branco. Para confirmar suas pretensões, no rótulo está estampado dois dizeres que se tornam paradoxos: a) NUTRE E ALISA cabelos soltos e disciplinados; b) cabelos secos, rebeldes difíceis de disciplinar. Na primeira os cabelos já são soltos, portanto disciplinados; na segunda, são arredios, portanto, carecem do produto para garantia do dizer: um cabelo liso e, ainda, disciplinado. Vejamos as figuras a seguir:

Figuras 28 e 29



Fonte: <http://www.lorealparis.com.br/img/110n/brands/elseveVolumeNonStop/product2.png>

Ao se deparar com um rótulo do tipo *shampoo disciplinador*, a subjetividade, intrinsecamente ligada à identidade, estará inquieta, desestabilizada, podendo levar o sujeito a se questionar acerca de sua própria assunção, não só de conceitos, mas valores

e tipos construídos no seio cultural. Disciplinar os cabelos para ser aceito pela sociedade pode se tornar regra diante da imposição coercitiva dos discursos. Assujeitar-se à disciplina elucida o cerceamento paradoxal da pós-modernidade, frente a imagens de si e do Outro tão efêmeras e fragmentadas, ao mesmo tempo em que quer se substancializar.

Por esta via, Foucault (2006b, p.71) destaca:

O cuidado de si, o ocupar-se consigo mesmo: (...) “o ocupar-se consigo mesmo”, quer designar, na realidade, não certa relação instrumental da alma com todo o resto ou com o corpo, mas, principalmente, a posição, de certo modo singular, transcendente, do sujeito em relação ao que o rodeia, aos objetos que dispõe, como também aos outros com os quais se relaciona, ao seu próprio corpo e, enfim, a ele mesmo (grifo do autor).

Dessa forma, diríamos que *o cuidado de si* é também cultural, considerando o fato de que a constituição de indivíduos em sujeitos depende da cadeia discursiva em que estão inseridos, das relações mediadas pelas práticas sociais. Afinal, que concepção de cultura caberia neste universo? Dificilmente, teríamos uma resposta cabível, mas é possível dizer que, culturalmente, as construções deixaram marcas de desprivilegio para uns e privilégio para outros. Em relação ao negro, Inocêncio (2006, p. 185) enfatiza que “na cultura visual brasileira, o corpo negro aparece como a antítese do que se imagina como normal”. Sendo assim, em relação a concepções de cultura, a preferência ancora-se naquela que, grosso modo, considera cultura uma construção histórica, seja como concepção ou dimensão do processo social: a cultura não é algo natural, não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas. A cultura é um produto coletivo da vida humana e, como tal, não é uma camisa de força das dimensões da sociedade, razão que dificulta uma possível classificação. Somado a isso, a cultura é uma categoria eminentemente ligada a poder e saber (SANTOS, 2007).

Concordamos também com Sodré (2010) por enfatizar que o sujeito, agora, não é mais aquele distante do objeto, pois diante da crise inequívoca da razão emancipatória, “a ordem informacional, sintática, comutativa, tende a gerar dispositivos compensatórios que rejeitam sentidos, por simulação ou por paródia, nas estruturas sociais coexistentes”, passando a existir uma idealização da subjetividade, cujos fundamentos ancoram, ainda ou quase sempre, na vulgata do humanismo. Trata-se de uma cultura que se inscreve e é inscrita nas veias da comunicação, preestabelecendo dispositivos de controle que assegurem uma lógica contemporânea. Os rótulos e as

imagens propagandeadas não estão aquém deste espaço discursivo. Ao contrário, pertencem ao âmago de uma cultura comunicacional, para além do emissor e receptor: estão inscritos como interactantes discursivos, provocando efeitos de sentido por vezes devastadores.

Entretanto, é nesse descentramento pós-moderno que retornam “o desejo de preservação da subjetividade idealizada e, decerto, todos os fantasmas da moralidade humanista do passado” (SODRÉ, 2010, p.55). Destarte, a subjetividade pós-moderna não poderia ser outra senão a afetada, pois o sujeito vê ruir, concomitante ao desejo de preservação, novos modos de estruturação da realidade. Por mais paradoxal que pareça, no chamado mundo globalizado, *o cuidado de si* tornou-se mais difícil, pois se de um lado há uma forte tendência para o sujeito traduzido (HALL, 2006) – aquele que já passou por vários espaços culturais e incorporou discursos diversificados: posturas, comportamentos, modismos, dialetos; ou mesmo aquele que se fixou em um determinado espaço cultural, mas que tem condições de acesso a vários mundos no mesmo mundo e, portanto, não possui o mesmo senso de pertencimento – por outro, há uma luta oriunda de um processo também globalizador, luta política e eminentemente econômica que visa à padronização, à supremacia de uns sobre os outros e, nesta cadeia discursiva, *o cuidado de si* precisa de um mestre. Neste caso, a indústria, que não produz um discurso aleatório cultural, é amparado e mediado por efeitos de sentidos, torna-se o guia, o mestre para globalizar um padrão, instituindo identidades. No dizer de Foucault (2006a, p.270-271), o cuidado de si passa pela relação com o outro, pelo *êthos*:

O cuidado de si é ético em si mesmo; porém implica relações complexas com os outros, uma vez que esse *êthos* da liberdade é também uma maneira de cuidar de outros; (...) Além disso, o cuidado de si implica também a relação com um outro, uma vez que, para cuidar bem de si, é preciso ouvir as lições de um mestre. Precisa-se de um guia, de alguém que lhe diga a verdade. Assim, o problema nas relações com os outros está presente ao longo desse desenvolvimento do cuidado de si.

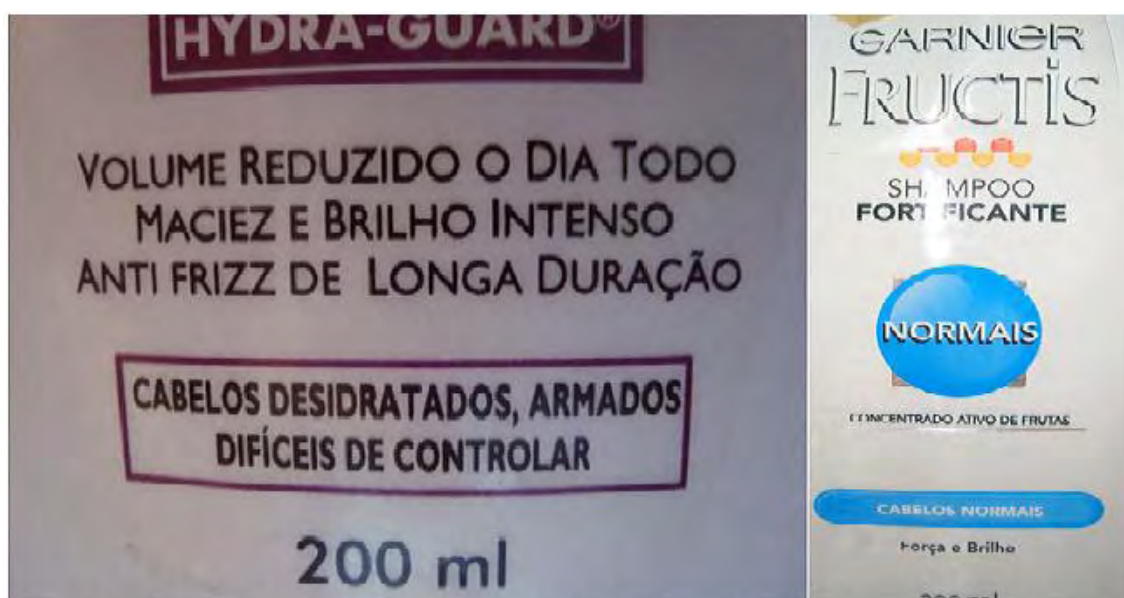
Assim, de uma discursividade, é perceptível que há um processo de dominação mediado pela institucionalização do saber científico que intenciona definir *o cuidado de si*, para os sujeitos sociais, a constituição de indivíduos em sujeitos, portanto, quando passa a definir uma cadeia discursiva que impele a um padrão: shampoo para *cabelo normal*, shampoo *controlador*, shampoo *disciplinador*. As figuras a seguir traduzem esta conotação:

Figuras 30 e 31



Fonte: fotos de rótulos - verso e anverso- dos shampoos da marca L'OREAL PARIS - Elseve: volume-control e liss-intense/DISCIPLINANTE.

Figuras 32 e 33



Fonte: fotos de rótulos do condicionador da L'oreal e do shampoo da Garnier Fructis/cabelos NORMAIS

Na figura 30, temos um produto assinado pela L'oreal Paris, Elseve, com as mesmas características da figura anterior, exceto o fato de ser um condicionador, ao invés de shampoo, e pela cor que é uma espécie de lilás. Neste, está escrito numa tarja lilás: volume-control, tudo em maiúsculo, utilizando-se da mesma estratégia anterior – mistura de idiomas; posteriormente, os dizeres condicionador tratamento, acompanhado de uma promessa de duração do controle dos cabelos: controle de até 18 horas sobre os cabelos, com uma seta giratória, apontando para o condicionador, além de possuir duas outras tarjas. Na primeira, está escrito: inovação/retenção perfeita da hidratação; na

segunda, cabelos desidratados, armados, difíceis de controlar; antes destes dizeres, volume reduzido o dia todo/maciez e brilho intenso/ anti frizz de longa duração; no meio, o símbolo da L'oreal, acompanhada da expressão hidra-guard, todo o discurso em maiúsculo. No verso da embalagem, o rótulo traz o seguinte discurso:

L'OREAL PARIS ELSEVE VOLUME CONTROL: volume **controlado** durante o dia todo. Ao longo do dia o seu cabelo perde a hidratação? O volume aumenta sem controle e seu cabelo fica tão difícil de manusear que a única solução é prendê-lo? Foi para você que os Laboratórios L'oreal criaram a linha Elseve Volume Control com Hidra-Guard, que **reduz e controla** o volume dos cabelos durante o dia todo, deixando-os profundamente hidratados, macios e brilhantes. HIDRATAÇÃO TECNOLÓGICA: HIDRA-GUARD: Os laboratórios L'oreal desenvolveram o Hidra-Guard, uma tecnologia de alta performance com uma dupla ação: 1 – Penetra profundamente em seu cabelo para ultra-hidratá-lo. O volume do cabelo se reduz imediatamente. 2 – Sela as escamas da fibra capilar, para reter a hidratação e assim evitar que o cabelo se arme durante o dia. RESULTADOS COMPROVADOS: VOLUME CONTROLADO DURANTE O DIA TODO: *Devido a uma hidratação intensa, o volume **indesejado** do seu cabelo **mantém-se reduzido** o dia todo. *Ação **anti-frizz** de Longa Duração. *Seu cabelo fica **disciplinado**, macio e brilhante. ***Resultados obtidos com o uso do shampoo+ condicionador+creme para pentear.** (grifos nossos).

Já a figura 33 trata da normalidade do cabelo. O anverso do rótulo traz o seguinte discurso: GARNIER FRUCTIS – shampoo fortificante, em negrito, seguida da terminologia, NORMAIS, dentro de um círculo azul, que parece estar inserido num quadrado, somente as bordas deste aparecem, tudo em maiúsculo; aparece uma tarja também em cor azul, com os seguintes dizeres: cabelos normais; a expressão – força e brilho – 300 ml, finaliza o discurso anverso; no verso, o discurso e começa por um questionamento: quer dar a seus cabelos normais força e mais brilho? GARNIER FRUCTIS CABELOS NORMAIS; em seguida traz duas figuras que representam os fios de cabelos: 1 – Fortifica o interior da fibra capilar, prevenindo a quebra. 2 – Alisa a fibra capilar para dar mais brilho.²⁵

São dois diferentes enunciados, mas que se tornam interdependentes: um que visa ao controle e outro que institui uma fragmentação identitária ou a constrói pela dicotomia – normal/anormal. Neste, além de pressupor que existe um cabelo anormal, intenciona tornar o considerado normal ainda mais normal. Ao observar o questionamento levantado pelo sujeito-autor – *quer dar a seus cabelos normais força e*

²⁵ Além desses dizeres, o anverso traz ainda outras assertivas, como a composição, conselhos de uso etc., mas recortamos apenas o que interessa à análise.

mais brilho? O enunciado oferece pistas que sugestiona a existência de um tipo de cabelo que já são normais, mas carecem de força e brilho, não é a todos os cabelos, mas aos normais, uma especificação, portanto. Neste âmbito discursivo, presencia-se uma arena montada para reforçar o que se preconiza como verdade absoluta, como se a maioria tivesse cabelos ditos *normais*. O cuidado de si é normalizador. Esta é uma opressão racista que amplia o discurso da totalidade, naturaliza-se um processo por um espaço discursivo, denominado rótulo. É neste espaço que o discurso se institui enquanto objeto de desejo: se existe um cabelo anormal, que sujeito não gostaria de colocá-lo dentro de um padrão identitário, como normal? Gomes (2003) aponta que a identidade é um processo que não se dá apenas a começar do olhar de dentro, do próprio negro sobre si mesmo e seu corpo, mas também da relação com o olhar do outro, do que está de fora. Sob esta ótica, se o que está de fora institui um cabelo como normal, como o outro se constitui e se vê fora desse discurso? Como não tentar equiparar-se para ser aceito? Quem fala nesse discurso que pretende um cabelo normal ou que busca o controle? Observe que é no e pelo discurso que as respostas podem ser encontradas: é um discurso autorizado pela ciência, mas que, para além do científico, vara a cultura: cabelo é muito mais do que um acessório, tornou-se, culturalmente, marca de prestígio e ascensão social, são, como ressalta Gomes (2003), suportes simbólicos.

Além dessas considerações, neste discurso, é perceptível a concepção de reforço do já existente: *Alisa a fibra capilar para dar mais brilho* – discurso do verso – aqui o sujeito-autor deixa aflorar os efeitos de sentido que pretende provocar: revigorar e reforçar ainda mais sua cadeia discursiva de predominância do liso. Até então, a especificidade do liso não havia aparecido explicitamente, mas, agora, implícitos e explícitos se encontram para causar o efeito de sentido pretendido no Outro. Cabelo, aqui, é tratado como marca de superioridade. Suscita-se outra dicotomia: positivo/negativo, tendo em vista que o Outro se depara constantemente com esse discurso no seu cotidiano. Se o liso está para positivo, como pressupõe o discurso, o não-liso, o denominado crespo, está para negativo. Parafraseando Souza (1983, p. 5), mesmo que o branco assim o exponha ao crivo da negatividade, a brancura detém o olhar do negro, antes que ele penetre a falha do branco. A brancura funciona como algo pré-dado, como uma essência que antecede a existência. O que leva o negro a negar-se diante da força imagética, histórica e cultural do branco. A lisolatria tornou-se uma construção verdadeira, mesmo que o Outro se contraponha como anormal. O discurso, enquanto prática, vem para confirmar esse efeito de sentido.

Por outro lado, temos o discurso do regime e do controle que, de maneira explícita, constrói todo um discurso de negação e exclusão do Outro. A tônica recai sobre o seguinte paradigma: *não basta reduzir, tem que controlar*. Abordamos o quanto, em um dado momento histórico, mais precisamente nos anos 60/70, o não-controlado, o cabelo Black-power, por exemplo, construiu toda uma história política. Assumir o cabelo significava assunção política de resistência, diante dos enfrentamentos e embates ideológicos. Assumir-se era fazer parte de uma arena denominada de negritude que, durante um bom tempo, instituiu-se pela força dos movimentos sociais, mas que, gradativamente, perdeu força, porque a ressonância encontrada na sociedade era ínfima diante dos anseios e desejos da luta, além de seus líderes terem arrefecido frente a posições político-ideológicas que passaram a ocupar, depois que ficaram conhecidos pela luta empreendida. lembrando que muitos destes faziam parte de movimentos que nasceram no espaço acadêmico, ou seja, para época, se tratava de uma elite eminentemente simbólica. Talvez por conta dessas características, associado ao fato de que a repressão e a ditadura eram eminentemente brancas, e pregava um discurso preconceituoso, as ideias revolucionárias do negro não tenham conseguido alçar voos pensados. Esta revolução passava, também, pelo crivo da assunção estética.

É importante dizer que, enquanto um grupo lutava para se legitimar, ganhar espaço, os discursos midiáticos faziam o caminho contrário, apelando para uma rotulação da brancura. Isto já foi evidenciado pelos discursos analisados. A ressalva se justifica para elucidar o quanto a linguagem tem uma força ideológica tremenda de persuasão e convencimento, ao mesmo tempo em que o discurso se institui como ferramenta de poder e saber, passando a construir modos de subjetivação e objetivação pelas técnicas de governo. De maneira velada e gradativa, os discursos se impuseram nos jogos de força sociais. Agora, a metodologia empregada é mais acirrada, parece ter tomado proporções gigantescas, difíceis de serem contornadas. Por todos os lados, deparamo-nos com o controle: o fora de forma é apontado, porque existe uma fôrma construída pela sociedade, os cabelos precisam estar sempre na chapinha, porque os deschapados incomodam etc. Até quem tem lindos cachos: é preciso controlar, os descontrolados causam desconforto. Neste caso, as técnicas utilizadas como estratégias de regulamentação do Outro parecem mais fortes que o próprio Outro, no mundo do projetar-se para ser. Norteados por Sant'Anna (2005), por que resistir, se resistir pode representar uma experiência intolerável? Esta luta representa muito mais do que um

combate à feiúra, é uma exigência de um estoque de beleza suplementar. Uma exigência de um saber e desejo pós-modernos.

A identidade é forjada num campo de tensões e interações, e o cabelo do negro ou mesmo daquele que não se vê como negro, se intitulando de moreno ou pardo, ou quase-branco ou branco, pelas razões histórico-político-sociais já expostas, visto que existem também outros critérios de classificação racial no Brasil, mas que carregam o atributo do cabelo, expressa os conflitos vivenciados na pós-modernidade. Ainda são conflitos que varam as questões raciais, passando pela aceitação de sujeitos que, em pleno século XXI, lutam para que seu próximo seja de fato próximo e, ele, não alheio. Afinal, evocando Foucault, na esteira de Dreyfus e Rabinow (2010, p.146), os sujeitos não preexistem para, em seguida, entrar em combate ou harmonia: “na genealogia, os sujeitos emergem de um campo de batalha, e é somente aí que desempenham seus papéis”. Em face disto, ratificamos as palavras de Gomes (2003):

Estamos, portanto, em uma zona de tensão. É dela que emerge um padrão de beleza corporal real e um ideal. No Brasil, esse padrão ideal é branco, mas o real é negro e mestiço. O tratamento dado ao cabelo pode ser considerado uma das maneiras de expressar essa tensão. A consciência ou o encobrimento desse conflito, vivido na estética do corpo negro, marca a vida e a trajetória dos sujeitos. Por isso, para o negro, a intervenção no cabelo e no corpo é mais do que uma questão de vaidade ou de tratamento estético. É identitária (GOMES, 2003, p.3).

Geralmente, no cotidiano, ouve-se alguém dizer que entre o real e o ideal existe o possível. O mundo da estética e beleza, mediante o discurso, quer fazer crer no universo do limitado. É pelas formações discursivas estereotipadas do discurso do controle que se conformam as inferências: *controlado, reduz e controla, evitar que o cabelo se arme, indesejado, anti-frizz, disciplinado etc.* Sob estas asserções, o sujeito-autor que se descola da marca para dar vazão aos Laboratórios L'oreal se desarma e passa a ser mais explícito: o descontrole agora é indesejado, algo a ser evitado. O cabelo passa a ser um enunciado de negação e rejeição. Para ser incluído, é necessário passar pelo método da redução controlada. Controlar o cabelo significa defini-lo ou encaixá-lo no padrão preestabelecido. Mas não vivemos na era do des- de desencaixado? Por estas razões, explica-se e visualiza-se o paradoxo pós-moderno.

*O volume aumenta sem controle e seu cabelo fica tão difícil de manusear que a única solução é prendê-lo?*²⁶ Esse questionamento discursivo do sujeito-autor não é aleatório à realidade do mundo do capital que nos impele a correr contra o tempo. Assim, cuidar do cabelo requer tempo e, em se tratando do cabelo volumoso, sugere o discurso que o tempo é tão dispendioso quanto à lida com o cabelo: o discurso sugere poucas alternativas – cuide-se ou amarre-se. Manusear o cabelo é lidar com. Gomes (2003), de maneira precisa, lembra que uma das formas de violência dos senhores de escravos era a imposição de raspar as cabeças, o que significava mutilação, o cabelo era considerado, então, marca de identidade e dignidade. O sujeito-autor não está conclamando o Outro a uma raspagem literal, mas o impele a tomar medidas para com o corpo: ontem, escravo do senhor de engenho; hoje, escravo do padrão de beleza, instituído pela política do corpo. Não estamos analisando o papel do lenço ou do turbante na cabeça, este espaço não comportaria. Entendemos esse uso como representação de sentidos culturais. Porém, nesta construção, os discursos do controle, do disciplinado etc, estão propondo um ocultamento ou exercendo o papel de lenços identitários, camuflando e manipulando o pertencimento étnico-racial. Trata-se do retorno da função enunciativa, pelo deslocamento histórico discursivo. Sob este aspecto, pelas vozes de Dreyfus e Rabinow (2010, p. 147), acompanhamos as assertivas de Foucault: “[...] nada no homem – nem mesmo seu corpo – é suficientemente fixo para compreender os outros homens e neles se reconhecer.”

Ainda pelas afirmações de Gomes (2003), o discurso da lida remete a sofrimento, fadiga, labuta, incorporando, numa perspectiva racial, a ideia de trabalho forçado e coisificação do escravo e da escrava, lembrando, também, as estratégias do regime escravista que visavam anular a cultura do negro. Dessa forma, compreendemos que a lida proposta pelos discursos dos rótulos adquiriu contornos diferentes e diferenciadores, em que as imposições, agora, parecem naturalizar-se: o sujeito pode ou não comportar cachos, controlar o volume, disciplinar o indisciplinado etc., compete a ele fazer escolhas. Essas escolhas nunca são fáceis, porque o cabelo no Brasil está associado a uma simbologia de status social, de inserção no mercado de trabalho, de exclusão e inclusão em outros espaços sociais, como os religiosos. O cabelo fala! Tornou-se um discurso que causa efeitos de sentido. O cabelo é um signo comunicador, identitário por excelência. Entretanto, concordamos com Gomes (2003, p. 9):

²⁶ Discurso da figura 29 e 30 que se encontra no verso da embalagem, como destacado.

[...] o cabelo sozinho não diz tudo. A sua representação se constrói no âmago das relações sociais e raciais. Pegar no cabelo é tocar no corpo. Cabelo crespo e corpo negro, colocados nessa ordem, são expressões de negritude. Por isso, não podem ser pensados separadamente.

E, por considerar que estamos num universo que objetiva rotular, mediante o discurso, não só produtos, mas sujeitos sociais, a tônica das discussões recairá sobre o rótulo e propaganda enquanto gênero discursivo e documento/monumentos.

3.5.Gêneros discursivos denominados rótulo e propaganda: concepção bakhtiniana

As discussões travadas acerca da identidade consideraram além da teoria que as impeliram os discursos constituídos num universo que ora está no meio midiático, ora parece silenciar-se numa prateleira esperando o olhar do Outro. É dos rótulos e propagandas que fazemos alusão, por considerá-los ricos gêneros discursivos, inseridos num dinâmico contexto histórico, possuidor de memória social. O que nos leva a vê-los também como dispositivos construídos em meio a deslocamentos históricos, nos jogos de força do cotidiano dialético: um documento/monumento, portanto. É sob este viés, na perspectiva de Bakhtin (1997/2000), Le Goff (1990) e Foucault (2007) que os discutiremos.

Parafraseando Bakhtin (2000), há uma especificidade na esfera de comunicação. Isto Significa dizer que há, sim, um caráter individual no enunciado, pois cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, ou seja, os gêneros do discurso. Assim, este capítulo tem como objetivo primordial caracterizar rótulos e propagandas, oriundos dos discursos da beleza e estética, como gêneros discursivos, além de inseri-los na cadeia discursiva foucaultiana, denominando-os de documento/monumento.

No dizer de Bakhtin (2000, p. 280-281), os gêneros discursivos ficaram presos, durante muito tempo, a um tratamento literário, uma espécie de camisa de força, que não os enxergava enquanto tipos particulares de enunciados que se diferenciam um dos outros, apesar de sua natureza linguística. Subdivide-os em gêneros secundários e primários. Os primeiros pertencem a uma esfera mais complexa, aparecem em circunstâncias de comunicação cultural mais evoluída, principalmente escrita: artística, científica, sociopolítica. Os últimos são de natureza mais simples, de todas as espécies, que se constituem em circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea.

É importante ressaltar que, apesar das concepções distintas, da importância teórica da subdivisão, não deve existir uma dicotomia no uso: um está intrinsecamente ligado ao outro, ao ponto de diluir-se, adquirindo uma característica particular. É o próprio Bakhtin (2000, p. 281-282) quem alerta:

A distinção entre gêneros primários e secundários tem grande importância teórica, sendo esta razão pela qual a natureza do enunciado deve ser elucidada e definida por uma análise de ambos os gêneros. Só com esta condição a análise se adequaria à natureza complexa e sutil do enunciado e abrangeria seus aspectos essenciais. Tomar como ponto de referência apenas os gêneros primários leva irremediavelmente a trivializá-los (a trivialização extrema representada pela linguística behaviorista). A inter-relação entre os gêneros primários e secundários de um lado, o processo histórico de formação dos gêneros secundários do outro, eis o que esclarece a natureza do enunciado (e, acima de tudo, o difícil problema da correlação entre língua, ideologias e visões do mundo).

Somado a isso, o gênero discursivo tem uma função, e é esta que pode gerar um dado gênero, ou seja, um dado tipo de enunciado, relativamente estável do ponto de vista temático, composicional e estilístico. São inúmeras as funções: científica, técnica, ideológica, oficial, cotidiana. No objeto de estudo em foco, por exemplo, o rótulo exerce várias funções: atende aos interesses da ciência, o sujeito-autor. Portanto, é possuidor de um cunho científico; não deixa de ser técnico, devido à linguagem empregada e é eminentemente ideológico, pelos efeitos de sentido que seu discurso carrega. Assim, as funções estão intrinsecamente ligadas ao estilo que cada gênero assume, estando vinculado a temáticas determinadas, a unidades composicionais: tipo de estruturação e de conclusão de um todo, tipo de relação entre o locutor e outros parceiros da comunicação verbal – relação com o ouvinte, ou com o leitor, com o interlocutor, com o discurso do outro (BAKHTIN, 2000, p. 284). Cuidar para que as classificações não sejam exacerbadas, diante desse estreitamento ao estilo, é uma das tarefas difíceis da língua, vista em sua dinamicidade. Inclusive, a separação entre estilo e gênero repercute de maneira nefasta sobre a elaboração de toda uma série de problemas históricos. Assim, os gêneros do discurso – primários e secundários – refletem a dinamicidade da vida social. “São as correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua.” (BAKHTIN, 2000, p. 284). Assim, nenhum fenômeno novo pode entrar no sistema da língua sem ter passado pelo acabamento do estilo-gênero.

Dessa forma, a língua escrita carrega marcas, em cada época de seu desenvolvimento, oriundas dos gêneros discursivos, sejam eles secundários ou primários. Nesta pesquisa, o rótulo, intrinsecamente ligado a embalagens, é entendido como um gênero discursivo que vara o tempo, deixando suas marcas, pelas especificidades de uma historicidade dinâmica e ideológica, buscando atender aos anseios de uma gama infinita de sujeitos sociais.

Destacando, além disso, que, para Bakhtin (2000, p. 301),

O querer dizer do locutor se realiza acima de tudo na escolha de um gênero de um discurso. Esta escolha é determinada em função da especificidade de uma dada esfera da comunicação verbal, das necessidades de uma temática (do objeto do sentido) do conjunto constituído dos parceiros.

Em se tratando dos gêneros discursivos rótulo e propaganda, a indústria da estética e beleza os utiliza assumindo o papel de um dos locutores. Essa escolha não é feita de forma aleatória. Ao contrário, o espaço do rótulo e da propaganda atende aos interesses discursivos desse sujeito social, organizando ideias, moldando o discurso à necessidade da ciência, num âmbito padronizado. Por outro lado, uma espécie de cooperação linguística é amarrada ao outro sujeito, o leitor, que se acostumou a ver produtos, os mais diversificados, rotulados. Mesmo sem se dar conta dos efeitos de sentidos desse discurso, os gêneros existem independentes das razões de combinação linguística. Bakhtin (2000, p. 304) aponta que “são mais fáceis de combinar, mais ágeis”. No entanto, para o indivíduo falante, não deixam de ter um valor normativo: eles lhes são dados, não é ele que os cria. Diante do que vimos, esta é uma tarefa oriunda das necessidades dinâmicas da língua. Com os gêneros rótulo e propaganda, a memória histórica denuncia que não foi diferente.

Nos dizeres anteriores, evidenciamos em que perspectiva teórico-metodológica este objeto de estudo está amparado. Contudo, é crucial enfatizar que não se trata de um dizer construído de maneira desprovida, pois os rótulos e propagandas, os gêneros discursivos em foco, têm um destino delimitado: aquele que está do outro lado da linha, nem sempre divisória – o sujeito-leitor, que se entrelaça no dito do sujeito-autor. Neste encontro, não existe apenas uma interação linguística, presa a um sistema estruturado de palavras. É muito mais que isto: há uma interação que passa pelo âmbito do cultural e social, da vivência quotidiana que internaliza e transforma discurso em atitudes, em identidades.

Parafraseando Foucault (2007, p. 49-55), um objeto do discurso não aparece por acaso, “ele não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne uma objetividade visível, não preexiste a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz, mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações”. Estas são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização. Lembrando, ainda, que essas relações não estão presentes no objeto, não são elas que são desenvolvidas quando se faz sua análise. Elas, as relações, não definem a constituição interna dos objetos, mas o que fazem aparecer, justapor-se a outros objetos, definindo sua diferença, sua heterogeneidade. Uma espécie de jogo que deixa transparecer sua especificidade. As relações tornam-se discursivas, não são internas ou externas, mas estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos que ele, o discurso, pode falar, ou antes determinam o feixe de relações que deve efetuar para poder evidenciar os objetos, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los etc. Essas relações caracterizam não a língua que o discurso utiliza, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática.

Em se tratando de rótulos, os discursos daí oriundos também estão inscritos numa discursividade marcada por práticas históricas, ideológicas e culturais. Seu dizer não é apenas um conjunto de signos, apesar de ser feito deles, utiliza-os para fazer aparecer e descrever o “mais” que está para além do entrecruzamento de palavras e coisas. São as práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam que são chamados discurso. Evidenciar esse *a priori* histórico é relevante e necessário, para que entendamos essa construção discursiva.

É necessário dizer, ainda, que, ao fazer esse recorte histórico, pretendemos elucidar as condições que propiciaram seu aparecimento em certo momento. Uma espécie de arqueologia que não significa apenas a busca das origens do objeto de estudo: o rótulo. É muito mais que isto. Assim, acompanhamos Gregolin (2006, p. 76) que diz:

Pelo método arqueológico, Foucault propõe analisar o *acontecimento discursivo*, isto é, tratar os enunciados efetivamente produzidos, em sua irrupção de acontecimento, a fim de compreender as condições que possibilitaram a sua emergência em um certo momento histórico. O discurso sobre o homem é um acontecimento na ordem do saber, é uma emergência brutal que se produziu num dado momento de nossa história, quando uma redistribuição geral da episteme ocidental a tornou possível. Apesar de ser uma irrupção brutal, o acontecimento discursivo obedece a uma combinação de regras, que constituem o *arquivo*, e que determinam as condições de possibilidades de sua aparição (grifos da autora).

De maneira geral, as pessoas dão pouca importância ao que está envolto numa embalagem, na discursividade inscrita naquele pedaço de papel ou já fazendo parte da embalagem do produto. Para Possenti (2009, p. 40), “há uma quantidade razoável de vozes, que poderiam se tornar óbvias se lêssemos tudo o que está escrito nas embalagens dos produtos que consumimos diariamente.” Trata-se de um processo gradativo, motivado, a princípio, pela etiqueta do produto, posteriormente, pelas possibilidades de um resultado e, de maneira especial, para se enquadrar numa discursividade identitária de um padrão preestabelecido. Talvez, por isto, o nome rótulo. É imprescindível elucidar as concepções dessa denominação. Conforme a Anvisa²⁷ (2009),

Identificação impressa, litografada, pintada, gravada a fogo, a pressão ou auto-adesiva, aplicada diretamente sobre recipientes, embalagens, invólucros ou qualquer protetor de embalagem externo ou interno, não podendo ser removida ou alterada durante o uso do produto e durante o seu transporte ou armazenamento.

A significação léxica, dicionarizada denota a seguinte concepção: “rótulo sm. 1. Etiqueta colocada nas embalagens e recipientes, com marca e indicações sobre o conteúdo, prazo de validade, etc. 2. Qualificação simplista.” (XIMENES, 2000, p. 830).

É relevante destacar que rótulo e embalagem estão intrinsecamente ligados: um surgiu por conta do outro. O que leva Kotler (1998, p. 406), a dizer que “a embalagem é o conjunto de atividades de design e fabricação de um recipiente ou envoltório para um produto.” Competindo ao rótulo exercer o papel de subconjunto da embalagem, desempenhando várias funções: identificação (produto ou marca), classificação, descrição (fabricante, como utilizar o produto, informações de segurança, entre outros), e promovendo o produto. Um papel secundário, portanto. Este autor ressalta, além disso, que a embalagem engloba funções como: proteger o produto, conservar,

²⁷ Disponível em: www.anvisa.gov.br/medicamentos/glossario/glossario_r.htm.

transportar, comunicar, reduzir custos, memorização e reposicionar. Já o rótulo visa a informar e educar o consumidor em relação àquele determinado produto, comunicar e, em especial, levá-lo à memorização. Este aspecto se caracteriza como uma espécie de promoção que objetiva o reposicionamento do produto no mercado. Rótulo e embalagens estão inter-relacionados, a ponto de se tornarem um. Configurando-se tão importantes quanto o produto.

Conforme Moura e Banzato (1997), desde os primórdios da história, o homem tem utilizado embalagens para conter e transportar alimentos. Não se sabe ao certo onde surgiu a embalagem. Entretanto, tem-se conhecimento que as primeiras, tidas como simples recipientes nos tempos primitivos, foram utilizadas para acondicionamento de líquidos, frutas selvagens e outros alimentos providos pela natureza. Nestas, não havia uma função comunicativa, que só passou a existir por necessidade provocada pelas grandes distâncias e, em especial, pela Revolução Industrial no Século XVIII. Isto porque, com o surgimento das ferrovias, do barco a vapor e o desenvolvimento das fábricas, os produtos transitavam por diversos lugares.

Contudo, as embalagens surgiram num período pré-capitalista, na Idade Média, no mundo feudal, objetivando a troca ou escambo, com função apenas contentora e não comunicativa. Assim, as embalagens não possuíam rótulos ou etiquetas específicas, visto que não havia livre comércio e os produtos eram comercializados dentro de um contexto restrito.

Com a ascensão do capitalismo e da política de globalização, as embalagens passam a receber um tratamento refinado, não só dos publicitários, mas daqueles que cuidam do designer e da produção do discurso. Ainda conforme Moura e Banzato (1997), é nesse momento de evolução histórica que os desenhos das embalagens se tornaram fundamentais para distinguir e vender os produtos. Surge a figura do designer como intermediário entre consumidor e produtor. Conforme Denis (2000) a figura do designer surge da divisão de tarefas nas etapas da produção. No processo produtivo, emerge como alguém com experiência ou habilidade para projetar, dentro do processo de divisão do trabalho. O fato de conhecer a produção já era um quesito para desenvolver um projeto.

Tendo sido os fenícios os primeiros comerciantes, foram também os precursores no uso dos rótulos, também chamados de etiquetas. Neste momento se propiciou o surgimento das gráficas. As etiquetas eram marcas feitas à mão utilizadas para distinguir os produtos, sendo que as primeiras impressas apareceram no século

XVI na Europa, de origem vinculada diretamente aos fabricantes de papel – os primeiros a utilizarem desenhos. Estes se encontravam no centro das faixas nas quais envolviam-se os papéis. Bernhart, em 1550, tornou-se o pioneiro a fazer as faixas com etiquetas impressas. Posteriormente, em 1798, dois inventos favoreceram grandemente o desenvolvimento das gráficas: um deles foi a máquina de fazer papel inventada na França por Nicolas Louis Robert e outro foi a litografia, inventada na Bavaria por Alois Senefeldr. Graças a estes avanços tecnológicos, no ano de 1830, as etiquetas se utilizaram para todos os tipos de embalagens. Em 1840 se inventou a impressão em cores, fato que produziu um novo salto qualitativo na evolução gráfica. Desde então as etiquetas deixaram de ter uma função meramente informativa para também chamar a atenção do público. Os fabricantes de chocolate foram os primeiros a utilizar as etiquetas/rótulos como forma de sedução, especialmente nas épocas festivas, Natal e Páscoa.

Além da situação histórica dos rótulos e embalagens, o mundo midiático²⁸ oferece concepções de rótulo que se diferenciam daquelas evidenciadas. Uma destas é a oferecida por Mujeiko (2009). No seu dizer,

Uma etiqueta ou rótulo é uma peça gráfica que se utiliza para identificar um objeto. Atualmente existe grande variedade de formatos e materiais para etiquetas com a finalidade de distinguir um produto entre uma infinidade existente. A etiqueta é fundamental para distinguir produtos na vida cotidiana. Ela estabelece diferenças entre o produto promovido e outros similares, dá informação de interesse para o consumidor e junto com a embalagem "veste" o produto e determina a grande decisão de compra. O designer gráfico deve ter uma ampla experiência para escolher com critério e cuidado os elementos que interagirão no espaço já que não há margem para erros. O tamanho é reduzido e já que o contato que o consumidor tem com a etiqueta ou rótulo é muito breve, não se pode falar em comunicação, pois não há segunda oportunidade. (...) Uma etiqueta ou rótulo tem funções específicas como, por exemplo, detalhar marca, conteúdo, peso, ingredientes, preço, código de barras, etc. Mas uma etiqueta ou rótulo é mais que isso, é uma ferramenta comercial de grande importância e por isso é necessário que seu desenho seja realizado por um profissional em design gráfico. Este deverá ter em conta o posicionamento que se pretende dar ao produto no mercado. Em todo caso, é necessário considerar todas as variantes possíveis para gerar o design de etiqueta ou rótulo mais adequado a um produto (MUJEIKO, 2009, p. 02).

A discursividade dessa concepção enfatiza a importância do rótulo, caracterizando-o como ferramenta de identificação, distinção, informação, vestimenta

²⁸ Disponível em: <<http://www.logosemarcas.com/assuntos/rotulooquee.htm>>.

de um produto, determinante para decisão ou escolha. O tamanho reduzido propicia contato breve e, paradoxalmente por este aspecto, ao mesmo tempo em que traz elementos que interagirão com o consumidor, diz que não se pode falar em comunicação. Sob esta ótica, nosso objeto de estudo caminha na contramão dessa concepção. Isto porque, os rótulos dizem muito mais do que enunciam, mediante os estereótipos que criam e manipulam, bem como nos efeitos de sentido que causam nos sujeitos e pelas posturas adotadas por estes.

Por conta dessa circunscrição, ainda consideramos necessário situar o leitor quanto à inserção do rótulo na cultura midiática, estabelecendo uma relação entre ele e a propaganda. Além de ser também um gênero discursivo, compreendemos esta última como discurso polissêmico, suas concepções passam por um terreno de disputas e também se encontram próximas ao conceito de publicidade, pois a funcionalidade de ambos se traduz em usos intercambiáveis, contudo, são conceitos que se diferenciam, inclusive dentro e fora do Brasil: para Zenone e Buairide (2003, p. 38), propaganda “é qualquer anúncio ou comunicação persuasivos veiculados nos meios de comunicação de massa em tempo ou espaço pagos ou doados por um indivíduo, empresa ou organização”. Somado a esta conceituação, segundo Kotler e Keller (2006), é possível dizer que a propaganda é possuidora de características peculiares: a) penetração: a repetição da mensagem permite ao comprador receber e comparar as mensagens com a concorrência. A veiculação em larga escala transmite algo positivo sobre o tamanho, o poder e o sucesso da empresa; b) Aumento da expressividade: a empresa pode divulgar sua marca e seus produtos de forma artística, usando cores, sons e impressões; c) impessoalidade: é um monólogo, e o público não tem a obrigação de prestar atenção nem de responder aos anúncios²⁹. Etimologicamente, propaganda deriva de propagar, do latim *propagare*, que significa coisas que devem ser propagadas.

Por seu turno, a publicidade está mais ligada à veiculação de notícias acerca de uma marca ou produto pela mídia em geral. A princípio, a palavra publicidade designava o ato de divulgar, de tornar público, de origem latina – *publicus*, que deu origem ao termo *publicité* em francês. São várias as definições que marcaram, historicamente, a funcionalidade da terminologia publicidade. Segundo Malanga (1979, p. 11), “publicidade é o conjunto de técnicas de ação coletiva no sentido de promover o lucro de uma atividade comercial, conquistando, aumentando e mantendo clientes”. No

²⁹ Estas discussões sobre a propaganda podem ser encontradas em: <http://wp.oktiva.com.br/fatene/files/2009/09/aula03-propaganda.pdf>

dizer de Pinho (1991, p.13), “publicidade é comunicação paga e não pessoal que, por meios publicitários, é feita pelas empresas comerciais, organizações ou indivíduos que se identificam com a mensagem publicitária”. Publicidade e propaganda fazem parte de uma cadeia denominada de *marketing* publicitário.

Ainda em relação aos conceitos, Sandmann (2001) acredita que a propaganda é um termo mais geral, considerando o fato de abranger atividades mais voltadas para o consumo, abrangendo, também, a divulgação de ideias em peças publicitárias. Pontua, ainda, que publicidade é a palavra usada para a venda de algo no país, enquanto propaganda, além deste sentido, significa propagação de idéias; já Sant’Anna (2002, p. 75), diz que “publicidade significa, genericamente, divulgar, tornar público, e propaganda compreende a idéia de implantar, de incluir uma idéia, uma crença na mente alheia”. Considerando estas assertivas, entendemos que os gêneros discursivos com os quais discutimos as questões raciais cabem nesta compreensão sobre a propaganda, pois são discursos que tentam internalizar nos sujeitos modos de ser, posturas e comportamentos, desestabilizando a subjetividade ou tornando a já existente mais forte e resistente. Os discursos por eles veiculados extrapolam a visão de anúncio publicitário: não se trata de publicizar, apenas, mas de causar efeitos de sentido coercitivos. Portanto, por questões circunstanciais de sentido, a preferência deste estudo recai sobre a propaganda, apesar de ter consciência de que discutimos peças publicitárias, veiculadas por anúncios. Partimos do princípio de que os discursos publicitários evocam sentidos, logo, são considerados propagandas.

Nesta arena, rótulos e propagandas são discursos que fazem parte da cultura midiática, possuidores de um sujeito que ocupa uma posição que se inscreve numa territorialidade discursiva. A propaganda é uma produtora cultural, pelos sentidos que evoca, pelos significados que cria e efeitos de sentido que produz. A propaganda, na pós-modernidade, causa efeitos de verdade que levam os sujeitos à uma lógica efêmera da aparência: os sujeitos sociais passam a ser medidos pelas marcas que consome. Assim, são sujeitos aparentemente imediatistas porque a cultura da qual faz parte também o é, traduzindo-se num vale quanto marca e, nem sempre, no vale quanto pesa. Entendemos que rótulos e propagandas, recortando nestas a imagem, um dos focos deste estudo, são simbólicos e tentam criar uma associação entre os produtos oferecidos e certas características socialmente desejáveis e significativas, uma espécie de jogo, que produz uma significação no sujeito, interpelando-o ou cerceando-o a ressignificar seu tipo, ao adquirir o produto. Kelnner (2001, p. 318) aponta que “numa cultura pós-

moderna da imagem, os indivíduos haurem realmente a sua identidade dessas figuras”. Assim, a propaganda passa a ser um mecanismo de socialização e controle de demanda do consumidor. Estratégia de poder na maioria das vezes ignorada pelos sujeitos sociais. Conhecedores dessa ferramenta como mecanismo de poder, a publicidade forma sistemas textuais discursivos que colocam rótulos e propagandas sempre sob o crivo da apresentação positiva. A propaganda, acentua Kelnner (2001, p. 322), “vende produtos e visões de mundo por meio de imagens, retórica e *slogans* justapostos em anúncios nos quais são postos em ação tremendos recursos artísticos, psicológicos e mercadológicos”. Considerando o fato do rótulo está inserido na próxima figura, vejamos a análise:

Figura 34



Fonte: Revista Caras, Ano 18, nº 06, Edição 901, fevereiro de 2011.

A modelo segura um produto da L'oreal Paris - leite para pentear: um spray que visa modelar e reparar os cabelos. Chamada discursiva: leite para pentear - reparador - disciplina sem pesar - cabelos danificados.

Nesta figura, em que rótulo e propaganda se misturam, estabelecendo unicidade, a imagem da modelo se configura como discurso que carrega uma concepção do que o sujeito da beleza e estética entende como cabelo reparado e disciplinado: aquele que “disciplina sem pesar cabelos danificados”. Significa dizer que existem outros produtos que podem disciplinar, mas pesam os cabelos. No entanto, o mais significativo, para este entendimento, é que o *disciplinado* é discurso inserido numa imagem do branco e de que danificado é aquele que foge à regra deste discurso. Logo, o discurso do *reparado* e *disciplinado* torna-se objeto de desejo social, é sutil e possuidor de artifícios psicologizantes. Observe que a efemeridade, característica da pós-modernidade, também está inscrita na imagem, como se bastasse um toque no vasilhame para exalar o produto spray e reparar rapidamente os cabelos: a modelo aperta com um dos dedos o vasilhame e, dele, sai um líquido direcionado às pontas do cabelo. O que o tornaria disciplinado; por outro lado, há um direcionamento do como proceder para alcançar a suposta reparação. O discurso soa como diretivista, concomitante ao fato de se caracterizar como efêmero. Já foi dito que a pós-modernidade possui esse lado paradoxal. Dessa forma, ratificamos a fala de Kellner (2001, p. 327) quando diz que “a indústria da propaganda e da cultura recorrem a estratégias modernas e pós-modernas bem como a temas e a uma iconografia de cunho tradicional, moderno e pós-moderno”.

Sob esta ótica, a propaganda se inscreve também como desestabilizadora de identidades, contribuindo para produção de outras mais instáveis. Neste estudo, como desestabilizadora, em especial, de uma das identidades. Rótulo e propaganda, portanto, fazem parte de uma cultura midiática que se inscreve na indústria cultural. Esta, segundo Sodré (2010, p. 22),

é o nome que vem recebendo a organização particular da transição da cultura burguesa elitista para uma cultura burguesa de massa. Esta última desenvolve-se como uma cultura de natureza mercantil, determinada de perto por relações de produção econômicas e, assim, cada vez mais partícipe dos processos de realização do valor.

Sodré (2010) alerta, porém, que não se trata de determinações puramente econômicas. É muito mais que isto, por seu caráter sociotécnico, que gera um espaço-tempo tecnológico regido por transportes de alta velocidade, máquinas de telecomunicações e de processamento de dados – os dispositivos de interface e

comutação instantânea. Ainda acompanhando Sodré (2010), vivemos sob a égide do signo, categoria que provocou rupturas e deslocamentos mediante uma operacionalização de troca com aspectos mais durativos e menos dinâmicos. O signo, agora, é potencialmente imagético, e espetaculariza sutilmente a vida social. Mas, assim como Kellner (2001), indica que as “novas” formas discursivas da indústria cultural têm muito a ver com a velha retórica, concebida pelos sofistas e sistematizada por Aristóteles:

À magia das palavras, a contemporaneidade acrescentou o fascínio mágico das imagens produzidas por novíssimas tecnologias, com efeitos de ilusionismo e demagogia semelhantes aos obtidos com a velha adulação (*kokaleia*) da sofística.[...] os dispositivos ultramodernos são os *mass-media*. Velha e cartesiana, porém, é essa posição dualista, que continua separando as substâncias (sujeito/mundo, emissor/massa) e garantindo a integridade do sujeito clássico (SODRÉ, 2010, p.23).

Destarte, na indústria cultural, os bens são símbolos e os símbolos são bens. Equivale dizer que as coisas não são possuídas por si mesmas, mas pelo que dizem, por sua potência comunicativa mediante a linguagem discursivizada. Possuímos e compramos etiquetas norteadas pela força e competência dos discursos veiculados pela mídia, os objetos consumidos transitam no campo do inconsciente e do consciente num constante movimento, como camada suplementar de significados, que está além de seu valor de uso, enquanto bem produzido. Esta simbiose acontece porque os princípios da indústria cultural são norteados pela racionalidade econômica, em que o ter, a acumulação, é o principal motor de ação que prepondera diante dos demais aspectos. Assim, na indústria cultural, o princípio é o mesmo: acumulação não de recursos propriamente ditos, mas acumulação de audiência, de sentidos. Nesta, Os efeitos precisam ser planejados no extremo da produção – segundo reinvestimentos – e no pólo de consumo – como efeito em quem compra.

É necessário dizer, também, que a chamada indústria cultural está contextualizada num espaço teórico conhecido como estudos culturais. Segundo Ceia (2005), como disciplina acadêmica, os estudos culturais se ocupam do estudo dos diferentes aspectos da cultura, envolvendo, por exemplo, outras disciplinas como a história, a filosofia, a sociologia, a etnografia, a teoria da literatura, etc. Trata-se de uma disciplina acadêmica, cujas origens é possível determinar, sendo habitual ligar essa origem ao próprio desenvolvimento do pós-modernismo e às suas celebrações contra a alta-cultura e as elites sociais, aos seus debates sobre multiculturalismo que têm tido particular expressão nos Estados Unidos, à sua ênfase nos estudos sobre pós-

colonialismo, que ajudaram a criar uma nova disciplina dentro dos Estudos Culturais, e às suas manifestações sobre cultura popular urbana, por exemplo. Enquanto uma vasta área de estudos, Ortiz (2004, p. 3) aponta que os Estudos Culturais caracterizam-se por sua dimensão multidisciplinar. Entretanto, alerta que “a multidisciplinaridade não é pois um valor em si, mas um valor relacional (isto é, estabelece-se em relação às “verdades” disciplinares)”. Sob este enfoque, é preciso, portanto, vinculá-la a uma questão anterior: em que medida ela favorece ou não uma realização mais adequada do próprio pensamento. Indica, ainda, que se “os Estudos Culturais propõem uma solução multidisciplinar, não é menos certo que outras alternativas podem também ser exploradas, por exemplo a transdisciplinaridade”. Neste caso, os horizontes disciplinares surgem não como um entrave a ser abolido, mas como ponto de partida para uma viagem entre saberes compartimentados. Para Kelnner (2001) os conceitos que perpassam os estudos culturais estão em constante disputa. Logo, são inúmeras as teorias que defendem pontos de vista diversos. Para os objetivos propostos, convém destacar os estudos culturais eminentemente ligados ao estudo crítico da comunicação.

Assim, nos anos de 1930, os teóricos da Teoria Crítica, Walter Benjamin, Theodor Adorno e Horkheimer, conhecidos como Escola de Frankfurt, marcaram sobremaneira os estudos culturais. Entre outros grandes feitos, cunharam a expressão indústria cultural, para indicar o processo de industrialização da cultura. A discursividade de indústria neste espaço se deve ao fato, já abordado, de seus efeitos de sentido estarem próximos e arraigados à visão econômica de ver e sentir o mundo, sob o crivo de um modo de produção capitalista. Os teóricos de Frankfurt metaforizam a terminologia indústria, não por acaso, mas para indicar o processo de industrialização da cultura, produzida para massa, impelidos pelos imperativos comerciais do sistema. Adorno e Horkheimer foram os primeiros a analisar e criticar sistematicamente a cultura e as comunicações de massa no âmbito da teoria crítica da sociedade, bem como a perceber a importância daquilo que chamaram de indústria cultural na reprodução das sociedades contemporâneas, pois tanto a cultura como a comunicação ocupam lugar central entre as atividades de lazer, e são agentes de socialização, mediadoras da realidade política. Dessa forma, atuam como importantes instituições das sociedades contemporâneas, com vários efeitos econômicos, políticos, culturais e sociais (KELNNER, 2001).

No entanto, o autor supracitado confirma que os estudos culturais da Escola de Frankfurt sofreram críticas acirradas, visto que dicotomizaram cultura superior e cultura

inferior, tornando-se um modelo extremamente problemático, por sua visão monolítica de cultura, em contraste com um ideal de arte autêntica que limita os momentos críticos, subversivos e emancipatórios a certas produções privilegiadas da cultura superior. Diz ainda:

A posição da Escola de Frankfurt, de que toda cultura de massa é ideológica e aviltada, tendo como efeito engodar uma massa passiva de consumidores, é também questionável. Em vez disso, devemos ver os momentos críticos e ideológicos em todo o espectro da cultura, e não limitar os momentos críticos à cultura superior, identificando como ideológicos todos os da cultura inferior. [...] Ademais, é preciso fazer a distinção entre a codificação e a decodificação das produções da mídia, reconhecendo que um público ativo frequentemente produz seus próprios significados e usos para os produtos da indústria cultural. [...] Embora parcial e unilateral, a abordagem da Escola de Frankfurt fornece instrumental para criticar as formas ideológicas e aviltadas da cultura da mídia e indica os modos como ela reforça as ideologias que legitimam as formas de opressão. [...] a crítica à ideologia é um componente fundamental dos estudos culturais, e a Escola de Frankfurt contribuiu de maneira inestimável para inaugurar críticas sistemáticas e consistentes da ideologia na indústria cultural (KELNNER, 2001, p. 46).

Outra abordagem muito interessante acerca dos estudos culturais está inscrita na teoria dos estudos culturais britânicos. Segundo Escosteguy³⁰ (2006), o campo dos Estudos Culturais surge, de forma organizada, através do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS), diante da alteração dos valores tradicionais da classe operária da Inglaterra do pós-guerra. Inspirado em sua pesquisa, *The Uses of Literacy* (1957), Richard Hoggart funda em 1964 o Centro. Ele surge ligado ao English Department da Universidade de Birmingham, constituindo-se num centro de pesquisa de pós-graduação da mesma instituição. As relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como suas relações com a sociedade e as mudanças sociais, vão compor o eixo principal de observação do CCCS. Citando Hall, Escosteguy (2006) ratifica que os Estudos Culturais não configuram uma "disciplina", mas uma área onde diferentes disciplinas interatuam, visando ao estudo de aspectos culturais da sociedade. Tal área, segundo um coletivo de pesquisadores do Centro de Birmingham que atuou, referindo-se a Hall, principalmente, nos anos 70, não se constitui numa nova disciplina, mas resulta da insatisfação com algumas disciplinas e seus próprios limites. Aponta, ainda, que é um campo de estudos em que diversas

³⁰ Disponível em: http://www.pucrs.br/famecos/pos/cartografias/artigos/estudos_culturais_ana.pdf

disciplinas se interseccionam no estudo de aspectos culturais da sociedade contemporânea, constituindo um trabalho historicamente determinado.

Na síntese, fica o entendimento de que os estudos culturais britânicos situam a cultura num contexto sócio-histórico, no qual esta promove dominação ou resistência e critica as formas de cultura que fomentam a subordinação. Desse modo, os estudos culturais, conforme Kellner (2001, p. 49), “podem ser distinguidos dos discursos e das teorias idealistas, textualistas e extremistas que só reconhecem as formas linguísticas como constituintes da subjetividade”. No seu dizer, os estudos culturais são materialistas porque se atêm às origens e aos efeitos materiais da cultura e aos modos como a cultura se imbrica no processo de dominação ou resistência. Assim como a Escola de Frankfurt, os estudos culturais britânicos desenvolvem modelos teóricos do relacionamento entre economia, o Estado, a sociedade, a cultura e a vida diária, dependendo, pois, das problemáticas da teoria social contemporânea.

Os últimos, no entanto, subvertem a distinção entre cultura superior e inferior, além de extrapolar a visão reducionista de ver a literatura como possibilidade de análise cultural, mas de uma das possibilidades entre tantas que existem. A inovação dos estudos culturais britânicos está, em especial, em perceber a importância da cultura da mídia e o modo como ela está implicada nos processos de dominação e resistência. Além de rejeitarem a dicotomia entre cultura superior e inferior, refutam outras terminologias como “cultura de massa”, por acreditar que este conceito também é monolítico e homogêneo, por possibilitar a neutralização de contradições culturais e dissolução de práticas e grupos oposicionistas num conceito neutro de “massa”.

Compreendemos que é nesse contexto da indústria cultural, cultura da mídia, portanto, que é possível situar os gêneros discursivos propaganda e rótulo. Estes estão inscritos num irromper dinâmico, denominado de cultura da mídia, que cria formas de dominação ideológica, fornece instrumentos para construção de identidades, ao mesmo tempo em que oferece condições para que os sujeitos possam resistir a imposições hegemônicas proliferadas pela indústria cultural. Afinal, pela mídia, diz Kellner (2001), circulam temores, esperanças e desesperanças e desejos que ela articula. Neste contexto, a imagem passa a ocupar um lugar central no discurso midiático.

Trata-se de uma pedagogia cultural, instituída pela mídia, cuja espetacularização, em especial mediada pela imagem, visa forjar identidades, dominando e modelando posturas e comportamentos não só de si como do outro. A cultura veiculada pela mídia traduz-se em uma ferramenta discursiva que fornece o

material que cria identidades “pelas quais os indivíduos se inserem nas sociedades tecnocapitalistas contemporâneas, produzindo uma nova forma de cultura global” (KELNNER, 2001, p. 9). Face a estes mecanismos de poder, a cultura proliferada pela mídia pode sujeitar sujeitos, levando-os a identificarem-se com ideologias, representações sociais e políticas dominantes, mesmo não sendo um sistema de doutrinação ideológica que induz à concordância com as sociedades capitalistas existentes, tendo em vista que o que coloca em voga, de maneira especial, são os prazeres propiciados pela mídia e consumo. Estas categorias, mídia e consumo, passam a atuar conjuntamente, causando efeitos de sentido que desencadeiam pensamentos e valores ajustados às instituições, às crenças e às práticas vigentes.

Sob este prisma, consideramos que os discursos dos rótulos e propagandas ocupam uma posição-sujeito instituidora de posturas e comportamentos que pretendem legitimar um branqueamento aparentemente maquiado por estratégias sutis que guardam uma memória inscrita na modernidade que é provocada por deslocamentos de uma cultura atravessada ora por discursos reacionários que promovem preconceitos, modismos e costumes, ora por discursos propiciadores de outros discursos de resistência de grupos oprimidos que buscam ferramentas de libertação. Não podemos nos esquecer de que o racismo também é um conceito móvel, o que compete dizer que, por conta desta característica, outros sujeitos podem ocupar a posição-sujeito ora como opressor, ora como oprimido. Os discursos dos rótulos, hoje, ocupam uma posição-sujeito de cerceador, vigilante de uma construção identitária que prima pela manutenção de um *status quo* da cor branca; outrora outros recursos foram utilizados, outros sujeitos cumpriram este papel. Assim como, hoje, os discursos dos rótulos podem ser *uma das* possibilidades, visto que o cotidiano, a cultura de maneira geral, está repleta de variadas formas de produção de racismos.

Somado ao fato de o rótulo e propaganda serem dispositivos de uma cultura midiática, exercendo o papel de gêneros discursivos, inscreveram-se na história, também, como uma espécie de documento que acompanha os produtos, as embalagens destes, passando a ser um documento/monumento. É por esta trilha que seguiremos agora.

3.6. Um documento/monumento denominado rótulo e propaganda: uma questão de história e memória

Por muito tempo, o rótulo e a propaganda ficaram relegados no universo do documento. Contrariando os preceitos históricos lineares, por trazerem em si uma carga semântica possuidora de sentidos por se tratar de uma memória de uma determinada época, de um determinado espaço social, cultural e ideológico, conotando muito mais do que pensaram seus criadores, inscreveram-se como documento/monumento. Assim, além de ser gêneros discursivos, os rótulos e propagandas se tornaram *documento e monumento* (LE GOFF, 1990) que evocam uma memória de vários dizeres históricos e sociais, um arquivo (FOUCAULT, 2007), uma memória discursiva (PÊCHEUX, 1988/2007), signos carregados de intencionalidade (PEIRCE, 2008).

Segundo Le Goff (1990), durante muito tempo, a ciência estabeleceu o que deveria ser inscrito na e como História. Dessa forma, os positivistas do Século XIX elegeram o documento como mola propulsora, elemento indispensável para se fazer história, ou seja, a tessitura desta não estava aleatória à escolha do historiador, a mesma se entrelaçava nas relações de poder e submetia-se à. Eminentemente ligadas ao caráter político, as escolhas tornavam-se História. O passado, então, era construído dentro dos padrões preestabelecidos. É o que diz Le Goff:

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (LE GOFF, 1990, p. 460).

Esta construção evidenciava um caráter de preponderância, de privilégio, de uma classe sobre outra, já que o cotidiano, o homem simples, o operário não eram vistos como referência para. Ao contrário dos que se assentavam nos tronos, nos postulados: reis, cardeais, generais etc. Entretanto, no século XX, documento e texto chegaram a ser sinônimos para muitos historiadores, que afirmaram: não há história sem documentos (LE GOFF, 1990). Concepção posteriormente alargada pelo mesmo autor que enuncia: “há que tomar a palavra ‘documento’ escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira”.

Uma nova História começou a ganhar corpo e notoriedade com a *Escola de Annales*, de March Bloch e Lucian Febvre. O *documento* passou a ter uma nova

concepção: o que se embasava apenas no que estava posto pela escrita se alargou, competindo ao historiador interrogar as diversas possibilidades existentes no seio social. Foucault (2007, p. 7) aponta que desde que existe uma disciplina como a história, a humanidade tem se servido de documento, sempre questionáveis diante da visão humana: “indagando-lhes não apenas o que eles queriam dizer, mas se eles diziam a verdade, e com que direito podiam pretendê-lo, se eram sinceros ou falsificadores, bem informados ou ignorantes, autênticos ou alterados.” Com todas essas ressalvas, o mais pertinente, frente aos questionamentos, era reconstituir um passado que se emana e se dilui por palavras, mediante o documento. Este, muitas vezes, foi entendido como portador de uma única voz, até que a história passou por uma mutação que passou a considerar o documento sob uma perspectiva diferenciada: ela considera como tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: “ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte [...] identifica elementos, define unidades, descreve relações” (FOUCAULT, 2007, p.7).

Diante disso, não é apressado dizer que a nova história trouxe um novo olhar ao documento e, conseqüentemente, uma reescrita da história. Torna-se relevante verificar o que diz um dos precursores dessa nova leitura. Para Febvre (1985 *apud* CARLAN, 2008, p. 3),

...A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta de flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da lua e cangas de bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que pertence ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.

Le Goff (1990) ressalta que esta concepção impactou uma verdadeira revolução quantitativa e qualitativa na maneira de se fazer História. Já que esta passaria a se interessar não somente por grandes homens ou grandes feitos, mas por todos os homens, chegando a inaugurar uma era da documentação de massa, passando pelos registros das paróquias, os nascimentos, os matrimônios e as mortes, marcando a entrada na história das “massas dormentes”.

Com a ascensão dos computadores, a concepção de documento passa por uma nova revolução, em que a memória coletiva passa a ser registrada pelo dado, pelo quantificável. O que leva Le Goff (1990, p. 465) a afirmar: “a intervenção do computador comporta uma nova periodização na memória histórica: produz-se, a partir de então, um corte fundamental no momento em que se podem constituir séries. [...] tem-se, doravante, uma idade pré-estatística e uma idade quantitativa.” Assim, uma nova revolução documental passa a ser promovida: a memória coletiva passa a ser armazenada e manejada, também, por uma fita magnética, um banco de dados. O que desencadeou inúmeros problemas, em especial aqueles que se referiam à autenticidade do documento, levando os fundadores dos “Annales” a uma crítica ferrenha à noção de documento. No dizer de Marc Bloch (1941 *apud* LE GOFF, 1990, p. 467): “[...] sua presença ou sua ausência nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise [...]”.

Dessa forma, encontrava-se aberta a porta para a retomada das relações documento/monumento. O que transforma o primeiro no segundo é a sua utilização pelo poder. Um documento não poderia se restringir, como queriam os positivistas, num simples recorte de autenticidade, inócuo de sentido, para atender a interesses de um grupo que não pretendia o desnudamento de uma realidade. No dizer de Foucault (2007, p. 8), a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, “onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer o que tinham sido, [...] a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento”. Le Goff (1990, p. 468) assim o confirma:

A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental, e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite a memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

Por estas afirmações, o rótulo deixa de ser um simples documento manuseado pela ciência para ser um monumento, imbuído de sentidos, pois se trata de uma construção histórico-cultural que guarda um arquivo, um *a priori* histórico (FOUCAULT, 2007). Esta ressalva vale também para a propaganda, por seu caráter dinâmico, histórico-ideológico. O documento é monumento, destarte, porque resulta do

esforço que as sociedades têm para constituírem imagens de si próprias e impô-las ao futuro como determinantes. Dessa maneira, aponta Biroli (2008, p. 174), voltar-se para o que “os homens dizem ou disseram possibilitaria encontrar “restos” de percepções e experiências que indicam que o momento (do dizer) está imerso no tempo lento, às vezes quase imóvel (do já dito)”.

Acresce-se o fato de que rótulos e propagandas estão inscritos na história não numa perspectiva estática, mas dinâmica, num sempre refazer não pelas marcas da tradição histórica, mas pelas rupturas que ressignificam o já dito no novo, passando a ser inscritos como documento-monumento. Esse atravessamento é, historicamente, constituído pelas relações de poder, jogos de força, inscritos não no para além do rótulo ou propaganda, mas neles mesmos, enquanto discursos. É necessário dizer que não se trata de buscar origens e tradições, afinal, como afirma, Foucault (2007), esse não é o papel da arqueologia. Trata-se, em especial, de visualizar os recortes e as relações de poder construídos no discurso. Por mais paradoxal que pareça, mediante o discurso, enxergar o novo não no dito, mas como acontecimento do retorno. “Não é nada além e nada diferente de uma reescrita: isto é, na forma mantida da exterioridade, uma transformação regulada do que já foi escrito. Não é o segredo da origem; é a descrição sistemática de um discurso-objeto” (FOUCAULT, 2007, p. 158).

Em ambas concepções, enquanto gênero discursivo e documento-monumento, rótulo e propaganda se inscrevem como correias processuais e dinâmicas da história. Isto porque têm o discurso como seu maior guardião. Nesta perspectiva, parafraseando Sargentini (2004, p. 80), toma-se o discurso como objeto de estudo e não a língua, visto que, ao historiador, o mais eminente é a articulação das práticas discursivas sobre as práticas não discursivas no interior de uma formação social: tanto o historiador como os estudiosos do discurso se interessam pelas práticas discursivas, já que em ambos elas se presentificam. Tanto um como o outro rasgam o véu da história estática e reducionista que enxerga o tempo e as práticas sociais sob um prisma de uma periodização mecânica e absoluta. Nessa dinamicidade, o discurso faz transbordar seu objeto, inserido numa cadeia descontínua de regularidades. Mas não de qualquer maneira, destaca Foucault, pois há condições históricas para tanto. Pelas afirmações foucaultianas:

As condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas para que dela se possa “dizer alguma coisa” e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes, as condições para que se inscreva em um domínio de parentesco com outros objetos, para que possa estabelecer com eles relações de semelhança, de vizinhança, de afastamento, de diferença, de transformação [...] são numerosas e importantes. [...] não é fácil dizer coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência, para que novos objetos logo se iluminem e, na superfície do solo, lancem sua primeira claridade. [...] O objeto não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade; ele não preexiste a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz, mas existe sob as condições positivas de um feixe de relações (FOUCAULT, 2007, p. 50). (grifos do autor).

Dessa forma, rótulo e propaganda se inscrevem na história como documento por serem possuidores desse feixe de relações. Afinal,

O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstruir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações (FOUCAULT, 2007, p. 7).

Considerando-o como espaço discursivo, nessa tessitura dinâmica, o documento se configura como monumento por resguardar uma memória histórico-social. Afinal, ainda segundo Le Goff (1990, p. 460), “documento e monumento são materiais da memória”, as terminologias *per se* carregam esta semântica: a palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-europeia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa fazer recordar, de onde avisar, fazer instruir; por outro lado, o *documentum*, também um termo latino, é derivado de *docere* – ensinar, que evoluiu para o significado da prova e é amplamente usado no vocabulário legislativo. Assim, afirma Le Goff (1990, p. 460): “[...] Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador.” É evidente que a utilização que deles fazem o historiador ou estudiosos do discurso que confirmará ou não essa conotação.

As figuras 35 e 36 evidenciam o quanto os rótulos estão inscritos numa visão arqueológica de documento/monumento, pelos efeitos de sentido por eles provocados:

Figuras 35 e 36



Fonte: Revista Cláudia, Ano 48, nº 09; e www.fotolog.terra.com.br/luisd:901, respectivamente.

A figura 36 traz o seguinte discurso verbal: TONICO VIGORON INFALÍVEL RESTAURADOR E AFORMOSEADOR DOS CABELOS AGRADAVELMENTE PERFUMADO “AUREUS”. Destacando que, nesta formação discursiva, o nome do produto está em relevo, com letras garrafais e diferenciadas pela cor vermelha; além dos dizeres verbais, o discurso é constituído por um rosto de mulher branca, de cabelos longos, muito longos, encaracolados por uma espécie de penteado, um texto imagético. A figura 35, produzida na contemporaneidade, não traz o rosto de mulher de cabelos loiros e longos inserido no rótulo, mas traz uns fios cor de ouro, emaranhados no nome do produto PANTENE, em azul, em seguida, a expressão, assim como o nome em maiúsculo, PRO-V, para, posteriormente, evocar o discurso da restauração: RESTAURAÇÃO PROFUNDA, expressão evidenciada dentro de uma tarja verde, seguida por outra dourada, que se repetem no shampoo, condicionador e creme de tratamento noturno. Este traz um diferencial em relação às cores, por ter o azul, abaixo das tarjas verde e dourada. Nos demais, há o predomínio do dourado.

São várias as pistas que evidenciam um *a priori* histórico – o arquivo, uma memória discursiva que traduzem o rótulo como documento/monumento nos dois exemplos: primeiro, o discurso da restauração é evocado de uma memória discursiva; segundo, o predomínio do dourado: no primeiro como pano de fundo; no segundo, pelas figuras geométricas que circundam todo o rótulo. Somado a isto, no primeiro, há a expressão latina *aureus* que significa de ouro, aquele que reluz. De maneira velada e silenciosa, o restaurar está para além do cuidar ou de fortalecer, apenas. É muito mais

que isto: pode pressupor estes cuidados, mas não de cabelos quaisquer, somente daqueles que reluzem como ouro. Diante desta caracterização, o cabelo do negro não cabe nesta arena discursiva nem ontem nem hoje. O que possibilita dizer que o rótulo funciona como lugar de memória, uma inscrição arqueológica que busca reativar um enunciado, rompendo os laços de uma continuidade, em que o restaurar de ontem se irrompe na história para um restaurar contemporâneo.

Na figura 37, rótulo e propaganda se aproximam. É observável que, somado aos dizeres do rótulo, a pós-modernidade busca recursos para confirmar o dito no mundo das imagens, na propaganda:

Figura 37



Fonte: Revista Cláudia, Ano 48, nº 09.

Ao propagandear seu produto, a indústria da beleza e estética, conhecedora dos efeitos de sentido que as imagens provocam, passa a estabelecer uma relação de poder, mediante a imagem, como dispositivo de identidade. Sob esta ótica, só caberia neste cenário uma imagem notória, mas, em especial, possuidora de cabelos louros e eminentemente dourados. O modelo branco de beleza é imposto por um discurso que se fechou mediante uma formação discursiva e ideológica que não comporta outra subjetividade, senão a do branco. Além do enunciado, as pistas deixadas, em especial pela cor predominante, o dourado, evidenciam um espaço discursivo que nega a possibilidade do aparecimento do Outro. Infelizmente, são pistas tão bem trabalhadas que as tornam silenciosas, possuidoras de um discurso subliminar. Dificilmente observadas, ou melhor, percebidas, mas que, gradativamente, vão impondo padrões.

Assim, é cabível dizer que os rótulos e as propagandas guardam uma memória não estática, mas dinâmica que se retraduz num retorno do já dito, numa ruptura de

acontecimentos descontínuos para que a continuidade reapareça num constante refazer histórico. É como se no meio silêncio ele, o discurso, já estivesse articulado, mas que ele mesmo recobre e faz calar, pelas práticas discursivas, pelos de jogos de força, portanto, de sentidos. Para o momento, as palavras de Foucault (2007) são esclarecedoras:

[...] a noção de descontinuidade toma um lugar importante nas disciplinas históricas. Para a história, em sua forma clássica, o descontínuo era, ao mesmo tempo, o dado e o impensável; o que se apresentava sob a natureza dos acontecimentos dispersos – decisões, acidentes, iniciativas descobertas – e o que devia ser, pela análise, contornado, reduzido, apagado, para que aparecesse a continuidade dos acontecimentos. [...] Ela se tornou, agora, um dos elementos fundamentais da análise histórica, onde aparece com um triplo papel. Constitui, de início, uma operação deliberada do historiador [...], pois ele deve, pelo menos a título de hipótese sistemática, distinguir os níveis possíveis da análise, os métodos que são adequados a cada um, e as periodizações que lhes convém. É também o resultado de uma descrição. [...] Ela é, enfim, o conceito que o trabalho não deixa de especificar. [...] ela toma uma forma e uma função específica de acordo com o domínio e o nível em que é delimitada. [...] Paradoxal noção de descontinuidade é, ao mesmo tempo, instrumento objeto de pesquisa, delimita o campo de que é feito, permite individualizar os domínios, mas só pode ser estabelecida através da comparação (FOUCAULT, 2007, p. 9-10).

Dessa forma, discursos como aqueles se perpetuam num novo fazer discursivo, constituindo subjetividades pelas diversas maneiras de não dizer, mas que o acontecimento discursivo faz aparecer. No dizer de Dantas (2007, p. 109), “esses acontecimentos discursivos são todas as realizações linguísticas finitas, mesmo que a memória humana não a compreenda totalmente. [...] por que dissemos isto e não outra coisa? Esse é o momento em que surge o discurso como acontecimento.” Mas não se trata de um conceito fácil de assimilação, pois a noção de acontecimento, segundo Castro (2009, p. 25), é utilizada pelo próprio Foucault sob várias nuances metodológicas, que o leva a questionar: “como pensar, ao mesmo tempo, a transformação e a descontinuidade?” Vejamos o que diz Castro (2009) acerca do acontecimento foucaultiano:

Em um primeiro momento, podem-se distinguir dois sentidos desse termo: o acontecimento como novidade ou diferença e o acontecimento como prática histórica. [...] Existe claramente uma relação entre esses dois sentidos. [...] Com efeito já não se trata tanto de afirmar o “aparecimento” de outras práticas, porém, mais propriamente, de analisar sua formação. [...] Contudo, mais tarde, quando Foucault encara a história da sexualidade, a “genealogia do homem de desejo” é pensada como a história das sucessivas transformações de práticas que, desde a Antiguidade, chegaram até nós. Nessa perspectiva, há certa primazia do acontecimento como regularidade. [...] Tocamos aqui em um ponto nevrálgico do pensamento de Foucault: como pensar, ao mesmo tempo, a transformação e a descontinuidade? [...] Para isso, Foucault haverá de se servir dos conceitos de “luta”, “táticas”, “estratégias”. O termo “acontecimento” adquire, então, um terceiro sentido: o acontecimento como relação de forças. [...] o conceito de acontecimento se entrelaça com o conceito de atualidade. [...] aparece um quarto sentido do termo “acontecimento”, aquele que se encontra no verbo [...] acontecimentalizar, como método de trabalho histórico. Resumindo, podemos distinguir, no total, quatro sentidos do termo “acontecimento”: ruptura histórica, regularidade histórica, atualidade, trabalho de acontecimentalização (CASTRO, 2009, 24-25).

Diante dessa possibilidade de sentidos, nenhum desses significados é aleatório ou tampouco funciona de maneira isolada. Ao contrário, enxergamos a terminologia acontecimento como possuidora de uma interdependência polissêmica. Quem vai definir esse caráter é, de fato, o discurso, inscrito numa regularidade que busca seus efeitos de sentido pela repetibilidade histórica, arqueológica, nos jogos de força que perpassam as relações de poder. O que nos leva, agora, a outro dizer: a análise dos discursos sob o crivo teórico metodológico da genealogia e arqueologia foucaultianas, sem, contudo, distanciar das visões pêcheutianas, já que ambos estão inscritos no discurso da AD, numa visão que considera o fazer histórico eminentemente dinâmico-discursivo.

4. RÓTULOS À LUZ DA GENEALOGIA E ARQUEOLOGIA FOUCAULTIANAS

O negro sabe que o branco criou a inquisição, o colonialismo, o imperialismo o anti-semitismo, o nazismo, o stalinismo e tantas outras formas de despotismo e opressão ao longo da história. [...] O negro sabe de tudo isto e, talvez, de muito mais. Porém, a brancura transcende o branco. Eles – indivíduo, povo, nação ou Estados brancos – podem “enegrecer-se”. Ela, a brancura, permanece branca [...]. A ideologia de cor é, na verdade, superfície de uma ideologia mais daninha, ideologia do corpo.

Jurandi Freire Costa

Nos capítulos anteriores, transitamos por várias trilhas discursivas, que suscitaram inúmeras discussões, sob o crivo de conceitos que não são desconexos, desencadeando-se em outros. Assim, falar de gêneros discursivos, documento/monumento, memória, descontinuidades e rupturas requer descortinar outras concepções que subsidiarão a análise em foco, inserida nas discussões teórico-metodológicas sem afastamentos, por entender que ciência se faz à luz de teoria, objeto e sujeito, nunca dicotômicos. Uma dessas concepções está intrinsecamente ligada à memória, ao acontecimento discursivo recortado na contemporaneidade. Tratam-se de dois conceitos especiais: memória discursiva (PÊCHEUX, 1988) e *a priori* histórico, o arquivo de Foucault (2007).

4.1. Imagem: um dispositivo de memória

Afirmamos que as formações discursivas presentes nos mais diversos produtos, em seus rótulos e propagandas são atravessados por múltiplos discursos, formando um conjunto de enunciados que está longe de se relacionar com um único objeto, vez que há uma dispersão que evidencia o quanto o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história específica que não o reconduz a um devir estranho, mas que lhe é marcante para trazer à tona não uma simples interpretação ou evidenciar meras circunstâncias, mas o jogo de relações.

À primeira vista, aqueles parecem eminentemente contemporâneos, dada a sua rapidez com que dizem o que gostariam, naturalizando uma efemeridade característica

do mundo da informação. Contrariando essa aparente naturalidade, enunciam muito mais do que se imagina, o que desencadeia saber em que condições foram produzidos e o que leva o sujeito social a controlar estes dizeres. O crescente interesse por esse tipo de gênero se deve ao fato de eles, os rótulos, em especial, transitarem em nosso meio como se fossem ingênuos e vazios de sentido. É como se o todo fosse simplesmente a soma das partes. E esta nada representasse. A AD nos possibilita tomar muitos rumos para responder a essas lacunas. Entre eles, encontra-se a concepção pecheutiana de memória discursiva: grosso modo, uma espécie de corpo sócio-histórico-cultural, um lugar de onde os discursos exprimem uma memória coletiva na qual os sujeitos estão inscritos. Nela, é possível buscar acontecimentos exteriores e anteriores ao texto, uma interdiscursividade ligada ao intradiscurso. Conforme Brandão (2001, p. 78),

A noção de memória discursiva, portanto, separa e elege dentre os elementos constituídos numa determinada contingência histórica, aquilo que, numa outra conjuntura dada, pode emergir e ser atualizado, rejeitando o que não deve ser trazido à tona. Exercendo, dessa forma, uma função ambígua na medida em que recupera o passado e, ao mesmo tempo, o elimina com os apagamentos que opera, a memória irrompe na atualidade do acontecimento, produzindo determinados efeitos a que já referimos.

Ressalvamos que esses efeitos produzidos passam pelas evidências constituídas pelo sujeito, quando interpelado pela ideologia. Dessa forma, na perspectiva de Lacan (1998), é possível dizer que esse retorno mediante um significante gera muitos outros significantes memoriais que se materializam como discurso. Um retorno do já dito que aparece e se dispersa numa formação discursiva. No discurso analisado, na figura 37³¹, a materialidade verbal busca recursos de ratificação na não-verbal, nas imagens. Quando o sujeito se depara com um produto na prateleira de supermercado, ou em outro espaço qualquer, tem uma mensagem simbólica, uma espécie de representação, do que vem a ser pele, corpo e cabelo perfeitos. Este é explorado, no discurso em foco, de maneira mais evidente: o dourado traz à luz o que poderia ser, o que está por vir, o guardado e velado pelo inconsciente, mas acordado por um significante. Esse gera tantos outros, inclusive o apagamento do “eu”, do *ethos*, para entranhar um “nós”. Assim, o discurso do branco é retornado, como sintoma e não fonte, pois, nesta dispersão, não convém procurar origens. Este não é o papel do discurso. Dessa forma, sujeito, significante e inconsciente, o tripé lacaniano, são indissociáveis. Desencadeando as evidências

³¹ Ver p. 173.

simbólicas, tão enfáticas em Pêcheux (1988), que leva o sujeito a acreditar que é dono de seu dizer. Uma mera ilusão. Afinal, o discurso é autônomo e heterogêneo.

Entretanto, Pêcheux (1988) afirma, ao abordar os tipos de esquecimentos, que esta ilusão é necessária, esta suposição faz parte dos jogos de força estabelecidos pela memória. Daí, uma memória discursiva, que separa e elege apenas o que deseja ser evocado, constituída pelo sujeito, que não é o centro organizador da enunciação. A constituição do sujeito discursivo é marcada por uma heterogeneidade decorrente de sua interação social em diferentes segmentos da sociedade.

O que leva Fernandes (2007) a evidenciar que o sujeito não é dado *a priori*, resulta de uma estrutura complexa, tem essência no espaço discursivo, constituindo-se entre o eu e o outro. E o *Outro* refere-se ao desejo e sua manifestação no inconsciente. Sendo o inconsciente, também, constituído socialmente, o *Outro* é relativo ao desejo do outro como constitutivo do desejo do eu, neste caso, o sujeito.

Nesta relação ambígua e polissêmica entre discurso verbal e não-verbal, evocamos Barthes (*apud* JOLY, 2007) quando em *Retórica da Imagem* destaca que o verbal se configura como uma espécie de ancoragem ao não verbal. Por outro lado, um aspecto diferenciado ou conteúdo emerge, porque a imagem nem sempre acompanha o discurso do rótulo, fazendo parte dele. Entendemos que o discurso dos rótulos, quando inserido no produto, quando este se encontra solitário na prateleira, não faz parte da cadeia publicitária, mas isto não significa exclusão total, pois, simbolicamente, as imagens propagandeadas vêm à baila pelo inconsciente do sujeito, que manipula, adquire o produto.

Verdadeiramente, são dois tipos de discurso: um inerente aos rótulos e outro – evidenciado pelo discurso publicitário, pela propaganda – a imagem: um verbal e outro imagético. Quando no rótulo, apenas, um significante traz à tona um outro significante, interpelando o sujeito pelas evidências; quando na propaganda, rótulo e imagem se encontram: um ancorando o outro, referendando os dizeres atravessados pela e na história. E o processo continua. É infinito. É como se o sujeito-autor tivesse consciência de um implícito e tentasse fechá-lo ou inibi-lo pela presença da imagem. E esta trouxesse à baila outros implícitos, para produzir uma memória social, fazendo história. Esta produção, para Achard (2007), trabalha sobre a base do imaginário, mediante a repetibilidade, que gera a regularidade do e no discurso. Consideramos os dizeres de Achard (2007) muito propícios para o momento:

Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha então sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re)construção, sob a restrição “no vazio” de que eles respeitem as formas que permitem sua inserção por paráfrase. Mas jamais podemos provar ou supor que esse implícito (re)construído tenha existido em algum lugar como discurso autônomo. [...] A regularização se apóia necessariamente sobre o reconhecimento do que é repetido. Esse reconhecimento é da ordem do formal, e constitui um outro jogo de força, este fundador. [...] Por outro lado, uma vez reconhecida essa repetição, é preciso supor que existem procedimentos para estabelecer deslocamento, comparação, relações contextuais. [...] A enunciação, então, deve ser tomada não como advinda do locutor, mas como operações que regulam o encargo, quer dizer a retomada e a circulação do discurso. [...] levaremos em conta que um texto dado trabalha através de uma circulação social, o que supõe que sua estruturação é uma questão social, e que ela se diferencia seguindo uma diferenciação das memórias e uma diferenciação das produções de sentido a partir das restrições de uma forma única (ACHARD, 2007, p.13-16).

Por outro lado, para que haja memória, aponta Davallon (2007), é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância e reencontre sua vivacidade. Esta só se materializa no seio social e, com efeito, ainda conforme Davallon (2007), aquele que observa uma imagem desenvolve uma atividade de produção, assinalando um certo lugar também ao espectador. Este não a recebe pronta. Ressalta, além disso, que a imagem é antes de tudo um dispositivo que pertence a uma estratégia de comunicação, um dispositivo durável no tempo e também um operador de simbolização. Evoca E. Benveniste para dizer que existem dois níveis de significação: um semiótico e outro semântico e que, para este teórico, só a língua tem essa capacidade de conjugar os dois níveis, cabendo à imagem funcionar apenas no nível semântico.

Para nós, o discurso ultrapassa a visão reducionista de emissor e receptor, que leva o observador à condição de espectador apenas. É muito mais que isto: do outro lado, existe um sujeito que interage com o objeto discursivo, tanto é que a imagem passa a funcionar como operadora de simbolização ou de representação. Na interação dos dois níveis, materialidade e sentido, a imagem teria, como o próprio Davallon (2007, p. 30-31) ressalta, capacidade para integrar os elementos que a compõem em uma totalidade:

[...] é porque compreenderíamos o sentido global antes de reconhecer a significação dos elementos; e atingiríamos primeiro o efeito dessa integração; estaríamos sob o efeito dessa integração; toda imagem pareceria assim se apresentar como única origem dela mesma assim como sua significação; e enfim, ela introduziria uma diferença de natureza, um salto qualitativo entre os componentes (os que a análise pode repertoriar) e ela mesma considerada em sua totalidade. [...] A gênese se apaga; a (re)construção de uma origem mítica é aberta, com mais efeito de força viva. Então, começa a deriva indefinida (e não infinita) que caracteriza toda interpretação de imagem; não obstante, [...] essa “reprodução” da significação do dispositivo se faz segundo o *próprio programa trazido pelo dispositivo*. [...] assim a imagem, por poder operar o acordo dos olhares, apresentaria a capacidade de conferir ao quadro da história a força da lembrança. Ela seria nesse momento o registro da relação intersubjetiva e social (grifos do autor).

Um outro recorte é oferecido por Santos (2000b): para ele, a imagem é um dispositivo da Pós-modernidade. Isto porque, neste espaço contemporâneo, vivemos no mundo do espetáculo e não reagimos fora dele. E são os meios tecnológicos mecanismos que o fazem funcionar. O sujeito, dessa forma, passa a manipular cada vez mais signos, ao invés de coisas. O que leva Santos (2000b, p.15-16) a afirmar: “sua sensibilidade é frágil, sua identidade, evanescente. Na pós-modernidade, matéria e espírito se esfumam em imagens, em dígitos num fluxo acelerado.”

Por seu aspecto de vivacidade histórica, a imagem saiu do campo reducionista de documento para documento/monumento, carregando uma memória social inscrita em práticas discursivas. Dessa forma, num aparente diálogo com Le Goff (1990) e Foucault (2007), Pêcheux (2007, p. 50) afirma que “a memória deve ser entendida aqui não no sentido psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”. Desde os primórdios, em Platão (*apud* JOLY, 2007, p.14) a concepção de imagens já supunha a existência do outro, ou seja, evocava uma memória, uma representação simbólica: “chamo de imagens em primeiro lugar as sombras, depois os reflexos que vemos nas águas e na superfície de corpos opacos, polidos e brilhantes e toda representação de gênero.” Esta autora ressalta também que imagem ora é concebida como instrumento de comunicação, ora divindade: a imagem assemelha-se, confunde-se com aquilo que representa. Visualmente imitadora pode, entre outras coisas, enganar, educar e trazer conhecimento. A sobrevivência, o sagrado, a morte, o saber, a verdade, a arte, se tivermos um mínimo de memória, são os campos a que o simples termo imagem nos vincula, destaca Joly (2007).

Por outro lado, Manguel (2001, p.21) além de Platão, cita Aristóteles que sugere que todo processo de pensamento requeria imagens.

Ora, no que concerne à alma pensante, as imagens tomam o lugar das percepções diretas; e, quando a alma afirma ou nega que essas imagens são boas ou más, ela igualmente as evita ou as persegue. Portanto, a alma nunca pensa sem uma imagem mental.

Assim, de posse dessas imagens que fazemos do outro, que vemos ou sentimos, construímos nossa história. Fazer uma imagem de alguém ou sobre alguém ou de alguma coisa está mais próximo ao inconsciente, mas partir de uma imagem já pronta para gerar outras também no inconsciente ou compreendê-la é bem diferente, dificilmente partimos do nada. Manguel (2001, p. 28) destaca que

construímos nossa narrativa por meio de outras narrativas, por meio da ilusão do auto-reflexo, por meio do conhecimento técnico e histórico, por meio da fofoca, dos devaneios, dos preconceitos, da iluminação, dos escrúpulos, da ingenuidade, da compaixão, do engenho.

Manguel, assim como Foucault (2007) e Pêcheux (1988/2007), aponta os atravessamentos do discurso pelas relações de força das práticas sociais. Destacam-se, sob esta ótica os jogos de força presentes nas imagens como ancoragem dos rótulos, que suscitam preconceito, pois reforçam a ausência pela presença.

Ressaltando que, enquanto Pêcheux (1988) faz uso da Ideologia como mecanismo teórico-metodológico e nós a utilizamos para explicar o quanto a imagem cria e evoca este recurso enquanto mecanismo do inconsciente, instrumento de memória, portanto de poder, Foucault (2007/2010/2005) utiliza-se de outro mecanismo, também discursivo, que ora trazemos à baila para alicerçar nossas discussões acerca da imagem, para colocá-la como dispositivo de memória e elemento ou mecanismo estratégico que visa a instituir técnicas de si, que impele o Outro e o Eu a se construírem numa cadeia identitária pós-moderna, elevando a força do Eu, como se fosse nós, e relegando o Outro a se sujeitar a um estereótipo. Um apego ao eu, portanto ao si, que não se permite desencaixar, em se tratando de estética e beleza, mesmo diante dos anseios e características de uma possível desreferencialização. Há algo desenfreado no ar, em relação à constituição identitária dos sujeitos. Por outro lado, há algo bem regulamentado, com os pés no racionalismo exacerbado que pensa o sujeito padronizado, singularizado, possibilitando a identidade e, não, as identidades. Vivemos no mundo da disciplinarização não só dos corpos, mas da regulamentação de uma

identidade que pretende alijar o Outro, inclusive, sempre que possível, maquiando um branqueamento, marcado não pela diferença, mas pela homogeneidade.

É cabível dizer, ainda, que, ao tratar a imagem como dispositivo de memória, ela passa a estar inscrita no âmbito do discurso, da história. Entretanto, não se trata de colocá-la como sinônimo de memória, já que memória e história, apesar da interdependência, são conceitos diferentes e diferenciadores. Evidenciamos o quanto a história conhecimento – história tradição – com o advento da escrita, contribuiu sobremaneira para apagamentos de memória, ao se colocar à disposição de uma construção mecânica de história, reducionista. Portanto, ao evidenciar a imagem como dispositivo de memória, estabelece-se um movimento, provoca-se um deslocamento. Fazer ressoar os dizeres de Foucault (2008) é de suma importância para este entendimento:

Às vezes, os elementos de discurso se mantêm como temas através dos textos, dos manuscritos recopiados, das obras traduzidas, comentadas, imitadas; mas elas ganham corpo em motivos plásticos que são submetidos às transformações [...] O discurso e a forma se movimentam um em direção ao outro. Mas eles não são absolutamente independentes [...]. Ocorre, finalmente, que o discurso e a plástica sejam ambos submetidos, como por um único movimento, a uma única disposição de conjunto. [...] O discurso não é, portanto, o fundo interpretativo comum a todos os fenômenos de uma cultura. Fazer aparecer uma forma não é uma maneira desviada (mais sutil ou mais ingênua, como se queira) de dizer alguma coisa. Naquilo que os homens fazem, tudo não é, afinal de contas, um ruído decifrável. O discurso e a figura têm cada um, seu modo de ser; mas eles mantêm entre si relações complexas e embaralhadas. É seu funcionamento recíproco que se trata de descrever (FOUCAULT, 2008, 78-80).

Imagem e discurso embaralham-se, entrelaçam-se, afirma Foucault (2008). É o que evidencia a próxima figura:

Figura 38



Fonte: Revista Caras, Edição de 2009.

Considerando a citada assertiva foucaultiana, a análise torna-se relevante: na imagem em destaque, na figura 38, há duas mulheres, ambas de cabelos lisos: um preto e outro loiro; ao lado, uma chamada do produto e, em seguida, a estampa dos produtos da marca L'oreal Paris com os seguintes dizeres, em seus rótulos: L'OREAL PARIS, em cor dourada, ELSEVE, em marrom, quase preto; possuindo também uma tarja de duas cores: amarela e marron, onde está escrito: LISS – INTENSE, EXTREME, SHAMPOO CREME. Há uma outra tarja que diz: NOVO – RESISTE À UMIDADE, este dizer está em amarelo, 4X CABELOS MAIS LISOS; do outro lado, há uma espécie de carimbo, em letras menos chamativas, que enunciam: ANTI-FRIZZ, LONGA DURAÇÃO; seguida de uma figura central, onde o dourado é preponderante, enlaçado por um fio de cabelo, muito dourado, com uma gota reluzente, mistura de dourado com fundo amarelo, como pano de fundo. Nela, está escrito: NUTRILEUM + ÓLEO DE ARGAN; traz, ainda, uma outra assertiva, menos chamativa: nutre e alisa intensamente cabelos sedosos e disciplinados; e de maneira enfática, destacado pelo amarelo: CABELOS MUITO SECOS – INDOMÁVEIS E COM MUITO FRIZZ.

Mediante este estudo, tornou-se notório que nos discursos analisados referentes a esta marca, pelo menos naqueles coletados que foram expostos nas prateleiras de supermercado, farmácias etc, exceto aqueles comercializados diretamente em salões de

beleza, a cor dourada é preponderante, no fio de cabelo que está inserido na figura central. No espaço discursivo do senso comum, pelas formações discursivas em foco, é possível dizer que o discurso desse sujeito-autor quer atender a todos. Observem a estratégia discursiva, que num primeiro momento, parece paradoxal: *nutre e alisa intensamente cabelos sedosos e disciplinados*, discurso que aparece como menos enfático, pressupondo a existência de uma maioria de cabelos lisos, ou seja, podendo levar o sujeito a várias interpretações, como esta: *vamos alisar ainda mais o que já é de fato liso*: alise quatro vezes mais, salienta o discurso; por outro lado, bem chamativa, está a receita: destinado a quem tem *cabelos muito secos, indomáveis e com muito frizz*. Na opacidade da linguagem, pressupõe-se: *você, que se enquadra nestas características, fique como as modelos ao lado: é fácil, basta usar o produto para domar o que a sociedade considera indomável ou você que não faz parte dessa arena se constitua enquanto tal, como meu semelhante, venha fazer parte desta subjetividade, ou deixe seu cabelo arrumado, dentro dos padrões preestabelecidos, com todos os fios no lugar ou sem frizz*. O sujeito-autor faz uso do que Foucault (2010) denomina de técnicas de governo ou modos de subjetivação, mediante táticas ou estratégias que se configuram nas relações de poder, pelas práticas discursivas, eminentemente sociais, induzindo o outro à assimilação, ao padrão da brancura. A imagem, por mais silenciosa que seja, também é discurso, possuidora desse poder. A preponderância da imagem, uma imposição simbólica, configura-se como desestabilização do outro. Entendemos que branquear é também desestabilizar o Outro, deixando-o sem referência, sem chão, para, posteriormente, emergir a sujeição. Dessa forma, as técnicas de si, de poder, são melhores articuladas e inculcadas.

Vimos, norteados por Domingues (2002) e Munanga (1988), que este mecanismo do branqueamento não é novo. Ele, o discurso, só está sendo acordado da sombra onde reina, como diz Foucault (2007). As ideias de branco e negro, afirma Hofbauer (2003, p. 8), “são anteriores à formação de um discurso propriamente racial”. Desde os primórdios das línguas indo-européias, o branco foi associado ao bem, ao bonito, à inocência, ao puro, divino, enquanto o negro era representado como moralmente condenável, o mal, o diabólico. Tanto é que, na idade Média, o grande paradigma de inclusão e exclusão era marcado pela religiosidade. No Brasil, traduzem-se como ranços da perversa colonização europeia, que instituiu não só um modo de vida, mas paradigmas que vararam o tempo e ressoam ora de maneira notória, ora silenciosa e velada. Parafraseando Orlandi (2007), ressalta-se a característica dos

silenciamentos: em se tratando de algumas práticas sociais como o racismo de cor, ou preconceito, a maioria prefere o esquecimento. Lembrando que esquecer pode significar não só o surgimento de novos sentidos, mas também esquecer apagando novos sentidos que já foram possíveis, mas estancados em um processo histórico-político silenciador. “São sentidos que são evitados, de-significados”, aponta Orlandi (2007, p. 61-62). Se na Idade Média a inclusão e exclusão eram prescritas pelo padrão religioso, na contemporaneidade, a marca aparece pelo fetiche do normal o que ora denominamos de normalatria e lisolatria, que se traduzem em técnicas de constituição da identidade do branqueamento.

Assim, concordamos com Pêcheux (2007, p. 51) quando aponta, dialogando com Achard (2007) e Davallon (2007), que a imagem está intrinsecamente ligada à memória, ao ponto de aquela tornar-se um dispositivo desta ou um operador de memória social: “na transparência de sua compreensão, a imagem mostraria como ela se lê, quer dizer, como ela funciona, enquanto diagrama, esquema ou trajeto enumerativo.” Lembrando que esse funcionamento da memória passa pelo restabelecimento dos implícitos, dos pré-construídos. Ainda citando Pêcheux (2007, p.52), ele evidencia de maneira brilhante que a questão é saber onde residem esses famosos implícitos, que estão “ausentes por sua presença” na leitura da seqüência. Estão eles disponíveis na memória discursiva como em um fundo de gaveta, um registro do oculto? A memória discursiva estaria assim reduzida ao esquecer e ao lembrar? Pêcheux (2007) aponta que não, pois o acontecimento tende a ser absorvido gradativamente pela memória, numa ruptura e recomeço ora provocada pela repetibilidade, que desencadeia a regularidade, mas o próprio acontecimento discursivo tende a se desmanchar, desmascarando a regularidade, para que o aparecimento de uma nova série aconteça. Sob esta ótica o acontecimento desloca e desregula os implícitos de uma regularização anterior. Entendemos que os implícitos são os nós, as pequenas fagulhas, que ora recorremos para amarrar os discursos, para dar-lhes sentido, ora para desatar também visando aos sentidos, uma polissemia discursiva social construída. Esta cadeia é infinita. O que requer, sempre, um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento.

4.2. Imagem, memória e enunciado: as marcas da repetibilidade histórica

A imagem, neste estudo, tem sido tratada como discurso que ancora o dito, que oferece a este subsídio especial, numa tentativa de resgatar uma memória social, um

retorno que marca uma nova perspectiva histórica. Ranços do passado são encontrados no presente, mas o primeiro já não cabe no segundo, tendo em vista a transição de uma outra realidade histórica. Deslocamentos são uma constante: o branqueamento do século XIX, por exemplo, é bem diferente do branqueamento do XXI. Claro que se trata daquele que aparece na instância do discurso. Isto porque, novos mecanismos são utilizados, fazendo aparecer o que alguém já disse antes, porém sob nova discursividade. O passado tanto interessa ao sujeito que enuncia, que retorna. Nesta pesquisa, entendemos que aquele que, agora, ocupa a posição-sujeito se utiliza de dois mecanismos: o discurso dos rótulos e o discurso das imagens. Dissociados? Não. Intrinsecamente ligados. Uma das ferramentas discursivas utilizadas para associá-los é o enunciado, que faz dizer o sentido, pelo entrecruzamento de unidades e estruturas possíveis. Cabendo dizer que enunciado, imagem e memória se entrecruzam como dispositivos do retorno histórico.

É importante ressaltar que essa posição-sujeito é um lugar vazio que poder ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes. Lugar que não é definido de uma vez por todas ou tampouco uniforme, ele varia, a tal ponto de poder continuar idêntico a si mesmo ou se modificar. Assim, “descrever uma formulação enquanto enunciado consiste em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser sujeito”, afirma Foucault, quando entrevistado por Gregolin (2004, p. 28).

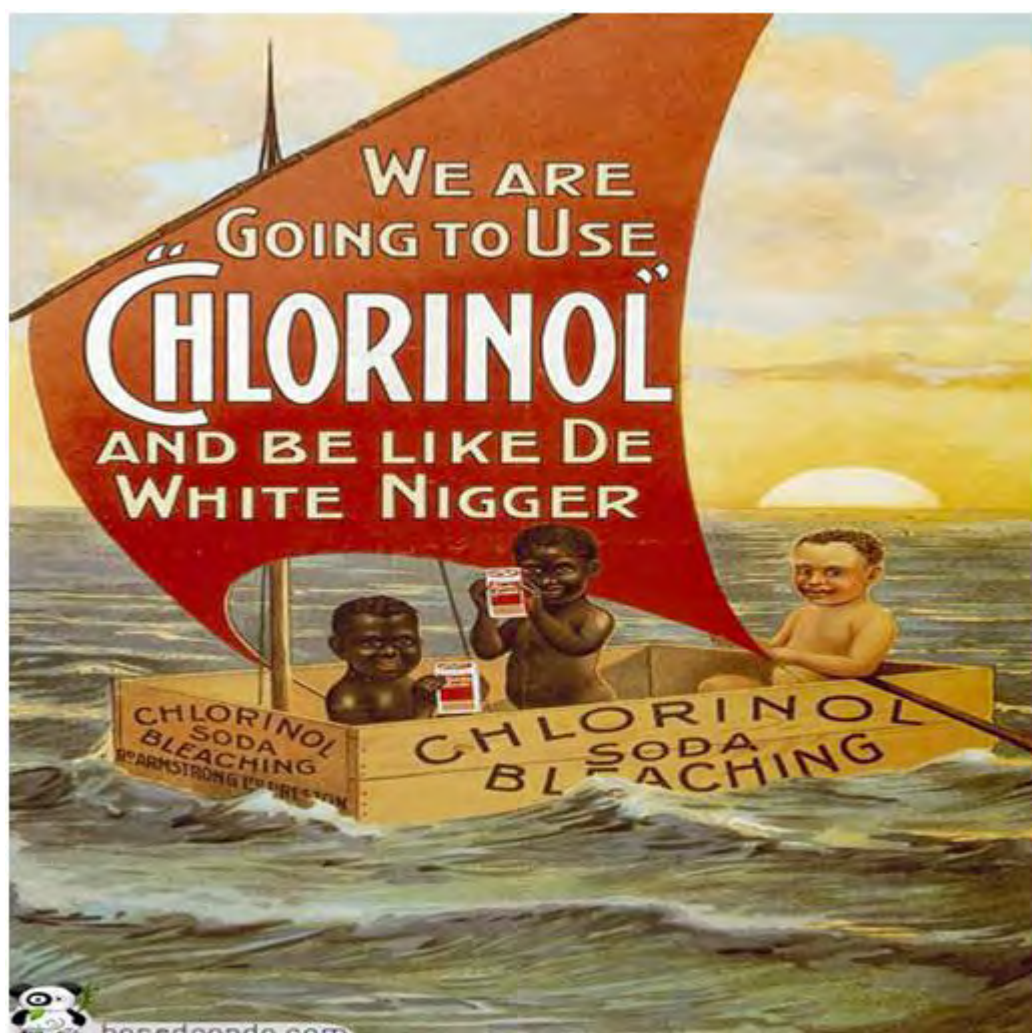
Corroborando Fernandes (2007), o enunciado evoca outros enunciados com os quais dialoga. Esta assertiva está eminentemente ligada ao conceito foucaultiano de enunciado: não se trata de proposições ou tampouco de frases ou orações gramaticais, tendo em vista que o enunciado pode ser encontrado, independente da existência ou não daquelas. O fato é que o enunciado é um dispositivo atrelado à memória social. O que o caracteriza como categoria discursiva inscrita na história, possível de elucidar diferentes posições de sujeito. É preciso deixar claro que Foucault (2007) o diferencia de língua ao afirmar que esta não se encontra no mesmo nível de exigência do enunciado: a língua é constituída por signos e estes são formas que se impõem ao enunciado. Assim, o enunciado não existe nem do mesmo modo que a língua, nem do mesmo modo que os objetos quaisquer apresentados à percepção. O enunciado não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem, mas não é tampouco uma unidade como um objeto material poderia ser, tendo seus limites e sua independência. Preestabelece Foucault (2007).

Por outro lado, ele é condição indispensável para que a frase ou proposição possa existir ou ser aceitável. O enunciado não é, portanto, uma estrutura, mas uma função de existência que pertence aos signos. E é esta função que vai dizer o sentido, pelo entrecruzamento de possíveis unidades e estruturas que fazem aparecer conteúdos concretos no tempo e no espaço. E, por falar em unidades, torna-se relevante dizer que o enunciado não possui critérios estruturais de unidade, tendo em vista o fato já levantado que ele não é em si mesmo uma unidade, mas exerce uma função. E é esta que se faz necessário para descrição de um discurso. Afirmamos em momentos anteriores que, em se tratando de análise de discurso – AD, há um encadeamento entre os conceitos: um não só atrai, mas evoca o outro.

Diante disso, é possível dizer que o enunciado provoca e rompe o aparecimento da memória. Afinal, para Foucault (2007 *apud* GREGOLIN, 2004, p. 29). “todo enunciado liga-se a uma memória e, assim, não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados” ou ele mesmo falando: “não há enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio de outros” (FOUCAULT, 2007, p. 112). Em discursos como o da figura 39³² – “Nós vamos usar chlorinol e ser como um negro branco”, é possível observar que o enunciado *antes* e *depois* não estão latentes como discurso verbal. A inferência do sujeito-leitor é que vai trazê-lo à existência mediante o dispositivo imagem.

³² A figura 39 não é literalmente um produto para pele ou cabelo. Os efeitos de sentido se traduzem em pistas que nos levam a perceber a estreita relação com o desejo de clarear a cútis. Todavia, só é utilizada neste espaço discursivo para que o sujeito leitor possa compreender que os discursos posteriores, das figuras 40 e 41 não partiram do nada e, sim, de uma cadeia preexistente que estava dormente. Acordada na contemporaneidade pela regularidade do discurso que se repete, aparentando novidade. Somado a estes aspectos, não foi uma publicidade brasileira, tanto esta como as demais – 40, 41 e 42. Porém as utilizamos neste estudo para evidenciar que a constituição de tipos, mediante discursos de rótulos e propagandas, não é peculiaridade nossa. Ademais, historicamente, o Brasil está acostumado a importar modismos e paradigmas de outras culturas. No universo da beleza e estética, esse processo não é diferente. Além do fato de serem discursos de marcas mundializadas pelos meios de comunicação.

Figura 39



Fonte: <http://ideiasdenegocios.wordpress.com/category/anuncios-antigos-impubicaveis/>

Chamada discursiva: "Nós vamos usar Chlorinol e ser como um negro-branco."

É possível dizer, além disso, que a posição-sujeito evidencia um discurso de um sujeito que não quer abandonar sua subjetividade de negro, a identidade que lhe é peculiar, mas quer ser visto como branco, ou seja, a cor funciona como signo que estigmatiza e causa estranheza: “quero ser negro, porém um negro branco” ou “não basta ser negro, é necessário ser um negro branco”. Posteriormente, temos uma nova prática discursiva provocada que, lá estava, resguardada pela memória discursiva, e teima em reaparecer, agora no cotidiano da beleza e estética. Atentemos à próxima figura:

Figura 40



before **after**

Visibly more beautiful skin from the most unexpected of places – your shower.

Introducing Dove VisibleCare, our new revolutionary line of body washes that actually improves the look of your skin. With our highest concentration of NutriumMoisture™, you'll see visibly more beautiful skin in just one week. **NEW DOVE VISIBLECARE CRÈME BODY WASH**

dove.com

Average results in 1-3 weeks of daily use, based on clinical testing. In home use testing, consumers noticed visible improvement after 1 week. Photos shown reflect clinical improvement at 3 weeks.

Fonte: <http://thegloss.com/beauty/is-doves-visiblecare-body-wash-ad-racist/>

Mas o enunciado que, para aparecer carecia da cooperação do sujeito-leitor, agora se deixa transbordar. Há uma mudança de posição: a imagem sem o *after* – antes e sem *before* – depois não causaria o mesmo efeito de sentido. Aqui, o entrecruzamento memória, imagem e enunciado se apresentam de maneira diferenciada. Em discursos

anteriores, a imagem ancorava o discurso verbal; agora, o discurso verbal é quem ancora a imagem para fazer reaparecer um discurso racista e preconceituoso: de negação e rejeição de identidades. Logo, o antes e o depois estão inscritos não como frases soltas, mas como enunciados inscritos num universo que se deslocou, pois, como diz Foucault, referindo-se à frase, (2007, p. 110), “para que se trate de enunciado é preciso relacioná-la com todo um campo adjacente”.

É possível dizer que o *antes* e o *depois* foram reatualizados, isto porque, segundo Foucault (2007, p. 110), “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados”. Esta é uma das características arqueológicas foucaultianas: a descontinuidade histórica que deixa de buscar origens na história-tradição para mergulhar no acontecimento discursivo não linear, renegando as possibilidades da história totalitária, bem como a crença de que é possível reapoderar-se do discurso verdadeiro. “Nesta concepção, passa-se a tratar o acontecimento no jogo de sua instância, na pontualidade em que aparece e em sua dispersão temporal” (SARGENTINI, 2004, p. 86). Interessa ao método arqueológico focalizar as práticas discursivas que constituíram saberes de uma dada época, a partir de enunciados efetivamente ditos que fazem funcionar o discurso. Junto ao tratamento arqueológico, encontra-se a genealogia, assegurando que o acontecimento discursivo é construído nas relações de poder, saber e verdades, nos jogos de força, que fazem do discurso prática social, historicamente marcado pelos sentidos. Nesta arena discursiva, o sujeito e o enunciado entrelaçam-se como conceitos diferenciadores. Como mencionado, nenhum dos dois pode ser reduzido a elementos gramaticais. Sujeito e enunciado para Foucault, coexistem,

[...] na medida em que o sujeito do enunciado é uma função determinada, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro, na medida em que é uma função vazia, podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto indiferentes, quando chegam a formular o enunciado; e na medida em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos. [...] Não é preciso, pois, conceber o sujeito do enunciado como idêntico ao autor da formulação, nem substancialmente, nem funcionalmente. Ele não é, na verdade, causa, origem ou ponto de partida do fenômeno [...]. É um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes [...]. Esse lugar é uma dimensão que caracteriza toda formulação enquanto enunciado (FOUCAULT, 2007, p. 105-107).

Assim, cabe dizer que quando denominamos a indústria da beleza e estética como sujeito-autor, só estamos marcando sua instância produtora, não delimitando uma posição singular ao sujeito. Estes esclarecimentos vêm a calhar no momento em que nos

deparamos com as figuras 39³³ e 40. Estas anunciam produtos diferenciados: o primeiro refere-se ao que chamamos, no Brasil, de água sanitária; o segundo, atual, um creme de pele da marca Dove. Observe que, em ambos os casos, as imagens *per si* já diriam muito, mas poderiam causar um efeito de sentido bem diferente daquele provocado pelo todo: linguagem verbal e não-verbal. O que nos interessa aqui é o acontecimento do retorno, sob uma nova situação histórica. Houve uma irrupção para que a repetibilidade se concretizasse: são dois universos bem distintos, duas posições-sujeito diferenciadas, mas que se traduzem, para o sujeito-autor, contemporâneo ou não, em limpeza. Para branquear a pele, assim como a roupa, é preciso limpar. A limpeza da pele historicamente chega aos dias atuais como embranquecimento. A cor negra, neste caso, carrega um ranço histórico-ideológico de sujeira. Bem mais que isto, é possível dizer que há um conceito de rejeição a características que são elucidadas como inferiores.

Na figura 39, não há explicitamente enunciados o *antes* e o *depois*, compete ao sujeito-leitor fazer estas inferências. Já na figura 40, isto é explícito. Somado ao fato de que outros atributos ao negro aparecem como pejorativos: na figura 40, no *after* – antes, temos a figura de uma mulher de cabelos ondulados, soltos, sem apagamento do chamado frizz, enrolada numa toalha, com curvas bem menos evidenciadas que as demais, pernas mais cheias e torneadas. Acrescenta-se à figura o fato de ter como pano de fundo de sua foto, em especial, um painel marrom claro com rachaduras, o que representa a pele que precisa de cuidados, por ser áspera e ressecada, maltratada, como se peculiar ao negro; posteriormente outra mulher de cabelos lisos, pretos, bem mais magra, de pele alva, que está fora dos painéis; no ápice, o *after* – depois, uma loira, também enrolada na toalha, tão magra quanto a segunda, só que branca, no fundo um painel, que, diferente do primeiro, não possui rachaduras, representando o que o sujeito-autor considera normal. Esta última está num topo hierárquico diferenciado da primeira, inferindo a seguinte leitura: “use o creme Dove e seja uma negra branca ou se transforme numa branca. Evolua de cor! Contanto que possa deixar seus caracteres no passado negro. Além da pele acetinada e branca, você terá cabelos loiros, soltos e macios”.

³³ Esta propaganda não é mais veiculada com a função de apresentar um produto ao público. Encontra-se no rol daquelas que são consideradas, hoje, propagandas antigas e racistas. Ver: www.ideiasdenegocios.wordpress.com/category/anuncios-antigosimpublicaveis/.

Nas figura subsequente, 41³⁴, as leituras se tornam bem mais enfáticas, tendo em vista a postura de um sujeito-autor que quer fazer crer que o produto anunciado, figuras 42 e 43 – tintura Féria, tem o poder de transformar a cor da pele. Para tanto, é óbvio, traz uma imagem de figura notória, no meio artístico, o que causa um efeito de sentido de confiança: “se tal artista usou e ficou assim, você também pode!”. Evolua de preto para branco. Observe que o produto veiculado é uma tintura para cabelo, não é um produto para pele. Por que embranquecê-la? Na síntese, torna a famosa cantora loira e quase branca. Esse quase é o que causa estranheza. Negação? Rejeição? O belo é o branco? São questionamentos que suscitam, frente a discursos que se amparam em imagens como dispositivos de memória. Passemos às imagens³⁵

Figura 41



Fontes: <http://revistaquem.globo.com/Revista/Quem/0,,EMI289654-9531,00.html>;
<http://www.pretaaporter.com/2011/02/campanha-da-loreal-com-beyonce-levante.html>

³⁴ Somado às figuras, ainda existe outro dispositivo, em que o discurso publicitário da L'oreal pode ser encontrado: www.youtube.com/watch?v=HqxTwq663nQ.

³⁵ Beyoncé Knowles estaria mais branca em anúncio de cosméticos, afirma a reportagem. Disponível em: www.ego.globo.com/.../0,,MUL715727-9798,00-BEYONCE+KNOWLES, publicada em 07 de agosto de 2008. Veja reportagem da folha UOL: L'oreal nega embranquecimento de Beyoncé em anúncio: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u430967.shtml>, publicado em 07/08/2008; ainda: http://sindromedeestocolmo.com/2008/08/embranqueceram_beyonce/

Figuras 42 e 43³⁶

Fonte: http://www.precomania.com/search_attrib.php/page_id=1608/form_keyword=L%2527oreal%252BFeria/

A imagem carrega em si ranços da sociedade guarda-roupa (BAUMAN, 1998) ou daquela que se utiliza técnicas de governo para apagar as subjetividades? Na primeira, rapidamente nossas subjetividades seriam dependuradas nos cabides, para assumir os papéis ilimitados frente ao descentramentos que vivenciamos na pós-modernidade; na segunda, são técnicas, estratégias, que se encarregam de estabelecer a organização pelo padrão, marcado pela regulamentação. Disciplinarização dos corpos? Mais que isto: há, implícito ao discurso, uma guerra difícil de calar, já que isto só acontece quando uma das partes se sujeita e o outro morre, apaga-se. Tanto é que tanto no *chlorinol* como no *visible care* e na tintura Féria há uma pressuposição de transformação e evolução. Os rótulos, aqui, ancoram-se nas imagens, nas propagandas.

Mas vale lembrar que, na solidão da prateleira, quando manuseado pelo sujeito-leitor, as imagens reaparecem, amarrando os nós da presença e da ausência, ligando implícitos, tendo em vista o fato de que é o sintoma e não a fonte. O que o faz reaparecer, pela memória, pela repetibilidade histórica que institui verdades, modos de subjetivação e objetivação. São as técnicas de si e de poder que permitem a constituição de um *ethos* identitário, que rasga o véu do passado para ressurgir no presente, com uma nova face, mas com efeitos de sentido que buscam estabelecer estereótipos, disciplinar corpos, regulamentar posturas e comportamentos, agrupar pela tecnologia da governamentalidade. Enfim, trata-se de estabelecer uma guerra silenciosa em que a tônica recai sobre o racismo de cor. Enunciados, sujeitos, imagem e memória constroem essa tessitura histórica e poderosa chamada discurso.

³⁶ Estas figuras correspondem à tinturas de cabelo, comercializadas pela L'oreal, cujo tipo, Féria, é anunciado pela modelo. Esta marca foi eminentemente criticada pelos meios de comunicação por ter supostamente clareado, embranquecido, a modelo.

Em considerações anteriores, afirmamos que os conceitos da AD, apesar de se diferenciarem, estão eminentemente ligados. Com o arquivo – *a priori* histórico – foucaultiano não é diferente: enquanto Pêcheux (1988/2007) traz para a teoria do discurso a visão de uma memória discursiva, Foucault (2007) destaca a existência de um *a priori* histórico ou arquivo. Não se trata apenas de mudança de nomes, mas de crivos teórico-metodológicos que ora se distanciam, ora se aproximam: o discurso é sua ferramenta primordial de materialização. É como se nele, o arquivo, estivessem guardados, silenciados, noções, fatos, concepções, relações possíveis de serem recuperados, fios que se dispersam num refazer. E quem delata essa possibilidade é a dispersão no tempo. Conforme Foucault (2007),

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desaparecem ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas. [...] O arquivo não é o que protege, apesar de sua fuga imediata, o acontecimento do enunciado e conserva, para as memórias futuras, seu estado civil de foragido. [...] O arquivo não é, tampouco, o que recolhe a poeira dos enunciados que novamente se tornaram inertes e permite o milagre eventual de sua ressurreição; é o que define o modo de atualidade do enunciado-coisa; é o sistema de seu funcionamento. [...] é o que diferencia os discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria (FOUCAULT, 2007, p. 147)

É perceptível que as formulações de Foucault acerca do arquivo estão estreitamente relacionadas a outros conceitos – enunciado, formação discursiva, *a priori* histórico, positividade, discurso e, em especial, à arqueologia. Isto porque Foucault (2007) a considera o alicerce de todas as demais definições, por carregar em si mesma efeitos de sentido que conduzem o sujeito a um referencial histórico, que não é uma escavação geológica, em que é possível perceber as condições de construção ou condições de funcionamento do discurso, os jogos de força, constituídos pelas relações de poder presentes no âmbito do discurso. Sob a ótica foucaultiana, este, jamais a-histórico, passa a ser percebido, também, como lugar de constituição de poder, eminentemente coercitivo, bem como lugar possível de pensar as práticas discursivas de uma sociedade. É pelas práticas discursivas que essa percepção é ativada: “o método arqueológico focaliza as práticas discursivas que constituem o saber de uma época, a

partir de enunciados efetivamente ditos e o funcionamento dos discursos” (SARGENTINI, 2004, p. 90). Nesta pesquisa, por exemplo, tentamos evidenciar um racismo de cor contemporâneo que se utiliza de signos reatualizáveis para fazer aparecer um discurso atual: é como se o sujeito se colocasse numa condição paradoxal. Nesta reatualização, saberes e verdades são construídas, mas não do nada: “minha investigação procura restituir os enunciados à sua dispersão, para considerá-los em sua descontinuidade, para apreender sua própria irrupção no lugar e no momento em que se produziram; para reencontrar sua incidência de acontecimento.” Afirma Foucault (*apud* GREGOLIN, 2004, p. 37). Daí, nasce a ideia de exterioridade, característica à análise que intenciona reencontrar os acontecimentos discursivos.

Então, o arquivo da homogeneidade que caracteriza um padrão identitário pode ser buscado numa base institucionalizada que tentou mostrar a cara de um país que não somos: ranços da democracia racial e da assimilação à brancura. Este arquivo, assim como os demais, não é dado *a priori*, mas se trata de uma construção de um dado momento histórico. É por esta construção, constituidora de identidades, que *A cor da pele* tornou-se uma marca pejorativa para uns, valorativa para outros. Pelos discursos dos rótulos, ancorados ou não pelas imagens da propaganda, passa uma conformidade não existente, naturaliza-se um processo, numa tentativa de desmistificar um dispositivo científico, montado para provar a supremacia de uma raça. A própria Ciência se incumbiu de criar um aparato que legitimasse a soberania de uma raça sobre outra, numa tentativa de legitimar as desigualdades sociais, como já evidenciado.

Assim, esse processo do já-dito passa pela positividade do discurso, revelando como os enunciados podem falar a mesma coisa, sem que jamais tenham conhecido os sujeitos que os proferiram. Traduz-se como a lei de coexistência de um enunciado com outros que ora subsistem, modificam-se e desaparecem. Entendemos que positividade e *a priori* histórico são conceitos interdependentes. Foucault (2007) aponta que este é o conjunto das regras que caracterizam uma prática discursiva. Esta, arqueológica por natureza, evidencia não mais a linearidade, mas a descontinuidade, guardada por um arquivo que pode ser traduzido, conforme Marandi, numa releitura de Sargentini (2004, p. 88), como “um conjunto de regiões heterogêneas de enunciados produzidos por práticas discursivas”.

Em se tratando da discursividade oriunda dos rótulos, a sociedade tenta construir uma imagem homogeneizada, uma espécie de padrão que rotula não só seus produtos, mas pessoas. Esse sujeito autor, a indústria da beleza e estética, tem seu

discurso confirmado pela ciência, quando preconiza no verso ou fundo da embalagem o que é tido como *normal, sensível, esponjado, fritz do cabelo, controlador, cor da pele etc* –adjetivações enunciadas pelos discursos racistas, ideológicos e constituidores de identidade, oriundos deste espaço. É pertinente dizer que a imagem de si, produzida pela sociedade, é a imagem do que está posto no documento/monumento. É uma imagem que passa pelo branqueamento.

Confirmando Le Goff (1990), torna-se necessário começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção e funcionamento dos documentos-monumentos. De Certeau (2010) aponta que não basta dizer o outro mediante o discurso, pois, assim, permaneceria seu discurso e o espelho de sua operação. Inversamente, quando ele, o historiador, retorna às suas práticas e lhes examina os postulados para renová-las, “descobre nelas imposições que se originaram bem antes do seu presente e que remontam a organizações anteriores, das quais, seu trabalho é o sintoma e não a fonte” (DE CERTEAU, 2010, p.46).

A figura 44 não é um rótulo, mas uma propaganda retirada de uma revista que data de 1914: *Revista Occidente, Lisboa, revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro*. Sant’Anna (2005) adverte que a publicidade entre os anos de 1900 a 1930, em relação à beleza e estética da mulher, trilhou por um caminho em que produtos de beleza se confundiam com remédios no combate de diversos “defeitos” femininos. Assim, existiam “pomadas para afinar a cintura, branquear a pele, tirar peles ou escurecer os cabelos brancos. Do cansaço às cicatrizes, passando pelas rugas e feridas, um mesmo produto é, inúmeras vezes, considerado polivalente e, por isso mesmo, eficaz” (SANT’ANNA, 2005, p. 122). Vejamos:

Figura 44



Fonte: www.revistabrasileirmarketing.org/ojs-2.2.4/index.php/remark/.../90

Os dizeres em negrito chamam atenção, em especial o *branqueia* e *pelle*, pois, além de negrito, estão em maiúsculo. Os demais dizeres não estão tão evidentes, por conta do tamanho da letra. Transcrevê-lo, então, é de suma importância.

Cold-Crème Albert Simon, com sello Viteri. É o mais perfeito creme de Toilette. Branqueia, perfuma e amacia a pelle. Tira cravos, pontos negros, manchas, vermelhidão, panno borbulhas, cheiro, rugas, olheiras e espinhas. Alisa a pele rugosa e áspera dos joelhos e cotovellos. Dá firmeza aos seios. Defende a epiderme da acção do vento e da poeira. Cura e impede assaduras nas crianças e pessoas gordas. Amacia a calosidade dos pés e mãos e evita a formação de callos. Torna os pés resistentes as longas marchas e refresca-os em seguida a estas. Combate o cheiro acre da transpiração dos sovacos e pés. Deve-se usar em seguida ao barbear.

Nesta circunstância, rótulo e propaganda, não se diferenciavam muito. Boa parte dos rótulos de produtos como cremes e shampoos se assemelhava, inclusive por carregar imagens que se traduziam em uma espécie de confirmação dos dizeres. As figuras abaixo, contemporâneas, ainda confirmam esta interdependência:

Figuras 45, 46 e 47



Fonte: www.amazoniabrazil.com/english/index.php?

Recheados de sentido, a figura 45, Creme para pentear – propõe redução de frizz; 46 – creme de tratamento – hidratação e regeneração dos cabelos cacheados; 47 - Seda hidraloe condicionador – redução dos cachos rebeldes, cachos alongados e definidos. A figura 44 traz evidência de dizeres que explicitam a importância de atingir

a brancura da pele; já as figuras acima estabelecem que os cremes e condicionador para os cabelos definirão cachos flexíveis, inclusive prometendo apagar aqueles que se esvoaçam, o que chamam de frizz. O primeiro discurso é mais aberto, explícito, já o segundo, velado. Isto porque ambos propõem efeitos de sentido que tornam as características do branco mais evidentes. Mesmo ao tratar da pele, no século XIX, ou lavar e enxaguar os cabelos, na pós-modernidade, é preciso atender a um padrão de imposição, eminentemente controlado e cerceado, sutilmente, pela sociedade do discurso: a indústria da beleza e estética que utiliza o rótulo, também, como veículo de comunicação. É preciso controlar o frizz do cabelo, porque os emaranhados causam estranheza. E o estranho não cabe na cadeia discursiva do branco. Confirma-se, aqui, o que Foucault (2007) aponta sobre as características arqueológicas do discurso, em que as práticas discursivas são produzidas no interior de coerções. Sob esta ótica, discurso e poder articulam-se para produzir verdades. E as verdades produzidas nos discursos dos rótulos e propagandas pesquisadas constroem subjetividades que primam pelo padrão estético singular, único, como se alguns atributos fossem feios, portanto renegados, rechaçados, e outros bonitos e cabíveis numa padronização.

Voltemos à memória discursiva ou ao *a priori* histórico com as próximas figuras:

Figuras 48 e 49



Fontes: Santos, Christlene Carvalho dos. História e Propaganda: análise de corpos femininos em imagens publicitárias na década de 20. Recife: UFPE, 2000; Revista Cláudia, Ano 9, nº 48, respectivamente.

Mais uma vez é perceptível que o uso da imagem é garantia de um discurso que se estabelece como dominante. Por este ângulo, os dizeres estão eminentemente atrelados aos mecanismos que o comprovam, ou seja, já no século XIX, o sujeito-autor

buscava referendar-se numa imagem importada por um símbolo de beleza a ser alcançada. Santos (2000a) destaca que, na falta do som e da fala, a linguagem do cinema construía sua narrativa através da imagem e da ação. A inteligibilidade dos personagens passava pela necessidade do reconhecimento quase que imediato, cujo caráter transparecia através de sua representação visual ou plástica. Segundo Domingues (2002), esta propaganda, figura 48, foi veiculada pelo Periódico *A Cigarra*, nº XIII, em 1915, considerada revista de maior circulação no Estado de São Paulo, com um discurso bastante sugestivo: *Crême de Beauté Oriental. Pelas suas qualidades [...] embranquece, amacia e assetina a cutis, dando-lhe a transparencia da juventude. Preço 3\$000*. A formação discursiva é constituída por um discurso que leva o Outro a se projetar como mais jovem e muito mais “transparente”. Esta adjetivação, somada ao já dito explicitamente, ao *embranquece*, carrega em si uma discursividade ideológica: pele transparente é sinal de pele alva, portanto branca.

Segundo Domingues (2002), constituiu-se uma estética do branqueamento, tornando-se um fetiche extremamente eficaz na alienação do negro. O que reforça a ideia de que o reconhecimento é de suma importância para a constituição de identidades. Se o Outro não me reconhece, se é necessário que eu me assemelhe a ele, certamente, terei que negar e desprezar o meu eu. Na Pós-Modernidade, os mecanismos não são tão diferentes daqueles do início do Século XX: busca-se uma confirmação do dito, mediante a imagem, claro que bem mais elaborada, levando o Outro a estabelecer uma inter-relação do discurso do produto para com a imagem. Uma prática discursiva que faz circular um dizer que empodera a identidade, legitimadora *per si*, tendo em vista sua construção histórica e cultural.

Assim, dessas inserções, infere-se que a indústria da beleza e estética há muito vem trabalhando, construindo, um discurso que busca mecanismos e estratégias para padronizar pessoas, reforçando a comunidade de dentro e rechaçando a de fora – o nós e o eles (VAN DIJK, 2008). O primeiro é sempre sancionado como superior, cumprindo o papel de controlador não só dos discursos, mas de atitudes. São as técnicas de governo e técnicas de si (FOUCAULT, 2006b) que se juntam para levar uma das partes a perceber que “na ausência de modelos positivos para se espelhar, o negro recusava sua própria natureza, desembocando, muitas vezes, em crise de identidade étnica, descaracterizando-se, na busca pela supressão dos traços raciais afro” (DOMINGUES, 2002, p.581).

Somado a isso, essa postura parcial adotada histórica e culturalmente pela indústria da beleza e estética se traduz “em um conjunto de práticas discursivas que faz algo entrar no jogo do verdadeiro e do falso” (REVEL, 2004, p. 81). Lembrando que este algo não um objeto ou uma coisa, mas um ser social que se constitui como estranho, também a si, para fazer aparecer aquele que preponderava, numa tentativa de superação da inferioridade que a cor representava no imaginário social.

Ao evidenciar as figuras supracitadas, o objetivo não é evidenciar a origem histórica pura e simplesmente, vez que o entendimento passa pelo crivo de que “são o sintoma e não a fonte” (DE CERTEAU, 2010, p. 46). Somado ao fato de Foucault (2007, p. 162) afirmar que “não é legítimo, pois, indagar à queima-roupa, aos textos que estudamos, sobre o seu valor de originalidade e sobre os fragmentos que se medem aqui na ausência de ancestrais”. Com certeza, quem as construiu bebeu em muitos outros discursos: há um atravessamento de vozes que perpassam seu aparecimento discursivo. A visão européia de normalidade é uma delas. A razão e proporção ressoavam no discurso eurocêntrico: normal estava para semelhante, assim como semelhante está para normal. Os efeitos de sentido oriundos desta aparente simplicidade eram, no mínimo, perversos, pois preconizavam o apagamento do outro, ao partir do princípio de que normal era o branco. Esta foi a imagem construída para descartar e macular o outro, que, por se achar diminuído, relegado a um segundo plano, renegava sua imagem. Munanga (2006a), ao tratar de raça e identidade, destaca que um dos principais entraves à aceitação é a falta de reconhecimento do outro. O fato de o convivente social não aceitar o que lhe aparenta como diferente leva o relegado a uma estranheza e a vontade de mudança para adaptação. Se a imagem de si é depreciada, o outro se apaga. E, neste apagamento, passa a construir a imagem aceitável para não fugir à regra, ao que é normal.

As relações, no entanto, são permeadas de poder e, por mais violentas que sejam, do eminentemente natural, vaza à resistência. Varando o tempo, as estratégias do branqueamento chegaram à pós-modernidade mediante um documento/monumento que se repete, não pela mesma via, já que o lugar deixado vazio é ocupado e modificado por outros sujeitos, por ser histórico, sócio e cultural. Cumprindo nosso papel, só estamos acordando-os da sombra onde reina, ou dos limbos resistentes (FOUCAULT, 2007). Esta é uma das funções do arquivo: buscar na historicidade a dinâmica dessa construção, mediante as análises de objetos – práticas discursivas – que se aparentam vazios e inócuos de sentido. Falar de descontinuidades e rupturas, então, é suscitar

características de uma arqueologia e genealogia foucaultianas. É por esta via que a discussão continuará.

4.3. A arqueologia e genealogia: concepções Foucaultianas.

As pistas de seus conceitos – arqueologia e genealogia – foram fincadas em explanações anteriores. Contudo, por acreditar que a arqueologia e genealogia são dois dos principais conceitos de Foucault que podem oferecer subsídios para o entendimento da identidade singular, o padrão da branquira, que o sujeito-autor – a indústria da beleza e estética – tem construído na contemporaneidade, retomamos alguns princípios norteadores que podem elucidar ainda mais os estudos em foco. Somado a estes aspectos, observamos que os conceitos anteriores – *a priori* histórico, arquivo e enunciado – estão estreitamente ligados ao de arqueologia. O que confirma a necessidade de buscar um maior respaldo.

É possível dizer que a arqueologia de Foucault (2007) vem, de maneira decisiva, refutar todo e qualquer vestígio de práticas discursivas alheias e distantes à história. Esta, para Foucault é feita numa dinamicidade que carece de recortes para ser descrita. “A descrição arqueológica é precisamente o abandono da história das ideias, recusa sistemática de seus postulados e de seus procedimentos, tentativa de fazer uma história inteiramente diferente daquilo que os homens disseram.” Argumenta Foucault (2007, p. 156). Entre elas, a análise arqueológica e história das ideias, os pontos que as separam são numerosos.

Considerando o mais pertinente a esta abordagem, a arqueologia não trata o discurso como documento, como signo de outra coisa, mas como monumento que se deixa atravessar, para evidenciar sua opacidade importuna, para reencontrar a profundidade do essencial. Ela, a arqueologia, se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento, bem como busca definir o discurso enquanto prática que obedece a regras; a arqueologia não espreita o momento em que, a partir do que ainda não eram, tornaram-se o que são. O problema dela é, pelo contrário, definir os discursos em sua especificidade; ela não quer reencontrar o ponto enigmático em que o individual e o social se invertem um no outro, pois o objetivo não é reconstituir o que pôde ser pensado, desejado, visado pelos homens no momento em que proferiam o discurso, ou seja, não tenta repetir o que foi dito, reencontrando-o em sua própria

identidade. Enfim, não é o retorno ao próprio segredo da origem: é a descrição sistemática de um discurso-objeto (FOUCAULT, 2007).

Assim, para a arqueologia, os discursos não têm princípios de unidade. Machado (2009) afirma que a ideia de analisá-los como dispersão surge deste fato. A arqueologia desrespeita o estabelecido, neutralizando as possíveis unidades. Sob estas assertivas, os discursos são dispersos por não estarem ligados a nenhum princípio de unidade. O que leva Machado a dizer:

[...] a análise dos discursos será a descrição de uma dispersão. Mas com que objetivo? Para estabelecer regularidades que funcionam como lei da dispersão, ou formar sistemas de dispersão entre os elementos do discurso como uma forma de regularidade. Em outras palavras, trata-se de formular regras capazes de reger a formação dos discursos. A essas regras, que são as condições de existência de um discurso, e devem explicar como os discursos aparecem e se distribuem no interior de um conjunto, Foucault chama “regras de formação”. [...] A descoberta dessas regras, que disciplinam objetos, tipos enunciativos, conceitos e temas, caracteriza o discurso como regularidade e delimita o que determina uma “formação discursiva”. Em suma, um discurso, considerado como dispersão de elementos, pode ser descrito como regularidade, e portanto individualizado, descrito em sua singularidade, se suas regras de formação forem determinadas nos diversos níveis (MACHADO, 2009, p. 146).

Como se vê, numa visão foucaultiana, a passagem da dispersão para a regularidade implica na constituição da formação discursiva. Espaço de suma importância à materialização do discurso: é nele que as regras se apresentam como um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias. É neste universo que se torna possível constituir o discurso como prática. O que significa assumir como princípio a descrição de acontecimentos discursivos, historicizando enunciados. Assim, os objetos emergirão. É nela, pois, na formação discursiva, enquanto espaço de emergência, que as regras são construídas, fazendo aparecer um determinado enunciado e não outro em seu lugar.

Diante dessas definições, se há uma arqueologia dos rótulos que prima pela descontinuidade e dispersão do sujeito, há, também, num sentido complementar e não dicotômico, uma genealogia discursiva que, para Foucault, numa retomada de Dreyfus e Rabinow (2010), tem como tarefa destruir a primazia das origens, das verdades imutáveis, porque sujeição, dominação e luta são encontradas em toda parte. Onde se presentifica significação e valor, virtude e bondade, ele, Foucault, procura estratégias de dominação. Em vez de origens, pura e simplesmente, significados escondidos ou intencionalidades explícitas, Foucault, o genealogista, vê relações de força funcionando

em acontecimentos particulares, que são movimentos históricos. Trazer à luz a fala dele mesmo, Foucault, influenciado por uma visão de genealogia nietzscheana, confirma a importância desse conceito:

A genealogia é cinzenta: ela é meticulosa e pacientemente documentária. Trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, muitas vezes reescritos. [...] Por que Nietzsche genealogista recusa, pelo menos em certas ocasiões, a pesquisa da origem (*Ursprung*)? [...] O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada de sua origem – é a discórdia entre as coisas, o disparate. A história ensina também a rir das solenidades da origem. A alta origem é o “exagero metafísico que ressurgue na concepção de que no começo de todas as coisas se encontra o que existe de mais precioso e de mais essencial. [...] fazer a genealogia dos valores, da moral, do asceticismo, do conhecimento nunca será, portanto, partir em busca de sua “origem”, [...] será, ao contrário, meter-se nas meticulosidades e nos acasos dos começos; [...] esperar para vê-los surgir, máscaras finalmente retiradas, [...] a genealogia restabelece os diversos sistemas de submissão: não absolutamente a potência antecipadora de um sentido, mas o jogo casual das dominações” (FOUCAULT, 2008a, p. 264-268). (grifos do autor).

Os discursos dos rótulos não ficam estanques a esta realidade, pois, ao se materializarem, transcendem para um horizonte de relações de força, empoderadas ora pela dominação, ora pela resistência. Assim, o rótulo procura, quando propagandeado em revistas ou outro recurso midiático, o recurso da imagem para confirmar o seu dizer: um dispositivo de poder que busca subsídio de reforço de ratificação de uma identidade.

Acompanhando esse raciocínio, ao analisar os discursos dos rótulos e das propagandas, torna-se perceptível que o sujeito-autor se apropriou de manobras discursivas, táticas sutis para fazer funcionar seu discurso, utilizando-se de um espaço aparentemente inofensivo. Esta concepção de espaço discursivo derruba a visão aparente de sujeição do outro, apenas. É fato que ela existe, não como exclusividade, pois, para o genealogista, não há sujeito nem individual, nem coletivo, movendo a história. O que existe é a noção de interstício, ou seja, um jogo de forças que, em qualquer situação histórica particular, torna-se possível pelo espaço que as define. No estudo em questão, os documentos/monumentos denominados rótulo e propaganda oferecem as condições para esse jogo discursivo, configurando-se num espaço de aparecimento do sujeito não mais dono de uma situação, mas num campo de batalha que varou o tempo pela repetibilidade que o levou à contemporaneidade. Dreyfus e Rabinow (2010), citando Foucault diz que

“a história dos historiadores estabelece para si mesma um ponto de apoio fora do tempo; ela pretende julgar tudo segundo uma objetividade de apocalipse.” Ao contrário, a história efetiva tenta colocar tudo em movimento histórico. Todos os nossos ideais de verdade e beleza, nossos corpos, instintos e sentimentos deveriam estar além da relatividade. O historiador eficaz busca dissolver essa confortável ilusão de identidade, firmeza e solidez. Não há constante para o genealogista. [...] nada ao homem – nem mesmo seu corpo – é suficientemente fixo para compreender os outros homens e nele se reconhecer (DREYFUS E RABINOW, 2010, p. 147). (grifos dos autores).

Entretanto, nunca é demais lembrar que Dreyfus e Rabinow (2010, p. 141) também chamam atenção para o fato de que “a genealogia é complementada e suportada pela arqueologia”, ou como diz Revel (2004, p.69): “Antes de ser genealógico, o pensamento foucaultiano é descontínuo – ou, mais exatamente, é a descontinuidade que torna inevitável a assunção da dimensão genealógica”. O que, para nós, significa analisar os discursos dos rótulos e propagandas partindo de um pressuposto histórico não aparente, constituído por relações de força e por sujeitos que se dispersam. Afinal, parafraseando Courtine, mediante o olhar de Fernandes (2010), as reconstruções históricas tornam-se veículos para que as formas indefinidamente repetíveis, que são os enunciados, possam ser descobertos. São os fios tênues, interdiscursivos, que atravessam imagens, tecem a tela, evidenciam palavras, tornam os discursos transversos, indefinidamente repetíveis, que permitem as enunciações mais dispersas. Quando entrevistado por Fernandes (2010), Courtine ressalta:

O fio “interdiscursivo”, que é aquele da própria formação discursiva, esse paradigma da expressão que atravessa as textualidades da época clássica, liga-os, ordena-os, assegura a passagem de um a outro, percebendo, ao mesmo tempo, a unidade e a dispersão de um leque inteiro dos saberes [...]. Sua configuração de conjunto, a duração de seu desdobramento no tempo, as unidades que a compõem e que correspondem a tantos traços que ela deixa ao longo dos textos e das imagens, tudo isso deve ser construído. Agora, e somente agora, nos encontramos verdadeiramente no domínio do discurso, em sua arqueologia. Existem, desde então, unidades mínimas de discurso que se deixam descobrir, que se deixam deduzir dessa construção, que se dissemina e se desloca como tantos traços no interior desse vasto corpus. [...] essas formas indefinidamente repetíveis parecem ater-se à pouca coisa, mas é a sua simplicidade, seu próprio minimalismo que asseguram sua repetibilidade, sua surpreendente ubiquidade, que permitem seu deslizamento e sua transferência de texto a texto, de uma instituição a outra, de um locutor a outro (FERNANDES, 2010).

É perceptível que Courtine faz alusão às categorias do discurso enquanto prática histórica e social eminentemente foucaultianas, considerando que é Foucault quem trata da história por um viés não linear, não tradicional, ao pensar as mudanças

históricas como processo de dispersão e descontinuidade, em que todos os sujeitos estão envolvidos, propondo, portanto, o acontecimento e a ruptura como pontos de discussão. Assim, para uma arqueologia do saber, os fenômenos começam em pontos históricos particulares, não havendo, contudo, o lugar próprio da verdade, mas um sujeito que se dispersa e problematiza a descontinuidade arqueológica. Numa visão foucaultiana, o sujeito não é a fonte de seu discurso, mas uma posição ocupada por aquele que enuncia. Neste caso, os enunciados partem da mesma cadeia discursiva: a indústria da beleza e estética, que marca seu território como sujeito-autor.

Assim, rótulos e propagandas se tornam gêneros discursivos ou monumento/documento por seu caráter histórico, tendo em vista o fato de que o tempo é marcado por descontinuidades. Pelos dizeres de Foucault (2007, p. 230), “ [...] é a certeza de que tudo que escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo nada dispersará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta.” Falar de descontinuidades históricas suscita a vontade de saber acerca dessa autoria de objetos inscritos na história, denominados rótulos e propagandas. O que nos conduz às próximas discussões.

4.4. A função sujeito-autor nos rótulos e propagandas: autoralidade de marcas?

Falar de autoralidade num estudo que tem como *corpus* o discurso dos rótulos e propagandas, a princípio, pode despertar no sujeito-leitor certa curiosidade ou estranheza, tendo em vista o fato de que se trata de um assunto historicamente estreitado à literatura, mais precisamente a uma obra literária. Maingueneau (2010) destaca que, de fato, é aos enunciados escritos que se atribui de maneira privilegiada um “autor”. Maingueneau (2010) aponta, além disso, que, para o linguista, importa saber em que condições esse enunciado é suscetível de ter um autor. Dessa forma, acentua-se o questionamento: há possibilidade de autoria nos discursos dos rótulos e propagandas? Afinal, quem é o autor desse discurso? Ou quem ocupa a função de sujeito-autor nessa cadeia discursiva?

Geralmente, quando se faz uma alusão a categoria sujeito, emerge de imediato uma significação que evoca o individual, o indivíduo. Entretanto, é necessário dizer que a noção aqui tratada, neste momento, não está presa a indivíduos particularizados no mundo. Na perspectiva em discussão, é mais do que sujeito: é o sujeito-autor, que não se configura como ser humano individualizado. Não se trata do indivíduo, da pessoa, como uma instância plena de individualidades, como ser empírico que tem existência

particular, não se nega também a existência real dos sujeitos em sociedade: o sujeito discursivo, não é um sujeito empírico, é um ser social, apreendido em um espaço coletivo, social e ideológico, em um dado momento da história e não em outro. Sua voz, dessa forma, é reveladora do espaço social que ocupa (FERNANDES, 2007). Os discursos da beleza e estética, na contemporaneidade, mantêm um lugar de destaque, de privilégio, estabelecendo não só costumes como valores, padrões de comportamentos e posturas adotados, impactando a todos, independente da classe social a que pertence o sujeito.

No entanto, essa multiplicidade de vozes que ecoam nos discursos de rótulos e propagandas tem um autor: quando rótulo, geralmente um profissional, cientista, que elabora e manipula fórmulas, cria tipos, dá vida social a esse tipo, porque o lança de maneira surpreendente no seio social, que passa a incorporá-lo; quando propaganda, um grupo de pessoas ou agência publicitária passa a assinar a propaganda. Não mecanicamente, mas, muitas vezes, por uma necessidade de inserção num horizonte discursivo empoderado que inclui e exclui sujeitos. Mediante esse dispositivo, o da passagem do eu empírico para o eu social e cultural, ou seja, quando essa criação passa a ser externalizada, passa a ser acessível ao Outro, a autoria, que não é de uma obra literária, mas de uma marca, uma etiqueta, dispersa-se. Se na obra literária o autor tem uma preponderância, nesta discursividade, ele pouco interessa. Aqui, a formulação de Beckett a que Foucault (1992) faz alusão tem todo um efeito de sentido: “Que importa quem fala, disse alguém, que importa quem fala.”

Somado a isso, notadamente, esse desaparecimento do autor não é aleatório, ao contrário, está impregnado às práticas sociais contemporâneas que se materializam, também, mediante os discursos. Para De Certeau (1982 *apud* GREGOLIN, 2007, p. 51), estes se tornam “uma espécie de espaço textual fundado pela escrita, obrigando o sujeito a se representar na relação com um corpo social e com uma instituição de saber, construindo uma figuração em que se enlaçam enganos e segredos” É por este raciocínio que Gregolin (2007) aponta que determinados textos assumem explicitamente a existência da autoria – com a marca da assinatura – enquanto outros a apagam e a dissimulam. A autoria dos rótulos e propaganda é apagada, além disso, pela sua peculiaridade discursiva. O que pode ser ratificado pela autora supracitada quando enfatiza que a marca ou a falta do autor estão ligadas ao gênero do discurso, neste caso, aos rótulos e propagandas.

Paradoxalmente, nos rótulos, os nomes, a autoria, pouco importam, mas as marcas ganham espaço social, uma espécie de representação social, cultural e ideológica no imaginário das pessoas. O que fica territorializado, marcado, é a etiqueta do produto, ou seja, a autoria está inscrita num sistema constituído histórica e ideologicamente pela ciência, que passa a dar a marca status ou não, ao longo do tempo. São vários os sujeitos sociais que participam dessa arena discursiva. Inclusive, não é a ciência, apenas, que leva as marcas a se destacarem, há todo um trabalho midiático que colabora para. Os discursos aí produzidos circulam, empoderam. A autoria, que neste caso se sobrepõe ao autor primeiro, ganha espaço social e se traduz numa marca, numa etiqueta. É uma espécie de assinatura bem presente nas relações de poder.

Assim, poderíamos dizer que este autor não desaparece, mas disciplinariza, limita ou marca o espaço discursivo pelo reconhecimento do Outro – o sujeito consumidor dessa etiqueta. Só para exemplificar, certa feita, assistimos a uma palestra intitulada: uma marca chamada você³⁷. Nesta, o palestrante fez questão de frisar que assim como existem marcas de produtos que ganharam espaços e confiança, nós podemos fazer a nossa marca enquanto sujeitos sociais. Ele sempre perguntava: se você fosse ao supermercado comprar maionese, qual você compraria? E a platéia em peso respondia o nome de uma velha conhecida marca. E o mesmo acontecia com outros produtos. Infere-se daí, que as marcas se traduzem também em sujeitos, ou melhor, exercem a função de sujeito, e, mais além, de sujeito-autor, tornando-se, para Foucault, no dizer de Dantas (2007, p. 96), “um princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência”. Parafraseando Gregolin (2007), a função-autor é oriunda e característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento dos discursos no interior de uma sociedade. Assim, a reflexão sobre autoria está intrinsecamente ligada à construção da memória social e coletiva de um povo.

Na discursividade dos gêneros em voga, percebe-se, ainda, um atravessamento de várias vozes, que marcam um espaço de onde se fala, quem fala, com que intencionalidade, conotando “um lugar de interpretação que o sujeito ocupa para historicizar o seu texto, nas formulações e reformulações do interdiscurso, outros discursos que se cruzam e atravessam o texto”, como aponta Orlandi, na fala de Dantas (2007, p. 96). Ao se traduzirem em sujeito-autor, as marcas, etiquetas ganham espaço,

³⁷ Ver em: <http://www.jairodepaula.com.br/educacional/Cursos.aspx?id=31>.

visibilidade, atribuindo sentido, configurando unidade e coerência, proliferando saberes de interdiscursos, situando discursos. Ainda no dizer de DANTAS (2007, p. 99):

O princípio de autoria e a função-autor diferem apenas em relação ao que querem atingir: o princípio de autoria organiza o texto, diz onde ele começa e onde ele termina, pontuando o seu desenvolvimento, já a função-autor é mais uma maneira de situar o(s) discurso(s) em relação a seu interdiscurso, passeia entre os diferentes lugares do dizer (as formações discursivas) e, como resultado da tensão constitutiva destas, escolhe a maneira de dizer o seu discurso.

E, passeando pelos diversos lugares do dizer, os discursos de rótulos e propagandas inscrevem na história um sujeito-autor que faz o discurso produzido circular, empoderar e desnudar a história. Nos dizeres de De Certeau (2010, p. 67) “a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita”. Análise das premissas, das quais o discurso não fala, que permitirá contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões se organizam. Em se tratando de rótulos, não seria diferente, já que a etiqueta se transborda para o campo da autoria. Dificilmente, enquanto consumidor de um produto, paramos para nos perguntar quem o produziu, a que indústria pertence. Esta e o cientista saem de cena para o aparecimento da marca ou etiqueta que fica no imaginário simbólico das pessoas. O nome do autor corresponde ao nome da marca ou ao funcionamento desta. Por isto, apontamos que a marca se traduz na função autor: L’oreal, Colorama, Johnsos, Lupo, Davene, Seda etc. As discussões travadas por Foucault (1992) são elucidadoras:

(...) um nome de um autor não é simplesmente um elemento de um discurso (que pode ser sujeito ou complemento, que pode ser substituído por um pronome, etc.); ele exerce relativamente aos discursos um certo papel: assegura uma função classificativa; um tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, selecioná-los, opô-los a outros textos. Além disso, o nome de autor faz com que os textos se relacionem entre si. (...) Em suma, o nome do autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso (...) o nome do autor não transita como o nome próprio, do interior do discurso para o indivíduo real e exterior que o produziu, mas que, de algum modo, bordeja os textos, recortando-os, delimitando-os, tornando-lhes manifesto o seu modo de ser ou, pelo menos, caracterizando-lho. (...) O nome do autor não está situado no estado civil dos homens nem na ficção da obra, mas sim na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e o seu modo singular. (...) A função autor é assim, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade (FOUCAULT, 1992, p. 43-47).

Vejamos como as marcas L'oreal Paris e Seda tornam-se um lugar para vários outros discursos, diversos “eus” numa singularidade etiquetada, com os próximos discursos:

Figuras 50 e 51



Fontes: fotos de rótulos dos shampoos das marcas LÓREAL PARIS e SEDA.

Dessa forma, em relação aos discursos dos rótulos, há um recorte, uma delimitação que nos leva a atribuir a função de sujeito-autor à marca que os consagra, ou não, junto a um público, que, por mais paradoxal que seja, é autorizada pela ciência. Na figura 50, quem reduz o *frizz* e *disciplina* o cabelo é o shampoo Elseve que pertence a marca L'oreal Paris; na figura 51 quem torna os cachos comportados é o shampoo da marca Seda, mas quem estabelece a concepção de frizz, de disciplina do cabelo e como reduzi-lo ou como *comportar* os cachos é um cientista. Inclusive com fórmula química referendada. O que pode ser comprovado com o verso do vasilhame.

Por seu turno, Maingueneau (2010, p.33-35) sugere que “quando uma marca é publicizada passa a ser denominada de entidade suscetível de ser chamada auctor”. Sob este aspecto, entendemos que ele se refere à marca inscrita na propaganda. Esta constituição foi chamada por ele de “ontologia” auctoral (grifo do autor). Uma marca comercial é uma entidade constituída em torno de alguém que se coloca como garantia

de um conjunto coerente de textos, considerados como a expressão de sua personalidade, estabilizada por meio de um *ethos* identificável. Porém, alerta que há dificuldades para uma marca ser considerada autor. Uma delas refere-se ao fato de que a marca não é um ser humano, mas o fundamental problema é a dissociação entre os indivíduos que modelam o texto e a personalidade da marca. Esta dissociação se materializa quando seus produtores, os publicitários, gerenciam uma imagem que é independente de sua identidade pessoal, lembrando, também, que o produtor da propaganda é uma empresa, uma agência de publicidade, que pode usar várias pessoas para trabalhar com a marca. O que conotaria a existência de vários autores. Assim, Maingueneau adverte:

Se não há dúvida de que tal agência pode ser designada como o autor responsável por tal série de textos publicitários, ela não será, por causa disso, seu autor. Se admitimos que a noção de autor implica certo “ponto de vista”, uma “convicção”, uma “visão de mundo”..., o que constitui impedimento a que uma marca comercial atinja esse estatuto é o fato de ela não estar ligada à unidade imaginária de uma consciência e de uma história singular que os textos exprimiriam. E o que dizer dos políticos atuais, muitos dos quais não escrevem seus próprios discursos? Assim como a marca comercial, o político não é o produtor efetivo do texto, aquele que efetua as operações mentais e físicas que o fazem existir. Entretanto, esse texto é considerado a expressão de sua convicção, de sua linha política: de pleno direito, poderia ter sido escrito por ele, ele exprime seu pensamento (MAINGUENEAU, 2010, p. 34).

Dessa forma, os discursos dos rótulos adquirem estatuto de autor ao serem etiquetados por uma marca, trabalhada na coletividade, por traduzirem o anseio e convicção daqueles que o conceberam: ao se deparar com um produto na prateleira, o sujeito leitor já construiu historicamente uma imagem dessa autoria, que não é do cientista que produziu o produto ou até de quem o assina, mas da marca do produto, como foi enfatizado. Em relação à propaganda, a marca ou etiqueta também passa a ter essa concepção de autorialidade no imaginário dos sujeitos sociais, pois, dificilmente, quem a produziu emerge na arena do inconsciente: a imagem da propaganda deixa marcas, pistas de um discurso sugerido por um sujeito-autor etiquetado. Neste estudo, mostramos que esta autorialidade é tão forte, em relação à marca, que uma imagem que publiciza um produto passa a fundir-se como representação simbólica: a musa dos cabelos cacheados é uma das musas da L’oreal Paris. Personalidades que ficam marcadas no imaginário social, junto às marcas que representam. Por isto, como evidenciamos, fica em voga um branqueamento estético, tendo em vista que as marcas

simbólicas, em sua maioria, são brancas ou carregam marcas do branqueamento: *pele normal, cachos comportados* etc..

Para ratificar o dito, é salutar escutar por mais vezes as afirmações de Maingueneau:

[...] A esse respeito, pode-se pensar que grupos como os partidos políticos, os sindicatos ou os movimentos literários, uma vez que eles são portadores de convicções e plenos de uma experiência singular que se inscreve em uma história, estão em uma situação favorável para assumir o estatuto de auctor. Isso é verdade, mas não se pode raciocinar sem levar em conta os gêneros de discurso envolvidos. (MAINGUENEAU, 2010, p.35)

Além do caso das marcas, Maingueneau (2010) aponta muitas outras circunstâncias não pensadas por Foucault (1992), ao mesmo tempo em que alerta que os maiores problemas que a noção de autor suscita é, com efeito, seu caráter histórico, tendo em vista que, na época da reflexão teórica, Foucault não poderia pressupor que as novas tecnologias colocariam em crise o universo interior do qual sua fala se inscrevia. Afirma, de maneira convincente: todo texto implica certa autorialidade, e o mundo de onde emerge o texto implica ele próprio essa forma de autorialidade (MAINGUENEAU, 2010). No que diz respeito à questão da autoria, Maingueneau (2010) sugere que Foucault não pensou nas possibilidades de comunicação futuras, quando escreveu seu interessante texto que discute a autoria, contrariando Arthières (2004) que o considera um diagnosticador do presente e do futuro, em toda sua obra.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor, por sua origem ou religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender e, se aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar.

Nelson Mandela

Nas primeiras afirmações deste estudo, contextualizamos o leitor acerca da intencionalidade discursiva que o norteou: analisar rótulos e propagandas como dispositivos de identidade, cerceada e assujeitada pela ideologia racista de cor, bem como por técnicas de subjetivação e objetivação que se materializam nos jogos de força do cotidiano. A este objetivo, somou-se a proposta de discutir os mecanismos empregados nos discursos oriundos da beleza e estética para instituírem um discurso dito verdadeiro, de cerceamento, seletivo, que discrimina pela cor, bem como os critérios adotados para a seletividade de formações discursivas preconceituosas que estabelecem padrões, rotulando não só produtos como pessoas. Este acontecimento discursivo se materializa em inquietações que perpassam o chamado mundo pós-moderno, entranhadas por outras que se dialogam com a constituição do *ethos* discursivo, inquieto, desreferencializado da contemporaneidade.

Mediante a discursividade de rótulos e propagandas, tornou-se perceptível que há um racismo velado, aparentemente ingênuo, que ganha vida gradativa no meio social. O discurso racista do rótulo, entretanto, foi provocado por um deslocamento histórico social que guarda resquícios de uma memória cultural ativada por mecanismos discursivos que fazem o sujeito sujeitar-se a um padrão identitário, estereotipado de beleza e estética. Um dos dispositivos de memória sabiamente utilizado pelo sujeito-autor dos discursos da estética e beleza é a imagem. Frequentemente, os discursos carregam em suas teias armas discursivas que fazem indivíduos serem interpelados em sujeitos, pelas evidências ideológicas. Estas são ativadas pelos significantes presentes nos discursos: ao observar o discurso do rótulo nas prateleiras de supermercado ou lojas equivalentes, quando sozinho, não propagandeado, os efeitos de sentido oriundos desta observação reportam o sujeito à imagem, frequentemente veiculada pelas revistas, jornais, sítios e vídeos televisivos, um significante, dessa forma, gera muitos outros significantes. Diante desta pertinência, afirmamos que a imagem é um dispositivo da

memória. Esta é uma armadilha discursiva que faz o sujeito sujeitar-se diante do discurso. Esta interpelação leva o sujeito ideologicamente a pensar: *se fulano ficou daquele jeito ao utilizar o produto, eu também posso*. Gerando significantes de apagamento, rejeição e negação, tendo em vista que o significante inconsciente que gerou o significante do como o “eu” deveria ser carrega marcas e atributos oriundos do branco e para o branco, não reveladas pelo discurso subliminar. Esta leitura foi possível, ao tomar como referência a rica visão teórica de Pêcheux (1988/1996/2007/1997), e de seus importantes comentadores, acerca de discurso, sujeito e ideologia.

Por outro lado, o rótulo é propagandeado. Sob esta ótica, ele traz um discurso bem mais explícito, passando a existir uma espécie de junção de papéis: o rótulo diz e a imagem confirma esse dizer. O sujeito desse discurso busca referendar-se no discurso imagético. Ele, o sujeito, não é dono de seu dizer. O que leva a imagem a assumir também função enunciativa, juntando-se ao discurso do rótulo para fazer transbordar as pistas de um discurso preconceituoso que rotula não só produtos como pessoas. Esta rotulação é eminentemente branca. Isto porque os discursos fazem uso de um dizer que consideramos preso a uma cadeia discursiva pejorativa, portanto preconceituosa e ditadora.

Dessa forma, foi possível verificar que o sujeito desse discurso dos rótulos, propagandeados ou não, faz uso de estratégias discursivas que querem impor o padrão da normalização, a identidade e, não, as identidades: trata-se de um poder normalizador, que busca o governo de si e dos outros, visando à disciplinarização dos corpos. São técnicas de subjetivação e objetivação constituídas no meio social que tomam o discurso enquanto prática: estes são os mecanismos utilizados pelo sujeito-autor dos discursos da beleza e estética.

Esta constituição de sujeitos pelas técnicas de governo acontece num bojo social, construída num constante movimento de tensão, que gera conflitos. Assim, ratificamos o dizer de Foucault (2005/2006/2010) ao apontar que os sujeitos são construídos em meio à luta quotidiana, pelas relações de força, geradoras de poder, saber e verdade. O saber que gera saberes, a verdade que gera verdades e os poderes do poder. Uma arqueologia complementada pela Genealogia e, não, dicotômicas. Nesta luta, para construção do *ethos*, o sujeito é cerceado pelas coerções sociais. Neste estudo, evidenciamos que o cerceamento acontece pelos discursos dos rótulos oriundos da beleza e estética: o sujeito faz uso de dizeres que instituem a disciplina de corpos, quando preestabelecem o branqueamento da pele, a negação de atributos como os do

cabelo, instituindo o que ora denominamos de normalatria e lisolatria. Esta não é uma luta marcada por um único momento histórico. Ao contrário: trata-se de uma luta permanente, quotidiana, travada pelos sujeitos para constituição de si e do Outro. O entrave principal é que o si corresponde à unicidade, ele pleiteia a homogeneidade para normalizar aquilo que considera longe dos padrões, estranho. Para tanto, utiliza-se de mecanismos discursivos coercitivos: *você sempre pode mudar muita coisa, até sua pele, visual de novela, cor 220 natural, cor 268 natural claro, cachos controlados, shampoo para cabelo normal, cremes para pele normal, cremes para pele sensível, shampoo para cabelo esponjado, cabelos de dar inveja, sim, shampoo para cabelos controlados, controle o frizz de seu cabelo, é preciso disciplinar os cabelos, cabelo de propaganda, à flor da pele* etc. Estes são apenas alguns dos dizeres que fazem parte do todo discursivo.

Importa dizer que os discursos fazem parte de outro discurso, a pós-modernidade, mas carregam uma arqueologia histórica por excelência. Num sentido dinâmico de se fazer história, os deslocamentos conotam uma nova realidade cultural. Vimos que o racismo inerente à cor foi construído por uma base sólida, metódica, logo científica. Um saber dito verdadeiro que proliferou pelo olhar de uma elite simbólica ou de uma sociedade do discurso, deixando marcas de divisão, cerceamento, separação, negação e apagamento. Uma construção político-ideológica que tem varado o tempo, por mais que muitos defendam que o racismo de cor é coisa do passado e de que o uso da categoria raça não cabe ao século XXI. O racismo tem assumido várias faces históricas diferentes, apontadas por Fernandes (2007a), Guimarães (2004/2008), Nascimento (2003), Souza (1983), Ianni (1999/2004), Munanga (1988/2006a/2006b/2008) e Domingues (2002/2005), contudo, marcadas por uma visão sistêmica européia. Ainda vivemos impregnados pelos ranços deixados pelo colonialismo europeu que, independente do encontro com o posteriormente colonizado, já se via como raça superior às demais, como modelo a ser seguido. E, ao se deparar com o Outro, tratou ora de dizimá-lo, ora de submetê-lo aos padrões europeus, inclusive aqueles que se referem à beleza e estética. Um racismo perverso arquitetado por um etnocentrismo bárbaro. O negro, pelo cerceamento europeu, passou a ser estigmatizado relegado, quiçá, a um segundo plano. No Brasil, o tratamento acadêmico dado ao assunto deixou pistas de um discurso moroso, de apagamentos históricos, em detrimento de outros feitos considerados grandes, resquícios de uma história documental que não conseguia chegar à condição de monumento. Até que as Ciências Humanas e Sociais adquiriram um novo estatuto que tem descortinado mazelas sociais, como o racismo de

cor. Se a ciência foi considerada porta de entrada para o racismo, também é por ela que se tem buscado portas de saídas. Aqui, é salutar dizer que a linguagem, mediante os estudos linguísticos, passou a ocupar um lugar central nas discussões acerca de questões socioculturais, num constante diálogo teórico-metodológico com outros crivos científicos. Entre estas nuances, encontra-se a vasta teoria da Análise de Discurso de Linha Francesa – AD.

Neste constante fazer histórico, identidades foram construídas. Entretanto, como foi relegado, marginalizado pelos seus atributos, quer estético ou não, o discurso do *ethos* negro, ser negro, passou a ser ferida no corpo e na alma: ser negro passou a doer, pelas humilhações, escoriações, negação de inclusão, inserção desprivilegiada, desvantagens na aquisição dos diversos capitais – social, linguístico, econômico – e pelas pré-concepções do belo e do estético. Nessa guerra de raças do cotidiano – guerra metaforizada por Foucault (2005), o sujeito não é constituído apenas pelos grandes poderes de dominação e subordinação, existem os micro-poderes que perpassam a construção do “eu” e do “nós”. Quando a elite simbólica trava lutas de cerceamento, o Outro é provocado a se refazer: ora se sujeita, ora se liberta. Sim, pois só há dominação e opressão onde há liberdade. Nestas relações de força, o poder circula! E, por circular, a identidade construída com dor e sofrimento fez transbordar outras lutas, outros micro-poderes, gerando inserção e inclusão, identidades fincadas em raízes culturais, bem como aquelas desenraizadas que não se encaixam na fixidez da sociedade líquido moderna (BAUMAN, 2005). Assim, nasceram discursos como o da negritude: uma espécie de grito de liberdade afro-descendente ou etnográfica, como queiram nomeá-la. Independente de terminologias, o negro passou a exigir e a fazer revolução, inclusive na prateleira, como intitula a Revista Raça Brasil (2005).

Entretanto, mesmo na pós-modernidade, os discursos da beleza e estética querem sustentar um padrão identitário. É pelo discurso que o sujeito faz aparecer seu dizer. É ele, o discurso, que deixa transbordar pistas de uma dicotomia instituída e acirrada pela modernidade que se deslocou para a pós-modernidade, levando o sujeito a tentar conhecer a si e ao Outro, é esse conhecimento que se traduz em saber, poder e verdade. E a verdade é a norma! Esta desestabiliza o Outro que tenta se encaixar no padrão. Aí surgem os questionamentos: esse centramento do sujeito que o discurso impele e quer fazer aparecer cabe na época do des- de descentrado, desencaixado, desreferencializado? As micro-lutas, na pós-modernidade, surgem causando ora a desestabilização, ora a estabilização. Segundo Hall (2006/2009), Bauman (1998/2005),

Silva (2009), Woodward (2009), entre outros, vivemos o mal estar da modernidade, mas numa época de constantes transformações, em que as identidades não são sólidas, porque os sujeitos que as constituem também não o são. Seríamos uma *comunidade guarda-roupa*, terminologia usada por Bauman (2005), em que os papéis assumidos são dependurados temporariamente nos cabides? São questionamentos que não dá para responder neste estudo.

Com todas as faces da identidade – legitimadora, resistente e de projeto (CASTELLS, 2000) – o fato é que a linguagem ocupa lugar preponderante como constituidora de identidades. Sob esta perspectiva, o discurso ocupa lugar central, revelando um sujeito que ora é interpelado pelas ideologias, em especial a do racismo ideológico, ora é disciplinado por mecanismos regimentados, de governo de si e dos outros. Sendo assim, o desequilíbrio identitário ou as identidades fragmentadas construídas cultural e simbolicamente, parecem ferir a ética de si que teima em aparecer um sujeito que questiona a si e ao Outro: quem sou eu na era pós-moderna? E esse conhecimento de si faz gerar arenas discursivas que alijam e libertam sujeitos.

Sem pretensões de finalizar um estudo, tendo em vista o caráter de devir histórico dos mecanismos do Discurso, em especial daqueles que fazem parte da AD, esperamos que, por ora, tenhamos contribuído com as discussões acerca do racismo de cor, ao tomar como referência objetos discursivos, aparentemente inofensivos como rótulos e propagandas, oriundos do universo da beleza e estética. Esperamos, além disso, ter questionado a presença ínfima, quase imperceptível, do negro, enquanto sujeito imagético da beleza e da estética. Assim, partindo do princípio de que a imagem é geradora de outros significantes, bem como possuidora de um caráter que institui modos de ser, traduzindo-se em um mecanismo de constituição do si e do outro, um dispositivo de memória, torna-se relevante e iminente que os discursos da cultura da mídia abram espaço para o belo do negro. Considerando o fato de que os discursos de rótulos e propagandas funcionam como dispositivos de identidade, não dá mais para assistir inerte certas posições sem questionar os porquês ditos pós-modernos que também nos interpelam em sujeitos das práticas discursivas. Torna-se pertinente, inclusive, discutir e implementar novas políticas públicas que possam nortear essa inserção, tendo em vista que o belo do branco se impõe numa cultura que se fortalece, cada vez mais, enquanto cultura midiática. É preciso repensar o papel do negro, frente à discursividade provocada por rótulos e propagandas da estética e beleza como instituidores de dispositivos de identidade, de poder, portanto.

Inicialmente, provocamos o sujeito-leitor ao dizer que, em se tratando de AD, existem pressupostos difíceis de serem comprovadas, pelas várias características do método que lhes são peculiares. No entanto, diante de um assunto tão polêmico, houve, sim, pelas vias do discurso, expectativas de respostas e possíveis pistas para que a luta pela transformação de discursos preconceituosos como o dos rótulos e propagandas, do universo da estética e beleza, possam ser repensados e discutidos na academia e fora dela. O que ratifica a nossa fala inicial: o discurso enquanto prática é marca do cotidiano. O que requisita a relevância de atentar e discutir seus efeitos de sentido.

REFERÊNCIAS

- ABNT. **NBR 10520**. Informação e documentação – citações em documentos apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: **Papel da Memória**. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes Editores, 2007.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**. Tradução: Walter José Evangelista e Maria Laura V. de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- AQUINO, Mirian de Albuquerque. **A imagem do afrodescendente na escola: silêncios e sentidos na versão que ficou**. João Pessoa: UFPB, 2004. Disponível em: www.ldmi.ufpb.br
- ARTIÈRES, Philippe. Dizer a atualidade. O trabalho de diagnóstico em Michel Foucault. In: **Foucault: a coragem da verdade**. Frédéric Gross (Org.). São Paulo: Parábola Editorial, 2004
- BAKHTIN, Mikhail; VOLOSHINOV, V.N. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. Os Gêneros do Discurso. In: **Estética da Criação Verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BIROLI, Flávia. Dizer (n)o tempo: observações sobre história, historicidade e discurso. In: **(Re)Discutir Texto, Gênero e Discurso**. Inês Signorini (org.) São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. São Paulo: UNICAMP, 2001.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Tradução de Waltensir Dutra. Antonio Moreira Guimarães (org.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BURMESTER, Ana Maria. In: **Palestra: Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: UNICAMP, 2010. Disponível em: www.cameraweb.ccuec.unicamp.br/video/cw74bdzczy. Extraído em 2011.

CARVALHO, José Jorge. Racismo fenotípico e estéticas da segunda pele. In: **Revista Cinética**. Brasília: UNB, 2008. Disponível em: www.revistacinetica.com.br/cep/josejorge.htm. Extraído em 2010.

CARVALHO, Nelly de. **Publicidade – A linguagem da Sedução**. São Paulo: Ática, 1996.

CARLAN, Cláudio Umpierre. **Documento/monumento: os tipos materiais produzidos pela história científica**. Santa Cruz do Sul: Barbarói, 2008. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/457/616>. Extraído em 2008.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. Tradução: Klauss B. Gerhardt. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

_____. A operação Historiográfica. In: **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: forense Universitária, 2010.

CEIA, Carlos. **ESTUDOS CULTURAIS**. São Paulo: USP, 2005. Disponível em: www.fcsh.unl.pt/invest/edtl/verbetes/e/estudos_culturais.htm. Extraído em 2011.

CIRNE, Michele. “Não é uma tonalidade de pele, é uma imposição política”: a formação da identidade negra através do projeto universidade livre. 2008. 137 f. Dissertação – Centro de Estudos Afro-Orientais – UFBA. Disponível em: http://www.posafro.ufba.br/ARQ/dissertacao_michelle_cirne.pdf.

CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. Colonialismo, racismo e descolonização. In: **África um novo olhar**. Rio de Janeiro: CEAP, 2006.

COURTINE, Jean-Jacques. **Intericonicidade**. Entre(vista) com Jean-Jacques Courtine. Entrevistador: Nilton Nilanez. Grudiocorpo. Out., 2005. Disponibilidade em: <http://grudiocorpo.blogspot.com/2009/06/intericonicidade-entrevista-com-jean.html>.

_____. Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública. São Carlos: Claraluz, 2006.

DANTAS, Aloísio de Medeiros. **Sobressaltos do Discurso: algumas aproximações da análise do discurso**. Campina Grande: EDUFCEG, 2007.

DAVALLON, J. A Imagem, uma arte da memória? In: **Papel da Memória**. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes Editores, 2007.

DE CERTEAU, Michel . As produções do Lugar. In: **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: forense Universitária, 2010.

DENIS, Rafael Cardoso. **Uma introdução à história do design**. São Paulo: Edgard Blücher, 2000.

DOMINGUES, Petrônio José. Negros de Almas Brancas? A Ideologia do Branqueamento no interior da Comunidade Negra de São Paulo, 1915-1930. In: **Estudos Afro-Asiáticos**. Ano 24, n. 3, 2002. Disponível em: www.scielo.org.br Extraído em dezembro de 2010.

_____. Movimento da Negritude: uma breve reconstrução histórica. In: **África: Revista do Centro de Estudos Africanos**. São Paulo: USP, 2005. Disponível em: www.fflch.usp.br/cea/revista/africa_026/af07.pdf

DUNKER, Christian Ingo Lenz. DISCURSO E IDEOLOGIA. In: **[RE]DISCUTIR texto, gênero e discurso**. Inês Signori (Org.). São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

DURKHEIM, E. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

DURKHEIM, E. et al. **Introdução ao pensamento sociológico: Emile Durkheim, Max Weber, Karl Marx e Talcott Parsons**. Ana Maria de Castro e Edmundo F. Dias (Orgs). São Paulo: Centauro, 2001.

DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. **Michel Foucault uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução: Vera Portocarrero e Gilda G. Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Os Estudos Culturais**. Porto Alegre-RS: PUCRS, 2006. Disponível em: www.pucrs.br/famecos/pos/cartografias/artigos/estudos_culturais_ana.

FERNANDES, Claudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. São Carlos-SP: Clara Luz, 2007.

_____.Discurso, História e arqueologia: entrevista com Jean-Jacques Courtine. In: **A (des)ordem do discurso**. Nilton Milanez e Nádea Gaspar (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2010.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Cortez, 2007a.

FOUCAULT, M. O que é um autor. In: **Coleção Ditos e Escritos, III: estética: literatura e pintura, música e cinema**. Org. e seleção de textos: Manoel Barros da Mota. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro Forense Universitária, 1992.

_____. **A Ordem do Discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Em defesa da Sociedade: curso no Collège de France**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **A Hermenêutica do Sujeito**. Tradução Márcio Alves da Fonseca e Salma T. Muchail. São Paulo, Martins Fontes, 2006b.

_____. **A Arqueologia do Saber**. tradução de Luiz Felipe B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **Coleção Ditos e Escritos, V: Ética, sexualidade, política**. Manuel Barros da Mota (org.). Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran D. Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.

_____. As Palavras e as Imagens. In: **Coleção Ditos e Escritos, II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Manuel Barros da Mota (org.). Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. Nietzsche, a Genealogia e a História. In: **Coleção Ditos e Escritos, II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Manuel Barros da Mota (org.). Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

_____. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. **Michel Foucault ; uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução: Vera Portocarrero e Gilda G. Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. Poder e Saber. In: **Coleção Ditos e Escritos, IV: Estratégia, Poder-Saber**. Manuel Barros da Mota (org.). Tradução de Vera Lúcia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

GIANNOTTI, José Artur. **A Sociedade como técnica da razão: um ensaio sobre Durkheim**. 1971. In: www.cebrap.org.br/imagens/arquivos/a_sociedade Extraído em abril de 2010.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. August Comte e o positivismo. In: **Em defesa da Sociologia: Ensaios, interpretações e trélicas**. São Paulo: UNESP, 2001.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

GOMES, Nilma Lino. Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. In: **Anais do II Seminário Internacional de Educação Intercultural; Gênero e Movimentos Sociais**. Florianópolis-SC: Anais Florianópolis – UFSC, 2003.

_____. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso – diálogos & duelos**. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. In: **M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividades**. Vanice Sargentini e Pedro Navarro-Barbosa (Orgs.). São Carlos: Clara-luz, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário e BARONAS, Roberto (Org.) **Análise do Discurso: as materialidades do sentido**. São Paulo: Claraluz, 2007.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os Limites do Sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. Campinas-SP: Pontes, 2005.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Preconceito racial: modos, temas e tempos**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Preconceito e Discriminação**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo: Ed. 34, 2004.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: 2006.

_____. Quem precisa de identidade? In: **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

HOFBAUER, Andreas. O conceito de “Raça” e o ideário do branqueamento no século XIX – Bases ideológicas do racismo brasileiro. In: **Teoria e Pesquisa 42 e 43**. São Paulo: UFSCAR, 2003. Disponível em: www.teoriaepesquisa.ufscar.br.

HENRY, Paul. Os Fundamentos Teóricos da “Análise do Discurso de Michel Pêcheux (1969). In: **Por uma análise automática do discurso\; uma introdução a obra de Michel Pêcheux**. Françoise Gadet; Tony Hak (Orgs.). Tradução: Bethania S. Mariani et al. Campinas-SP: editora da UNICAMP, 1997.

IANNI, Octavio. Língua e Sociedade. In: **Aulas de Português: Perspectivas inovadoras**. André Valente (Org.). Petrópolis-Rj: Vozes, 1999.

_____. Dialética das relações raciais. In: **Estudos Avançados**. São Paulo: 2004. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103 . Extraído em 2011.

INDURSKY, Freda. A ideologia em Bakhtin e em Pêcheux: um estudo em contraponto. Ana Zandwais (Org.). In: **Mikhail Bakhtin: Contribuições para a Filosofia da linguagem e Estudos Discursivos**. Porto Alegre Sagra Luzzatto, 2005.

INOCÊNCIO, Nelson. Corpo negro na cultura visual brasileira. In: **Educação africanidades Brasil**. MEC – SECAD – UnB – CEAD – Faculdade de Educação. Brasília. 2006.

JOLY, M. **Introdução à Análise da imagem**. Tradução: Maria Appenzeller. São Paulo: Papirus Editora, 2007.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

KOTLER, P. **Administração de Marketing**: Análise, planejamento, implementação e controle. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Marketing para o século XXI**: como criar, conquistar e dominar mercados. São Paulo: Futura, 1999.

KOTLER, P.; KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing**. Trad. Mônica Rosenberg, Brasil Ramos Fernandes, Cláudia Freire. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

LACAN, J. A Instância da Letra no Inconsciente ou a Razão desde Freud. In: **Escritos**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990.

_____. Documento/monumento. In: **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LÉVY, Pierre. Introdução: DILÚVIOS. In: **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LUCENA, Ivone Taveres; OLIVEIRA, Maria Angélica. **Propagandas, efeitos de sentido e identidades**. II Seminário de Estudos em Análise do Discurso, Porto Alegre-RS: UFRG, 2005.

_____. O Discurso da Propaganda: Construção Ideológica? In: **Graphos**. V. III, n. i. João Pessoa/PB: Graphos/UFPB, 1998.

LÖWY, Michael. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchaussen: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento**. Tradução: Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. São Paulo: Cortez, 2000.

MACHADO, Roberto. **Ciência e Saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault**. Rio Janeiro: Graal, 2009.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue. História do pensamento racial**. São Paulo: Contexto, 2009.

MAINGUENEAU, D. Imagem de autor: não há autor sem imagem. In: **Doze conceitos em análise do discurso**. Org. Sírío Possenti; Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva; Trad. Adail Sobral et al. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

_____. Aforização: enunciados sem texto? In: **Doze conceitos em análise do discurso**. Org. Sírío Possenti; Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva; Trad. Adail Sobral et al. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MALANGA, E. **Publicidade: uma introdução**. São Paulo: Atlas, 1979.

MALDIDIER, Denise. Elementos para uma História da Análise do Discurso na França. In: **Gestos de Leitura**. Eni P. Orlandi (org). Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. **A Inquietação do Discurso: (RE)ler Michel Pêcheux hoje**. Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MANGUEL, Alberto. A imagem como narrativa. In: **Lendo imagens: uma história de amor e ódio**. Tradução de Rubens Figueiredo, Rosaura Eichenberg e Cláudia Straush. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. São Paulo: Atlas, 2010.

MORIN, Edgard. **Ciência com consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MOURA, R. A. e BANZATO, J. A. Embalagem, unitização e containerização. In: **Manual de Logística - Vol. III**. São Paulo: IMAM, 1997.

MUNANGA, Kabengele. Construção da identidade negra no contexto da globalização. In: **Vozes (além) da África**. Ignacio G. Dourado (coord.); Gilvan Ribeiro e Renato Bruno (Orgs.). Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006a.

_____. **Negritude: Usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1988.

_____. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. In: **Revista USP**. São Paulo: USP, nº 68, 2006b.

_____. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação – Rio de Janeiro: PENESB, 2003. Disponível em www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf Extraído em janeiro de 2008.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: 2008.

MUJEIKO, Simone. Rótulo e Embalagem. In: **O que é Rótulo e Embalagem?** Disponível <<http://www.logosemarcas.com/assuntos/rotulooquee.htm>>. Acesso em abril de 2009.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O Sortilégio da Cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus, 2003.

NAVARRO-BARBOSA. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História. In: **M. Foucault e os domínios da linguagem**. Vanice Sargentini e Pedro Navarro-Barbosa (Orgs.) São Paulo: Claraluz, 2007.

NOGUEIRA, Oraci. **Tanto preto, quanto branco: estudo de relações raciais**. São Paulo: T.A Queiroz, 1985.

ORLANDI, E. P.. **As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas-SP: UNICAMP, 1993.

_____. **Discurso e Leitura**. Campinas-SP: UNICAMP, 1999.

_____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: **Papel da Memória**. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes Editores, 2007.

_____. Do Sujeito na História e no Simbólico. In: **Escritos4**. São Paulo: Laboratório de Estudos Urbanos – LABEUB – NUDECRI – UNICAMP, 1999. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos4.pdf>. Extraído em 2011.

_____. **Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas-SP: Pontes, 2010.

ORTIZ, R. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo:SP: Brasiliense, 1994.

_____. **Estudos Culturais**. In: *Tempo Social*. vol.16 nº1. São Paulo, 2004. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000100007.

PALACIOS, Annamaria da Rocha Jatobá. **As marcas na pele, as marcas no texto: sentidos de tempo e saúde na publicidade de cosméticos em revistas femininas durante a década de 90.** 2004. 312 f. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea – UFBA.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma Crítica à afirmação do óbvio.** São Paulo: UNICAMP, 1988.

_____. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: **Um mapa da ideologia.** Tradução: Vera Ribeiro. Slavoj Žižek (Org.). São Paulo; Contraponto, 1996.

_____. **O Discurso: estrutura ou acontecimento.** Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas- SP: Pontes Editores, 2006.

_____. Papel da memória. In: **Papel da Memória.** Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes Editores, 2007

_____. Sobre os Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso. Tradução de Ana Maria Dischinger Marshall e Heloísa Monteiro Rosário. **Cadernos de Tradução do Instituto de Letras da UFRGS.** Nº 1. Porto Alegre-RS: 1998. Disponível em: www.ufrgs.br/ppglettras/20101/TTD/LIN00010MariaCristina.doc.

_____. Análise Automática do Discurso. In: **Por uma análise automática do discurso; uma introdução a obra de Michel Pêcheux.** Françoise Gadet; Tony Hak (Orgs.). Tradução: Bethania S. Mariani et al. Campinas-SP: editora da UNICAMP, 1997.

PEREIRA, Rosane da Conceição. **Dos processos de identificação e alteridade pela propaganda brasileira.** 2006. 351 f. Tese – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.

PIERCE. Charles Sanders. **Semiótica** . São Paulo: Cultrix, 2008.

PINHEIRO, L. Marketing e publicidade. Lisboa: Ediber, 1991.

PINHO, J. B. **Propaganda institucional.** São Paulo: Summus, 1990.

POSSENTI, Sírio. Ler embalagens. In: **Questões para analistas do discurso.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

PRADEAU, Jean-François. O sujeito antigo de uma ética moderna. In: **Foucault: a coragem da verdade.** Frédéric Gross (Org.). São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

REIS, José Carlos. História da história: civilização ocidental e sentido. In: **História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

REVEL, Judith. O pensamento vertical: uma ética da problematização. In: **Foucault: a coragem da verdade**. Frédéric Gross (Org.). São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. **Foucault: conceitos essenciais**. Tradução: Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovesani. São Paulo: 2005.

RISÉRIO, Antonio. **A utopia brasileira e os movimentos negros**. São Paulo: Editora 34, 2007..

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANDMANN, Antônio José. **A linguagem da propaganda**. São Paulo: Contexto, 2001.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Cuidados de si e embelezamento feminino: fragmentos para uma história do corpo no Brasil. In: **Políticas do Corpo**. Denise B. de Sant'Anna (org). São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

SANT'ANNA, A. **Propaganda: teoria e prática**. São Paulo: Pioneira, 1995.

SANTOS, Chrislene Carvalho dos. **História e Propaganda: análise de corpos femininos em imagens publicitárias na década de 20**. Recife: UFPE, 2000a.

SANTOS, José Luiz dos. **O Que é Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é Pós-Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2000b.

SANTOS, Jocélio Teles dos. O Negro no espelho: imagens e discursos nos salões de beleza étnicos. **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro: 2000. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-546X2000000200003>. Extraído em 2008.

SARGENTINI, Vanice. A descontinuidade da história: a emergência dos sujeitos no arquivo. In: **M. Foucault e os domínios da linguagem: Discurso, poder, subjetividade**. Vanice Sargentini e Pedro Navarro-Barbosa (Orgs). São Paulo: Claraluz, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da Miscigenação. In: **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: USP, 1994. Disponível em www.4shared.com/document/Yxl0a_1Q/Lilia_Moritz_Schwarcz_-_Espetc.html.

SEGATO, Rita Laura. Raça é Signo. In: **Palestra proferida no Seminário Internacional Inclusão Social e as Perspectivas Pós-estruturalistas de Análise Social**. Recife: UFPE, 2005.

SILVA, Francisco Paulo da. Articulações entre poder e discurso em Michel Foucault. In: **M. Foucault e os domínios da linguagem: Discurso, poder, subjetividade**. Vanice Sargentini e Pedro Navarro-Barbosa (Orgs). São Paulo: Claraluz, 2004.

SILVA, Marluce Pereira. Discurso, subjetividade e cidadania: ações racistas em contextos diversos. In: **Anais do Colóquio Internacional Cidadania Cultural II**. Recife: UFPE, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A Produção Social da Identidade e da Diferença. In: **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

SKIDMORE, Thomas E. Fato e mito: descobrindo um problema racial no Brasil. In: **Cadernos de Pesquisa**. Tradução: Tina Machado. São Paulo: USP, 1991.

SODRÉ, Muniz. O Sujeito. In: **Reinventando a Cultura: a comunicação e seus produtos**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

STROZEMBERG, Ilana. O apelo da Cor: percepções dos consumidores sobre as imagens da diferença racial na propaganda brasileira. In: **Comunicação, Mídia e Consumo**. São Paulo: Escola Superior de Propaganda e Marketing, 2005. Disponível em: www.revistasuniverciencias.org. Extraído em 2011.

TOURAINÉ, Alain. O Sujeito. In: **Crítica da Modernidade**. Tradução: Elia Ferreira Edel. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

VAN DIJK, Teun A. **Racismo e Discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.

WOOWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

XIMENES, Sérgio. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Ediouro, 2000.

ZENONE, Luiz Cláudio; BUAIRIDE, Ana Maria Ramos. **Marketing da Comunicação**. São Paulo: Futura, 2003.